

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS E SABERES NA AMAZÔNIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - BRAGANÇA

NOVA REVISTA AMAZÔNICA

Vol. VI – Número Especial – Dezembro 2018 – ISSN 2318-1346

**Populações,
sociobiodiversidade
e mega projetos
na Amazônia**

**REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS E
SABERES NA AMAZÔNIA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - CAMPUS BRAGANÇA

VOLUME VI – NÚMERO ESPECIAL – DEZEMBRO 2018 – ISSN – 2318-1346

QUALIS B3

Os artigos publicados na Nova Revista Amazônica são indexados por:

Periódicos – CAPES; Diadorim; LivRe – Revistas de Livre Acesso; latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal; ROAD – Directory of Open Access Scholarly Resources; CiteFactor – Academic Scientific Journals

NOVA REVISTA AMAZÔNICA
POPULAÇÕES, SOCIOBIODIVERSIDADE E MEGAPROJETOS NA AMAZÔNIA

APRESENTAÇÃO

ANA LÚCIA DE OLIVEIRA

CÉSAR MARTINS DE SOUZA

JOSÉ LUIS GARCIA _____ 5

DOSSIÊ AMAZÔNIA

LEMBRANDO EMERSON E THOREAU PARA PENSAR OS DEMÔNIOS DO PROGRESSO NA AMAZÔNIA

JOSÉ LUIS GARCIA

FILIPA SUBTIL _____ 9

QUATRO IDEIAS-CHAVE PARA PENSAR A PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

HELENA MATEUS JERÓNIMO _____ 27

REFLEXÕES SOBRE MARIO VARGAS LLOSA E A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA AMAZÔNIA PERUANA EM EL HABLADOR

XIMENA ANTONIA DÍAZ MERINO _____ 39

ÁGUAS AMAZÔNICAS E COSMOGRAFIA DOS BEIRADEIROS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA TERRA DO MEIO

ANA DÉBORA DA SILVA LOPES

FLÁVIO BEZERRA BARROS _____ 51

A PROSTITUIÇÃO EM GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA: O IMPACTO DO GRANDE CAPITAL NOS FLUXOS DE MÃO DE OBRA NA UHE BELO MONTE

AUGUSTO CÉSAR PINTO FIGUEIREDO

LUÍS JUNIOR COSTA SARAIVA _____ 69

APONTAMENTO SOBRE A AGROVILA LEONARDO D'VINCI E A REINVENÇÃO DE SEU COTIDIANO APÓS A CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

PEDRO SÉRGIO SANTOS DA COSTA

CESAR MARTINS DE SOUZA _____ 79

A CRONÍSTICA DE GASPAR DE CARVAJAL E A COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

JOCENILDA PIRES DE SOUSA DO ROSÁRIO

SAMUEL ANTONIO SILVA DO ROSÁRIO _____ 93

DOMINGAS: (IN)VISIBILIDADE X RESISTÊNCIA DA MULHER INDÍGENA NA OBRA DOIS IRMÃOS, DE MILTON HATOUM

NÁDIA GRINGS BATISTA

LUIS JUNIOR COSTA SARAIVA _____ 109

MIGRAÇÃO NEGRA INTERNA E IDENTIDADE CULTURAL NO QUILOMBO DO AMÉRICA: UMA CONTRIBUIÇÃO

KETNO LUCAS SANTIAGO

FRANCISCO PEREIRA SMITH JÚNIOR

ANA PAULA VIEIRA E SOUZA _____ 125

CAMINHOS DE CULTURA DE UMA ETNOGRAFIA

SUZANNY DA SILVA LIMA

DANIEL DOS SANTOS FERNANDES _____ 141

SEÇÃO LIVRE

POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO: AÇÕES PÚBLICAS, SOLIDARIEDADES E CONSTRUÇÃO DE UMA CAUSA

JESUS MARMANILLO PEREIRA _____ 163

ENTRE DIFERENÇAS E PRECONCEITOS: UM OLHAR PARA A IMIGRAÇÃO EM “GRINGA” DE MÁRCIA KUPSTAS

PAULO FERNANDO DE SOUSA PEREIRA

YARA DAS CHAGAS FURTADO

FRANCISCO PEREIRA SMITH JÚNIOR _____ 177

CIDADANIA, RENDA E CONSERVAÇÃO: PERCEPÇÕES SOBRE UMA POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA

TÂNIA GUIMARÃES RIBEIRO

PAULO VICTOR SOUSA LIMA _____ 193

DO EXTRATIVISMO A PRODUÇÃO: EXPERIÊNCIA DE PISCICULTURA EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE CURRALINHO - MARAJÓ (PA)

TALITA VIEIRA ARANHA

RAIMUNDO ADERSON LOBÃO _____ 213

CRÔNICA ETNOGRÁFICA

MANEJO MÍSTICO

RAFAEL GRIGORIO REIS BARBOSA

GÉSSICA SILVA DE SOUSA _____ 231

ENSAIOS ETNOFOTOGRAFICOS

GRUPO DE CARIMBÓ DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE: A DANÇA COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL

VANIELY CORRÊA BARBOSA GUIMARÃES

DANIEL DOS SANTOS FERNANDES _____ 241

O ABASTECIMENTO DA FEIRA COMO UMA AÇÃO REPRESENTATIVA DO TRABALHO COLETIVO

KEILA DE PAULA FERNANDES DE QUADROS

DANIEL DOS SANTOS FERNANDES _____ 249

O LABOR QUE LEVA ALIMENTO À MESA DAS FAMÍLIAS DE TAMATATEUA-BRAGANÇA/PA

FERNANDA ANALENA FERREIRA BORGES DA COSTA

ELZIANE AMBRÓSIO DA SILVA

KEILA DE PAULA FERNANDES DE QUADROS _____ 257

VIDEOS ETNOFOTOGRAFICOS

MUKUIU

CARMEM VIRGOLINO ET AL

SINOPSE _____ 265

FIA SOPHIA: ETNOGRAFIA DO BATOM

SAMILY MARIA

ELIS TARCILA

PEDRO OLAIÁ

SOPHIA

SINOPSE _____ 267

APRESENTAÇÃO

Populações, sociobiodiversidade e mega projetos na Amazônia

A *Nova Revista Amazônica* tem contribuído ao longo de seus ainda recentes anos de existência para os debates sobre uma região que continua a ser vista como um espaço vazio e carente de projetos de desenvolvimento e integração que não ignorem as suas populações. A revista tem procurado reunir trabalhos relativos a saberes das populações amazônicas, sua organização social, manifestações políticas e culturais, trazendo-as ao centro da cena, como protagonistas de trabalhos acadêmicos, permitindo à sociedade aceder ao conhecimento de realidades muitas vezes invisíveis aos brasileiros.

Ao apresentar um dossiê sobre o tema deste número, os organizadores pretendem disponibilizar a outros pesquisadores textos que contêm análises e observações sobre como diferentes populações e grupos sociais se estabeleceram na região amazônica e os desafios e dilemas que têm enfrentado no que diz respeito às transformações sociais ou o olhar exterior que os ignora visando se apropriar das riquezas naturais.

Seringueiros, ribeirinhos, quilombolas e populações urbanas são matéria de reflexão sobre práticas, culturas, narrativas identitárias, trajetórias sociais e a relação com a biodiversidade da região. Ao mesmo tempo em que as populações tradicionais desenvolveram ao longo do tempo processos culturais que lhes permitiram uma relação mais próxima com a natureza, sobretudo a partir do século XX passaram a enfrentar a pressão de agentes externos, na maioria das vezes ávidos de transformar saberes tradicionais e biodiversidade em dinâmicas de exploração e meios para obtenção de lucro.

A atuação de grupos locais, regionais e nacionais traz dificuldades para a existência dos povos que vivem na floresta e que dependem dela, mas também para os grupos urbanos, em cidades atingidas por megaempreendimentos supostamente de integração e desenvolvimento que implicam um cenário possível de catástrofes sociais e ambientais. Este é outro dos aspectos focados neste dossiê, em especial sobre o enquadramento de profundas transformações desencadeadas pela Usina Hidrelétrica Belo Monte, pela rodovia Transamazônica e outras grandes obras marcadas pela forte atuação do capital transnacional e que metamorfoseia as vidas dos habitantes da Amazônia. Estudam-se, assim, alguns dos efeitos dos empreendimentos sobre vilas de agricultores, bairros e grupos urbanos que em um curto espaço de tempo se viram diante de transformações profundas na infraestrutura que trouxe mudanças definitivas ao seu cotidiano. Neste âmbito, o dossiê inclui ainda uma reflexão que retoma as perspectivas críticas do entendimento tecnocrático do progresso

moderno de dois pioneiros do pensamento norte-americano, Ralph W. Emerson e Henry D. Thoreau, que podem ser tidos como um pronunciado e um aviso para os problemas que a Amazônia enfrenta gerados por projectos colossais, exploração da natureza e aniquilamento das comunidades indígenas. Integra igualmente um conjunto de ideias chave, em torno da ponderação crítica dos conceitos de risco e incerteza, para pensar as ameaças com que a Amazônia se defronta e a calamidade em curso.

Os autores dos artigos recorrem a diferentes conceitos, métodos, fontes e ferramentas para análises interdisciplinares. Literatura, História, Direito, Geografia, Agronomia, Sociologia, Antropologia se constituem num feixe de olhares que permitem consolidar a proposta interdisciplinar desta publicação e, ao mesmo tempo, propiciar aos leitores problematizações e análises que possibilitam conhecer a Amazônia por dentro e sob vários ângulos, geralmente distantes dos discursos sobre a região.

Ana Lúcia de Oliveira
César Martins de Souza
José Luís Garcia

DOSSIÊ AMAZÔNIA

LEMBRANDO EMERSON E THOREAU PARA PENSAR OS DEMÓNIOS DO PROGRESSO NA AMAZÓNIA

José Luís Garcia¹
Filipa Subtil²

RESUMO

Tendo em mente os efeitos socio-ambientais associados aos grandes projectos tecnológicos e de exploração económica da Amazônia, o artigo revisita as perspectivas críticas do entendimento tecnocrático do progresso moderno de dois vultos pioneiros do pensamento norte-americano, Ralph W. Emerson e Henry D. Thoreau. Os EUA são a principal potência industrial e económica do mundo e os seus padrões tecnológicos e modelo de desenvolvimento exercem atracção em muitas nações. Assim, a visão céptica de Emerson e Thoreau relativamente ao poder científico e tecnológico próprio do progressismo norte-americano surge como um alerta para os problemas que a Amazônia enfrenta gerados pelo colossalismo tecnológico, exploração da natureza e aniquilamento das comunidades indígenas.

Palavras-chave: Emerson. Thoreau. Amazônia. Colossalismo Tecnológico. Entendimento tecnocrático do progresso.

ABSTRACT

In light of the social and environmental effects of the major projects involving technological and economic exploitation of the Amazon rainforest, this article revisits the critical approaches of two pioneering figures of North-American thought, Ralph W. Emerson and Henry D. Thoreau, to the technocratic understanding of modern progress. The USA is the world's leading industrial and economical power, and both its technological standards and its development model appeal to many other countries. Emerson and Thoreau's skeptical view regarding the technological and scientific influence of North-American progressivism emerges as a warning of the problems confronting the Amazon rainforest, brought on by the sheer magnitude of technological development, the exploitation of nature and the annihilation of indigenous communities.

Keywords: Emerson. Thoreau. Amazon. Technocratic Conception of progress. Technological Colossalism.

INTRODUÇÃO

Entre o século XVIII e meados do século XX, a ideia de que a história é o registo do progresso, considerado como crescimento do conhecimento científico, avanços das técnicas e melhorias contínuas das condições da vida humana, tornou-se a mais forte crença coletiva do

¹ Investigador Principal. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Portugal. E-mail: jlgarcia@ics.ulisboa.pt

² Professora Adjunta. Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal. E-mail: fsubtil@escs.ipl.pt

que é chamado mundo ocidental. Esta mentalidade acompanha o surto de novas técnicas e do novo espírito científico que começou a brotar nos finais da Idade Média europeia e se prolongou com as descobertas geográficas, a expansão marítima dos séculos XV e XVI e o movimento de ideias do Iluminismo. Em finais do século XVIII, a concepção do progresso registou uma inflexão de perspectiva de pendor tecnocrático. Enquanto para os principais expoentes do Iluminismo, as descobertas da ciência e as invenções técnicas eram consideradas necessárias, mas insuficientes para atingir o progresso geral, a nova concepção tendia a engrandecer o papel histórico da ciência e da tecnologia. Foi assim que uma consciência orgulhosa do domínio sobre a natureza, que se encontrava em rápida expansão, associada frequentemente a um ideal de conhecimento científico total, se tornou no âmago do progressismo euro-americano (L. MARX 2001 [1996], p. 312-337). Nos EUA, esta visão tomou conta do imaginário colectivo e o seu poder tecnológico, industrial e económico engrandeceu até ser hegemónico e tornado um exemplo.

Na contra-corrente de um tal entendimento de predominância do factor técnico no progresso moderno, Ralph Waldo Emerson (1803-1882) e Henry David Thoreau (1817-1862), duas das figuras mais celebradas da cultura, literatura e humanidades dos EUA, não compreendiam a natureza como um mero repositório de possibilidades para dominar e explorar e combateram a crença no progresso tecnológico, industrial e económico como fim em si mesmo. Tendo vivido no século XIX, participaram ativamente em muitos debates intelectuais da sua época, em especial os que se desenvolveram em torno da transformação da América do Norte numa potência industrial e económica. Integraram o “transcendentalismo norte-americano”, um movimento intelectual e espiritual que irrompeu na Nova Inglaterra como uma manifestação de resistência ao racionalismo do século XVIII, sobretudo às suas versões mais categóricas. Foram também expoentes do chamado “ideal pastoral norte-americano”, que postulava a possibilidade de harmonizar o emergente desenvolvimento industrial e a manutenção do mundo natural dos EUA. A expressão *machine in the garden*, cunhada por Leo Marx ([1964] 2000), simboliza esta convicção – a tecnologia moderna poderia ser acolhida pelo continente americano virgem. Todavia, na passagem para a segunda metade do século XIX, Emerson e Thoreau exprimiram, cada um à sua maneira, um ceticismo acentuado relativamente à idolatração do poder científico e tecnológico própria das variantes “infinitistas” do progressismo moderno.

A perspectiva destes escritores colide hoje frontalmente com o que se tornou a realidade social norte-americana, empenhada na guerra contra a natureza, na criação incessante de riqueza material e no domínio cultural e político concretizado pela indústria cultural, tecnologias da informação e aparelho militar. Essa é também a representação que uma grande parte do mundo faz dos EUA, procurando muitos países imitá-los com afã. Emerson e Thoreau privilegiaram refletir a partir da experiência vivida e em vez de grandes sistemas escreveram ensaios, escritos literários e relatos de episódios de vida. Muitos dos seus temas e reflexões anteciparam a atual erosão das ideias progressistas e a reacção que emergiu nas últimas décadas do século XX, oposta à tendência ideológica favorável a um progresso acima de quaisquer valores. As lutas em torno das megaestruturas tecnológicas, da devastação das florestas e dos rios, dos organismos geneticamente modificados e do agronegócio³, das alterações climáticas, são exemplos do questionamento e da falta de confiança de largos sectores da sociedade no que tange as lógicas imperantes e entrelaçadas da ciência, da tecnologia e da indústria. Este texto sustenta que os problemas que a Amazônia enfrenta, assolada por políticas de gigantismo e colossalismo tecnológico, de exploração desmesurada da natureza e destruição de comunidades autóctones, podem beneficiar da releitura do pensamento de Emerson e Thoreau.

1. CONTEXTOS

Emerson e Thoreau viveram em Concord, um pequeno povoado rodeado de florestas da Nova Inglaterra, que foi o lugar do primeiro grande confronto da Revolução Americana. Mantiveram sempre uma profunda ligação a este lugar que acolheu a primeira comunidade rural de artistas e onde floresceu o movimento transcendentalista. A Concord e ao transcendentalismo estão também associados intelectuais e escritores como Nathaniel Hawthorne, Margaret Fuller, Bronson Alcott e William E. Channing, entre outros. Este movimento começou a organizar-se em 1836 e entre 1840 e 1929 publicou, de forma intermitente, uma revista trimestral, *The Dial*⁴. Vários dos seus participantes estiveram comprometidos com os esforços reformistas, fizeram parte do movimento abolicionista ou coabitaram em comunidades utópicas experimentais como Brook Farm.

³ Relativamente a esta importante problemática na literatura brasileira, ver Lacey (2006) e Mariconda e Ramos (2003).

⁴ Na sua primeira forma, entre 1840-1844, foi a publicação oficial do movimento.

Emerson é considerado o primeiro pensador genuinamente norte-americano e a sua conferência “*The American Scholar*”, proferida a 31 de agosto de 1837, na Universidade de Harvard, é uma verdadeira declaração de independência cultural dos EUA. De acordo com Emerson, seria o pensamento nativo, alicerçado no conhecimento da Natureza e do ser humano, que poderia libertar a criatividade. Thoreau encontrou em Emerson um mentor com quem manteve uma prolongada relação pessoal e intelectual, embora pautada pela independência, num tempo marcado pela erupção do sentimento democrático na América do Norte (COSTA, 2014, p. 13).

Estes escritores canónicos dos EUA assistiram a uma das primeiras grandes crises financeiras do capitalismo, o chamado “Pânico de 1837”, desencadeada pela especulação em redor do sistema bancário, que levou vários bancos à insolvência. Uma das sequelas desta crise foi a desconfiança dos meios intelectuais para com o espírito comercial e o materialismo. Estes passaram a ser vistos como fatores que conduziram quer ao menosprezo da vida cultural, quer ao que consideraram ser o declínio do carácter da jovem nação norte-americana. Tem assim sentido que Emerson e Thoreau tenham defendido a auto-confiança como elemento que alicerçava a genuína personalidade humana, aquela que se poderia afirmar diante de condições difíceis.

Os transcendentalistas tinham como convicção fundamental a unidade do mundo e de Deus, não dissociavam a ideia de Deus da ideia de natureza e acreditavam que a mente humana partilhava da razão divina. A partir desta carga espiritual, postularam uma atitude vital virada para a reflexão interior, para o auto-conhecimento e a singularidade de cada indivíduo. A crença na identificação da alma individual com Deus encorajou-os a elaborar um conceito de “cultura do eu” e a segui-lo como um caminho íntimo, de reflexão pessoal, fora do ruído do mundo e subordinado a regras naturais. Cultivaram, por isso, o individualismo e a desconfiança nas instituições. A ideia da unidade da natureza levou-os a encontrar elos entre as mais diversas formas de vida e as manifestações da natureza por toda a parte.

Tendo raízes na antiguidade greco-romana e na revelação judeo-cristã, a ideologia do progresso só no século XVIII se tornou simultaneamente uma teoria global, uma concepção da história e uma crença dominante. A ideia moderna de progresso envolve uma perspectiva do mundo que enfatiza a criatividade em detrimento da perpetuidade, a história como realização linear orientada para um fito definido, em vez da reiteração do mesmo, e uma capacidade humana soberana face à natureza, e não subordinada. Para Emerson e Thoreau, as

capacidades da mente humana potenciavam o conhecimento da natureza por parte dos humanos, mas tal não significava que estivesse reservado a estes um papel como seres supostamente superiores destinados a submeter a natureza e a serem senhores do mundo. Os seres humanos eram pensados como parte integrante da natureza e as suas capacidades deveriam ser orientadas para a bem habitar. Nestes autores revela-se uma crença na primazia da natureza sobre a sociedade, uma tendência para a insubordinação contra as instituições e o acolhimento na mãe natureza representativas de uma certa sensibilidade romântica⁵.

2. EMERSON: CONTRADIÇÕES NA *MACHINE IN THE GARDEN*

No século XIX, num momento em que a industrialização estava a revolver alguns países da Europa ocidental, o ideal pastoral norte-americano postulava a possibilidade de conciliação entre a natureza e o mundo manipulador e dinâmico do progresso material. Emerson é considerado por muitos autores como tendo sido, até sensivelmente à primeira metade do século XIX, o responsável pela narrativa norte-americana sobre os laços entre o progresso e a natureza.

Acima de tudo, Emerson punha o acento na liberdade e no começo que toda a acção humana representa. “Um homem deveria aprender a detectar e a observar mais a luz que atravessa interiormente a sua mente como um raio do que o brilho do firmamento de bardos e sábios” (2009, p. 10). A sua adesão ao progresso era temperada pela reserva que mantinha no que diz respeito ao “espírito societal”. Por isso, foi-lhe possível dizer serenamente: “Todos se gabam do progresso social e ninguém progride” (2009, p. 32). Ou de modo mais argumentado: “A sociedade nunca progride. Recua tão depressa de um lado como avança de outro. Passa por mudanças contínuas; é bárbara, civilizada, cristã, rica, científica, mas essa mudança não significa melhoria” (*Idem*).

⁵ Entende-se aqui o romantismo não meramente como um estilo literário, mas como um movimento que se manifesta em todos os campos da vida cultural. Abrangendo uma pluralidade de correntes, caracteriza-se por constituir um protesto contra a emergência da civilização capitalista moderna e o desenvolvimento industrial e empresarial baseado na racionalidade burocrática, no domínio mercantil e na tecnificação e quantificação da vida social. Michael Löwy (2016), um dos grandes estudiosos do romantismo na ótica focada, elenca diversas variantes da sensibilidade romântica: o romantismo conservador, defensor do restabelecimento dos privilégios e hierarquias do Antigo Regime; o romantismo revolucionário, cujo fito é um retomar um passado comunitário para o guiar em direção a um futuro utópico; e o romantismo obscurantista e intolerante à crítica humanista da racionalidade instrumental e burocrática. Emerson e Thoreau aproximam-se da segunda variante, embora sem a conotação revolucionária no sentido sócio-político (próprio do marxismo), antes privilegiando uma forte dimensão ecológica.

As palavras que Emerson dedica ao “homem civilizado” revelam tanta melancolia como pouca complacência: “O homem civilizado construiu uma carroça, mas perdeu o uso dos pés. É amparado por muletas, mas falta-lhe o apoio dos músculos. [...] Os seus blocos de notas debilitam-lhe a memória, as suas bibliotecas sobrecarregam-lhe a mente” (2009, p. 32). Este tipo de reflexão era um antídoto para qualquer consagração do avanço tecnológico que estivesse descontextualizado dos fins humanos que deveria servir: “As técnicas e os inventos de cada época são apenas as suas roupagens, não fortalecem os homens. É possível que o mal resultante dos progressos da máquina contrabalance o bem que ela traz” (2009, p. 33).

No entanto, a máquina era, para Emerson, um produto da capacidade do entendimento humano de transformar o que era natural num artefacto. A máquina era um resultado dessa faculdade humana e esta era, por seu turno, fruto dos bens oferecidos pela Natureza. A máquina não era mais do que a natureza convertida noutro elemento. No ensaio “A Natureza”, ilustra assim essa dádiva da Natureza:

Quando acode às necessidades do homem, a Natureza não é apenas a matéria, é também o processo e o resultado. Todos os seus elementos trabalham, de mãos dadas, para benefício do homem. O vento espalha a semente, o Sol evapora o mar, o vento sopra o vapor para os campos; do outro lado do planeta, o gelo condensa a chuva neste lado; por sua vez, esta alimenta a planta, a planta o animal e, deste modo, a infindável circulação da caridade divina alimenta o homem (EMERSON, 2009 [1836], p. 78).

Junto com a beleza, a linguagem (sendo esta um veículo do pensamento), a disciplina e a tecnologia são incluídas na lista dos bens essenciais que os humanos acolhem da Natureza:

As artes utilitárias são reproduções, ou novas combinações resultantes da inteligência humana, dos mesmos benfeitores naturais. O homem já não espera pelos ventos favoráveis, mas, graças ao vapor, dá vida à fábula do saco de Éolo e transporta os trinta e dois ventos na caldeira do seu barco. Para atenuar as fricções, pavimenta as estradas com barras de ferro e, montado numa carruagem que leva atrás de si um carregamento de homens, animais e mercadorias, dispara pelos campos, de cidade em cidade, como a água e a andorinha fendem os ares (EMERSON, 2009 [1836], p. 78-79).

Na verdade, Emerson tanto elogiava a tecnologia como glorificava a Natureza. A Natureza era serva do humano, mas apenas no sentido em que ela era a verdadeira soberana, ela, a quem tudo se devia. Ao servir-se da natureza, através da máquina, o ser humano era senhor apenas de um poder delegado. Instruídos pelos ensinamentos que a experiência com a

Natureza possibilitava, os norte-americanos teriam a oportunidade de tornar a América num jardim, pensava Emerson.

Todavia, em finais de 1840, este autor manifestava já sinais de cepticismo acerca da compatibilidade entre o ideal pastoral e o progresso tecnológico e industrial. O historiador Leo Marx situa este ponto de viragem no contexto da segunda visita de Emerson à Inglaterra, em 1847 (2000, p. 263). Assim, *English Traits*, de Emerson, publicado em 1856, pode ser apreciado como um dos seus primeiros e mais penetrantes estudos da nova cultura do industrialismo. O livro aparentemente reporta-se à Inglaterra, mas teria como objectivo discutir o futuro. Emerson prossegue a metáfora da máquina no jardim, afirmando que a Inglaterra era um jardim. Presta ainda tributo à Revolução Industrial, apelidando-a de maravilhosa maquinaria que diferenciaria aquela época de qualquer outra. Todavia, na segunda parte do livro, o desenvolvimento tecnológico é também considerado como causa de alienação. A maquinaria estava a desumanizar o utilizador e a demonstrar que era ingovernável (L. MARX, 2000, p. 263).

Parte inalienável do progresso tecnocrático é a utopia da comunicação e da interconexão global incentivada pelos novos sistemas tecnológicos, infraestruturas e redes técnicas. A comunicação, ao integrar a ordem da vinculação, a ordem do *religere* dos seres humanos, presta-se a ser um âmbito para projecções utópicas. A comunicação entre os humanos tende a ser imaginada como podendo desimpedir muitas das principais dificuldades e obstáculos da vida colectiva. A cada feito técnico na comunicação física (vias rodoviárias e ferroviárias, meios de transporte terrestre, marítimos, aéreos, pontes, túneis...) e simbólica (impressão, jornais, livros, telégrafo, telefone, rádio, televisão, Internet...) do mundo moderno ocidental correspondeu sempre algum tipo de excesso e apologia pelas suas presumíveis virtudes libertadoras. Nos dias de hoje, com as capacidades de transporte de pessoas e produtos por todo o planeta, com a Web como rede técnica capaz de permitir interacções humanas, todo um reino de promessas é tomado por muitos como podendo converter-se em realidade. A este respeito, nenhum tipo de inclinação prometeica pode ser imputado a Emerson. Com efeito, duvidou sempre da verdadeira possibilidade de ligação indivisa entre os humanos ou que a tentativa dessa ligação fosse simplesmente bem-aventurada. No seu ensaio “A Experiência”, questiona: “Terá sido Boscovitch quem descobriu que os corpos nunca estiveram em contacto?”. A sua resposta não é consoladora para quem acredita na boa-fé da comunicação: “Pois bem, as almas também nunca tocam os seus objectos. Um mar

intransponível lança as suas vagas silenciosas entre nós e as coisas que desejamos e com as quais conversamos” (2009 [1844], p. 140). Emerson entende a comunicação, como bem sublinha John D. Peters, “como um assunto de dar e receber sem qualquer coordenação entre os dois” (1999, p. 157). Em contrapartida, essa improbabilidade da comunicação oferece a razão para festejar o universo como uma disseminação permanente para todos que tenham sentidos para perscrutar. Para Emerson, é preciso saber ver a natureza; nos bosques encontra-se algo de mais íntimo do que nas ruas ou nas aldeias; os campos proporcionam a sugestão de uma relação oculta entre o homem e o reino vegetal.

Na sua perspectiva, o afastamento infinito entre as pessoas é o quadro da vida humana. Em “A Confiança em si”, interroga: “o teu amor pelo que está longe não será um sinal de desprezo pelo que está perto?” (2009 [1841], p. 13). A disposição moderna para a viagem desponta como uma fuga de si próprio: “Quem viaja para se distrair ou para obter qualquer coisa que não leva consigo, evade-se de si mesmo e envelhecerá entre coisas antigas, mesmo na flor da idade”. Esta reflexão leva-o a dizer que “Viajar é o paraíso dos tolos [...]. Em casa sonho embriagar-me de beleza e perder a minha tristeza em Nápoles; aí, ao meu lado, encontro a austera realidade: o eu triste, implacável, precisamente aquele de quem fugira” (2009 [1841], p. 30). Compreendemos assim também que a solidão não deva ser receada ou considerada como algo nefasto, mas antes uma verdadeira opção de vida. Em “A Natureza” afirma: “Para encontrar a solidão, um homem tem de deixar tanto o seu quarto como a sociedade. Quando escrevo ou leio nunca estou só, apesar de ninguém estar comigo. Mas se alguém quer estar sozinho que contemple as estrelas” (2009 [1836], p. 75).

A solidão é contraposta a uma vida vivida segundo a opinião dos outros, a qual é largamente infundida pelos meios modernos de comunicação de massa. Neste sentido, argumenta: “É fácil viver no mundo segundo a opinião dos outros; é fácil viver na solidão seguindo a nossa própria opinião, mas grande é o homem que, entre a multidão, guarda, com perfeita amenidade, a independência da solidão” (2009 [1841], p. 14).

É possível sustentar que em Emerson se encontram já presentes alguns dos traços do espírito que no século XX gerou as “ecoreligiões” (GINER, 2003) e que foi, como iremos ver de seguida, continuado de forma ainda mais vigorosa por Thoreau. As preocupações e inquietações ambientais, ecológicas e até cósmicas específicas do nosso tempo têm vindo a ser incorporadas no mundo da fé e das atitudes religiosas. A mudança ambiental, ao abranger a eventual extinção da natureza tal como a temos conhecido até ao presente, é percebida pelos

seres humanos como uma modificação de dimensão universal. Os cultos ecológicos e ambientais que assomaram ao longo do século XX articulam-se com um projecto de redenção, pois a salvação da humanidade passa pela salvação da natureza e pela atribuição de um carisma à própria natureza. Compreende-se, pois, que a natureza se tenha tornado objecto de deferência e culto (cf. GINER, 2003, p. 180).

3. THOREAU: DIAGNÓSTICO DE UMA EMERGENTE CULTURA INSANA

Como Emerson, Thoreau propugnava por princípios de vida que possibilitassem habitar plenamente o mundo, conhecê-lo em completa liberdade e com todos os sentidos, com consciência que integra a natureza e assim atingir a condição da autenticidade do ser humano. A sua obra mais conhecida, com estatuto de clássica e de culto, é *Walden ou a vida nos bosques* (2009 [1854]), que tem como eixo o bosque e o recolhimento numa cabana. Menos conhecido é outro seu longo ensaio, *A Week on the Concord and Merrimack Rivers* (1849), dedicado a uma viagem pelos rios enunciados no título do livro. As duas obras são inseparáveis e podem ser consideradas um diptíco.

A leitura de *Walden* é particularmente apropriada para compreender o pensamento de Thoreau relativamente ao empenho das sociedades modernas na mudança tecnológica e industrial e às expectativas de que era acompanhada quanto ao aumento e aos hipotéticos benefícios da riqueza material. Outro ensaio breve, *Uma vida sem princípios* (2014 [1863]), pode ser igualmente uma boa fonte para aceder ao seu exame de um sistema cultural que, mais de uma vez, encara como sendo genuinamente doentio.

Desde o capítulo inicial de *Walden*, intitulado “Economia”, Thoreau confronta-se com o esforço humano absorvido pela sociedade industrial, com o devoção pelos meios técnicos e pelo dinheiro, com os desvarios do consumo que começaram a irromper, com a degradação da qualidade da comunicação que afectava o esforço de identidade e auto-confiança do sujeito. Sustenta Thoreau que as pessoas comuns e os trabalhadores se deixaram absorver por preocupações artificiais e tarefas superficialmente ásperas que faziam com que não pudessem colher os frutos mais saborosos da vida, dispor de tranquilidade para uma genuína integridade na vida quotidiana ou para manter relações mais humanas com os outros humanos. Para que o seu trabalho não fosse “depreciado no mercado” não tinham condições de serem outra coisa que não máquinas (2009, p. 20).

Considerações muito próximas às anteriores encontram-se também no texto *Uma vida sem princípios* (2014 [1863]), onde desaprova repetidamente os elogios à actividade, ao trabalho e ao emprego como único objectivo de obter um salário sem ponderar a sua razão de ser. É melhor caminhar nos bosques do que os arrasar para os tornar rentáveis e, no entanto, os que passeiam são considerados vagabundos e os que escavam são considerados cidadãos “empreendedores e ambiciosos”, citando as suas palavras (2014, p. 30, 31). Thoreau zomba dos anúncios de emprego para jovens activos, como se a actividade, como escreve, “fosse todo o capital de um jovem”. O “empreendedorismo”, exemplifica, confunde-se com o espírito dos que se dedicavam à corrida ao ouro da Califórnia e a muitos negócios eivados de imoralidade. Num tempo como o actual, em que se procura gerar aquilo a que se chama emprego sem considerar o que plenamente se joga no trabalho que se vai efectuar e onde só importa conseguir dinheiro, num tempo que louva o chamado espírito empreendedor, é assombroso ler a proclamação de Thoreau de que não precisa de emprego (2014, p. 33). Não que o nosso autor desdenhe, como ele próprio escreve, “ganhar a vida”, mas importa que seja “de forma útil e honrosa, mas também e ao mesmo tempo de forma atraente e gloriosa...” (2014, p. 36).

Em *Walden*, Thoreau afirma sem hesitação que os “progressos modernos” são “inventos... (que) ... costumam ser belos brinquedos que distraem a atenção das coisas sérias”, são “meios aperfeiçoados para atingir um fim que não se aperfeiçoou...” (2009, p. 68). Denuncia assim a primazia crescente de muitos meios técnicos sobre os fins que pressupostamente deveriam servir e que colocam os seres humanos numa condição de falsa necessidade. “Os homens transformaram-se nos instrumentos dos seus instrumentos”, escreve (2009, p.53).

Thoreau salienta, sobretudo, os malefícios da tendência para tornar absolutos tais progressos e meios. São várias as páginas que dedica à tendência para o consumo excessivo, que orienta os esforços de muitos indivíduos em direcção ao mundo do dinheiro e das mercadorias. É neste âmbito que rejeita a veneração pela “deusa moda” que faz com que, em Paris, quando “a macaca-mor põe um gorro de viajante... logo na América todas as macacas copiam” (2009, p. 40); ou o endividamento por casas luxuosas que conduzem muitos a ser “perseguidos até à morte para pagar a renda”. Nestes ditos “progressos modernos”, considera Thoreau, “há muita ilusão, mas nem sempre há um avanço positivo” (2009, p. 68).

Como ilustração desse fascínio, Thoreau oferece precisamente um exemplo no âmbito dos transportes, o caminho-de-ferro: “E se as ferrovias não forem construídas como chegaremos a tempo ao céu?”, pergunta com ironia (2009, p. 110). Thoreau sabia que as grandes concessões de terras por parte dos governos federal e estadual (73 milhões, até finais do século XIX) e um forte investimento económico que favorecia grupos monopolistas (em 1897 tinham sido investidos mais de 10 000 milhões de dólares) eram o combustível em que assentava o ímpeto pelo grande desenvolvimento ferroviário dos EUA. Percebe-se, deste modo, a resposta dada por Thoreau à interrogação que formulou: “nós não andamos sobre os caminhos-de-ferro, eles é que andam sobre nós” (2009, p. 110). Estas palavras ganham ainda mais sentido quando, no mundo contemporâneo se valorizam as estruturas tecnológicas de dimensões gigantescas, embora esta seja uma manifestação com tradições muito antigas na monumentalidade de sociedades sob lideranças despóticas, casos do Egipto antigo e da civilização azteca com as pirâmides, da Roma imperial e os coliseus e arcos do triunfo, da Idade Média europeia e suas catedrais medievais. Empreendimentos colossais, na forma de canais que ligam oceanos, mega-barragens, grandes pontes⁶ e túneis, edifícios arranha-céus, estradas e linhas ferroviárias que trespasam montanhas e esventram florestas (como a Transamazônica⁷, no Brasil e Perú, e a ferrovia que liga Pequim a Lhasa, no Tibete), são modalidades de tecnoeconomia maximalista ditadas quer pelo movimento próprio do capitalismo, quer pela vertigem de grandeza da capacidade demiúrgica humana através dos artefactos e sistemas tecnológicos⁸. As redes de transportes não aproximam apenas populações que estão distantes umas das outras; são estruturas que servem finalidades económicas de importação e exportação de produtos, que alteram os preços e redimensionam o mercado; servem ainda de meio através do qual o poder político se impõe do centro para as periferias e a dinâmica que implementam contribui para a destruição das formas económicas frágeis dessas periferias e os modos de vida nelas tradicionais, quer como efeito dos movimentos migratórios que estimulam, quer pelos efeitos dos mercados nacionais e globais (Carey, 2009 [1983]; Subtil, 2014).

Similarmente aos sistemas de transporte, também com os de informação se esquecem os fins que dão significado à sua existência. “Apressamo-nos a construir um telégrafo

⁶ Ver Garcia e Subtil (1998).

⁷ Ver Souza (2018).

⁸ A respeito do conceito de “maximalidade tecnológica”, ver McGinn (1994, p. 58). Na literatura portuguesa, ver Martins (2012, p. 433-451).

magnético entre o Maine e o Texas”, escreve Thoreau, “mas pode acontecer que o Maine e o Texas não tenham nada de importante a comunicar”. E acrescenta:

Ambos podem achar-se na situação daquele homem que, ansioso por ser apresentado a uma ilustre dama surda, quando a ocasião se lhe apresentou, com o ampliador colocado na mão, não teve nada a dizer. Como se o objectivo principal fosse falar depressa e não com bom senso. Desejamos construir um túnel sob o Atlântico e trazer o velho mundo para perto de nós com algumas semanas de antecedência, mas pode muito bem acontecer que a primeira notícia a chegar aos ouvidos americanos seja que a princesa Adelaide está com tosse convulsa (2009, p. 68).

Thoreau partilhava com Emerson de um conceito vital voltado para a prospecção interior do indivíduo e para a sua incorporação na natureza, por ser parte dela e capaz de entendê-la experienciando-a. Não denota, por isso, apreço pela transmissão à distância constante e massiva de informações, não revela entusiasmo pelas novidades disseminadas pela imprensa, nem pelas correntes de opinião desencadeadas pelos meios de comunicação. Em *Walden*, chega a confessar que até “podia passar facilmente sem correio”, pois considera “que há pouquíssimas comunicações importantes feitas por seu intermédio” (2009, p. 111). De forma desassombrada, afirma que “... não [recebeu] toda a vida mais do que uma ou duas cartas que valessem a tarifa postal...” (*idem*). E mantém a mesma posição relativamente ao mundo das notícias produzido pela industrialização da imprensa. Vejamos as suas palavras a este respeito:

Também estou certo de que nunca li nos jornais nenhuma notícia notável. Se já lemos a respeito de um homem assaltado ou assassinado, ou morto num acidente, ou de uma casa incendiada ou do naufrágio de um navio, ou da explosão de um vapor, ou de uma vaca atropelada no Caminho de Ferro do Oeste, ou da morte de um cão raivoso, ou de uma nuvem de gafanhotos no inverno - nunca mais precisaremos de ler a respeito de coisas semelhantes. Basta uma vez (2009, p. 112).

“Todas as chamadas novidades” dos jornais, diz Thoreau, “não passam de bisbilhotices, e as pessoas que encarregam de editá-las e lê-las, não passam de velhinhas a tomar chá” (*idem*). No entanto, “não são poucos os ávidos por bisbilhotices”, lamenta-se. As notícias, no fundo, são uma replicação dos mesmos acontecimentos, acontecimentos a maior parte das vezes sem verdadeira importância. Relativamente às informações vindas da Inglaterra, graceja Thoreau, “por pouco a última notícia significativa vinda de lá não foi a da Revolução de 1649” (*idem*). Thoreau antecipa neste diagnóstico as torrentes de insignificância que passaram a ser comuns nos grandes meios de comunicação de massa e se tornaram

exacerbadas nas chamadas redes sociais, com vastas implicações na cultura e na vida social e política do mundo contemporâneo. Em *Uma vida sem princípios*, escreve:

Hoje, sem dúvida, muito podemos envergonhar-nos de confessar o que lemos ou ouvimos. Desconheço o motivo da trivialidade das minhas notícias – ao considerar tudo aquilo que são os nossos sonhos e expectativas, porque é que a nossa progressão é tão escassa. As notícias que ouvimos, na sua maioria, não nos oferecem novidade alguma. São a mais rançosa repetição. Sempre ficamos com a tentação de perguntar a razão pela qual é dada tanta importância a qualquer experiência pessoal, será só para que, passados vinte e cinco anos, encontremos aquele escrivão do cartório dos sucessos, um tal Hobbies, que nos perguntará: Então, nem sequer te mexeste um centímetro? Como esta são as notícias do dia-a-dia. Os seus factos parecem pairar na atmosfera, insignificantes como os esporulos dos fungos, que se acomodam num talo abandonado ou na superfície das nossas mentes que lhes fornecem o solo em que podem crescer, como parasitas. Devíamos libertar-nos das notícias deste género. [...] Não vivemos para distrações ociosas (2014 [1863], p. 48, 49).

As suas palavras a respeito da imprensa compreendem-se como reflexão sobre o facto completamente novo à escala histórica do sugestionamento entre os indivíduos à distância impulsionados pelos meios modernos de informação. Afastados fisicamente uns dos outros, não se vendo e não se tocando, dispersos por territórios extensos, lendo as notícias cada um em sua casa, os sujeitos pressentem que uma ideia ou vontade é compartilhada no mesmo momento por um grande número de outros, embora quem leia a imprensa não tenha geralmente consciência de estar a ser sujeito à influência persuasiva e irresistível que dela irradia. Foi esta capacidade dos *media* modernos – entretanto muito ampliada pela rádio, TV e hoje pela Internet – em formar correntes mentais sobre temas susceptíveis de captar a atenção de muita gente, assim como de difundir rumores, bisbilhotices e *fake news* em todas as áreas⁹ (não só políticas, mas também científicas, sociais, comerciais, desportivas, etc.), que Thoreau bem compreendeu e assinalou nas suas consequências.

Fazendo-nos lembrar as palavras de Emerson sobre a viagem, para Thoreau, a imersão do indivíduo no caudal contaminado das correntes mentais faz-se à custa do seu afastamento de si próprio, da procura da sua identidade; a aproximação ao que está distante fisicamente pelas técnicas de transporte e informação faz-se à custa do aumento do distanciamento com as comunidades próximas e com a natureza. Diz Thoreau: “Na mesma proporção em que a nossa vida interior começa a fraquejar, passamos a ir, de forma mais constante e desesperada, à estação dos correios.” O sujeito que sai da estação dos correios, orgulhoso da correspondência

⁹ Sobre a mentira, ver Subtil (2015).

que acaba de receber, é um indivíduo que “já não ouve notícias de si próprio há muito tempo.” Ler um jornal por semana, apenas um, é já demasiado para Thoreau. Confessa em *Vida sem princípios* que tentou manter essa prática semanal, mas ao fazê-lo como que abandonou a sua “região natal”. É improvável estar longe e perto ao mesmo tempo: “Não se pode servir a dois senhores. É necessário mais do que a vivência de todo um dia para conhecer e possuir toda a riqueza dos eventos daquele mesmo dia” (2014, p. 47-48). As promessas de libertação que os transportes modernos e a imprensa ofereceram não foram realmente comungadas por Thoreau. Procurou a auto-confiança do humano consigo próprio e não o orgulho prometeico, a suposta confiança dada pelo poder da tecnologia moderna. Em sua opinião, é essa cultura do eu que dá fundamento ao governo e aos direitos cívicos, uma condição essencial da república.

Apesar de mais jovem, Thoreau faleceu antes de Emerson. Este, no elogio fúnebre que lhe fez, recordou que “era um prazer e um privilégio passear com ele”, uma vez que “conhecia tão bem o campo como uma raposa ou um pássaro e cruzava-o livremente por caminhos desconhecidos por todos”. Obedecer a um tal guia para caminhadas, diz Emerson, era estar certo de que a “recompensa era grande” (1862). E, de facto, Thoreau é autor de um dos mais celebrados escritos sobre a caminhada (2012 [1854]). O percurso físico que Thoreau proclama com o caminhar é no fundo uma expedição interior em direcção a uma vivência em liberdade e que sabe limitar-se ao fundamental.

NOTAS FINAIS

A Emerson e Thoreau assentam bem as palavras que Max Horkheimer escreve numa passagem de *O Eclipse da Razão*, “os próprios pioneiros americanos não hipostasiavam os meios como fins” (2015 [1947], p. 168). O teórico alemão sublinha que, diante do dealbar de um mundo que iria ser revolvido pela grande indústria e pela alta tecnologia, as primeiras grandes figuras norte-americanas do pensamento e das letras imaginaram nos seus sonhos “os prazeres de um universo menos dinâmico e muito mais repousante. Provavelmente atribuíam um valor positivo à ‘fruição estética da contemplação passiva’ nos seus conceitos de felicidade ou no seu ideal de uma cultura ainda por adquirir” (*idem*). As ideias de Emerson e Thoreau revelam que nem todos estavam de acordo com um projecto de sociedade dedicada ao aumento da potência industrial e ao crescimento da riqueza e que houve imaginação para outros rumos mais sensíveis à dignidade social e à preservação da natureza. No entanto, a

história do mundo moderno tomou outro sentido mais pautado pelo sonho demiúrgico dos seres humanos enquanto deuses das máquinas e pela perseguição da ganância económica.

Desde há várias décadas estamos tão habituados à cadência da mudança científica e tecnológica, impulsionadora da criação de novas indústrias, que quase não nos causa espanto. As forças que são largamente o motor das inovações tecnológicas e industriais, os Estados, as indústrias, as grandes *corporations* e os departamentos científicos, técnicos e de engenharia das universidades e laboratórios, têm vindo a agir como se restasse apenas aos cidadãos adaptarem-se às transformações no seu mundo estimuladas pelos produtos da cultura da inovação tecnológica que busca o lucro económico e pela velocidade da mudança tecnológica¹⁰. Tudo se passa como se esta não necessitasse de qualquer justificação, como se fosse conforme um plano imanente impossível de cessar ou que não deve ser interrompido. Mais ainda, os conflitos em torno da realização de mega-estruturas (estradas, pontes, túneis, hidrelétricas,...) são ainda frequentemente interpretados, mesmo pelos sectores que estão preocupados com a desigualdade social e pretendem erguer um mundo mais justo, como sendo meras reacções conservadoras aos paladinos do progresso que querem fazer triunfar a modernidade. Todavia, é cada vez mais evidente a dificuldade de muitos grupos humanos sobreviverem às actuais condições económicas ou se ajustarem às inovações tecnológicas, bem como aos efeitos desse desajustamento e das externalidades nocivas no ecossistema global. As forças propulsoras da inovação tecnológica estão mais movidas por objectivos eminentemente comerciais, tecnocráticos e de poder do que propriamente em contribuir para que o mundo social seja menos desigual e violento ou menos destruído ecologicamente.

O mundo dos nossos dias encontra-se numa profunda crise que não é apenas económica e social, envolvendo também o tipo de conhecimento científico predominante e muitas opções tecnológicas que se apresentam como sofisticadas pese embora o seu lado bárbaro, uma relação com o mundo natural que neste vê somente um recurso a ser incessantemente explorado ou sujeito a manipulação. No entanto, apesar da exponenciação dos riscos, das incertezas e das catástrofes ligadas à ação humana, como o aquecimento climático, a extinção da biodiversidade, o aumento da pobreza, o alastramento das guerras, o tipo de economia predatória e egoísta que domina os sistemas produtivos e condiciona as sociedades teima em ver-se como universal, como pináculo da humanidade, como fim da

¹⁰ Sobre o tópico da inovação, ver Garcia (2012). Para uma relação entre inovação e neoliberalismo no Brasil, ver Oliveira (2014).

história. Os crédulos deste modelo económico e da tecnociência guiada por interesses mercantis, que estão a converter os organismos biológicos e as florestas em mais-valia, convidam-nos a fazer pequenas mudanças ou a ter paciência, a continuar esta senda, e isto num tempo em que quer a humanidade, quer a natureza estão em causa. Por todo o mundo, e a uma cadência crescente, o tecnofanatismo tem vindo a gerar tecno-calamidades¹¹.

Emerson e Thoreau ofereceram uma visão céptica e mesmo discordante do projecto de progresso decorrente do racionalismo moderno no seu entendimento mecanicista, economicista e tecnocrático. A tendência para uma maior desvinculação entre o mundo dos seres humanos e a natureza que as tecnologias modernas impulsionaram, assim como a quimera da comunicação global, não foram partilhadas por Emerson e Thoreau. No âmbito da história das ideias, estão na contracorrente das profecias industrialistas e tecnológicas de pensadores como o Conde de Saint-Simon e os seus influentes discípulos que viveram sensivelmente no mesmo período (entre finais do século XVIII e a primeira metade do século XX) e que tanta influência exerceram na formação do movimento histórico da filosofia positiva. Lembremos que, para esta corrente, uma sociedade científico-industrial teria o condão de abrir a possibilidade de superar as condições de opressão humana e atingir uma condição social e histórica livre de subjugação. É verdade que Saint-Simon e Comte não fizeram da tecnologia e do industrialismo ídolos, mas o seu voluntarismo progressista pôde ser apropriado por portadores do fetichismo industrial e tecnológico. Já as perspectivas que Emerson e Thoreau nos deixaram nos alvares das sociedades industriais são reveladoras de um espírito muito distinto do que aquele que levou à veneração da indústria, da tecnologia e da riqueza material. Elas oferecem-nos pistas para a imaginação sociológica bosquejar outra relação com a natureza, entre os seres humanos e os fins da vida; outra relação de confiança em cada um de nós que não passe por jogar aos deuses através do poder tecnológico, o qual por efeito de boomerang nos está afinal a conduzir à sujeição tecno-económica.

BIBLIOGRAFIA

CAREY, J. W. Technology and ideology. The case of the telegraph. In: **Communication as culture. Essays on media and society**. Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press, 2009 [1983], p. 155-177.

¹¹ A respeito das tecnocatástrofes, ver, por exemplo, Dupuy (2002), Martins (2012, p. 255-301). Para uma análise de um episódio catastrófico concreto, ver Garcia e Jerónimo (2013).

DUPUY, Jean- Pierre. **Pour un catastrophisme éclairé**. Paris: Points, 2002.

EMERSON, Ralph W. A confiança em si. In: _____. **A confiança em si, a natureza e outros ensaios**. Lisboa: Relógio d' Água, 2009a [1841], p. 9-35.

_____. A natureza. In: _____. **A confiança em si, a natureza e outros ensaios**. Lisboa: Relógio d' Água, 2009b [1836]. p. 71-114.

_____. A experiência. In: _____. **A confiança em si, a natureza e outros ensaios**. Lisboa: Relógio d' Água, 2009c [1844], p. 137-161.

_____. Eulogy. **Atlantic Monthly**. 9 Maio, 1892.

GARCIA, José L. **El discurso de la innovación en tela de juicio: tecnología, mercado y bienestar humano**. Arbor: ciencia, pensamiento e cultura. vol. 188, nº 753, 2012, p.19-30.

GARCIA, José L. e JERÓNIMO, Helena M. (2013). **Fukushima: a tsunami of technological order**. In JERÓNIMO, Helena. M., GARCIA, José Luís & MITCHAM, Carl (eds). **Jacques Ellul and the techonological society in the 21st century**. New York: Springer, pp. 129-144.

GARCIA, José L. e SUBTIL, Filipa. Conflito social e ambiente — a Ponte Vasco da Gama. **Análise Social**. vol. XXXIII (151-152), 1998 (2.º-3.º), p. 707-746

GINER, Salvador. Piedad cósmica y racionalidade ecológica. In: _____. **Carisma y razón. La estructura moral de la sociedad moderna**. Madrid: Alianza Editorial, 2003. p. 179-211.

HORKHEIMER, Max. **O eclipse da razão**. Lisboa: Antígona, 2015 [1947].

LACEY, Hugh. **A controvérsia sobre os transgênicos**. São Paulo, Ideia e Letras, 2006.

LÖWY, Michael. **Utopias. Ensaios sobre política, história e religião**. Lisboa: Ler Devagar, UNIPOP, 2016.

MARICONDA, Pablo R. e RAMOS, Maurício de Carvalho. Transgênicos e ética: a ameaça à imparcialidade científica. **Scientia Studiae. Revista Latino-Americana de Filosofia da Ciência**, vol. 1 (2), 2003, p. 245-261.

MARTINS, Hermínio. Para uma sociologia as calamidades. In: **Experimentum Humanum. Civilização tecnológica e condição humana**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2012, p. 255-301.

_____. Dilemas da república tecnológica. In: **Experimentum Humanum. Civilização tecnológica e condição humana**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2012, p. 433-451.

MARX, Leo. **Machine in the garden. Technology and the pastoral ideal in America**. Oxford & Nova Iorque: Oxford University Press, 2000 [1964].

_____. A dominação da natureza e a redefinição do progresso. In: MARX, LEO e MAZLISH, BRUCE. **Progresso: realidade ou ilusão?** Lisboa: Editorial Bizâncio, 2001, p. 312-227 [1996].

McGINN, Robert E. Technology, Demography and the anachronism of traditional rights. **Journal of Applied Philosophy**, 11 (1), 1994, p. 57-70.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. Inovação e neoliberalismo: a experiência brasileira. In: CALDART, Salete & ALENTEJANO, Paulo (orgs.). **Universidade e Pesquisa**. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 39-59.

PETERS, John D. **Speaking into the air. A history of the idea of communication**. Chicago & Londres: The University of Chicago Press, 1999.

SOUZA, César Martins de. **A estrada invisível. Histórias e memórias da Transamazônica**. Curitiba, Paraná: Editora Prismas, 2018 (no prelo).

SUBTIL, Filipa. As Guerras Mundiais e as mutações na teoria social da comunicação e dos media. **Revista FAMECOS: Mídia, Cultura e Tecnologia**, Vol. 22 (3), p. 15-40, jul./set. 2015.

_____. Tecnologia, economia e política: o telégrafo como antecessor da Internet. **Estudos em Comunicação**, nº 15 Esp, 2014, p. 25-40.

THOREAU, Henry D. **Walden ou a vida nos bosques**. Lisboa: Antígona, 2009 [1854].

_____. **Caminhada**. Lisboa: Antígona, 2012 [1862].

_____. **A week on the Concord and Merrimack rivers**. Holt: Rinehart & Winston, 1963 [1849].

_____. **Uma vida sem princípios**. Braga: Opera Omnis, 2014 [1863], p. 9-24 (com tradução, introdução e notas de Jaime Becerra da Costa).

QUATRO IDEIAS-CHAVE PARA PENSAR A PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

Helena Mateus Jerónimo¹

RESUMO

Este artigo elenca quatro ideias-chave para pensar os problemas com que a Amazônia se defronta e sua proteção: (1) a linguagem do risco probabilístico é equivocada para analisar os problemas ecológicos e os padrões tecnológicos e económicos dominantes; (2) neste tipo de problemas existem múltiplas incertezas, não suscetíveis de probabilização, devido à influência de interações imprevistas, sinergias negativas e opacidades causais; (3) negar a incerteza e a imprevisibilidade dos problemas que afetam a Amazônia contribui para aumentar a dificuldade em enfrentar um cenário de catástrofe, cujos contornos são difíceis de antever ou de localizar com precisão; (4) poder perspetivar a Amazônia como uma “zona de sacrifício” obriga a decisões que envolvem um questionamento sobre os padrões de crescimento económico, as opções tecnológicas passadas e atuais, as escolhas sobre os recursos, e os valores e as experiências das populações.

Palavras-chave: Risco. Incerteza. Ameaças. Amazônia.

ABSTRACT

This article lists four key factors that need to be taken into consideration when studying the problems that the Amazon forest is facing: (1) the language of probabilistic risk is incorrect for assessing the ecological problems and the dominant technological and economic patterns; (2) multiple uncertainties are encountered when studying this type of problems, which are not susceptible to probabilities, due to the influence of unforeseen interactions, negative synergies, and causal opacities; (3) denying the uncertainty and unpredictability of the problems affecting the Amazon contributes to increasing the difficulty of dealing with a catastrophe scenario, the repercussions of which are difficult to foresee or to pinpoint, and; (4) as the Amazon is liable to being considered a “sacrifice zone”, related study requires decisions that involve questioning economic growth patterns, past and current technological choices, resource choices, and the values and experiences of populations.

Keywords: Risk. Uncertainty. Threats. Amazon forest.

INTRODUÇÃO

A Amazônia, a maior floresta tropical do mundo e a mais rica em termos de biodiversidade, tem estado sujeita a múltiplas ameaças que podem conduzir à sua destruição, bem como das suas populações autóctones. De entre essas ameaças, que se sucedem num ritmo acelerado, contam-se as provocadas pelas alterações climáticas em geral, mas também pelo desmatamento, mineração e exploração madeireira, construção de represas hidroelétricas e hidrovias, e outras formas de exploração do mundo natural (FEARNSIDE, 2003). Várias das infraestruturas tecnológicas de grande escala lá instaladas foram apresentadas como símbolos de progresso, fórmulas de emancipação económica e manifestações de enaltecimento da grandeza do Brasil, mas vieram acompanhadas de inúmeros riscos,

¹ ISEG, Universidade de Lisboa, Portugal & CSG/Advance. E-mail: jeronimo@iseg.ulisboa.pt

incertezas e vulnerabilidades. Seguem-se quatro ideias-chave para pensar as ameaças que a Amazônia enfrenta e a sua proteção .

1. A NOÇÃO DE RISCO É EQUIVOCADA PARA PENSAR AS AMEAÇAS À AMAZÔNIA

Os fenómenos ecológicos e outros gerados pelo vínculo entre os padrões tecnológicos e económicos dominantes, como os que se colocam à Amazônia, têm sido geralmente descritos, interpretados e analisados através da linguagem do risco. Enquanto princípio organizador das análises e das medidas de regulação daqueles fenómenos, o conceito de risco sustenta-se no fascínio exercido pelo cálculo de probabilidades e previsões estatísticas, ou pelo “fetichismo do conhecimento quantitativo” (RIESEL; SEMPRUN, 2011, p. 33), o qual como que introduz um elemento de racionalidade no destino do mundo e no papel da humanidade na tentativa de domesticação do acaso (GONZÁLEZ GARCIA, 2006).

O predomínio da linguagem de risco ganhou um ímpeto renovado desde meados da década de 1980 com a publicação da obra *Risk Society* do sociólogo alemão Ulrich Beck (1992 [1986]). Esta expansão macrosociológica do conceito de risco à sociedade de finais do século XX tinha por base a seguinte tríade de ideias: (a) a sociedade contemporânea substituiu a preocupação com a escassez e distribuição de riqueza por uma angústia existencial perante as consequências desconhecidas e indesejadas do que se tem considerado serem os seus próprios sucessos (a industrialização, o progresso técnico-científico e o crescimento económico); (b) os novos riscos são qualitativamente diferentes daqueles que existiam no passado porque decorrem de decisões tecno-económicas; (c) os riscos atuais esquivam-se a uma atribuição fácil de responsabilidades, são virtualmente invisíveis sem interpretação científica e têm repercussões sociais, espaciais e temporais de largo escopo, inclusive a capacidade inédita de auto-destruição global.

Desde então, assiste-se a um uso inflacionado e impreciso do conceito, plasmado numa avultada quantidade e diversidade de estudos teóricos e empíricos, revistas especializadas, programas de disciplinas académicas, centros de investigação, conferências internacionais, etc. Acentuou-se a tendência excessiva para enquadrar a larga maioria dos fenómenos – desde os problemas ambientais aos colapsos financeiros dos mercados, passando pelos ataques terroristas – em termos de risco probabilístico. Noutro lugar (JERÓNIMO, 2014), designei esta tendência de *riscofrenia*, um termo que se recorta com o conceito “quantofrenia” de Pitirim Sorokin (1956), sociólogo que, nos anos de 1950, denunciou o

“culto” da sociologia americana de então pelos métodos quantitativos e lógicas de mensuração na interpretação dos fenômenos sociais. A esta luz, também o culto pelo conceito de risco o parece elevar a dogma central de certeza com base na imagem que oferece de suposta segurança e controlo sobre o aleatório e as contingências.

A “sociedade de risco” de Beck é, na realidade, uma sociedade de incerteza, já que a sua designação societal não corresponde à definição convencional de risco que existe na ciência económica, e onde a sua diferenciação da noção de incerteza é conhecida desde a década de 1920 (KEYNES, 1921; KNIGHT, 1921). O risco refere-se a situações cujos resultados podem ser avaliados e calculados em termos das suas probabilidades numéricas; a incerteza aplica-se a situações impossíveis de avaliar mediante um cálculo probabilístico. Ora, ao argumentar que a sociedade contemporânea enfrenta “ameaças incalculáveis, que constantemente se eufemizam e trivializam em riscos calculáveis” (BECK, 2000 [1994], p. 172), Beck teve o mérito de recuperar a ideia de incerteza, mas fê-lo sob o nome não rigoroso de risco. “Sociedades de incerteza” ou “sociedades aleatórias”, para pedir de empréstimo expressões certas de Hermínio Martins, seriam designações mais adequadas porque muitos dos fenômenos que surgem incluídos na noção de risco são efetivamente incertezas, dado o desconhecimento das probabilidades estatísticas de muitas das consequências possíveis, a insuficiente confiança nas estimativas produzidas pelos peritos, as potenciais margens de erro, e as incertezas aleatórias na natureza e no comportamento humano (MARTINS, 2011, cap. V).

É precisamente por estas razões que a noção de risco denota toda a sua incapacidade para nomear o que está em causa no rumo a que a Amazônia tem estado sujeita. A linguagem do risco acaba por obstaculizar o surgimento da ideia segundo a qual é necessária uma transformação radical da relação da sociedade com a economia, a tecnologia e a política. Mais do que questionar o modelo tecnocrático e tecnológico vigente nas sociedades contemporâneas, a “riscofrenia” alimenta a manutenção desse modelo. As avaliações de risco, ao estimarem as probabilidades de ocorrência de possíveis danos ou perdas em determinada situação, e sua possível magnitude, acabam por caucionar um padrão socialmente aceitável dos riscos, tão útil à manutenção do *status quo*. Resiste-se obstinadamente a reconhecer não ser possível concretizar a promessa da modernidade de “produzir um mapa calculável do mundo futuro” (REDDY, 2006, p. 246).

2. AS AMEAÇAS QUE A AMAZÔNIA DEFRONTA ENVOLVEM UMA CONSTELAÇÃO DE INCERTEZAS

Indiferente a toda e qualquer tentativa de domesticação, a incerteza nunca deixou de existir e inclusive foi-se imiscuindo com outras contingências decorrentes da ação e decisão humanas, que têm sido amplamente designadas por “incertezas manufaturadas”. A noção da incerteza como calculável – em bom rigor, como risco – tornou-se predominante, mas, no que concerne a sistemas tecnológicos complexos ou fenômenos ambientais à escala global, nem todas as dimensões são suscetíveis de probabilização, devido à influência de uma série de interações imprevistas, sinergias negativas, longos períodos de latência e opacidades causais.

A incerteza possui várias facetas que impõem limites às avaliações pensadas em termos estritamente técnicos. Para além das incertezas *epistêmicas*, presentes em situações em que sabemos quais são as potenciais consequências negativas de um determinado fenômeno mas não as suas probabilidades devido a um conhecimento científico incompleto ou ainda insuficiente, é preciso reconhecer, seguindo neste aspeto Brian Wynne, a existência da *ignorância* (situações em que tanto as consequências negativas como as probabilidades de ocorrência são irreconhecíveis) e da *indeterminação* (situações que não são de todo possíveis de prever em termos quantitativos porque dependem de decisões, compromissos e contingências humanas e sociais) (WYNNE, 1992, p. 114-19). A trajetória e as possíveis ramificações de alguns fenômenos podem encerrar inclusive “incertezas severas”, no sentido em que os seus impactos, a acontecerem, dão corpo a uma “constelação de sete predicados”, nas palavras de Hermínio Martins (2011, p. 211) – imprevisíveis, cumulativos, profundos, longos, invisíveis, latentes e irreversíveis. Aí se inclui, por exemplo, o nuclear ou as alterações climáticas e a capacidade atual de aniquilamento da espécie humana e do planeta.

A complexidade intrínseca dos ecossistemas e as potenciais consequências imprevisíveis e indesejáveis das ações humanas, bem como o desconhecimento e fragmentação do próprio conhecimento científico, contribuem para que o destino da Amazônia se conjugue com uma multiplicidade de incertezas e até estratégias. É o típico “wicked problem” (em tradução aproximada: problema perverso, mal estruturado) que se caracteriza por ser complexo, imprevisível, sem solução simples ou aparente, com o fim-em-aberto. Estes problemas tendem a prosseguir o seu curso de forma invisível, até se materializarem em “sintomas” e/ou interpretação científica. De notar que à invisibilidade dita *natural*, existe igualmente uma invisibilidade *manufaturada* (ou seja, uma política da invisibilidade) que instrumentaliza a primeira. Por outras palavras, as instituições que

supostamente deveriam regular os riscos ou as indústrias que os produzem “esforçam-se” por tornar (ou manter) os riscos invisíveis para as pessoas, como o próprio Beck chamou a atenção (BECK, 2017, p. 127-30). Na mesma linha, também a ignorância é muitas vezes ignorada e estrategicamente “trabalhada” para favorecer/inocentar certas indústrias, originar/aumentar controvérsias e atrasar/impedir a decisão política. Trata-se de uma “ignorância fabricada”, como avança Martins (2011), ou de “agnotologia” ou “miopia auto-induzida” (*self-induced myopia*), tal como propõem respectivamente Proctor e Schiebinger (2008) e McGoe (2012).

Relembrar a diferença conceitual básica entre risco e incerteza é importante porque não se trata de puras abstrações. Ver a Amazônia a partir de cada uma daquelas noções é ter um mapa da ordem do mundo com diferentes orientações políticas e normativas. Partir do risco implica uma certa supressão ou negação da imprevisibilidade ou, pelo menos, considerar que a incerteza pode ser domada, que o nosso grau de conhecimento é suficiente para tomar decisões válidas e que o controle é possível. Partir da incerteza pressupõe assumir a existência de elementos inesperados, imprevisíveis e aleatórios em resultado da ação e decisão humanas. É ver o mundo na sua complexidade e contingências, aceitando que existem “riscos” que não conhecemos e sobretudo que existem “riscos” que são incognoscíveis, revelando, no mesmo passo, os limites da predição e controle científicos. Para além da dimensão técnica e de risco probabilístico, os problemas surgem envoltos numa mescla de fatores sociais, institucionais, económicos, políticos e éticos, que, se forem tidos em conta, permite uma reflexão mais precisa acerca dos desafios e encruzilhadas que colocam.

3. NA AMAZÔNIA VAI-SE DESENROLANDO UMA CATÁSTROFE *AU RALENTI*

As catástrofes ocorrem quando as incertezas manufaturadas ou a sinergia entre estas e eventos naturais calamitosos se tornam certas, ou, por outras palavras, as incertezas manufaturadas são catástrofes latentes. Seria de almejar, portanto, que as incertezas não se materializassem em catástrofes. Mas num mundo virado ao avesso, que se transformou, por via da inovação tecnológica constante e desregulada, num gigante “laboratório” experimental, as catástrofes não são acontecimentos excepcionais, tornaram-se algo em potência, à espera de acontecer ou já a ocorrer em câmara lenta.

O futuro surgiu sempre ensombrado por ameaças catastróficas. O inédito hoje é que, tendo a humanidade se auto-encarregado da gestão do ecossistema planetário, as “causas” deixaram de ser atribuídas a forças transcendentais ou ao destino. Mesmo nas catástrofes

“naturais” encontram-se elementos humanos, o que torna fluida a distinção conceptual entre “natural” e “social”, e denota a impossibilidade de as imputarmos a “atos de Deus” e de, no mesmo passo, nos isentarmos de responsabilidade (DUPUY, 2006). A artificialidade do meio exterior é “a expressão mensurável da nossa separação da natureza” (MARICONDA, 2014, p. 90) e da probabilidade de virmos a vivenciar consequências imprevisíveis das ações e decisões tomadas no presente. O nosso cenário é o de catástrofes que se vão sucedendo a diferentes ritmos, mas cujos contornos e tempos se descobre serem difíceis de antever ou de localizar com precisão, sendo, por vezes, até impossível imaginá-las. Procedem de inúmeras contingências, naturais e humanas, e inclusive da interação não prevista de ações propostas como soluções a problemas prévios, de tal forma é densa, emaranhada e complexa a rede de interdependências em que a vida individual e social ocorre hoje. Ao espectro de uma crise ecológica acelerada, há que juntar a ameaça de uma guerra nuclear ou a gradual metamorfose da condição humana na chamada pós-humanidade, por via das bio e das nanotecnologias, da computação e da cibernética.

Os eventos catastróficos acabam por revelar que consequências ditas “impossíveis” acontecem. As baixas probabilidades não impedem que uma catástrofe ocorra e que os seus efeitos sejam devastadores, os quais sê-lo-ão ainda mais se afetarem agregados populacionais. Não raras vezes, faz-se equivaler erroneamente a falta de evidências sobre a nocividade de algo, que decorre de incertezas epistémicas e/ou de ignorância, com a ausência de risco. A responsabilidade, essa, é difusa. A todos implica, mas parece que não pertence a ninguém e o “business-as-usual” prossegue o seu rumo. Veja-se o que aconteceu em Fukushima, Japão, em 2011. As probabilidades de ocorrência de um acidente calamitoso numa central nuclear são baixíssimas, tanto mais porque o design das próprias instalações inclui esquemas de segurança redundantes. Contudo, nenhum sistema técnico, por mais “perfeito” que seja tecnicamente, pode escapar ao acaso, às “surpresas”, ou à falibilidade da intervenção humana. Na central japonesa, funcionaram os sistemas automáticos de deteção e reação a sismos, mas os mecanismos de defesa a tsunamis ficaram aquém dos 14 metros de onda que entrou terra adentro. Descobriu-se depois que a central estava preparada para tsunamis até 6 metros (com base em cálculos feitos na década de 1970) e que a empresa responsável havia ignorado o cenário (que considerou “irrealista”) apontado por um relatório interno de 2008 que previa a possibilidade de tsunami maiores e que era aconselhável elevar a parede protetora do edifício (GARCIA; JERÓNIMO, 2013).

A imprevisibilidade e a potencial ocorrência de falhas nos fenómenos ambientais e em sistemas técnicos complexos apelam, portanto, à necessidade de uma postura de precaução e

de reconhecer eventuais catástrofes como reais. É este o sentido da expressão “catastrofismo iluminado” (*catastrophisme éclairé*) de Jean-Pierre Dupuy (2002). Para prevenir cenários potenciais futuros de destruição, como os que podem ocorrer na Amazônia, precisamos acreditar na sua possibilidade real antes que aqueles se tornem reais. Há que destruir a nossa forma de pensar que se recusa a acreditar que o que parece impossível é, afinal, possível. De forma similar, Beck (2017: 147-159) defende que a bússola do século XXI deve basear-se em formas alternativas de pensar, refletir e agir no mundo, tendo por ponto de partida um “catastrofismo emancipatório” (*emancipatory catastrophism*). Alguns riscos globais, longe de se tornarem catástrofes apocalípticas, podem ter um potencial de antecipação que faça emergir uma nova reflexividade sobre os mesmos, um novo quadro de ação social e política, e novos horizontes normativos, que conduza à reforma urgente e imperiosa das instituições (direito, política, economia, inovações tecnológicas, consumos e estilos de vida). De forma sintética, uma das nossas prioridades deveria ser domesticar “o modo tecnológico radical de agir e de pensar, domesticar a ‘natureza artificial’ em vez da ‘natureza natural’, reformar as nossas relações com o que resta da criação, da evolução não-humana, não-sapiente” (MARTINS, 2011, p. 321).

4. A AMAZÔNIA ESTÁ SOB O ESPECTRO DA SUA CONVERSÃO NUMA ZONA DE SACRIFÍCIO

A devastação da Amazônia é um cenário de ameaça global. Trata-se de uma imensa área frágil, vulnerável, muito permeável às alterações climáticas e à contaminação de algumas instalações industriais pesadas ou atividades de exploração intensa, e onde a distribuição dos danos será sempre numa escala global, ainda que afete primeiramente as populações indígenas. A Amazônia parece configurar o que nos estudos de injustiça ambiental é conhecido por “zona de sacrifício”.

As “zonas de sacrifício” são áreas contaminadas e com sérios e irreversíveis danos ambientais e de saúde pública, provocados por instalações industriais pesadas e/ou bases militares. Essas áreas possuem um padrão de desigualdade à contaminação, não só a nível nacional porque concentram perigos num determinado espaço, mas também a nível das populações que habitam estes locais, em geral minorias étnicas e raciais, com baixos rendimentos. Originalmente associado a regiões contaminadas com minas de urânio ou locais de testes nucleares, o conceito pode ser estendido a outras áreas “sacrificadas” por uma poluição intensa, como sugere Steve Lerner (2012). O “sacrifício” não ocorre de forma

fortuita. Resulta de decisões políticas, a nível local e nacional, sobre a localização de indústrias pesadas poluentes com base em avaliações insensatas, tendenciosas ou inequitativas sobre o uso da terra (LERNER, 2012, p. 6). Os governos local e nacional, ao mesmo tempo que tentam manter a confiança dos cidadãos, decidem sobretudo em prol do desenvolvimento económico, da criação de emprego e aumento das fontes de receita fiscal. Já as indústrias decidem em função da proximidade das matérias-primas, do acesso rápido às vias de transporte, e/ou do custo dos terrenos. Indústrias e governos procuram deliberadamente evitar as comunidades que são mais capazes de fazer oposição à instalação de uma infraestrutura indesejada e que são as que têm recursos económicos, políticos, escolaridade e capital social. As comunidades pobres, de minorias ou de cor tornam-se um alvo fácil porque carecem daqueles recursos.

Feitas as devidas ressaltas, também a Amazônia parece estar sob o espectro do sacrifício por um certo tipo de desenvolvimento económico e pela procura do lucro. Pensá-la como *recurso* significa remeter, de forma equivocada, tudo o resto para segundo plano (por exemplo, a conservação dos habitats naturais, o bem-estar das populações indígenas, o respeito pelas culturas e saberes locais). Ainda que muitos dos problemas que a Amazônia enfrenta tenham uma expressividade sociocultural e geográfica específica, eles podem originar acontecimentos globais e exigem soluções igualmente planetárias. Ou seja, podem até ser fenómenos locais na forma como ocorrem, mas são globais naquilo que colocam em jogo. O mundo e a humanidade partilharão do destino que couber à Amazônia.

A responsabilidade perante decisões passadas e presentes, e o compromisso com o futuro, obrigam a decisões que envolvem um questionamento sobre os padrões de crescimento económico, as opções tecnológicas passadas e atuais, as escolhas sobre os ditos recursos, os valores e as experiências dos cidadãos, e as dimensões psicossociais (perceção do risco, justiça distributiva, etc.) presentes nos dilemas ambientais. A “economia verde” é um exemplo de solução posta em marcha, mas fica aquém do necessário porque não altera verdadeiramente os pressupostos fundamentais em que assenta a civilização ocidental. De notar que, independentemente das dificuldades, persiste a tradição da quantificação e o conceito de risco está presente nas modelizações, matrizes, cadeias de impactos e projeções de diferentes cenários futuros, mas também nas regulações e *guidelines* de atuação. Privilegiam-se os parâmetros cuja evolução e efeitos possam ser mensuráveis, para dar pelo menos a ideia de uma ação possível (RIESEL; SEMPRUN, 2011 p. 45-46). Certos fenómenos entram assim, e de forma surpreendente, numa lógica de financeirização e alimentam o que Naomi Klein (2014) designa por “capitalismo do desastre” (por exemplo, o mercado dos “créditos de

carbono”, os “derivativos climáticos” ou as “obrigações de catástrofe”). Para que se mude o rumo ou se abrande o ritmo, e se perspetive um mundo mais consentâneo com o princípio da responsabilidade e ideais de igualdade e justiça social, é preciso regular e reestruturar a política de inovação tecnológica; desencastar as tecnologias da mera procura da riqueza económica e submetê-las a controlo ético, jurídico e político; avaliar criticamente as tecnologias, promovendo umas e inibindo outras (inclusive “desligar” determinados sistemas tecnológicos, enquanto decisão consciente para repensar a nossa relação com a tecnologia); envolver cientistas, políticos, ativistas e comunidades, e inscrever as suas ações e decisões num quadro pautado pela preservação ecológica (GARCIA; JERÓNIMO; CARVALHO, 2018).

* * *

O conhecido slogan que descreve a Amazônia como “pulmão do planeta Terra” revela bem a magnitude do dilema e da responsabilidade que temos perante este ecossistema. Qualquer análise ou plano de ação que se concentre apenas numa racionalidade e instrumentalidade meramente técnicas e em cálculos probabilísticos, sem os articular com reorientações sociais, económicas e políticas acerca das causas que engendram os problemas que enfrenta, está condenado ao falhanço. O que está em causa na Amazônia é incalculável, impossível de compensar, de responsabilidade inimputável e com repercussões que se estendem às gerações vindouras. Algumas lições do passado ensinam-nos que não podemos continuar a pensar entusiasticamente que, por via do poder científico-tecnológico e das capacidades de controlo e previsibilidade, a incerteza, a imprevisibilidade e o aleatório se retiraram da condição humana no mundo contemporâneo. A humanidade e a natureza mantêm a sua condição vulnerável e trágica. Negar isso só contribui para aumentar a dificuldade em enfrentar as catástrofes que podem assolar a vida humana. As decisões de hoje estão a desenhar as ameaças do futuro. Há que “repensar o *layout* da atual ordem civilizacional, já que fomos nós, e não os deuses, que definimos a presente configuração” (EBERT, 2012, p. 4). O debate ideológico de fundo e o envolvimento da comunidade na decisão política é fundamental, já que: “O pior nunca é certo. O melhor nunca está garantido. (...) É por a economia (sobretudo o capitalismo) não ser moral, e por a moral não ser rentável (...), que precisamos de ambas. E é por elas não bastarem, nem uma nem outra, que precisamos, todos, da política” (COMTE-SPONVILLE, 2006, p. 185-186).

REFERÊNCIAS

- BECK, Ulrich. **Risk Society: Towards a new modernity**, Londres: Sage, 1992 [1986].
- BECK, Ulrich. Réplicas e críticas. Autodissolução e auto-ameaça da sociedade industrial: que significa isto?”. In: **Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética no mundo moderno**. Organização de Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash. Oeiras: Celta, 2000 [1994], p. 165-74.
- BECK, Ulrich. **A Metamorfose do Mundo: Como as alterações climáticas estão a transformar a sociedade**, Lisboa: Edições 70, 2017.
- COMTE-SPONVILLE, André. **O Capitalismo será Moral?** Mem Martins: Editorial Inquérito, 2006.
- DUPUY, Jean-Pierre. *Pour un Catastrophisme Éclairé: Quand l'impossible est certain*, Paris: Seuil, 2002.
- DUPUY, Jean-Pierre. Ainda há catástrofes naturais?. **Análise Social**, v.XLI. n.181, p. 1181-93, 2006.
- EBERT, John Davis. **The Age of Catastrophe: Disaster and humanity in modern times**, Jefferson, North Carolina: McFarland, 2012.
- FEARNSIDE, Philip. M. **A Floresta Amazônica nas Mudanças Globais**, Manaus: INPA, 2003.
- GARCIA, José Luís e JERÓNIMO, Helena Mateus. Fukushima: A tsunami of technological order. In: **Jacques Ellul and the Technological Society in the 21st Century**. Organização de Helena Mateus Jerónimo, José Luís Garcia e Carl Mitcham. Dordrecht: Springer, 2013, p. 129-44.
- GARCIA, José Luís, JERÓNIMO, Helena Mateus, e CARVALHO, Tiago Mesquita. Methodological Luddism: A concept for tying degrowth to the assessment and regulation of technologies. **Journal of Cleaner Production**, v.197, p. 1647-53, 2018.
- GONZÁLEZ GARCIA, José M. **La Diosa Fortuna: Metamorfosis de una Metáfora Política**. Madrid: A. Machado Libros, 2006.
- KEYNES, John Maynard. **A Treatise on Probability**. Londres: Macmillan, 1921.
- KLEIN, Naomi. **This Changes Everything: Capitalism vs. the climate**, Nova Iorque: Simon & Schuster, 2014.
- KNIGHT, Frank H. **Risk, Uncertainty and Profit**, Londres: London School of Economics and Political Science, 1957 [1921].
- JERÓNIMO, Helena Mateus. Riscophrenia and ‘animal spirits’: clarifying the notions of risk and uncertainty in environmental problems. **Scientiae Studia**, v.12, p. 57-74, 2014.
- LERNER, Steve. **Sacrifice Zones: The front lines of toxic chemical exposure in the United States**, Cambridge, MA e Londres: The MIT Press, 2012.
- MARICONDA, Pablo Rubén. Technological risks, transgenic agriculture and alternatives. **Scientiae Studia**, v.12, p. 75-104, 2014.
- MARTINS, Hermínio. **Experimentum Humanum: Civilização tecnológica e condição humana**. Lisboa: Relógio D’Água, 2011.
- McGOEY, Linsey. The logic of strategic ignorance. **The British Journal of Sociology**, v.63, n.3, p. 553-76, 2012.
- PROCTOR, Robert N. e SCHIEBINGER, Londa (eds.). **Agnotology: The making and unmaking of ignorance**, Stanford: Stanford University Press, 2008.
- REDDY, Sanjay G. Claims to expert knowledge and the subversion of democracy: the triumph of risk over uncertainty. **Economy and Society**, v.25, n.2, p. 222-54, 1996.
- RIESEL, René e SEMPRUN, Jaime. **Catastrofismo, administración del desastre y sumisión sostenible**, Logroño: Las Pepitas de Calabaza, 2011.

SOROKIN, Pitirim A. **Fads and Foibles in Modern Sociology and Related Sciences**, Chicago: Henry Regnery, 1956.

WYNNE, Brian. Uncertainty and environmental learning: reconceiving science and policy in the preventive paradigm. **Global Environmental Change: Human and Policy Dimensions**, v.2, n.2, p. 111-27, 1992.

REFLEXÕES SOBRE MARIO VARGAS LLOSA E A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA AMAZÔNIA PERUANA EM *EL HABLADOR*

Ximena Antonia Díaz Merino¹

RESUMO

A Amazônia tem uma dimensão discursiva e sua representatividade se constitui a partir das criações simbólico-literárias que por meio dos romances contribuem para a configuração imagética dessa região. Destaca-se neste estudo a narrativa etnográfica de Mario Vargas Llosa em sua obra *El Hablador* (1987). Nela é descrito um grupo indígena da Amazônia peruana a partir de duas visões, a do indígena e a de um jovem escritor do Peru que se encontra em Florença. Esta reflexão objetiva a análise das duas perspectivas apresentadas por Vargas Llosa com o intuito de ler a obra como enunciação sobre a Selva Amazônica peruana relacionada ao homem local, ao espaço geográfico, às tradições culturais e à natureza. *El Hablador* pode ser considerada uma narrativa de cunho etnográfico pois revela uma representação do indígena construída a partir dos procedimentos etnográficos de observação, recolecção e registro de dados.

Palavras-chave: Amazônia. Relato etnográfico. Mario Vargas Llosa

ABSTRACT

Amazonia is a discursive construction and its representativeness is generated from the symbolic-literary creations through the novels that contributed to the imaginary recreation of the region. This work highlights the ethnographic narrative from Mario Vargas Llosa in his book *El Hablador* (1987). This Narrative describes an indigenous group from Peruvian Amazonia from two perspectives, indigenous community and from a young Peruvian writer, in Florence. This reflection aims to analyse the two optics, presented by Vargas Llosa, as an enunciation about the Peruvian Amazonian Forest assimilating it to local community, geographic area, cultural traditions and to the nature itself. *El Hablador* can be considered an ethnographic narrative as it reveals a representation of indigenous man clearly constructed by ethnographic observation and by data research and collection;

Key words: Amazonia; Ethnographic representation; Mario Vargas Llosa.

Desde mis frustrados intentos a comienzos de los años sesenta de escribir una historia sobre los habladores machiguengas, el tema había seguido siempre rondándome. Volvía, cada cierto tiempo, como un viejo amor nunca apagado del todo, cuyas brasas se encienden de pronto en una llamarada. Había seguido tomando notas y garabateando borradores que invariablemente rompía. (VARGAS LLOSA, 1995, p. 61)

O estudo etnográfico possibilita o resgate e preservação das culturas das sociedades em processo de extinção, pois envolve diversas maneiras de pensar e de escrever desde a perspectiva da observação participativa, além de permitir a inserção do observador na cultura objeto enquanto olha para essa cultura. A etnografia envolve um conhecimento com um duplo fim: por

¹ Possui Estágio Pós-doutoral em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ (2017). Doutora e Mestre em Letras Neolatinas opção Literaturas Hispânicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Atualmente é Professora Adjunta de Culturas e Literaturas Hispânicas do Departamento de Letras do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ. E-mail: ximenadm2@gmail.com

um lado, serve de base para as ciências humanas, por outro, garante o registro da memória das culturas ágrafas. Este segundo aspeto constitui para James Clifford uma das pedras angulares da antropologia do século XX: a construção retórica das culturas em processo de extinção. Levando em consideração que as sociedades indígenas em geral têm enfrentado o implacável progresso urbano e a unificação nacional dos territórios em que estão inseridas e que essas imposições têm resultado no aniquilamento de suas línguas, cosmologias e valores culturais, o estudo etnográfico se apresenta como alternativa para sua preservação.

Ao longo da história, o etnógrafo preocupado em não ser confundido com o missionário, o viajante ou o funcionário do governo colonial, buscou construir em torno de si mesmo a aura de uma experiência voltada para um conhecimento que se pretende objetivo. Para isso, uma estratégia textual decisiva orientava sobre a necessidade do apagamento dos indícios que pudessem macular a pureza do encontro entre o pesquisador e os nativos: nada era dito sobre os preparativos da expedição, sobre a eventual posição de força do governo colonial propiciando a estada do etnógrafo, ou sobre as interferências decisivas dos informantes nativos. E ficava de fora, principalmente, o intenso processo subjetivo, pleno de ambivalências, vivenciado pelo etnógrafo. O caráter negociado, polifônico, do conhecimento produzido em campo dava lugar no texto a um monólogo autoral com um mínimo de fissuras.

Pressionado pelas transformações decorrentes da descolonização e da emergência dos movimentos das minorias, esse modelo começou a viver seu ocaso a partir dos anos 60 do século XX. Nesse novo cenário, marcado por um intenso traslado de povos, de experiências e saberes, produziu-se uma fabulosa multiplicação de vozes, e o monólogo que caracterizou a etnografia até então, passou a soar como um anacronismo.

Apoiando-nos novamente em James Clifford, o etnógrafo é um criador que a partir de seus apontamentos constrói ficções de novos mundos com a finalidade de representar o que está observando, motivo pelo qual as figuras do etnógrafo e do romancista podem ser tidas como equiparáveis, já que os dois compõem, por meio de símbolos e de uma técnica compartilhada, o imaginário do Outro. Argumenta Clifford:

Os relatos específicos contidos nas etnografias jamais podem ser limitados a um projeto de descrição científica, na medida em que a tarefa principal do trabalho é tornar o comportamento de um modo de vida diferente humanamente compreensível [...] O que se vê num relato etnográfico coerente, a construção figurada do outro, está conectado numa dupla estrutura contínua, com a qual se entende [...] O comportamento estranho é retratado como significativo dentro de uma rede comum de símbolos – uma base comum de atividade compreensível válida para o observador, e para o observado e por implicação para todos os grupos humanos. (CLIFFORD, 2002, p. 67-68).

O crítico cubano Roberto González Echevarría defende que, a partir da segunda década do século XX, o discurso antropológico, enquanto relato científico ocidental dominante, influenciou as formas e o conteúdo da narrativa latino-americana. Para González Echevarría, o propósito da etnografia como técnica da antropologia transferiu-se para a literatura como mecanismo para criar um conhecimento da natureza, do primitivo e desse Outro desconhecido no ocidentalizado.

Em linha com o que se afirmou anteriormente, Mario Vargas Llosa, em *El Hablador* (1974), desafia a possibilidade antropológica científica de interpretar uma cultura, bem como a subjetividade que implica a relação do objeto estudado e o sujeito observador. Cabe destacar que nessa narrativa Vargas Llosa se utiliza das experiências adquiridas em suas viagens à Amazônia. O escritor peruano labora a figura do indígena peruano a partir das técnicas etnográficas de observação, recollecção e registro de dados. A obra se constitui num informe antropológico, num diário de campo, que procura descobrir a origem dos sistemas sociais das culturas latino-americanas primitivas e sua relação com o mundo ocidental. Da mesma maneira que na etnografia, em *El Hablador* encontramos dois tipos de observadores que se configuram nos narradores da cultura *machiguenga*: um narrador direto participante, um *hablador*, narrador ambulante da tribo *machiguenga*, e um narrador anônimo auto ficcional, um jovem escritor peruano, duas vozes que se alternam para relatar os dois lados de uma mesma história.

Por um lado, o narrador anônimo auto ficcional, que se identificaria com o próprio novelista, evoca as lembranças de um amigo de juventude que era chamado pelo apelido de *Mascarita* que estava fascinado pela cultura amazônica, como se ilustra no seguinte fragmento de *El Hablador*:

– Que esas culturas [indígenas] deben ser respetadas –dijo [Mascarita], suavemente, como si, por fin, comenzara a serenarse. Y la única manera de respetarlas es no acercarse a ellas. No tocarlas. Nuestra cultura es demasiado fuerte, demasiado agresiva. Lo que toca, lo devora. Hay que dejarlas en paz. ¿No han demostrado de sobra que tienen derecho a seguir siendo lo que son? – Eres un indigenista cuadrado, Mascarita – le tomé el pelo – (VARGAS LLOSA, 1995, p.39).

Na citação Saúl Zuratas, o *Mascarita*, revela uma forte preocupação pela preservação da cultura indígena. O apelido *Mascarita* apresenta dentro da obra um duplo sentido, faz referência à mancha escura que cobria a metade de seu rosto e à dupla personalidade que oculta e que somente é revelada ao final do texto. De acordo com a narrativa, *Mascarita* tinha deixado a Faculdade de Direito para dedicar-se ao curso de Etnologia. Como consequência de suas constantes viagens à Amazônia, Saúl Zuratas diz: “*Lo que se está haciendo en la Amazonía es un crimen [...] ¿Adónde se pueden seguir yendo? Los empujan de sus tierras desde hace siglos,*

los echan cada vez más adentro, más adentro. Lo extraordinario es que, a pesar de tantas calamidades, no hayan desaparecido. Ahí están siempre, resistiendo” (VARGAS LLOSA, 1995, p. 9).

Por outro lado, um anônimo contador de histórias, um *hablador*, memória viva dos indígenas *machiguengas* da Amazônia peruana, narra poeticamente a sua própria existência e a história e mitos de seu povo:

Después, los hombres de la tierra echaron a andar, derecho hacia el sol que caía. Antes, permanecían quietos ellos también. El sol, su ojo del cielo, estaba fijo. Desvelado, siempre abierto, mirándonos, entibiaba el mundo. Su luz, aunque fuertísima, Tasurinchi la podía resistir. No había daño, no había viento, no había lluvia. Las mujeres parían niños puros. Si Tasurinchi quería comer, hundía la mano en el río y sacaba, coleteando, un sábalo; o, disparando la flecha sin apuntar, daba unos pasos por el monte y pronto se tropezaba con una pavita, una perdiz o un trompetero flechados. Nunca faltaba qué comer. No había guerra. Los ríos desbordaban de peces y los bosques de animales. Los mashcos no existían. Los hombres de la tierra eran fuertes, sabios, serenos y unidos. Estaban quietos y sin rabia. Antes que después (VARGAS LLOSA, 1995, p.16).

Como é possível observar no excerto anterior, esse *hablador* concentra em sua voz a memória viva de sua comunidade e aparece como uma figura que causa grande atração nos membros da tribo, que ficam como que hipnotizados durante horas sem perceber a passagem do tempo. A figura do *hablador* surge na narrativa a partir da conversa entre o jovem peruano e os linguistas Schneil por ocasião da primeira viagem à selva amazônica em 1958. Os linguistas descrevem os *habladores* como:

[...] ese personaje raro, que no parece curandero ni sacerdote – dijo, de pronto, la señora Schneil. [...] –Tal vez, conversador. O, más bien, hablador – dijo, al fin. Y pronunció de nuevo el ruido: bronco, sibilante, larguísimo. – Sí – sonrió él –. Creo que es lo más aproximado. Hablador. Nunca habían visto a ninguno. Por su puntillosa discreción – su temor a irritarlos– nunca habían pedido a sus huéspedes una explicación detallada sobre las funciones que cumplía entre los machiguengas, ni que les precisaran si se trataba de uno o de muchos, o, incluso, aunque tendían a descartar esta hipótesis, si, en vez de seres concretos y contemporáneos, se trataba de alguien fabuloso, como Kientibakori, patrón de los demonios y creador de todo lo ponzoñoso e incomedible (VARGAS LLOSA, 1995, p.16).

No decorrer da narrativa, *Mascarita* vai se afastando de seu amigo até desaparecer. O jovem escritor indaga sobre o paradeiro de Saúl, mas não consegue informação. Ele dedica-se também ao estudo da tribo amazônica que tanto obcecava seu amigo, desde Florença, esse narrador auto ficcional constrói o perfil do indígena a partir de informes e testemunhos de outras pessoas, ou seja, desde um locus enunciativo distanciado do objeto de estudo: primeiro desde a Itália e depois a partir de uma fotografia que retrata um grupo indígena *Machiguenga*. Interage

com científicos, antropólogos, etnólogos e linguistas que lhe proporcionam informações para seu estudo. Sobre sua primeira visita à Amazônia no ano de 1958 revela:

[...] el recuerdo más memorable y recurrente de aquel viaje sería lo que les oí contar, en Yarinacocha, a una pareja de lingüistas: los esposos Schneil. Al principio, me pareció que era la primera vez que oía nombrar a aquella tribu. Pero, de pronto, me di cuenta que era la misma sobre la que había oído tantas historias a Saúl, aquella con la que entró en contacto desde su primer viaje a Quillabamba: los machiguengas [...] Fue ella [esposa Schneil] la que me habló de la cosmogonía fluvial del machiguenga, donde la Vía Láctea era el río Meshiarení por el que bajaban los innumerables dioses y diosecillos de su panteón a la tierra y por el que subían al paraíso las almas de sus muertos. Les pregunté si tenían fotografías de las familias con las que habían vivido. Me dijeron que no. Pero me mostraron muchos objetos machiguengas (VARGAS LLOSA, 1995, p. 35).

No fragmento anterior, verifica-se que o jovem escritor precisa recorrer aos antropólogos ou aos linguistas que tinham interagido com o grupo indígena, e a partir dessas informações formula o seu discurso. Para o *hablador* imerso na tribo, esse participa das dinâmicas do grupo, configurando um observador participante que apresenta o modo de vida dos *machiguenga* a partir das informações coletadas nos diálogos estabelecidos com os membros da tribo, ou seja, de dentro, como ilustrado no seguinte fragmento da novela, um diálogo entre o *hablador* e um membro da tribo:

«Entonces, es verdad, te robaste a una yaminahua», le comenté a Tasurinchí. Dice que no se la robó. La cambió por una sachavaca, un saco de maíz y otro de yuca, más bien. «Los yaminahuas deberían alegrarse, eso que les di vale más que ella», me aseguró. Le preguntó a la yaminahua en mi delante: «¿No es así?» Y ella asintió: «Sí, lo es», diciendo. También eso le entendí. (VARGAS LLOSA, 1995, p.43-44).

Na citação anterior se observa que o discurso do *hablador* se configura após sua inserção no interior da tribo, com base na experiência humana e no simbolismo das interações sociais como mecanismo de interpretação de uma cultura; já o discurso que apresenta o narrador não participante, surge de fontes científicas. Dessa maneira, os dois tipos de observador-narrador presentes na obra revelam formas diferentes de coletar informações para construir o conhecimento do indígena. Por outras palavras, duas vozes, que da mesma forma que na etnografia, constroem o conhecimento recorrendo a modos diferentes de coleta e apresentação dos dados.

Misha Kokotovic (2001, p. 455), um comentador de Vargas Llosa, considera que o discurso ocidental do jovem jornalista é insuficiente para representar a realidade dos indígenas *machiguengas* e acrescenta que a figura do *hablador* constitui a solução para narrar a intimidade da tribo de uma forma mais autêntica, posto que reproduz uma cultura oral passível de ser percebida num relato que transcreve exatamente o ouvido. Do mesmo modo que o etnógrafo-

participante, a narração do *hablador* imita, mediante a transcrição, aquilo que escuta. Portanto, os dois tipos de narrador em *El hablador* contrapõem o discurso científico ocidental e a oralidade como formas de representação do indígena. O observador não participante constrói um relato antropológico interpretativo, que plantea contradições epistemológicas e conflitos com as fontes de informação. O relato se aproxima ao mundo indígena interpondo o véu das disciplinas científicas, às que recorre constantemente para interpretar a cultura *machiguenga*, enquanto que o narrador participante dá voz ao indígena, de forma que a cultura nativa americana é narrada como uma experiência vivida que aproxima o leitor à visão de mundo do nativo.

A partir do diálogo que se estabelece entre o jovem e *Mascarita*, no fragmento citado a seguir, pode-se afirmar que o mundo indígena constitui para o jovem peruano um obstáculo que impede o progresso da nação:

[...] A veces, para ver hasta dónde podía llevarlo «el tema», yo lo provocaba. ¿Qué proponía, a fin de cuentas? ¿Que, para no alterar los modos de vida y las creencias de unas tribus que vivían, muchas de ellas, en la Edad de Piedra, se abstuviera el resto del Perú de explotar la Amazonía? [...] No teníamos alternativa. Si el precio del desarrollo y la industrialización, para los dieciséis millones de peruanos, era que esos pocos millares de calatos tuvieran que cortarse el pelo, lavarse los tatuajes y volverse mestizos – o, para usar la más odiada palabra del etnólogo: aculturarse –, pues, qué remedio (VARGAS LLOSA, 1995, p.10).

O narrador-externo estabelece sua posição apresentando o povo *machiguenga* como minoria primitiva, selvagem e atrasada, como um problema para o desenvolvimento do Peru. O crítico peruano Antonio Cornejo Polar (1996, p. 25) destaca, com relação ao imaginário indígena presente em *El Hablador*, que o narrador não participante [jovem escritor] diminui a maneira de viver do indígena peruano frente ao modo de vida do Peru ocidentalizado. Posição revelada na narrativa ao se fazer a descrição de uma viagem realizada por ele a um povoado *machiguenga*, em que se refere aos indígenas como aqueles:

[...] ancestros: los cazadores, los recolectores, los flecheros, los nómadas, los irracionales, los mágicos, los animistas. También eso era el Perú y sólo entonces tomaba yo cabal conciencia de ello: un mundo todavía sin domar, la Edad de Piedra, las culturas mágico-religiosas, la poligamia, la reducción de cabezas (en una localidad shapra, de Moronacocha, el cacique Tariri nos explicó, a través de un intérprete, la complicada técnica de relleno y conocimientos que exigía la operación), es decir, el despuntar de la historia humana (VARGAS LLOSA, 1995, p.29).

O relato transcrito desconstrói o valor do indígena exaltado anteriormente pelo *hablador* por meio do mito e da oralidade, e os define como uma linha divisória que estanca os processos de uma nação. Segundo a perspectiva do narrador não participante, devido ao espírito da tribo dos indígenas amazônicos o Peru não explora a totalidade de seus recursos naturais e portanto

não se integra como provedor principal de matérias primas a uma economia global e questiona: “¿Deberían dieciséis millones de peruanos renunciar a los recursos naturales de tres cuartas partes de su territorio para que los sesenta u ochenta mil indígenas amazónicos siguieran flechándose tranquilamente entre ellos, reduciendo cabezas y adorando al boa constrictor² [...]” (VARGAS LLOSA, 1995, p.10).

Pode-se afirmar, então, que do berço da civilização ocidental, o jovem escritor propõe que o desenvolvimento e a industrialização do Peru requerem a renúncia ao componente indígena. Para o jovem peruano, o espírito da tribo, os modos de vida primitiva embasada na cosmogonia mítica irracional e na organização social não coletiva não são elementos de admiração; pelo contrário, são obstáculos que impedem alcançar a modernidade e a integração homogênea dos indivíduos a um mercado global. Mediante a desconstrução do indígena como cultura ideal, o narrador não participante sugere que a interpretação indigenista das tribos amazônicas que relata o *hablador* [observador-participante] é uma invenção.

A partir do questionamento do jovem escritor a *Mascarita* e da exposição das práticas e da estrutura social indígena, o narrador não participante enfatiza que se trata de formas de vida inferiores ao modo de vida ocidental, na medida em que os membros da tribo são seres não sociais e entidades humanas que não conformam a coletividade:

—¿En serio o te parece que la poligamia, el animismo, la reducción de cabezas y la hechicería con cocimientos de tabaco representan una forma superior de cultura, Mascarita?[...] Estaban en movimiento desde tiempos remotos y era probable que jamás hubieran vivido de manera gregaria, en colectividades. El hecho de haber sido desplazados, cada cierto tiempo, por tribus más aguerridas, y por los blancos —en los períodos de las «fiebres»: la del caucho, la del oro, la del palo de rosa, la de la colonización agrícola— hacia regiones cada vez más insalubres y estériles, donde era imposible la supervivencia para grupos numerosos, había acentuado su fragmentación y desarrollado en ellos un individualismo casi anárquico. No existía un solo poblado machiguenga. No tenían caciques y no parecían conocer otra autoridad que la de cada padre en su propia familia (VARGAS LLOSA, 1995, p. 11, 33).

O indígena apresentado pelo jovem escritor é um ser selvagem, atrasado, violento e irracional; características que desmitificam o caráter harmônico, coletivo e edênico que o indigenismo lhe atribui às culturas primitivas americanas. Neste sentido, através de sua narrativa Vargas Llosa emite juízos de valor sobre a cultura indígena da Amazônia peruana e assevera que a figura do *hablador* é uma representação regional mediada pela paixão do amor à terra e ao

² É uma serpente que pode chegar a um tamanho adulto de 2m a 4m. Existe no Brasil, onde é a segunda maior cobra e pode ser encontrada em diversos locais, como na Mata Atlântica, restingas, mangues, no Cerrado, na Caatinga e na Floresta Amazônica.

primitivo; enquanto que o indígena do escritor é uma projeção atravessada pelos sistemas ocidentais de representação.

Dessa forma, pode-se afirmar que a narração científica ocidental desqualifica a narração indígena do *hablador*, já que esta última se constrói a partir de uma mitologia embasada em fatos sociais não verificáveis, e desde os sentimentos subjetivos do observador participante. Da mesma maneira que o discurso do jovem escritor questiona a subjetividade da aproximação regionalista indigenista que apresenta o *hablador*, a novela debate a subjetividade implícita na aproximação progressista ocidental do indígena.

O narrador, observador indireto, inventa uma realidade indígena mediante um sistema ocidental de significados. Ele concede vida às fotografias dos indígenas periféricos desde um discurso dominante. Por exemplo, quando o jovem descreve a silhueta de um homem numa fotografia, o faz animando uma imagem muda; lhe dá significado e contexto à fotografia a partir de suas percepções:

Vine a Firenze para olvidarme por un tiempo del Perú y de los peruanos y he aquí que el malhadado país me salió al encuentro esta mañana de la manera más inesperada [...] Al primer golpe de vista se advertía que aquella comunidad de hombres y mujeres sentados en círculo, a la manera amazónica – parecida a la oriental: las piernas en cruz, flexionadas horizontalmente, el tronco muy erguido–, y bañados por una luz que comenzaba a ceder, de crepúsculo tornándose noche, estaba hipnóticamente concentrada. Su inmovilidad era absoluta. Todas las caras se orientaban, como los radios de una circunferencia, hacia el punto central, una silueta masculina que, de pie en el corazón de la ronda de machiguengas imantados por ella, hablaba, moviendo los brazos. (VARGAS LLOSA, 1995, p. 3-4).

Assim, o discurso do narrador ocidental, apoiado na ciência e no uso de instrumentos que buscam reproduzir a realidade, está mediado pela subjetividade do sistema ocidental de significação. Um sistema que entende o Outro como um ser inferior que se opõe a seu caráter de sujeito observador desde um sistema de códigos inconsistentes com a realidade indígena. Justifica o caráter dominante do poder de ocidente e a posição de dependência das minorias sociais indígenas ante uma força globalizada e progressista. A novela lança mão das técnicas narrativas da etnografia como veículo de juízo ao discurso ocidental dominante da antropologia e suas escritas. A este respeito, importa lembrar o que o antropólogo Maurice Leenhardt sustentou sobre o trabalho de campo, a reciprocidade e a elaboração do texto etnográfico: “*Quando um europeu vive dois ou três anos entre os selvagens, ele está totalmente convencido de que sabe tudo sobre eles; quando fica dez anos, ou quase, entre eles, se for um homem observador, ele vai achar que sabe muito pouco e aí ele está começando a aprender.*” (CODRINGTON, 1972, p. VII).

Passados mais de vinte anos da desapareição de Mascarita, o jovem escritor acredita que seu amigo se transmutou em um *hablador*, tornando-se no porta-voz dos direitos e das tradições dos *machigengas*. Cabe destacar que, após essa primeira visita à selva peruana e do primeiro encontro com os Scheneil, o jovem escritor passou a ter um grande interesse pela cultura *machiguenga*, em especial pela figura desse narrador oral que provavelmente ainda existia. Durante os anos que se passaram após essa viagem frequentemente se perguntava:

¿Por qué los etnólogos modernos jamás nombraban a los habladores? Era una pregunta que me hacía cada vez que llegaba a mis manos alguno de esos estudios o trabajos de campo y descubría que tampoco esta vez se mencionaba ni siquiera de paso a aquellos ambulantes contadores de cuentos que a mí me parecían el rasgo más delicado y precioso de aquel pequeño pueblo [...] ¿Por qué había sido incapaz, en el curso de todos aquellos años, de escribir mi relato sobre los habladores? [...] ¿Cuántas veces, en estos veintitrés años, había pensado en los machiguengas? ¿Cuántas veces había tratado de adivinarlos, de escribirlos, cuántos proyectos había hecho para viajar a sus tierras? Por culpa de ellos, todos los personajes o instituciones que pudieran parecerse o de alguna manera asociarse en el mundo con el hablador machiguenga habían ejercido una instantánea fascinación sobre mí. (VARGAS LLOSA, 1995, p.16,64)

O interesse pelos *habladores* é revelado aos Scheneil em 1981, após vinte e três anos de sua primeira visita à região dos *machiguengas*:

[...] Les dije que, por una razón difícil de explicar, la existencia de esos habladores, saber lo que hacían y la función que ello tenía en la vida de su pueblo, había sido en esos veintitrés años un gran estímulo para mi propio trabajo, una fuente de inspiración y un ejemplo que me hubiera gustado emular. (VARGAS LLOSA, 1995, p.68-69)

De acordo com os Scheneil, os *machiguengas* não escondiam nada, contavam tudo sobre suas crenças e tradições, mas os *habladores* era o único tema que evitavam. Por fim, Edwin Scheneil revela que em vinte e cinco anos de estada na selva teve a oportunidade de ouvir dois *habladores*:

La primera vez había sido de pura casualidad, hacía de eso lo menos diez años. Estaban en cuclillas en medio círculo, viejos y niños, hombres y mujeres, en torno a un hombre que peroraba, sentado y con las piernas cruzadas, encarándolos. Era un hablador [...] No, nunca había visto antes a ese hablador. Bastante viejo, a primera vista, aunque, usted sabe, aquí en la selva se envejece rápido. Viejo, entre los machiguengas, puede significar treinta años. Era un hombre bajo, fortachón, muy expresivo. Yo, usted, cualquiera que hable y hable esa cantidad de horas, quedaría ronco y extenuado. Pe- ro él, no. Hablaba y hablaba, con mucha energía. (VARGAS LLOSA, 1995, p.61, 69)

Sobre a experiência com o segundo hablador, Edwin Scheneil relatou: “—*Tenía un gran lunar [...] Y unos pelos más colorados que los míos. Un tipo raro. Lo que los machiguengas llaman un serigórompi. Quiere decir un excéntrico, alguien distinto de lo normal. Por esos pelos*

color zanahoria le decimos el albino, el gringo, entre nosotros [...]' (VARGAS LLOSA, 1995, p.72).

Da revelação anterior surge a interrogação: qual dos narradores apresenta de forma mais fidedigna a cultura *machiguenga*? De acordo com as reflexões anteriores, se poderia afirmar que é o *hablador*. Contudo, no final da novela o jovem escritor revela que o *hablador* é produto da ficção, ou seja, a obra sugere que não existe uma representação real do outro. Ambas narrativas, participante e não participante, são uma ficção. Nesse sentido, a obra oferece a partir das duas aproximações etnográficas duas perspectivas do indígena, uma visão progressista e uma visão preservacionista; as quais são desconstruídas para sugerir que todo método de representação, sem importar a distância que afasta o observador do objeto, está mediado por subjetividades que condenam a ideia do “Outro” a ser uma ficção. Seria um simulacro de uma representação etnográfica dos *machiguengas*.

A personagem de Saúl Zuratas, o *Mascarita*, é o símbolo da ficção do científico ocidental nas representações do indígena. As perspectivas indigenistas e progressistas ocidentais do nativo americano são invenções, como no caso do jovem escritor que constrói o Outro, o *hablador machiguenga*, desde seu próprio sistema de conhecimento. Vargas Llosa apresenta um forte argumento a favor da assimilação, aculturação, e desaparecimento das culturas indígenas. Kokotovic sugere que a estrutura dos relatos na novela, desde dois observadores etnográficos ocidentais, privilegia a posição do narrador escritor, pois para entender o *hablador* são necessárias as informações proporcionadas pelo observador não participante. Nesse sentido, a novela parece sugerir que, se a representação do indígena é uma invenção desde qualquer um de seus enfoques, existe uma estrutura de poder que subordina o mundo *machiguenga* à voz do narrador ocidental. Tal como ocorre na narrativa novelística e nos cadernos etnográficos, a voz do *hablador machiguenga* não é mais que um reflexo construído pelo escritor. Uma interpretação subjetiva, dentro dos agitados intentos por obter objetividade, por apropriar-se e representar esse Outro concebido como marginal dentro da cultura ocidental.

Para concluir citam-se as palavras do antropólogo e etnógrafo francês Pierre Clastres (2011, p. 64): “[...] De fato, comparado à vigorosa abundância do que é a vida de uma sociedade primitiva, o discurso do cientista parece antes o tartamudeio hesitante de um gago e vesgo ainda por cima. Portanto, um livro um pouco amargo por nos deixar na certeza de que nos deslocamos na superfície das significações, que deslizam um pouco mais adiante a cada passo dado para aproximar-se delas. Mas aí já não se trata de etnologia. Sendo as coisas o que elas são, a linguagem da ciência parece permanecer – por destino, talvez – discurso sobre os selvagens e não dos selvagens. Como eles, não podemos conquistar a liberdade de ser ao mesmo tempo um e

outro, de estar simultaneamente aqui e lá, sem perder tudo e não ter mais lugar onde ficar. A cada um se recusa assim a astúcia de um saber que, ao tornar-se absoluto, se aboliria no silêncio. Vargas Llosa questiona em sua novela a impossibilidade de interpretar uma cultura, consciente dessa dificuldade demonstra que ancorados na ciência só se consegue construir, nas palavras de Clastres citadas acima, um “discurso sobre os selvagens e não dos selvagens”. Vargas Llosa conhece o poder da palavra e o poder da voz e isso se constata em sua obsessão pelo *hablador*, pelo qual mantém um interesse constante. Dessa forma, o discurso do narrador ocidental, embasado na ciência e no uso de instrumentos que buscam reproduzir a realidade, está mediado pela subjetividade do sistema ocidental de significação. Um sistema que, como se indicou já, entende o indígena como um objeto inferior que se opõe ao seu caráter de sujeito observador, desde um sistema de códigos inconsistentes com a realidade indígena.

REFERÊNCIAS

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência-pesquisas de antropologia política**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

CLIFFORD, James, George E. Marcus y José L. Moreno-Ruiz. **Retóricas de la antropología**. Madrid: Júcar, 1991.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

CODRINGTON, R. H. (1891). **The Melanesians**. New York: Dover, 1972.

CORNEJO POLAR, Antonio. Una heterogeneidad no dialéctica: sujeto y discurso migrantes en el Perú moderno. **Revista Iberoamericana**. 62,1996.

GONZÁLEZ ECHEVARRÍA, R. **Mito y archivo: una teoría de la narrativa latinoamericana**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

KOKOTOVIC, Misha. Artículos - Mario Vargas Llosa Writes Of(f) the Native: Modernity and Cultural Heterogeneity in Peru. **Revista Canadiense de Estudios Hispánicos**. MA25.3, 2001.

VARGAS LLOSA, Mario. **El Hablador**. 4ª ed. Barcelona: Editorial Seix Barral, 1995.

ÁGUAS AMAZÔNICAS E COSMOGRAFIA DOS BEIRADEIROS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA TERRA DO MEIO¹

Ana Débora da Silva Lopes²

Flávio Bezerra Barros³

RESUMO

Na primeira metade do século XX, em busca de trabalhos nos seringais, chegaram os primeiros moradores na região que viria a ser a Estação Ecológica Terra do Meio (EETM). Os seringueiros que lá permaneceram, aprenderam a conviver com as matas e rio, de forma que eles e seus descendentes passaram a viver no local. A realização de pesquisa de campo evidencia que as famílias utilizam as rabetas como transporte, vivendo em meio a fauna, flora e aos encantados que são parte de suas existências e um elemento fundamental para sua forma de ver e estar no mundo.

Palavras-chave: Populações tradicionais. Amazônia. Modos de vida. Unidades de Conservação.

ABSTRACT

In the first half of the 20th century, in search of works in the rubber plantations, the first inhabitants arrived in the region that would become the Estação Ecológica Terra do Meio (EETM), in Altamira-PA. The rubber tappers who stayed there, learned to live with the woods and river, so that they and their descendants came to live in the place. The realization of field research shows that families use canoes with motor as transport, living among the fauna, flora and the enchanted ones, that are part of their existence and a fundamental element for their way of seeing and being in the world.

Key-words: Traditional populations. Amazon. ways of life. Conservation units

INTRODUÇÃO

Apesar de ser discutida em todo o mundo, a região amazônica ainda é um lugar desconhecido da maioria dos brasileiros ou visto de forma etnocêntrica como um espaço de “vazio demográfico”. Se a região amazônica é vista de forma inadequada no cenário nacional, as populações tradicionais sofrem ainda mais com o preconceito ou com o esquecimento sobre suas existências. Castro (1997), em seu estudo sobre populações tradicionais da Amazônia, problematiza os preconceitos enfrentados por eles frente a sociedade brasileira que os coloca em um patamar de inferioridade enquanto cidadãos:

Respalando-se em representações que reforçaram, no passado, os preconceitos, nossa sociedade moderna vê aquelas práticas tradicionais de trabalho como improdutivas. Nessa mesma perspectiva, a articulação da vida ao tempo natural é

¹ O presente artigo foi elaborado a partir da dissertação de mestrado da primeira autora. Consultar LOPES (2015)

² Mestre em Antropologia, Universidade Federal do Pará, e-mail: deboralopes@ufpa.br

³ Doutor em Biologia da Conservação, Universidade Federal do Pará, flaviobb@ufpa.br

esvaziada de sentido, sendo utilizado inclusive o termo não trabalho, como imagem negadora (CASTRO, 1997, p. 227)

Suas atividades cotidianas como caça, pesca e extrativismo são vistas como não trabalho, como se fossem populações dependentes, uma espécie de peso social para os demais brasileiros. O trabalho reconhecido pela sociedade seria somente aquele inserido em contextos urbanos, que produz para indústria ou para as empresas e desconsidera a importância de populações que não se enquadram no *ethos* urbano, como os ribeirinhos da Amazônia.

Gondim (2007), em seu estudo sobre “A invenção da Amazônia”, considera que historicamente as populações amazônicas são vistas como indolentes, contrárias a ideia de progresso e desenvolvimento. Estas ideias marcaram a implementação de uma agenda de grandes projetos voltadas para o capital internacional, como a extração de borracha para abastecer as grandes indústrias do mundo. A autora argumenta que viver do extrativismo, caça e pesca, provocando baixos impactos ambientais seria a negação da ideia de progresso, pois “a floresta é responsabilizada pela transformação do homem: os caboclos e os índios são preguiçosos, indolentes e lidos como crianças grandes e ingênuas ou intrusos, desajustadores da harmonia natural (GONDIM, 2007, p.287).

Os beiradeiros da Estação Ecológica Terra do Meio (EETM) vivem em um cenário de exclusão e esquecimento na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo são lembrados apenas quando há interesses externos em cercá-los com grandes empreendimentos implementados na microrregião de Altamira. A construção da Transamazônica, em 1970, e da hidrelétrica de Belo Monte, em 2011, embora não os tenha afetado diretamente, trouxe pressão aos beiradeiros, por possibilitar a chegada de novos sujeitos.

A Estação Ecológica Terra do Meio foi criada por decreto s/n de 17 de fevereiro de 2005. Essa UC está localizada nos municípios de Altamira e São Feliz do Xingu, Estado do Pará (Figura 2), totalizando uma área de 3.373.133,89 hectares. Estende-se ao longo do rio Iriri, o maior afluente do Xingu, no qual o primeiro deságua após percorrer cerca de 900 km, desde sua nascente, na Serra do Cachimbo (Daniela Alarcon e Maurício Torres, 2013).

A EETM é uma UC de proteção integral, isso quer dizer que, dentro do que dita o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, essa UC tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisa científica, sendo proibida a permanência de populações humanas morando dentro dos limites da mesma. Mas, quando foi criada já existiam pessoas residentes e esse fato é recorrente em grande parte das UCs de proteção integral do Brasil e de outros países (Dalila Mello *et al* s/d; Rinaldo Arruda 1999)

A criação da UC, nos anos 2000, apesar de ter trazido riscos da perda de territórios aos beiradeiros, trouxe novas perspectivas devido a presença de agentes de Estado com os órgãos oficiais. Contudo, as pesquisas de campo, desenvolvidas entre 2014 e 2016 por um dos autores do presente texto, apontam para uma realidade em que os beiradeiros se organizam politicamente buscando reconhecimento oficial e garantia de permanência no lugar onde vivem, e buscam os direitos mínimos aos cidadãos do país como acesso aos serviços de educação e saúde e vivem permanentemente sobressaltados ante a possibilidade de virem a ser retirados da EETM. Uma vez que se trata de uma UC a lei estabelece como reserva de Unidade de Proteção Integral e não permite a presença de moradores, o que os transforma em “foras-da-lei”.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

As idas até a EETM se deram por meio fluvial e parte por meio terrestre. No primeiro campo, o itinerário até lá foi somente por meio fluvial, o qual se iniciou a partir do Município de Altamira, subindo o rio Xingu para ter acesso ao rio Iriri. Esse percurso levou em média três dias de voadeira (lancha) com motor modelo 115hps. Durante esses dias paramos apenas para pernoitar na casa de moradores da ResEx Rio Iriri, onde fomos sempre bem recebidos. A viagem aconteceu no final do mês de junho (período já considerado como estação seca do rio), e chegamos na primeira casa⁴ da estação ecológica na metade do terceiro dia. Esse percurso pode ser mais rápido, mas depende muito do tempo climático, pois geralmente no início da manhã tivemos problema com a cerração⁵, dificultando a navegação.

Já o segundo campo, no mês de outubro, por conta do baixo nível da água, tanto do rio Xingu quanto do rio Iriri, onde existem muitas cachoeiras e não tem como passar voadeiras grandes carregadas, dificultando a trafegabilidade, além de se levar muito mais tempo nesse deslocamento. Dessa forma, o percurso na ida foi de caminhão (veículo adequado para carregar suprimentos para uma viagem de mais de 30 dias), primeiro pela rodovia Transamazônica até o município de Uruará, onde pegamos uma estrada que dá acesso ao rio Iriri, na localidade Maribel, onde pernoitamos. Esse percurso levou, em média, nove horas, por causa das condições ruins das estradas e pontes. No dia seguinte pegamos a voadeira para

⁴ Levando em conta a margem direita do rio Iriri, pois a primeira casa da EETM é no Rio Novo, único núcleo familiar separado do restante dos moradores desta UC, a distância de Altamira até lá gasta-se 12 horas, em média, de voadeira com motor 115 durante a estação cheia.

⁵ Muita neblina que dificulta a visibilidade, impossibilitando a navegação por conta da grande quantidade de pedras existentes no leito do rio.

seguir viagem pelo rio Iriri até a EETM, onde chegamos depois de dois dias e meio. Durante esse percurso, foi necessário parar nas casas dos moradores da ResEx Iriri para pernoitar e preparar refeições.

Durante esses dois períodos de pesquisa de campo, no período de julho a novembro de 2014, foram entrevistados 22 interlocutores, os quais fazem parte dos 13 núcleos familiares que já moram há mais tempo no território, sendo 11 do gênero masculino e 11 do gênero feminino, os quais estão inseridos dentro de uma faixa etária entre 18 e 76 anos. Foram realizados dois campos, com duração média de 30 dias cada um. Para manter a identidade dos interlocutores em anonimato, serão utilizadas somente siglas e a idade dos mesmos quando for fazer referência as suas falas no decorrer do texto.

A convivência com as famílias proporcionaram experiências muito diversas, vivenciando uma série de situações determinantes para o tipo de relação estabelecida com os integrantes de cada uma dessas famílias. Uma família em especial, foi muito intensa, a ponto de no final do dia não ser possível completar as anotações do diário de campo. Foi importante para a pesquisa, a participação nas atividades cotidianas da família, na roça, colaborando no processo de produção de farinha de mandioca, na busca de água no rio, para os usos na cozinha, no preparo de algumas comidas, na lavagem das vasilhas na beira do rio e até a noite, a atenção era sempre requisitada para algo que lembravam e gostariam de compartilhar.

1. QUEM SÃO OS BEIRADEIROS DA EETM ?

A expansão nacional moderna é caracterizada por Galvão (1955) por três tipos de atividades: a pecuária, a agricultura e a exploração dos recursos naturais. Para o autor, cada uma delas implica em exigências diversas sobre o meio e sobre a organização e a natureza da frente pioneira. Na região amazônica, a principal meta econômica da frente pioneira nacional, ainda de acordo com Galvão foi a coleta de produtos naturais da floresta, tais como: condimentos, madeiras raras, óleos, peles e a borracha.

A economia baseada no extrativismo voltada para o capital internacional movimentou a Amazônia desde a primeira metade do século XX e exigiu ampla mão-de-obra (SANTOS, 1980). Em muitas áreas, a participação dos indígenas era requerida por seu conhecimento da floresta e do processamento primário de seus produtos. Em outras, principalmente nas de exploração mais recente, a participação dele é substituída por uma migração maciça de caboclos do nordeste do Brasil ou repellido para o interior (GALVÃO, 1955). A região da Terra do Meio começou a ser ocupada por populações não-indígenas no final do século XIX,

tornando-se rapidamente um importante núcleo de exploração de produtos extrativistas, em especial a seringa (*Hevea brasiliensis*). Esse período coincide com o problema da seca prolongada no Nordeste, ocorrendo assim, a migração de nordestinos para a Região Norte, estimulada pelo Governo Federal.

Para Santos (1980) a migração de nordestinos para os recônditos da Amazônia, em busca de trabalhos nos seringais, garantiu a expansão da exploração da borracha, pois não haveria mão de obra local suficiente para esta atividade. A região do rio Xingu foi um importante entreposto da economia da borracha na virada do século XIX para o século XX, sendo responsável por exemplo, por alçar a Altamira, da condição de vila para a de cidade (SOUZA, 2008).

Uma pesquisa de campo em municípios situados às margens do Xingu, como Altamira, Senador José Porfírio e Porto de Moz, aponta para a forte presença de descendentes de seringueiros que acabaram por fazer parte de uma série de narrativas e memórias da região. Ao mesmo tempo, muitos seringueiros permaneceram vivendo nas localidades onde trabalhavam, dando origem às vilas ribeirinhas, nas quais vivem atualmente os seus descendentes.

Os grupos de seringueiros vindos especialmente do Nordeste, mas também de outras localidades do Pará, foram aos poucos ocupando toda a região, segundo o modelo clássico da “patronagem” e do aviamento com as moradias espalhadas em torno dos barracões dos seringalistas. As famílias de seringueiros dispersavam-se ao longo dos rios de acordo com a localização dos seringais e a quantidade de estradas de seringa. Aos poucos cada família foi constituindo um “lugar”, ou seja, identificando-se e sendo identificada em determinados trechos dos rios (MMA, 2012).

Com a baixa no comércio da borracha, os seringueiros do rio Iriri e seus descendentes, em um processo análogo àqueles ocorridos em muitas áreas da Amazônia, passaram a compor um segmento camponês florestal, cujo modo de vida ancora-se em um conhecimento profundo da floresta e rio, desenvolvendo atividades produtivas de impacto muito reduzido (ALARCON e TORRES, 2013).

Em um trabalho realizado por Escada *et al.* (2005), os beiradeiros do interflúvio Xingu Iriri são caracterizados por viverem nas margens dos rios Xingu, Iriri e Curuá, em habitações isoladas umas das outras, desenvolvendo basicamente atividades extrativistas como a pesca e a coleta da castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*). Para os mesmos autores, essas atividades não alteravam significativamente a cobertura florestal, mas ressaltam que esses moradores estavam submetidos a condições precárias de subsistência, por conta, principalmente, da

ausência do Estado tornando-se vulneráveis aos processos de invasão de terras, grilagem e violência. Os autores analisam ainda que:

Além disso, contém uma população de ribeirinhos que desenvolve atividades extrativistas e habita as margens do rio Iriri. Será necessário desenvolver um eficiente sistema de monitoramento e fiscalização, que deve ser mantido por um longo período de tempo, evitando novos conflitos, desmatamento e grilagem de terras (ESCADA *et al*, 2005, p. 16-17).

Atualmente, com a criação da Unidade de Conservação (UC), diminuiu a pressão sobre as terras, mas não acabou com a violência, tendo em vista que em alguns momentos foi praticada pelo próprio Estado, na medida em que demonstrou, pelas primeiras ações dos servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (que era o órgão gestor na época), sua falta de traquejo para lidar com os residentes da EETM, os quais foram surpreendidos, vendo suas propriedades serem invadidas, seus pertences revirados e jogados ao chão por estranhos armados. Foram e são tratados como foras da lei, ainda correm o risco de perder seu território de vez pela lei que lhes foi imposta pelo Estado, sem consulta nem aviso prévio. Um completo desrespeito que se segue, já que desde a criação da UC, há treze anos, esperam por respostas sobre quais serão seus destinos. Uma vez que, segundo a lei nº 9.985, sancionada em 18 de julho de 2000, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (BRASIL, 2000), em UC's de proteção integral não é permitida a permanência de populações humanas, que é o caso da EETM (Artigo 9º do SNUC).

Em trabalho publicado em 1997, Castro analisa com preocupação a legislação ambiental brasileira que pode, em alguns casos, impedir o acesso aos direitos fundamentais às populações da Amazônia. Para a autora, apesar das dificuldades enfrentadas, a busca por uma maior organização social e reivindicação de direitos fundamentais, bem como de reconhecimento às suas trajetórias, cada vez mais as populações não indígenas que vivem às margens dos rios e/ou no interior da floresta têm conseguido vitórias significativas em diversas esferas:

A trajetória recente dessas lutas tem mostrado certas conquistas e o reconhecimento de direitos, o que nos permite concluir pela existência de um processo no qual esses grupos estão garantindo apresentarem-se com o aval de sua história, frente à sociedade moderna ocidental, com experiências de preservação da natureza, sem prejudicar, bem ao contrário, a sua reprodução cultural e social. (CASTRO, 1997, p. 240).

Mas, apesar de diversas conquistas nas lutas por reconhecimento e por direitos, ainda há muitos grupos no interior de UCs que ainda sofrem com a exclusão social e o não reconhecimento oficial de suas comunidades. Arruda (1999), faz uma crítica séria à política ambiental vigente, a qual tenta se viabilizar por uma postura autoritária totalmente dependente de fiscalização repressiva. Para este autor, essa política necessita de embasamento técnico-científico e legitimidade social entre a população regional, a qual estaria predestinada “a uma preservação ao estilo “jardim zoológico”, resguardando apenas algumas áreas intocáveis, num recorte insuficiente para a reprodução integral dos ecossistemas, para a manutenção da biodiversidade e pluralidade cultural” (1999: 90).

De acordo com Mello *et al.*⁶, que realizaram e acompanharam vários trabalhos na Estação Ecológica Terra do Meio (EETM), existe entre os beiradeiros da região do rio Iriri, duas tipologias de modos de vida: colonos e ribeirinhos. Para essas autoras, os colonos são aquelas pessoas que compraram terras e vieram morar ali nas últimas décadas, com a perspectiva de retirar a vegetação e plantar pasto para criação de gado. Eles se auto-reconhecem como colonos, querem continuar suas atividades agropecuárias, e gostariam de continuar nas suas terras, nas quais já tiveram o trabalho de formar pasto, plantar árvores que já estão frutificando. Já os ribeirinhos, de uma forma geral, vivem há mais tempo na região do Iriri, têm na caça e na pesca sua principal fonte de proteína para alimentação, não desejam criar gado, tendo um modo de vida mais aproximado ao das populações que atualmente residem nas Reservas Extrativistas, desenvolvendo o extrativismo de castanha, açaí e óleos vegetais, que comercializam.

A EETM está dividida em três partes, a saber, Setor 1, Setor 2 e Setor 3, onde existem, pelo menos, três grupos residindo, os fazendeiros, os colonos e os ribeirinhos. A presente pesquisa foi desenvolvida somente com o último grupo, que no presente texto o designará de beiradeiros, a designação que gostam de serem chamados. Esse reconhecimento da categoria *beiradeiro* se apresenta como uma construção social apropriada e ressignificada por eles. A resposta a seguir ilustra bem esse sentido de pertença: “sempre a gente foi beiradeiro, porque nascemos e nos criamos aqui no beiradão, esse negócio de ribeirinho foi o pessoal de fora que disse que a gente era” (R. G. 36). Nesse sentido, de acordo com Oliveira (2006), o reconhecimento é entendido como:

⁶ MELLO, Dalila Silva; SOUZA, Tathiana Chaves de; PRADO, Malhães Rosane & FERREIRA, Maria Inês Paes. Direitos dos beiradeiros do Iriri: a situação dos ribeirinhos e colonos na estação ecológica da terra do meio-Pará-Brasil, s/d, não publicado.

[U]m ato expressivo, pelo qual este conhecimento está confirmado pelo sentido positivo de uma afirmação. Contrariamente ao conhecimento, que é um ato cognitivo não público, o reconhecimento depende de meios de comunicação que exprimem o fato de que outra pessoa é considerada como detentora de um “valor” social. (OLIVEIRA, 2006, p. 31).

A partir da tipologia mencionada pelas autoras acima, consideraram esse perfil próximo ao dos extrativistas tradicionais das ResEx. De acordo com o SNUC, “A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”.

Atualmente, a maioria dos beiradeiros mora no Setor 3 e suas residências estão localizadas no lado esquerdo do rio Iriri. Foram identificados 13 núcleos familiares, cuja composição variou de dois a oito membros, totalizando 56 moradores. Sendo que, grande parte dos interlocutores, com exceção de uma pessoa, nasceu nas margens do rio Iriri. Os moradores mais antigos chegaram na época da extração da seringa, na primeira metade do século XX. A moradora que reside há mais tempo conta que antigamente era diferente nesse trecho do rio Iriri:

Quando meus pais eram vivos, aqui no beiradão tinha muita gente morando e trabalhando, tirando seringa e caçando gato para tirar a pele, mas depois que acabou a seringa e foi proibido caçar gato ficou difícil de morar no beiradão e aí o pessoal começou ir embora (R. G. S. 76 anos).

A lógica de produção desses beiradeiros pode ser considerada de baixo impacto, tendo em vista a quantidade de moradores por hectare, a diversidade de recurso explorado e o tempo que eles moram nesse território. Tendo como atividade produtiva a agricultura de subsistência (destacando-se o cultivo de mandioca) que usa a capoeira em pousio, além da caça, pesca, extrativismo vegetal e criação de animais de pequeno porte (galinha, galinha d’angola e patos), ainda são construtores de canoa e fazem cestaria. Esse modo de vida pode ser classificado como uma prática da sustentabilidade ecológica, que de acordo com Lima e Pozzobon (2005) é considerada como a capacidade de uma dada população de ocupar uma determinada área e explorar seus recursos naturais sem ameaçar, ao longo do tempo, a integridade ecológica do meio ambiente.

No extrativismo vegetal, tem destaque a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*), como o principal produto coletado e comercializado. Realiza-se também a atividade de coleta de frutos, como patoá (*Oenocarpus bacaba*), bacaba (*Oenocarpus bacaba*), açaí (*Euterpe oleracea*), buriti (*Mauritia flexuosa*) e uxi (*Endopleura uchi*); além de ervas medicinais, cipós

e palhas, como a de babaçu (*Orbignya spp.*) utilizada para cobertura de construções e produção de cestarias. Os beiradeiros da EETM, atualmente se ocupam com outras atividades, no período do ano que não estão envolvidos na coleta da castanha. Trabalham como pilotos de embarcações e técnicos de campo no apoio às pesquisas científicas; prestando serviço ao órgão gestor da UC, para prefeitura municipal ou para terceiros.

2. RECEBENDO EM SUAS CASAS

Os beiradeiros da EETM recebem com afetividade e com o que possuem de melhor as pessoas que visitam suas casas. Oferecem lugar para dormir, alimento e auxiliam em todo o processo de instalação e adaptação para seus visitantes. A necessidade de receber adequadamente remete a um valor social importante para os moradores. Barth (2000), ao estudar a identidade pathan, conclui que ser pathan inclui a obrigação de receber bem todos os viajantes. Não ser hospitaleiro pode vir a colocar uma família pathan em situação desfavorável diante das outras famílias, pois seria a violação de um valor fundamental para a construção da identidade.

A receptividade foi vivenciada em todas as chegadas, com tratamento amável e a amizade na acolhida. Se sentem na obrigação de receber bem aos chegantes. Os moradores fazem agrados aos visitantes, oferecendo doces, café, frutas, carne e até oração de proteção para realizar o trabalho em segurança. Era sempre assim, quando tinha que deixar uma família para ir para moradia de outra, ganhava uma dádiva, como demonstração de amizade e do quanto se dispõem a ser hospitaleiros.

Para os beiradeiros é fundamental receber bem, ser hospitaleiro com os novos chegantes ou com os velhos conhecidos que os visitam, o que possibilita aos visitantes se sentirem em casa durante o período de sua estadia entre eles. As habitações estão distribuídas ao longo do Rio Iriri, com distâncias variadas uma da outra, chegando a demorar um dia inteiro de rabeta⁷ (Figura 1) nesse deslocamento, durante o período de seca do rio. Em sua grande maioria, as moradias são construídas com o aproveitamento dos recursos locais, tirados da floresta e do solo, sendo a maioria coberta de palha, piso de terra batida, com paredes de barro ou madeira, todas têm divisões que separam os cômodos, os quais podem variar de tamanho e quantidade, dependendo do número de membros familiares. Mesmo assim, pode-se observar que em algumas, um único cômodo pode servir de quarto para toda a

⁷ As rabetas são pequenas embarcações de madeira, motorizadas, utilizadas como principal meio de transporte pelos beiradeiros.

família, enquanto em outras existem mais de dois cômodos para dormitório, sendo no geral um do casal e outro para os filhos, além da sala e da cozinha. Na maioria dessas habitações, a sala é o cômodo de maior espaço e serve de ligação entre a cozinha e os quartos.

Figura 1: Imagem de uma rabeta após o retorno da pescaria. Fonte: Débora Lopes.



Os móveis são de madeira, compreendidos por bancos de vários tamanhos e a mesa que geralmente fica na sala. As refeições, comumente, são feitas no chão da cozinha, sentados em pequenos bancos, no chão ou na posição de cócoras. Na maioria das moradias existe fogão a gás, o qual raramente é usado, pelas condições econômicas e por conta do difícil acesso para recarregá-los, sendo os fogões de lenha ou carvão os mais utilizados. Foi possível verificar a existência de cama, geralmente no cômodo onde dorme o casal, mas em sua grande maioria as pessoas dormem em redes. Em todas as moradias existem rádios de pilha, a frequência mais ouvida é a Rádio Nacional da Amazônia, que é por onde sabem as notícias sobre o que acontece fora do mundo deles e o programa preferido é o Ponto de Encontro, apresentado pela locutora Sula Miranda.

A estrutura do telhado de palha evidencia que os moradores são detentores de técnica e de um bom planejamento, inclusive, no seu fabrico existe todo um ritual que começa com a escolha das folhas e da madeira que será a base da estrutura. Eles sabem exatamente quantas

folhas e quantas peças de madeira serão necessárias para a construção de um determinado tamanho de telhado. É nessa estrutura, entre as palhas, que ficam guardados os materiais de pesca, os arpões, os caniços, os arcos e as flechas. No geral, a tarrafa fica pendurada em um dos cantos da sala.

3. O RIO E A COSMOGRAFIA DOS BEIRADEIROS

Beiradeiro não gosta de morar para dentro da mata, não pode ficar longe do rio se não ele morre. Tem que ver o rio, tem que ficar olhando para o rio. Na mata você mata um tatu ou uma paca, as vezes mata algum, mas têm vezes que não consegue nada, aí não vai comer só arroz com abóbora, porque não gosta, não tem costume. No rio não, têm vários tipos de peixe, ele pode escolher, é só ir lá. (J. G. M. 60 anos).

O rio Iriri é um dos recursos mais importantes para os beiradeiros, é sua rua, via de acesso à cidade, aos vizinhos, é fonte de recurso alimentar, faz parte de seu imaginário, meio de reprodução de vida. A importância de suas águas se manifesta nesses diferentes contextos do cotidiano, seja para colocar a mandioca de molho, seja para o consumo da família ou para suprir as necessidades dos afazeres nas moradias de um modo geral. Todas as famílias usam o rio como base para sua organização social e econômica, seja para lavar as vasilhas, lavar as roupas, tratar o peixe, tratar a caça, tomar banho.

Figura 2: Uso do rio para lavar as vasilhas. Fonte: Débora Lopes



No rio, também se aprende com os mais experientes (e experimentando ao mesmo tempo) a arte de pescar e também capturar outros animais, onde se conhece a relação de alguns vegetais e os peixes, onde se aprende os limites de suas áreas, seus melhores poções, identificam o período do ano mais adequado para capturar cada espécie e áreas onde as mesmas podem ser encontradas. Estas práticas proporcionam uma maior variedade de opções e facilitam na hora de escolher os locais onde estão as espécies mais apreciadas, bem como possibilitam aprendizagem para os mais jovens em lidar com as diversas situações desse contexto.

É através do rio que é possível o encontro entre os vizinhos, guiando suas rabetas, que no período seco se contorcem nos canais para escapar de uma ou outra pedra, subindo ou descendo cachoeiras, isso quando não têm que parar nas trempes para descer e empurrar a embarcação que se prende no assoalho do rio cheio de gorgulho, momento de muita perícia e técnica para não levar ferrada das arraias de vários tipos e tamanhos que se camuflam e se amontoam em cima da areia e das pedras.

De noite não se lava nenhum tipo de vasilha usada no preparo da comida e nem as que são usadas pela família no jantar. Todas são organizadas dentro de uma bacia e somente na manhã do dia seguinte são levadas para o rio para serem lavadas pelas mulheres que descem para a beira também para lavar roupas. Uma delas falou que não gosta de lavar as vasilhas no jirau, disse que quando não são lavadas no rio parece que não ficam bem limpas.

Para as crianças, a hora do banho é sempre um momento lúdico, se não tiverem que ir para escola depois, ficam horas brincando até que o pai ou a mãe os chamem para subir e, mesmo assim, ainda ficam com desculpas para demorar mais um pouco, seja porque ainda falta lavar a sandália, a roupa ou que tenham que voltar para buscar algum outro apetrecho esquecido na beira do rio, mais um mergulho antes de subir.

Na terra também se imita o andar no rio, crianças improvisam com pedaços de tábuas a construção de suas rabetas, reproduzindo seus sons, movimentos e o modo de pilotar. A relação de aprendizagem e percepção sobre o meio entre crianças da Amazônia é discutido no texto de Cardoso e Souza (2011), os quais analisam a inserção da criança e jovens nas relações sociais, ou seja, ser constituído como ser pleno, o que só ocorre se reconhecido como tal pela coletividade, implica a necessidade de dominar intelectualmente os sistemas de saber culturalmente específicos, assim como a necessidade de poder ver desde o início, o processo de formação de trabalho e o resultado final (CARDOSO e SOUZA, 2011). Dessa forma:

As crianças e os jovens, nas comunidades rurais da Amazônia, recebem os meios intelectuais necessários para se utilizarem da natureza, tornando-a um instrumento de trabalho – o trabalho do saber - , como um método pedagógico que acompanha o neófito ele opera, criando, ao mesmo tempo, um trabalhador pelo saber técnico, capaz de produzir, e também percepções a respeito da idade e do gênero (CARDOSO e SOUZA, 2011, p. 168).

Em seu estudo sobre comunidades ribeirinhas da Amazônia, Furtado (1994) analisa que os rios e lagos são fundamentais para todo o sistema de reprodução social e, conseqüentemente, para a própria existência dos grupos. As atividades econômicas, domésticas, de transporte, comunicação e sociabilidade têm nas águas sua concretização, de forma que, para as comunidades ribeirinhas da Amazônia, os rios e lagos possuem amplos significados que vão muito além das utilidades práticas para as pessoas:

Um lago, por exemplo, com sua lâmina d'água e os recursos ictiológicos nele contidos é um destes patrimônios cujo significado vai além de sua própria configuração física e utilitarista. Além de ser fonte de alimentos e provisão de água para consumo e higienização do corpo e da casa, é espaço produtivo de trabalho socialmente construída, de relações sociais intra e intergrupais, isto é, intra e intercomunidades. É espaço intermediador entre o “mundo de dentro” e o “mundo de fora” local onde se atualizam formas de relação com o meio ambiente, um espaço onde o imaginário tem lugar não com características de superstição, mas de valores que interferem na relação do homem com seu habitat, contribuindo para sua conservação. É bom que se diga que os mitos têm essa função integradora (FURTADO, 1994, p.70).

Além de um território de vivências, sociabilidades, trabalho e lazer o rio é um lugar de encantarias para os beiradeiros. É no rio que conhecem encantados zoomórficos, animais que assumem forma e/ou características humanas, bem como os lugares ao mesmo tempo físicos e fantásticos, onde se pode encontrar seres sobrenaturais e assim suas narrativas são recheadas destes elementos. Em uma, das muitas pedras que se encontram no meio do rio, que têm inscrições de povos que habitaram anteriormente esse território. Os beiradeiros acreditam que lá mora uma cobra encantada e que a pessoa que conseguir ler os escritos da pedra vai tirar o encanto da cobra, fazendo com que ela volte a ser gente.

Outro encantado do fundo foi mencionado por uma interlocutora, a qual, como se verá no relato a seguir, teve um encontro com essa entidade uma certa noite há muitas décadas. Diz a mãe que ele tentou levar a criança que estava na rede no colo dela, enquanto a amamentava: “ era de noite, escuro, quando ouvi uma linda doutrina sendo cantada. Era tão linda que só podia ser de um encantado. O som cada vez mais chegava próximo da casa, até que senti alguém levantar o mosquiteiro de minha rede e me deu boa noite. Eu lhe respondi: boa noite! Aí o encantado ofereceu me ensinar uma doutrina mais bonita do que aquela, se eu lhe desse a minha mão direita, mas não aceitei. Sabe por que? O que estava nessa mão era a minha

criança mamando. O encantado insistiu várias vezes e eu não concordei com sua proposta e então ele saiu cantando e logo fez barulho grande de alguma coisa caindo na água”. Até uns anos atrás, ela conta, ainda sabia cantar uma parte da doutrina que ouviu naquela noite.

A senhora R. G. S. (76 anos) relata que desde então a criança não comia, tinha diarreia, febre e não parava de chorar. Levou na benzedeira, “foi uma luta para ela se criar”. A mãe acredita que seu filho era para ser do encantado, pois seus panos foram lavados no rio. Na conversa daquela noite com o encantado, ele disse que ouvia o choro da criança e queria ela para si. Motivo de muita preocupação para esta mãe, que desde então teve que cuidar muito para que o seu, até então, único filho, se criasse, tendo em vista que há muito esperava por um menino, pois só tinha filhas.

Em seu estudo sobre a religiosidade dos caboclos ribeirinhos da Amazônia, Maués (2005) problematiza os significados dos encantados. O autor cita a presença de uma princesa encantada, na ilha de Itapuá, no município de Vigia-PA, bem como relatos sobre a existência de cobra grande no Solimões e de botos que assumem a forma humana para conquistar mulheres em diversos lugares da Amazônia. Os encantados são, portanto, mais do que histórias contadas ou narrativas populares, eles fazem parte do cotidiano dos ribeirinhos, interagindo com eles e interferindo em suas vidas. Os beiradeiros da EETM entrelaçam em sua cosmografia, suas vidas às dos encantados, de modo que estes fazem parte da existência da comunidade.

Para Maués (2005, p. 262) “Os encantados, [que] ao contrário dos santos, são seres que não morreram, mas se “encantaram”” são uma forma de ver e explicar o mundo e parte fundamental da religiosidade cabocla da Amazônia que os relaciona intimamente à fauna, flora e às águas. Esta relação dos beiradeiros com os encantados, aponta para uma complexa cosmografia dos moradores da EETM, bem como para uma forma de interação humana-natureza que não estratifica nem separa, mas vê ambos como intimamente inter-relacionados.

No intuito de entender a relação que um grupo particular mantém com seu respectivo território, Little (2002, p.04) utiliza o conceito de Cosmografia, definido como:

Os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. Incluindo seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história de sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.

Os beiradeiros da EETM têm uma relação de pertencimento com o lugar, se reconhecem como sujeitos que fazem parte de um mesmo território, tal fato pode ser

observado em diversas situações, desde os topônimos que fazem alusão à algum acontecimento, ou fazem referência à proximidade da propriedade de algum morador, ou ainda relacionado ao imaginário local. Apesar das moradias serem bem distantes umas das outras, as pessoas, além do parentesco e do compadrio, mantêm uma relação de vizinhança, de integração ao lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As populações amazônicas que vivem no interior das florestas e/ou às margens dos rios foram por muito tempo ignoradas ou tiveram seus direitos fundamentais, como saúde e educação, usurpados por agentes externos que estavam preocupados apenas em explorar as riquezas naturais. Latifundiários tradicionais e recentes, bem como grandes projetos de exploração pressionaram os ribeirinhos da Amazônia que viviam de forma tradicional, em interação com a fauna, flora e os rios e provocando baixos impactos ambientais (LIMA e POZZOBON, 2005).

Entre o rio e a floresta estão os encantados, que fazem parte de suas vidas cotidianas não somente como forma de explicar o mundo, mas também como parte de uma cosmografia que os mergulha em intimidade com a natureza. Animais que assumem formas humanas ou seres mágicos fazem parte de um universo que explica concepções de mundo, bem como seus valores éticos e religiosos. Valores como a necessidade de receber da melhor maneira possível os viajantes e também de enfrentar os desafios que se apresentam para que possam continuar a viver onde nasceram ou estão estabelecidos a muito tempo e onde aprenderam a conhecer cada detalhe do rio, da floresta, dos sons de animais e a fazer desta realidade, além de um lugar de vivência e reprodução social, uma forma de ver, ser e estar no mundo.

REFERÊNCIAS

ALARCON, Daniela Fernandes & TORRES, Mauricio. **“Não tem essa lei no mundo rapaz”**. Relatório para construção de um termo de compromisso população extrativista moradora da Estação Ecológica da Terra do Meio (EsecTM) Altamira. 2013.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações Tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 79-92, jul.-dez. 1999.

BARTH, Fredrik. A identidade pathan e sua manutenção. In: BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 69-94.

BRASIL, República Federativa do. Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Brasília, 2000.

CARDOSO, Luiz Fernando Cardoso & SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. Viver, aprender e trabalhar: *habitus* e socialização de crianças em uma comunidade de pescadores na Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 6, n.1, p. 165-177, jan.-abr. 2011.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, Edna & PINTON, Florence (Org.). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: NAEA/UFPA, 1997. p. 221-242.

ESCADA, Maria Izabel Sobral; VIEIRA, Ima Célia Ghimarães Vieira; KAMPEL, Silvana Amaral.; ARAÚJO, Roberto; Veiga, Jonas Bastos da.; AGUIAR, Ana Paula Dutra.; VEIGA, Iran; OLIVEIRA, Myriam; PEREIRA, Jorge Luiz Gavina; CARNEIRO FILHO, Arnaldo; FEARNSSIDE, Philip Martin; VENTURIERI, Adriano; CARRIELO, Felix; Thales, Marcelo; CARNEIRO, Tiago Senna G.; MONTEIRO, Antonio Miguel Vieira & CÂMARA, Gilberto . Processos de ocupação nas novas fronteiras da Amazônia (o interflúvio do Xingu/ Iriri). **Estudos Avançados**. Dossiê Amazônia Brasileira II. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v. 19, n. 54, p. 9-23, mai.-ago. 2005.

FURTADO, Lurdes Gonçalves. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D'INCAO, Maria Ângela & SILVEIRA, Isolda Maciel (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p.67-74.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens – um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas**. Brasileira, volume 284. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1955.

GONDIM, Neide. **A invenção de Amazônia**. 2ª ed. Manaus: Valer, 2007.

LIMA, Deborah & POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos avançados** – Dossiê Amazônia brasileira II. São Paulo, v. 19, n. 54, p. 45-76, jan.-abril. 2005.

LITLLE, P. E.. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia de territorialidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, p. 251-290. 2004.

LOPES, Ana Débora da Silva. **A Cura que Vem da Natureza: Conhecimentos, Práticas e Apreensões da Biodiversidade por Beiradeiros da Estação Ecológica Terra do Meio, Amazônia Brasileira**. 2015. 130 f. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Antropologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Ufpa, Belém, 2015.

MAUÉS, Raimundo Heraldo. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião. **Estudos avançados** – Dossiê Amazônia brasileira I. São Paulo, v.19, n.53, p. 259-274, jan.-abril. 2005.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify. 2003.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15. 2006.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T.A.Queiroz, 1980.

SOUZA, César Martins de. De migrantes nordestinos a seringueiros no Xingu: história, memória e literatura em “A batalha do Riozinho do Anfrísio”. In: **Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades**. Organização César Martins de Souza & Alírio Cardozo. Belém: EDUFPA, 2008. p. 215-234.

A PROSTITUIÇÃO EM GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA: O IMPACTO DO GRANDE CAPITAL NOS FLUXOS DE MÃO DE OBRA NA UHE BELO MONTE

Augusto César Pinto Figueiredo¹
Luís Junior Costa Saraiva²

RESUMO

O presente artigo é fruto das discussões gestadas na disciplina Perspectivas Etnográficas Clássicas e Contemporâneas do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia - PPGLSA, o principal objetivo é apresentar uma visão geral da problemática que envolve a questão da prostituição atraída pela instalação do projeto hidrelétrico Belo Monte no estado do Pará. Além do presente artigo também trazer parte dos dados coletados em campo por meio de entrevistas durante os meses de Setembro de 2017 a Julho de 2018 em três prostíbulos, sendo um localizado em Altamira e dois localizados em duas cidades adjacentes a UHE Belo Monte. Por fim, apresentar uma breve discussão teórica sobre aspectos que tratam a questão da prostituição e as relações de trabalho das profissionais do sexo no contexto da UHE Belo Monte.

Palavras-chaves: Prostituição. Prostíbulos. Grandes Projetos. Hidrelétrica Belo Monte.

ABSTRACT

This article is the result of the discussions developed in the discipline Classical and Contemporary Ethnographic Perspectives of the Postgraduate Program in Languages and Knowledge in the Amazon - PPGLSA, the main objective is to present an overview of the problematic that involves the issue of prostitution attracted by the installation of the Belo Monte HPP. In additionally, the present article also brings some of the data collected in the field through interviews during the months of September 2017 to July 2018 in three brothels around the plant. One of them located in Altamira and two other ones located in two cities adjacent to the Belo Monte HPP. Finally, It is presented a brief theoretical discussion on aspects that deal with the issue of prostitution, and the working relationships of sex workers in the context of the Belo Monte HPP.

Keywords: Prostitution. Brothels. Large Projects. Belo Monte Hydroelectric.

INTRODUÇÃO

Um estudo realizado pela Fundação Francesa *Scelles* em 2011, afirma que mais de 40 milhões de pessoas no mundo se prostituem, a maioria (75%) são mulheres com idades entre 13 e 25 anos. De acordo com a Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), calcula-se que o Brasil tenha cerca de 1,5 milhões de pessoas, entre homens e mulheres que vivem em situação de prostituição. A pesquisa revela que 28% das mulheres estão desempregadas e 55%

¹ Professor efetivo da Universidade Federal do Pará/ Campus de Altamira. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia da Universidade Federal do Pará. E-mail: figueiredoacp@hotmail.com

² Professor efetivo da Universidade Federal do Pará/ Campus de Bragança. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia da Universidade Federal do Pará. E-mail: luisjsaraiva@gmail.com

necessitam ganhar mais para ajudar no sustento da família. Segundo dados da FUMEC, 59% são arrimos de família e sustentam sozinhas os filhos, 45,6% tem o ensino fundamental e 24,3% não concluíram o Ensino Médio. Assim, apresentam um nível de escolaridade deficitário, o que significa que aproximadamente 70% dessas mulheres não têm outra profissão. Em pesquisa encomendada pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) de Portugal, mostrou que as mulheres brasileiras que se prostituem em Portugal são maiores de idade, não têm registro nesta atividade no Brasil, possuem um curso médio ou superior, são caucasianas, prostituem-se por motivos financeiros e chegaram ao país por sua própria conta.

Em pesquisa do Departamento Nacional de Polícia Rodoviária Federal em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República realizada em 2013, o estado do Pará foi o segundo estado brasileiro com maior número de pontos de prostituição infantil nas estradas, de acordo com a pesquisa, na BR-230, a Transamazônica, que corta os municípios de Marabá, Altamira e Itaituba, alguns bares são considerados pela polícia locais comuns de prostituição infantil. Ônibus, caminhões e veículos pequenos são alvos frequentes de vistorias.

Ao estudar o fenômeno da prostituição em grandes projetos na Amazônia, precisamos levar em consideração em primeiro lugar, que a prostituição está dividida em nichos diferentes que agregam maior ou menor valor dependendo do tipo de exigência do mercado. Em nossa pesquisa de campo coletamos dados que ajudam a entender como o mercado do sexo funciona. Em entrevista com Maryjane ouvi o seguinte relato:

“Sabe professor, eu vi muita menina bonita aí fazendo programa, vi umas meninas de Goiânia que vieram aqui para Altamira e faturaram uma grana alta. Tudo branquinha, loirinha dos olhos verdes e azuis que tu nunca dizias que eram da vida. Um dia, eu fui para uma barca que uns caras chamaram em uma chácara no ramal dos cocos e quando cheguei lá vi essas cavalas. Mas não me intimidei pra elas não. Depois conversando com duas eu perguntei quanto elas cobraram e fiquei sabendo que elas tavam ali ganhando 1500 reais cada uma. O cara que me chamou pagou 500 reais para eu ir com outras meninas. O cara que agenciou a gente levou eu e mais duas colegas pagando 500 reais pra mim e pra minhas duas colegas. Ele levou mais essas duas que eu não conhecia pagando 1500 para cada uma dessas loiras. Tinha uns 12 homens para 05 mulheres darem conta. Passamos o dia trabalhando foram os 500 reais mais suados que já ganhei na minha vida. Não entro mais em barcas assim não. Como era longe e nem eu nem as minhas colegas podíamos sair de lá, tivemos que manter a nossa palavra. Foi uma barca furada, só não foi pior porque os caras caíram matando nas duas loiras que saíram de xiri roxo de tanta rolada que levaram (risos)”.

O valor de mercado do sexo feminino funciona com base de preço por características físicas, idade, procedência, escolaridade e tipo de programa que a mulher faz. Conforme a mulher vai se enquadrando nessas categorias o valor do programa torna-se mais caro ou mais

barato.

Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), nos espaços de construção das hidrelétricas, as mulheres são mais uma mercadoria de entretenimento para distração dos operários. Em um contexto de pobreza e miséria, a prostituição poder ser vista como uma forma mais abreviada para a suplantação dessa conjuntura, seja para as profissionais do sexo que exercem a atividade regulamentada, ou para as/os jovens exploradas/os sexualmente, conforme denunciam as entidades de defesa dos direitos infanto-juvenis da cidade de Altamira. Em minha pesquisa documental encontrei muitas reportagens que tratam inclusive do aliciamento de mulheres e adolescentes indígenas para a prostituição. Ao longo dos anos de 2010 até o início de 2016, O Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA) investigou diversas denúncias de exploração sexual de mulheres e adolescentes na região das obras da usina Belo Monte, entre Altamira e Vitória do Xingu. MPF/PA (2013):

A Justiça Federal de Altamira (PA) decidiu acatar denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra seis pessoas acusadas de envolvimento com suposto esquema de exploração sexual de mulheres e adolescentes na região das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, estado do Pará. O procedimento para apurar as denúncias decorrentes de duas operações policiais contra a exploração sexual, de agradas no dia 13 de fevereiro, foi instaurada na última sexta-feira (22), a pedido do MPF. A denúncia foi recebida pelo juiz federal Marcelo Honorato [...]. Durante as duas operações policiais, 15 mulheres e uma travesti provenientes de outros estados foram encontradas em condições que indicavam serem vítimas de exploração sexual. A ação policial teve início depois que uma menor de idade conseguiu fugir de uma boate da região e denunciou que vinha sendo mantida em cárcere privado e obrigada a se prostituir. A garota foi incluída no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. [...] No total, 32 mulheres foram libertadas até agora. A investigação do MPF/PA vai apurar, ainda, a existência do crime de trabalho escravo, previsto no artigo 149 no Código Penal e de competência da Justiça Federal.

Muitas mulheres vieram com a promessa de salários de até R\$ 1 mil reais por dia trabalhado. Em uma entrevista, em campo, que fiz no dia dois de Setembro de 2017, ouvi o seguinte relato da profissional do sexo de trinta e nove anos que chamarei aqui de Safira:

“Olha meu filho, eu e duas menina vinhamos do Maranhão e chegamos aqui em Altamira lá pelo meu de 2012 pa trabaiar. Passemos por muita dificuldade pa chegar aqui. Tinha muito homem e ganhemos muito dinheiro só que quando os homens começaram a ir simhora as coisas ficaram complicadas pa nós tudinho. As meninas que vinham comigo foram tudo simhora também. Eu tô aqui ainda esperando esses homens que vem pa esse tal de Belo Sun”.

Percebemos pelas entrevistas que foram feitas com algumas profissionais do sexo, ao longo do mês de setembro de 2017 a julho de 2018 que permanecem nos prostíbulos remanescentes tanto em Altamira quando nas cidades adjacentes que a possibilidade de um

novo grande projeto ainda alimenta a esperança de dias melhores no que concerne a volume de trabalho e ganhos financeiros exponenciais. Hage (2011) afirma que a Amazônia apresenta como uma de suas características fundamentais a heterogeneidade, que se expressa nos aspectos ambientais, produtivos, culturais e isso suscita inúmeras questões a serem consideradas quando intencionamos: a produção e reprodução da existência das infinitas formas de vida que ela abriga; a convivialidade entre os sujeitos individuais e coletivos, entre os segmentos e classes sociais que nela habitam; a elaboração de políticas públicas que universalizem e assegurem os direitos humanos e sociais e afirmem as identidades culturais de suas populações; e o desenvolvimento com sustentabilidade desse território. Mas, o poder exercido pelo fluxo de recursos humanos e financeiros que um grande projeto na Amazônia como Belo Monte movimenta direta e indiretamente é enorme. De acordo com o Tribunal de Contas da União o valor da obra até novembro de 2017 estava na casa dos 30 bilhões de reais, o que mexe profundamente com questão de socioeconômicas em seus múltiplos aspectos. Mas, muito especialmente com as relações financeiras. Em entrevista com uma profissional do sexo chegada de Santarém (PA), que chamarei aqui de Citrina, de 23 anos, ela mora há três anos em Altamira, e diz que chegou a ganhar cinco mil por mês na cidade durante os anos de 2012 e 2015.

“Das 18 meninas que trabalham aqui, só duas é de Altamira. As outras quase todas veio da minha cidade. Eu mesma já rodei no Mato Grosso e no Ceará fazendo um dinheiro. Agora tô aqui e tô bem, mas isso aqui já foi muito melhor. Nunca fui trabalhar em garimpo, já ouvi muitas historias de meninas que trabalharam em garimpos e no primeiro fim de semana que comecei a trabalhar aqui, eu achei que era igual a um garimpo, com muitos homens vivendo para trabalhar sem mulher e sem família que nas horas de folga, procuravam as amiguinha para ter uma foda rápida e fácil”.

1. A INFLUÊNCIA DO GRANDE CAPITAL NO EIXO DA PROSTITUIÇÃO NA UHE BELO MONTE

A prostituição acompanha um movimento lógico dentro dos grandes projetos. Para melhor entender este movimento na Amazônia, em especial o projeto Belo Monte, em uma perspectiva teórica que integre a dimensão espacial, faz-se imprescindível discutir o paradigma tradicional que vê a prostituição como uma anomalia social condicionada e especialmente definida na prática da prostituição. Então, levantamos o seguinte questionamento: A prostituição em grandes projetos na Amazônia é uma escolha ou uma imposição socioeconômica?

Rodrigues (1979), que apresenta o corpo como um objeto cognitivo e afirma que, para compreendê-lo sociologicamente, é necessário apenas aplicar a ele a distinção que os sociólogos formulam entre os que chamamos aspectos instrumentais e os expressivos do comportamento humano. Decorrentes desses aspectos tem-se, respectivamente, a atividade instrumental do corpo, da qual se procura saber para que ele serve e a atividade expressiva, que é simbólica, à qual convém indagar o que está sendo dito. Nesse sentido, estudar a apropriação simbólica do corpo é estrategicamente importante para os cientistas sociais, uma vez que ele é, sem dúvida, o primeiro patrimônio que o homem possui. Entretanto, ainda segundo Rodrigues (1979), mesmo que o homem assuma seu corpo como “natural” e “universal”, a mais simples observação em torno dele poderá demonstrar que o corpo humano como sistema biológico é formatado pela religião, pela ocupação, pelo grupo familiar, pela classe social e por outros intervenientes sociais e culturais. Nesse mesmo sentido, o corpo pode ser tomado como um dado social que se expressa por códigos e símbolos:

O corpo porta em si a marca da vida social, expressa-o a preocupação de toda sociedade em fazer imprimir nele, fisicamente, determinadas transformações que escolhe de um repertório cujos limites virtuais não se podem definir. Se considerarmos todas as modelações que sofre, constataremos que o corpo é pouco mais que uma massa de modelagem à qual a sociedade imprime formas segundo suas próprias disposições: formas nas quais a sociedade projeta a fisionomia do seu próprio espírito [...]. Em cada sociedade poder-se-ia levantar o inventário dessas impressões-mensagens e descobrir-lhes o código: bom caminho para se demonstrar, na superfície dos corpos, as profundezas da vida social (RODRIGUES, 1979, p. 62-63).

Amaral, Ferreira e Pereira (2010) explicam que em suas pesquisas, tanto empírica, quanto a teórica, mostraram a recorrência de justificativas que sustentam a premissa de que a prostituição é uma opção. Estas posições estão fortemente embasadas na concepção de que existem na sociedade outras alternativas para garantir o sustento além da prostituição. Assim, só depende da pessoa querer ou não encarar os pontos positivos e negativos de outras formas de trabalho. Amaral, Ferreira e Pereira (2010) ainda falam que as justificativas dadas pelas profissionais do sexo que reforçam a mesma ideia abandonam as condições objetivas de vida que influenciam no momento de fazerem as escolhas de vida. E, se opção é escolha, que implica vários fatores, entende-se, então, que a opção pode vir a se transformar em uma determinação social. Escolhemos duas entrevistas realizadas no prostíbulo chamado “Bar da Sol” no centro de Altamira e no prostíbulo chamado “Nefertiti” localizado na zona de saída e entrada da cidade de Altamira. Percebi no relato de duas profissionais do sexo uma falta tanto de alternativa quanto de perspectiva para saírem da prostituição. A profissional do sexo que chamarei aqui de Rubi de vinte e nove anos vinda de Belém, e que mora em Altamira desde

2013, relatou em sua entrevista:

“Sabe chefe, eu cheguei aqui no auge dessa porra toda de Belo Monte. Eu tava sem grana na pior em Belém vivendo feito uma cachorra na casa de um e de outro de favor depois que sai fora da casa do meu pai. Eu tinha que dá de graça para uns caras que eu me meti na casa, e eles ainda queriam me tirar pra otária me colocando pra cozinhar, passar e lavar. Então, uma parceira minha veio pra cá pra Altamira é disse que tava ganhando uma grana boa aqui no puteiro e eu pensei! égua se for pra dá de graça, e ainda servir de empregada pra macho escroto, eu prefiro ganhar pra dá. Ai eu vim pra cá, e daqui não sei mais. Agora a vida tá de ruim pra pior aqui. Tô esperando o lance do Belo Sun chegar pra tentar levantar um real bom (...). A cagada toda é que eu não sei fazer nada. Só abrir as pernas mermo (risos)”.

Para Souza (2007), cada mulher relata motivos específicos para justificar sua prática: como o desejo de sair da casa dos pais, desemprego, urgência em manter terceiros, como filhos e pais, e até mesmo a buscar por um *ethus* social privilegiado. Molina e Kodato (2005), dizem que a crise econômica e social pelas quais passa uma enorme parcela das mulheres em nossa sociedade é um dos porquês cruciais para o ingresso na prostituição, e nesse espaço encontram uma possibilidade real de geração de renda suficiente e rápida. Essa escolha teria fortes influências a necessidade de sustentar a família, em virtude da auto responsabilização pela manutenção do grupo doméstico (o próprio, o dos filhos e de outros membros da família), e o baixo nível de escolarização, que dificulta sua inserção no mercado de trabalho. A principal causa da prostituição é unânime, entre as garotas que tive contato, é a falta de dinheiro dentro de um sistema de mercado cada vez mais competitivo, exigindo muito mais em termos de instrução, idade, aparência física, experiência na função entre outros atributos para o preenchimento de uma vaga de emprego. Amaral, Ferreira e Pereira (2010) afirmam:

Pode-se dizer que uma parte da sociedade brasileira analisa a prostituição como uma escolha feita por homens e mulheres para ganhar “dinheiro fácil”. O que se questiona então é: Será mesmo esta escolha o modo mais fácil de ganhar dinheiro? Por um lado, a prostituição não oferece barreiras intelectuais, físicas e financeiras, ou seja, não é necessário nenhum pré-requisito para se prostituir. Tudo o que é preciso saber pode-se aprender na prática. Assim como está escrito nas páginas do livro *Meninas da noite*, de Gilberto Dimenstein (1992:18): “Elas não têm nada para vender. Não sabem ler, cozinhar, escrever. Só podem vender o único bem que possuem: o corpo” (AMARAL, FERREIRA E PEREIRA, 2010, p. 02).

Ao entrevistar, Esmeralda ouvi o seguinte relato que corrobora com a constatação feita por Amaral, Ferreira e Pereira (2010):

“(...) pra tentar se empregar hoje em dia, tú tem que ter estudo e experiência... é quem vai dar um trampo para uma mulher que não tem experiência em nada além de fude? No puteiro não tem esse lance de estudo e experiência a gente ganha muito mais do que uma balconista de farmácia, babá, caixa de supermercado e empregadinha doméstica...”.

Em entrevista feita com a segunda profissional do sexo vinda da cidade de Belém-Pa, realizada no dia 02 de dezembro de 2017 na cidade de Altamira, que aqui chamarei de Ágata. Ouvi o seguinte relato:

“Velho, eu sinto falta pra caralho de Belém. Eu vareei aqui porque tava precisando valendo ganhar um real melhor. Eu nunca que vinha morar em um fim de mundo desse aqui se não fosse pela grana. Égua, perdi as contas das vezes que chorei aqui nessa porra. Mas tenho fê em Deus que vou pegar o beco. Ainda dá pra levantar uma mixaria boa aqui. Muitas colegas minhas já vararam pra outros puteiros na vila do Conde que tem muito gringo que chega nos navios de carga. Mas eu ainda tô apostando nesse Belo Sun que vai movimentar essa porra toda, e eu vou ganhar uma grana firme pra mim volta pra Belém por cima”.

Ao fim da entrevista com Ágata lembrei as palavras de Certeau (1994) que afirma:

Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo (CERTEAU, 1994, p. 189).

Coelho (2010) vê a desconstrução do fenômeno da prostituição sendo tanto idealizada quanto operacionalizada a dois níveis. O primeiro fica em nível do seu exercício e o segundo nível, o seu abandono. Quanto ao exercício não foi de sobremaneira enfatizada a visão de caos que serve para explicar a imprevidência ou a ingenuidade de percursos de vida, mas sim o exercício da prostituição como uma opção de vida ou de trabalho assumida por pessoas que ao invés de escolherem outras formas de sustento que poderiam estar ao seu alcance, optaram temporariamente ou não pela prostituição como forma de vida em tempo integral, parcial ou ocasional. Tratando a questão do abandono das práticas meretrícias como uma opção puramente pessoal que pode ser influenciada por um conjunto de fatores onde se incluem os de status social, religião, saúde e segurança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da prostituição ligada ao trabalho não é um tema novo nas discussões sociais no mundo e muito menos no Brasil. Sabe-se que as relações *trabalho & corpo* se tornaram práticas frequentes nos espaços onde o capital se faz presente, principalmente quando esses meios envolvem uma “avalanche” de movimentação financeira.

O caso de Belo Monte, no sudoeste do Pará, enfrentou uma significativa mudança no seu cenário social devido a presença de muitos imigrantes de várias regiões do Brasil, pessoas

de diferentes formas de comportamento, formação profissional e classe social. Nesta configuração, tornou-se inevitável a chegada de serviços de toda natureza para a região, ocasionando um colapso nos municípios que receberam esse fluxo significativo de pessoas.

Assim, compreender essas relações de sexo, entretenimento, poder e relações laborais é um desafio para a pesquisa etnográfica, pois ilustramos exemplos aqui neste artigo de como o capital nos grandes projetos da Amazônia atua tanto para atrair o fluxo de profissionais do sexo quando para deslocá-lo para outros nichos. Thomaz (2009) pontua que além de permitir também alterar a dinâmica territorial do trabalho em escala nacional e regional, sendo que os lugares onde tais obras ocorrem e/ou em suas áreas de influência há a construção de outras práticas espaciais que permitem uma compreensão das particularidades espaciais desses processos que mantêm totalidades difíceis de serem percebidas e analisadas. Assim, a escolha ou imposição social passa por uma questão ainda muito pessoal da maioria dos indivíduos que adentra nas práticas meretrícias.

REFERÊNCIAS

AMARAL, S.G.P, FERREIRA, I.B. & PEREIRA, M.C. **Prostituição: opção ou determinação social?**. PUC-SP, Campus Monte Alegre. 2010

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. 9. ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

COELHO, A.F.F. **Prostituição: A Desconstrução dos seus Anátemas**, Dissertação do programa de Pós-graduação em service social do Instituto Superior Miguel Torga-Coimbra, 2010

GIRALDIN, R. M. **Notas para os estudos de trabalhadores de barragens: um retrato de Belo Monte e Altamira no início de 2014**. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Brasília – DF – Brasil. 2014.

HAGE, Salomão, **interculturalidade, fraternidade e comunhão: referências para a sustentabilidade na Amazônia**. Revista NERA n.18 (14). 2011.

LEITE LOPES, J. S. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. Brasília: Ed. da UnB, 1988. 623 p.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. CBO – Classificação Brasileira de Ocupações, 2002a. Menu da Família. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=5198>>. Acesso em: Set. 2017.

MOLINA, A. M. R., & KODATO, S. (2005) **Trajetória de vida e representações sociais acerca da prostituição juvenil segundo suas participantes**. *Temas em Psicologia*, 13(1), 09-17.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos de sexualidade feminina em**

são Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu do corpo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

SILVA, ROGÉRIO ARAÚJO DA. **Prostituição feminina em Goiânia**: entendendo contextos identitários. SOCIEDADE E CULTURA, V. 8, N. 1, JAN./JUN. 2005, P. 83-96

SOUZA, F. R. **Saberes da vida na noite**: percepções de mulheres que prestam serviços sexuais sobre o educar-se nas relações com seus clientes (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil. (2007).

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI**: Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos. Presidente Prudente: [S.n], 2009. Volumes I e II. Originalmente apresentada como Tese de Livre Docência, UNESP, Presidente Prudente, 2009.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Super Faturamento em Belo Monte 2017. Disponível em: << <http://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-identifica-superfaturamento-de-r-3-2-bilhoes-em-belo-monte.htm>>>. Acesso em 02 de janeiro de 2017.

TUDE DE SOUZA, Angela. **As políticas de gestão da força de trabalho e as condições de vida do trabalhador das obras barrageiras**. Travessia. São Paulo, p. 25-28. jan./abr. 1988.

APONTAMENTO SOBRE A AGROVILA LEONARDO D'VINCI E A REINVENÇÃO DE SEU COTIDIANO APÓS A CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE¹

Pedro Sérgio Santos da Costa²

Cesar Martins de Souza³

RESUMO

A Rodovia Transamazônica e a Usina Hidrelétrica Belo Monte (UHBM) representam muito mais do que apenas duas obras de grande porte do Governo Federal, elas são concretizações de um modo de pensar desenvolvimentista vigente desde a década de 1950 no Brasil. Entre a rodovia e a usina há um elo sócio-histórico, geográfico e metafórico, a Agrovila Leonardo D'Vinci (ALDV), no distrito do município de Vitória do Xingu, estado do Pará. Este artigo tem por objetivo apresentar uma primeira análise do custo social do desenvolvimentismo no cotidiano dessa comunidade, uma vez que esta surge como resultado da grande rodovia e “renasce”, quarenta e dois anos depois, no contexto da UHBM. Para tanto, foram realizadas entrevistas com pioneiros da localidade, bem como pesquisa documental acerca do tema proposto. Os resultados apontam para a ocorrência de profundas transformações sociais aceleradas pela construção do empreendimento hidroelétrico, possibilitando questionar os “grandes projetos” na região amazônica e suas implicações sociais.

Palavras-chave: Agrovila D'Vinci; Hidrelétrica Belo Monte; Impactos sociais.

ABSTRACT

The Transamazônica road and the Belo Monte Hydroelectric Power Plant (UHBM) represent much more than just two Mega projects of the Brazilian Federal Government, they turned a desire plan of a developmental way to the region into reality. It was thought since the 1950s in our nation. Among many others, there is a socio-historical, geographical and metaphorical link to the Leonardo D'Vinci agricultural village (LDAV), a district of Vitória do Xingu municipality, in the state of Pará. That is why, this article aims to analyze the social cost of developmentalism process in the daily life of this community since it was settled as a result of the enormous Transamazônica road and "reborn" after forty-two years later, in the context of UHBM. In order to verify its impacts, interviews with local pioneers were carried out, as well as detailed documentary research was done. In addition to a bibliography research about the proposed theme was performed as well. The results of all these studies point to the occurrence of deep and accelerated social transformations mostly related from both direct and indirect cases of omissions caused by Belo Monte hydroelectric project. It is expected that the results of this present study contributes to further researches to better understand and describe the study of "Mega projects" in the Amazon area as well as studies of developmentalism impacts and its costs to the Amazon rainforest and its people.

Keywords: Daily life, Developmentalism; Social Transformations; D'Vinci agricultural village ; Belo Monte Hydroelectric Plant.

¹ O exposto neste artigo compõe parte da dissertação de mestrado vinculado ao Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia – PPLSA, intitulada “O Custo Social do Desenvolvimentismo: o caso da Agrovila Leonardo D'Vinci em Vitória do Xingu-PA, no contexto de Construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte.”.

² Mestrando em Linguagens e Saberes da Amazônia pelo PPLSA. Contato: pedrosergio@ufpa.br.

³ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Antropologia pela UFPA, Licenciado e Bacharel em História pela UFPA. Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolvendo atividades docentes no Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia/UFPA. E-mail: <cesar@ufpa.br>.

INTRODUÇÃO

A vida cotidiana de uma comunidade, como bem sustentou Certeau *et al.* (2008), seja um bairro, uma agrovila ou equivalente, se organiza por meio da articulação de pelo menos duas dimensões, os comportamentos e os benefícios simbólicos. Os comportamentos se manifestam nos contatos interpessoais, nos modos de vestir, nos códigos de cortesia, bem como nos espaços frequentados ou abandonados. Os benefícios simbólicos se traduzem nas expectativas do que se pretende auferir por conta dessa ou daquela maneira de se comportar no interior dessa comunidade. Assim, a vida cotidiana se apresenta como uma espécie de convenção coletiva tácita historicamente construída em prol de benefícios simbólicos. Por isso, tais estruturas não se adaptam a mudanças abruptas já que a aquisição do reconhecimento por parte de seus atores leva tempo e esforço, o que diante de rápidas transformações tudo tem que ser reconstruído (CERTEAU *et al.*, 2008, p. 37, 48).

Tendo em conta a reflexão anterior, pergunta-se: o que ocorreria na vida cotidiana de uma comunidade majoritariamente agrícola se, de fato, tais transformações se efetivassem? Tudo indica ser este o caso da Agrovila Leonardo D’Vinci⁴, um distrito do município de Vitória do Xingu, no estado do Pará. Este artigo busca estudar a relação existente entre as profundas mudanças sociais na vida cotidiana surgidas na ALDV e a construção da Usina Hidroelétrica Belo Monte. Esta comunidade surgiu no contexto de um grande projeto desenvolvimentista, a Rodovia Transamazônica, em 1972 e, desde então, nas últimas quatro décadas não havia experimentado um grau de alterações sociais tão radicais quanto as que estão ocorrendo desde o final do ano de 2012 até 2018.

Na análise da comunidade em causa relativamente aos impactos produzidos por Belo Monte parece evidenciar-se o que Morim (2005) denomina de homogeneização da consciência, como resultado de uma erosão das virtudes humanas e cívicas (MORIM, 2005, p.164), para além de um simples afastamento e separação gradual da natureza. Daí a razão da quase sempre antagonista relação entre desenvolvimento e usufruto sustentável da natureza.

Exemplo dessa problemática é a retomada, na última década, de grandes Projetos Federais peculiares implementados nos mais diversos lugares do país, sobretudo, na região amazônica. Dentre estes, destaca-se aqui um que está em plena execução e que entre outras

⁴ Embora a história do nome da agrovila revele ser uma homenagem ao polímata italiano “Leonardo di Ser Piero da Vinci”, o nome oficial dela é este mesmo: “Leonardo D’Vinci”. A comunidade é um distrito do município de Vitória do Xingu e está localizada a 60 km deste e a 18 quilômetros da cidade de Altamira, sudoeste do Pará.

questões tem causado notável metamorfose social nas comunidades no entorno de seu raio de ação – a construção da Usina Hidroelétrica Belo Monte.

Nesse sentido, para que se evidencie a proposta de indagar a orientação do desenvolvimentismo, concretizado na UHBM, como causa de transfiguração social nesta localidade, considerou-se pertinente sondarmos, sobretudo, fenômenos da dimensão econômica e social dentre o rol de ocorrências ali ainda em vigor. A exposição das problemáticas contidas nessas duas dimensões será suficiente para nosso objetivo, visto concentrarem as mais amplas, profundas e céleres transformações nessa comunidade.

1. A TRANSAMAZÔNIA E O “NASCIMENTO” DA AGROVILA D’VINCI

Há quarenta e oito anos, o povo brasileiro vivenciava um momento singular de sua história, ao mesmo tempo em que celebrava a euforia do tricampeonato mundial de futebol. Era o auge do regime militar, no tocante a economia e popularidade, ao mesmo tempo em que, nos bastidores, torturas eram praticadas nos recônditos militares (FICO, 2001. p. 21). Ao pé do tronco do que antes era uma castanheira⁵, no dia nove de outubro daquele ano, em plena floresta amazônica, o então Presidente da República o General Emílio Garrastazu Médici inaugura o marco inicial de um ambicioso projeto nacional com os dizeres registrados numa placa onde até hoje se pode ler: “Nesta margem do Xingu, em plena selva Amazônica, o Sr. Presidente da República dá início à construção da Transamazônica, numa arrancada histórica para a conquista e colonização deste gigantesco mundo verde”.

Com este ato deu-se início ao projeto de integração e desenvolvimento da Amazônia, no contexto do governo militar. A construção da rodovia Transamazônica (BR-230) era representativa de novos tempos, e juntamente com ela outras estavam em curso, como a Perimetral Norte, Pará-Maranhão (BR-316), Manaus-Porto Velho (BR-319) e Cuiabá-Santarém (BR-163). A imponente BR-230 iria, então, surgir de dois locais, João Pessoa/PB e Recife/PE para depois convergir em Picos/PI, passaria pelo Maranhão, Pará, Amazonas até Boqueirão da Esperança no Acre. Um dos objetivos para justificar este traçado era ligar o Oceano Atlântico ao Pacífico, conectando-se ao Peru.

⁵ Por ocasião da inauguração do marco inicial da Construção da Transamazônica uma castanheira de aproximadamente 50 metros de altura foi cortada e no tronco do que dela restou foi pregada uma placa de bronze com a inscrição mencionada. Em 2013 o então Prefeito, em exercício, do município de Altamira, Domingos Juvenil Nunes de Sousa, manda realizar uma restauração deste marco inaugural. Na oportunidade o antigo tronco, já apodrecido, é trocado por um similar (de menor proporção) e a placa antes incrustada no antigo madeiro é colocada ao lado em um suporte de concreto.

Integração, Desenvolvimento e Planejamento se tornaram “mantras” nacionais. Integração, naquele contexto, era colocar a Amazônia em conexão com as demais regiões do país. Desenvolvimento, por sua vez, dizia respeito, não somente à ocupação do imenso vazio demográfico, mas especialmente à criação de empreendimentos agroindustriais e agropecuários, comércio e, como condição fundamental, o povoamento. O objetivo mais urgente, porém, que subjazia nestes projetos governamentais militares era o de amenizar as pressões advindas das tensas insatisfações sociais, ligadas a questões agrárias, que ocorriam tanto no Nordeste como no Sul do país, para isso sendo necessário despovoar aquelas regiões com excesso de mão-de-obra e povoar as que estavam desocupadas. Esta era a base da célebre frase pronunciada por Médici: “Uma terra sem homens para homens sem terra”⁶.

A construção da rodovia destinava-se a resolver diversos problemas: defesa do território nas regiões de fronteira, aumento da produção agroindustrial e agropecuária em áreas antes pouco produtivas, integração destas regiões ao resto do país e equilíbrio populacional entre regiões com demografia densa e as consideradas como vazias demográficas. Há que ter em conta ainda os interesses internacionais, como o dos Estados Unidos da América, que chegaram a financiar a mobilização de trabalhadores para a Amazônia, pagando através do Rubber Development Corporation/RDC – mantido com capital da indústria norte americana – “ao governo brasileiro cem dólares por cada trabalhador mobilizado e entregue na Amazônia” (UMBUZEIRO, 2012, p.194).

As ações de propaganda governamental do empreendimento ofereciam enganadoramente uma terra de sonhos e oportunidades, cujos enunciados prediletos, entre outros, eram: “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Integrar para não entregar”, e a já citada “Uma terra sem homens para homens sem terra”. Milhares de famílias de diversas partes do país afluíram para o Novo Eldorado⁷. O projeto de colonização dirigida de rede urbana hierarquizada previa instalar agrovilas a cada 10 km, dentre estas, a cada 50 km uma agrópolis, às quais estariam subordinadas quatro agrovilas subjacentes, e finalmente a cada 150 km seria instalada uma Rurópolis responsável pela jurisdição de duas agrópolis. As agrovilas abrigariam entre 50 e 64 casas, escola de primeiro grau, armazém, farmácia, posto

⁶ “Amazônia, horizonte do nordestino”. Acervo da Folha de São Paulo, 9 de outubro de 1970. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=3806&keyword=terra%2Chomens&anchor=4370099&origem=b-usca>> . Acesso em 02 de abr. de 2017.

⁷ “Amazônia vive dias históricos” este é o título duma reportagem de jornal na qual o então Governador do Pará: Alacid da Silva Nunes afirma que (o início da construção da Transamazônica) “A Amazônia inteira vive um dos mais belos momentos de sua história...” e continua com uma lista de adjetivos elogiosos ao empreendimento e ao Presidente Médici. O Estado de São Paulo: Páginas da Edição de 10 de outubro de 1970 – Pág. 46. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19701010-29298-nac-0046-999-46-not>> . Acesso em: 26 de janeiro de 2018.

de saúde e uma capela, cabendo a cada núcleo familiar 100 hectares de terra. As agrópolis iriam acomodar posto de gasolina, escola secundária, comércio e olaria e um contingente máximo de dois mil e quinhentos habitantes para quinhentas casas. A responsabilidade pelo cadastramento, seleção e mobilização das famílias no Nordeste coube ao Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) com sua sede em Fortaleza/CE (UMBUZEIRO, 2012). À medida que as famílias chegavam, o “coração” da floresta era rasgado por centenas de grandes máquinas, como mostra a figura adiante logo nos primeiros quilômetros de derrubada da densa mata amazônica.

Mais precisamente no perímetro compreendido entre as cidades de Altamira e Itaituba surgiram a agrópolis Brasil Novo (a quarenta e seis quilômetros do marco inaugural da estrada, em Altamira) e a rurópolis Presidente Médici (a uma distância de noventa quilômetros do mesmo marco). Dentre as agrovilas merece destaque a Agrovila Leonardo D’Vinci⁸, que já no início de sua implantação contou com pavimentação asfáltica em algumas ruas. Brasil Novo e Medicilândia criadas como núcleos de colonização da rodovia, na década de 1970, se tornaram municípios no fim do século XX.

O cenário até este ponto dava conta de que, embora o projeto de abertura da estrada tenha sido completado, perfazendo mais de quatro mil quilômetros abertos (parou, todavia, em Lábrea/AM, à distância de 687 quilômetros do ponto final almejado), pouco mais de dois mil quilômetros foram asfaltados. Além disso, em termos de análise comparativa entre assentamento pretendidos *versus* realizados não somente a ineficácia fez-se real como a própria quantidade almejada era *surreal*, Contini (1976) revela que no Primeiro Plano de Nacional de Desenvolvimento havia a programação para assentar entre os anos de 1971 e 1974 em torno de 70.000 famílias, cifra depois alterada (por meio do Decreto 67.557 de 1970) para 100.000. Porém, em novo e mais modesto planejamento os números já se encontravam mais ajustados à realidade, de modo que a quantidade pretendida passou para 11.200 famílias, ainda assim, mesmo com essa gritante diminuição de meta, até 1974 o número de famílias assentadas só havia alcançado 5.717, ou seja, menos de 50% da meta ajustada e 5,7% da inicial (CONTINI, 1976, p. 146 – 149). Estas, contudo, são apenas algumas evidências de

⁸ Localizada a 63 km da sede do município (Vitória do Xingu) e a 18 km de Altamira, conta atualmente com aproximadamente 365 famílias e 830 residências, até final de 2015, segundo contagem da Associação de Moradores da Agrovila. A história do nome da agrovila é incerta uma vez que o cidadão mais antigo da comunidade atribui o nome dela como sendo uma homenagem por parte de um “síndico temporário do INCRA na vila”, nos tempos de assentamento, e cujo pintor preferido era o polímata italiano. O mistério aumenta quando se considera o depoimento de uma professora da escola local, para ela o nome da agrovila é proveniente de estrangeiros europeus que por ali se fixaram por algum tempo.

problemas na concretização do empreendimento - dentre outros - como, por exemplo, a quantidade de agrovilas que continuam “de pé”, que são apenas vinte

Este é o cenário de surgimento da Agrovila Leonardo D’Vinci, no epicentro do que era muito mais que uma estrada que levaria de um lugar para outro, ou de um oceano a outro, uma vez que se apresentava como a solução para o flagelo da seca que assolava o Nordeste; integração de território; escoadouro de produção para o Pacífico enfim, a solução para muitos problemas nacionais conforme propagandeava o governo.

2. O COTIDIANO NA AGROVILA

A Agrovila Leonardo D’Vinci teve em sua gênese o assentamento de aproximadamente 60 famílias com um total aproximado de 250 habitantes. É o que relata, em entrevista, o primeiro morador da agrovila e que continua a residir na localidade, o senhor Catarino⁹:

[...] a gente chegou aqui em dezembro de 1971, eu e a minha esposa [Dona Serena], e fomos levados pro João Pezinho. Depois de uns dias eu vim pra cá [para a Agrovila D’Vinci] e ela [a esposa] ficou lá. Eu fui atrás de serviço no INCRA, não conseguia ficar parado, e eles me colocaram na equipe que ia construir as casas do D’Vinci. Quando a gente chegou aqui não tinha nada, só juquirá [mato denso], aí nós esperamos uma semana pro trator chegar e limpar a área, daí a primeira coisa que a gente fez foi um barracão bem grande. No barracão tinha a COBAL [Companhia Brasileira de Alimentos] que ficava bem no meio, num canto ficava uma farmácia e no outro canto uma venda de ferramentas [...] depois a gente começou a construir as casas, três conjuntos de 18 casas, e ia chegando mais e mais gente, tinha vez que ficavam duas e até três famílias na mesma casa até que ficasse pronta as outras (CATARINO, 2016).

O mesmo interlocutor, quando perguntado acerca do que semeavam na época, respondeu: “Olha moço, naquela época além de tudo que eles (o INCRA) davam pra gente, a EMATER ainda ensinava a plantar e se a terra fosse boa de cacau (*Theobroma cacao*), o BASA (Banco da Amazônia S/A) fazia empréstimo pra gente”¹⁰. Na oportunidade ele recordou ainda que os contratos de empréstimo estipulavam cinco anos de carência para começar a pagar o mútuo. Mas a instituição bancária exigia uma garantia que, para o colono da época, só podia ser dada por meio de hipoteca do lote, visto ser o único bem de razoável valor para o banco. Acresce que este possuía de alguns tomadores, além da hipoteca, um

⁹ Entrevista concedida em 06 de setembro de 2016. Observamos que, como forma de resguardar a identidade dos interlocutores seus nomes, foram substituídos por pseudônimos.

¹⁰ CATARINO, Ibidem.

fiador; assim, para satisfazer esta condição, os agricultores tomadores de empréstimo tornavam-se fiadores uns dos outros. Deste modo:

[...] um colono endossava pro outro pra tirar o dinheiro, aí como eu não endosso pra ninguém eu fui lá com o gerente e disse que não endossava pra ninguém, daí perguntei eu tiro ou não tiro o dinheiro? Ele me disse pra preencher um papel e pegar o documento da terra aí eu consegui [...] não foi fácil por que a EMATER tinha que assinar também, aí tinha que dá uma **ponta**¹¹ (propina) pra eles, tinha uns que dava, mas eu não dei não, outros deram, eu não. Eu nunca dei o meu *beijo* pros outros grampearem [...] os colono chegava lá (na EMATER) e diziam: seu doutor libera meu dinheiro, meus filhos estão passando fome, isso me doía por dentro sabe!¹². (CATARINO, 2016).

Segundo este pioneiro da ALDV, foi dessa maneira que alguns conseguiram produzir culturas de arroz (*Oryza sativa*), milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus vulgaris*) e cacau (*Theobroma cacao*), uma vez que o salário dado durante seis meses pelo INCRA não permitia investir na terra. Nos primeiros anos, a produção era vendida quase que exclusivamente à CIBRAZEM¹³, mas depois os produtos passaram a ser transacionados para qualquer comerciante que os comprasse em Altamira. Além do cultivo para venda ainda havia, entre muitos moradores, o hábito de usar os quintais de suas casas urbanas para o plantio de subsistência de abóbora (*Cucurbita pepo*), alface (*Lactuca sativa*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), milho (*Zea mays*), pimentão (*Capsicum annuum Group*), cenoura (*Daucus carota*), macaxeira (*Manihot esculenta*), tomate (*Solanum lycopersicum*), cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*), batata (*Solanum tuberosum*), entre outros. Quanto às frutas, havia o cultivo, sobretudo, de açaí (*Euterpe oleracea*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), graviola (*Annona muricata*), banana (*Musa*), cacau (*Theobroma cacao*) e manga (*Mangifera indica*). Era também comum a criação de pequenos animais como porco (*Sus scrofa domesticus*), galinhas (*Gallus gallus domesticus*) e patos (*Anas platyrhynchos domesticus*).

Dentre outras estratégias de sustento, o trabalho em roças e fazendas das redondezas, aliado à agricultura familiar para consumo próprio e se possível venda do excedente na cidade de Altamira, era a mais recorrente e comum àquelas famílias. Neste sentido, os que persistiam em se estabelecer na ALDV se reorientavam, adaptaram e aprenderam a fazer daquele local de condições inóspitas o seu novo domicílio.

O lugar passou a ser considerado mesmo como um “lar”, em particular no que concerne à segurança, “estabilidade” econômica e mútua confiança entre os moradores, em

¹¹ Grifo nosso.

¹² Ibidem.

¹³ Da fusão da Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) e COBAL foi criada a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), por intermédio da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990.

suma, uma sociabilidade de contornos pacíficos. “Polícia? A gente nunca precisô aqui, só uma vez nesses tempo todo”, assevera dona Serena¹⁴, a esposa do senhor Catarino¹⁵. Num cenário como este não é difícil imaginar as pessoas conversando à porta de suas casas mesmo depois de escurecer, e é o que acontecia no cotidiano antes de Belo Monte. É o que revela nossa interlocutora que, como “não gostava de sair muito”¹⁶ ficava sentada na frente de sua casa a observar o movimento das pessoas nas ruas, narra que não havia praças de lazer, mas ao menos um jogo de futebol em campos improvisados era possível avistar ao cair da tarde. Outros moradores, como o seu marido, aliavam a este cenário um rádio “ao pé do ouvido” que dava as notícias de Belém e transmitia o programa evangélico “A Voz do Cenáculo” da instituição religiosa à qual ele se declarava membro.

Segundo estes relatos, este parece ter sido o cenário mais regular na vila por um tempo considerável, sem esquecer todas as dificuldades que estes moradores enfrentaram na sua chegada à agrovila. Também não pode ser negligenciado que os que venceram as adversidades dos primeiros anos foram se adaptando a um novo modo de vida, que possibilitou colher benesses da nova realidade. Além das que já foram citadas, os entrevistados lembram com nostalgia e orgulho o tempo em que não se ouvia falar em prostituição infantil, furtos, drogas, fome ou aflições semelhantes em sua comunidade. Sobre isso, dona Serena arremata: “[...] ninguém mexia com ninguém, esse negócio de droga, eu não sei, de onde sai isso, o senhor sabe? Meus filhos nunca fizeram isso”.

Quatro décadas se passaram e esta comunidade foi experimentando mudanças nos mais variados âmbitos, embora num ritmo que poderíamos chamar de não traumático. Em 2012, ao completar quarenta e dois anos, era hora de experimentar, querendo ou não, um novo recomeço, pois chegava às suas portas mais um “faraônico” projeto de governo, desta vez, dito “democrático”.

3. HIDRELÉTRICA BELO MONTE E A REINVENÇÃO DO COTIDIANO LEODAVINCIANO

Logo no início do processo mobilizatório de construção da hidrelétrica, parece ter havido uma melhoria financeira das famílias leodavincianas¹⁷, mas tratava-se de um

¹⁴ Entrevista concedida em 6 de setembro de 2016.

¹⁵ CATARINO, op. cit.

¹⁶ SERENA, op. cit.

¹⁷ É um gentílico constantemente usado pelos moradores da ALDV para se autodesignarem como pertencentes à Vila.

movimento apenas momentâneo, pois, os indivíduos economicamente ativos dessas famílias, ao tornarem-se empregados do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM)¹⁸ ou de uma de suas subsidiárias (subcontratadas) prestadoras de serviços, tiveram que abandonar a continuidade de outras atividades tradicionais de manutenção e provisão. Após o período de contratações e de “esfriamento” das obras, começava o de demissões em massa e, dentre estes estavam muitos trabalhadores da comunidade. Após serem despedidos não puderam mais retornar aos seus antigos afazeres e modos de sustento, uma vez que não tinham mais a terra para plantar nem os antigos empregos nas fazendas das redondezas. Para aguçar o problema, o aluguel que lhes garantia um complemento de renda também já não existia. Registre-se ainda que, no auge de uma prática mercadológica até então não experimentada localmente, a da especulação imobiliária, alguns mais otimistas realizaram empréstimos bancários, tendo em vista a edificação de imóveis para alugar, dando como garantia seu lote rural ou o urbano com a casa construída.

O resultado econômico imediato foi a proliferação substancial de desemprego, famílias endividadas, sem terra para plantar nem mesmo itens alimentícios diários mínimos, alguns correndo o risco de perder suas casas e outros, que já viviam há mais de vinte anos na agrovila, viram-se rapidamente obrigados a sair à procura de emprego adaptado às suas supostas “novas habilidades” adquiridas por meio de treinamento no centro de capacitação da hidrelétrica. Some-se a isto a alta de preços dos alimentos, bens de necessidade básica e a barganha nas questões de habitação que se alastrou na comunidade e municípios próximos. No grupo social em tela, houve, e há, até mesmo casos de famílias inteiras que não poucas vezes se encontraram em total ausência de alimentos, permanecendo nessa situação por dois dias ou mais conforme revela o senhor Cunha¹⁹, presidente da associação de moradores da vila e prestador de serviços à Prefeitura de Vitória nessa comunidade. “Riqueza num dia, fome no outro” insiste e ameaça se tornar um triste adágio daquela comunidade.

Mesmo se considerássemos “apenas” esses fatores, eles já seriam decerto suficientes

¹⁸ A Hidrelétrica Belo Monte teve um custo inicial orçado em R\$ 16 bilhões, porém foi leiloada por R\$ 19 bilhões e finalmente financiada por R\$ 28 bilhões. Desse total, pelo menos R\$ 13,5 bi foram emprestados pelo BNDES ao Consórcio Norte Energia, vencedor (contra o Consórcio Belo Monte Energia – encabeçado pela Construtora Andrade Gutierrez Participações S/A) do leilão (realizado em 20 de abril de 2010) cuja formação inicial contava com nove instituições entre estatais e empresas de capital totalmente privado, eram elas: Chesf (Companhia Hidroelétrica do São Francisco), com 49,98%; Construtora Queiroz Galvão S/A, com 10,02%; Galvão Engenharia S/A, com 3,75%; Mendes Junior Trading Engenharia S/A, com 3,75%; Serveng-Civilsan S/A, com 3,75%; J Malucelli Construtora de Obras S/A, com 9,98%; Contern Construções e Comércio Ltda, com 3,75%; Cetenco Engenharia S/A, com 5%; Gaia Energia e Participações, com 10,02%. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2010/04/723488-consorcio-liderado-por-chesf-e-queiroz-galvao-vence-leilao-de-belo-monte.shtml>>. Acesso em 03 de maio de 2018.

¹⁹ Entrevista foi concedida em 15 de setembro de 2016.

para gerar várias atribulações sociais e econômicas, no entanto, constata-se também outras situações que devem ser analisadas conjuntamente para que se possa compreender com mais precisão as dinâmicas socioconjunturais da agrovila.

Nesse sentido, deve-se pontuar que muitos pais, por conta dos diferentes turnos de expediente e também pela distância dos postos de trabalho da hidrelétrica, saíam ainda de madrugada para trabalhar e deixavam sozinhos os seus filhos que em alguns casos tinham nove anos ou menos de idade, retornando somente à noite, em geral por volta das dezenove horas. Estes pais, portanto, passaram a sair de casa de madrugada, deixando sozinhos os filhos menores por um período de até quinze horas em pelo menos cinco dias da semana.

Pontue-se que estava em curso uma forte atração exercida pela propaganda das empresas contratantes, ao apresentarem seus pacotes de benefícios e vantagens, pareceu exercer uma força irresistível sobre os que de tais notícias tomavam conhecimento. Uma oportunidade aparentemente “imperdível” de ganhar mais dinheiro do que de costume nos trabalhos na vila e redondezas, mas em pouco tempo o cenário que se estabeleceria se encarregaria de mostrar uma outra face não prevista por estes cidadãos.

Ao que parece a sociabilidade desse grupo social de cidadãos gozava de uma relação de confiança existente entre os moradores que não enfrentavam problemas com violência, cada vez mais comum nas grandes cidades. Nesse ambiente seria, portanto, bastante natural os pais se sentirem mais tranquilos quando ficavam fora de casa para trabalhar. Nessa perspectiva, um comportamento comum de muitos era sentirem-se à vontade para deixar os filhos sozinhos por tantas horas tendo, em alguns poucos casos, somente uma ou outra pessoa, em geral algum vizinho, que os observava a distância e ficava de sobreaviso em caso de alguma emergência.

Não obstante essas questões familiares, deve-se ter em mente que por conta dos altos preços de aluguéis e alimentos na cidade de Altamira, a cidade mais próxima da vila – no auge das contratações de funcionários pela CCBM, mais de mil e trezentas pessoas, sobretudo homens solteiros empregados da usina, assentaram morada na agrovila num movimento migratório que durou aproximadamente um ano. A agrovila se tornava muito atraente a esta leva de trabalhadores, pois além de ter os preços desses dois itens mais baratos que naquele município, também contava com uma posição geográfica ainda melhor que ele no que se refere a distância dos canteiros de obras da hidrelétrica. Com efeito, a distância entre Altamira e um dos principais canteiros de serviço da usina hidrelétrica, o Sítio Pimental, é de aproximadamente quarenta quilômetros, enquanto a ALDV dista dezoito quilômetros menos, uma vez que se encontra no exato caminho entre a referida cidade e a Usina.

Nesse contexto, a escassez de policiamento na agrovila resultaria em não fornecimento das melhores condições para a prevenção da violência. As consequências do encontro abrupto de todos esses elementos no cotidiano leodavinciano resultou em um fenômeno sinérgico, no qual a junção das partes é maior que o todo em seus efeitos, ou seja, se tivessem surgido ao longo de um período mais ou menos longo ou se ao menos não fossem simultâneos talvez a comunidade da ALDV tivesse tempo suficiente para a construção de estratégias eficazes de resistência e adaptação, mas como se vê, esse não foi o caso. Daí o surgimento de diversos impactos, dos quais alguns se encontram mitigados dentre outros ainda em curso, contudo, por meio da presente ponderação, passamos a ressaltar as seguintes contrariedades.

Com base, sobretudo, nos relatos de agentes sociais do Centro de Saúde, verificou-se o despotar de um distanciamento das relações de confiança e intimidade familiares. Esse arredamento parece ter origem parcialmente em um fenômeno global que afasta os familiares das conversas ao fim do dia, brincadeiras, passeios e encontros semanais frente ao acesso às tecnologias voltadas à internet e bem assim às redes sociais, dentre muitas outras possibilidades. Vemos, porém, como fundamental ponto de influência nesse processo, o comportamento mais ligado diretamente aos longos e diários períodos de afastamento dos pais, fazendo com que os filhos procurassem companhia fora da família.

Com os novos cenários após a construção da UHBM, a agrovila passou a vivenciar uma nova realidade, como surgimento²⁰ de furtos e arrombamentos de casas. Trata-se isto de um fator que surgia na atual década e que gerou transformações nas paisagens da vila, nos diversos donos de imóveis e que tem ajudado a acelerar mudanças na feição da paisagem urbana da vila, medidas estas que se manifestam pelo levantamento de muros de alvenaria “coroados” com cercas elétricas sobre si e em torno das moradias, onde antes não havia nem mesmo cogitação nesse sentido.

Por ocasião de um desses arrombamentos, houve até mesmo disparos de tiros contra o(s) assaltante(s) por parte de um morador, que, por razões óbvias, não nos foram revelados nome ou endereço. Por sorte, ninguém se feriu, ou nas palavras do entrevistado, “o cabra escapou, seu moço”.

Nas portas e nas praças já não se sentam mais, andar nas ruas à noite tornou-se perigoso. Tornaram-se prisioneiros em seus locais de moradia, um fenômeno nada estranho em cidades grandes e violentas, mas inédito nesta agrovila. De certo modo, todo esse cenário tem levado à proliferação do sentimento de insegurança e quase impotência, embora alguns

²⁰ Não existia esse tipo de ocorrência antes da hidrelétrica.

moradores insistam em afirmar ser a ALDV um lugar ainda tranquilo para se viver.

A respeito do que se revelou anteriormente, vale a pena citar Herrera (2012) quando argumenta que, à medida que se vai alterando o contexto e os meios e relações de produção, tanto o ambiente quanto a sociedade vão se degradando, sendo este um resultante do que o autor denomina de “a ditadura do dinheiro” e que a nosso ver tem uma afinidade com o desenvolvimentismo:

A **ditadura do dinheiro**²¹ faz com que o capital se movimente geograficamente, explorando as oportunidades abertas pelas vantagens locacionais. Essa mobilização, bem como a desorganização e degradação caracterizam o caos para as sociedades que são subjugadas nas relações e para o capital torna-se uma das formas de impor a sua lógica na reorientação do funcionamento do território (HERRERA, 2012, p.2, 61).

Geograficamente o capital se faz presente na região da Volta Grande do Xingu e proximidades cuja localização, como bem disse Herrera, lhe apresenta, nesse momento, vantagens financeiras. O caos, contudo, exercido pela desorganização e degradação é o que tem restado às regiões subjugadas por sua lógica. Esse, pelo que até aqui já foi registrado, parece ser o caso de D’Vinci, mas nem sempre isso é tão cristalino, em muitos casos as avaliações são fragmentadas e excessivamente pontuais, daí talvez as dificuldades de organização, defesa e resistência, situação vivida na comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento desenvolvimentista propalado pelo Governo Federal na região e calorosamente abraçado por muitos moradores é uma ideologia presente, sobretudo após as obras de construção da UHBM. E no uso de suas forças segue-se a execução de seus projetos de maneira que pouco ou nada contribuem ou se importam com a mitigação dos impactos decorrentes nas comunidades abrangidas por seus atos.

“Após as obras, os funcionários se retiram e a economia dos municípios se desestrutura novamente em virtude da perda de mercado consumidor. Fenômeno este que tem sido denominado *Ciclo Boom-Colapso*” (BEZERRA et al., 2014). É isso mesmo que revela Herrera (2013) ao apontar que desde o ano de 2011 se registrou um crescimento vertiginoso da população no município de Altamira “em tese, constituído pela demanda por mão de obra por parte das empreiteiras ao iniciarem as obras”, saindo de aproximadamente 100 mil em

²¹ Grifo nosso.

2010 para aproximadamente 146.224 habitantes nos primeiros meses de 2012 (HERRERA 2013, p.134). Trata-se de um crescimento de quase 50% da população urbana, gerador de diversos problemas econômicos, de segurança pública e sociais nesse município. Desse total, entre 2014 e 2015, cerca de 1300 se deslocaram para a ALDV, perfazendo um acréscimo populacional de aproximadamente 125% nessa agrovila em pouco mais de um ano.

Diante do quadro exposto e olhando também para toda a saga dos pioneiros nos primórdios da ALDV, observamos que, na presente década, os moradores passaram a conviver com incertezas, inseguranças, violências e sérios problemas econômicos e sociais. As modificações no cotidiano dos moradores ocorreram com intensidade e profundidade, agindo corrosivamente no interior dos lares, na deterioração dos hábitos culturais, laços familiares, cenário econômico, entre outras esferas, transtornando as suas vidas.

Todavia, se uma parcela significativa desse lugar vê com angústia as ocorrências dos últimos anos, ligando-as ao empreendimento hidrelétrico, outra não vislumbra essa relação. Tal situação demonstra que, dentro de um mesmo contexto, uns aparentemente enxergam modernidade e progresso e quase nenhuma contrariedade, enquanto outros percebem uma maior intensidade dos desajustes causados por essa obra. Certo mesmo é que percebendo ou não tais relações, a população leodavinciana tem buscado e ainda por algum tempo buscará uma reinvenção das estratégias de organização social e familiar, em uma reinvenção do cotidiano mutilado pelos afiados discursos e práticas desenvolvimentistas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O Bom e Velho Desenvolvimentismo**. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2013/05/17/%EF%BB%BfO-bom-e-velho-desenvolvimentismo/>> Acesso em: 18 julho 2018.

BEZERRA, T. S. L.; HERRERA, J. A. **As múltiplas transformações no território afetado pelo Empreendimento Hidrelétrico Belo Monte, na Amazônia Paraense**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), Belém, v. 04, n. 01, p. 267-278, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.ihgp.net.br/revista/index.php/revista/article/view/92>. Acesso em: 24 agosto 2018.

CERTEAU, Michel de et al. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CONTINI, Elisio. **A Colonização na Transamazônica: um enfoque analítico do plano governamental, seus resultados e problemas**. Tese de Doutorado. 17/05/1976. FGV-Escola Brasileira de Administração Pública, 1976, p. 146-149.

FICO, Carlos. **Como eles agiam – os subterrâneos da ditadura militar. Espionagem e política.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

HERRERA, J. A. **Desenvolvimento capitalista e realidade da produção agropecuária familiar na Amazônia Paraense.** Tese/Doutorado. Campinas: Unicamp/IE, 2012. 365 f.

_____. **Resistência e Conflitos Sociais na Amazônia Paraense: a luta contra o empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte.** 2013. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 8, n. 16, p. 130-151, ago., 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/19861>>. Acesso em 25 de agosto 2018.

MORAES, Maria C. **O Paradigma educacional emergente.** Disponível em: <http://www.ub.edu/sentipensar/pdf/candida/paradigma_emergente.pdf> Acesso em: 10 de maio de 2018.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** 8ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

UMBUZEIRO, Antônio Ubirajara Boguea. **Altamira e sua história.** Belém: Ponto Press, 2012.

WALKER, R.T.; HOMMA, A. K. O.; CONTO, A. J. de; CARVALHO, A. de A.; FERREIRA, C.A.P.; SANTOS. A.I.M. dos; ROCHA, A. C. P. N. da; OLIVEIRA. P. M. de; PREDRAZA, C. D. R. **As contradições do processo de desenvolvimento agrícola na Transamazônica.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1997.

A CRONÍSTICA DE GASPAR DE CARVAJAL E A COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Jocenilda Pires de Sousa do Rosário¹

Samuel Antonio Silva do Rosário²

RESUMO

O presente trabalho traz um estudo acerca da obra *Descubrimiento del río de las Amazonas*, escrita pelo frei espanhol Gaspar de Carvajal que apresenta a expedição de Francisco de Orellana e Gonzalo Pizarro em 1541/1542 quando cruzaram o Rio Amazonas em busca de novas riquezas e novos territórios. O objetivo é compreender a colonização do território amazônico por meio da cronística do frei e que está inserida no discurso do colonizador, visto que as primeiras impressões do homem europeu sobre as novas terras estão presentes na obra, por isso foi escolhida diante de muitas narrativas que apresentam a Amazônia para o mundo, pois possui pontos muito importantes que revelam o olhar europeu sobre a América, também por servir de marco histórico no que diz respeito à colonização da Amazônia. Para isso, desenvolveram-se estudos bibliográficos sobre os temas, utilizando-se autores como Pizarro (2005), Heufemann-Barria (2014), Mignolo (1982) e Almeida (2013) entre outros.

Palavras-Chave: Amazônia. Colonização. Cronística.

ABSTRACT

This work presents a study about the work of the discovery of the river of the Amazons, written by the Spanish friar Gaspar de Carvajal, who presents the expedition of Francisco de Orellana and Gonzalo Pizarro in 1541/1542 when they crossed the Amazon River in search of new riches and new territories. The objective is to understand the colonization of the Amazonian territory by means of the chronicle of the frei and that are inserted in the discourse of the colonizer, since the first impressions of the European man on the new lands are present in the work, so it was chosen before many narratives that present the Amazon to the world, because it has very important points that reveal the European view on America, also because it serves as historical landmark with regard to the colonization of the Amazon. For this, bibliographic studies on the themes were developed, using authors such as Pizarro (2005), Heufemann-Barria (2014), Mignolo (1982) and Almeida (2013) among others.

Keywords: Amazon. Colonization. Chronistic.

INTRODUÇÃO

Muitos foram os trabalhos que retrataram as viagens da colonização da Amazônia por meio das narrativas. Entre eles, destacamos o trabalho de Gaspar de Carvajal, nascido em Trujillo (Extremadura espanhola) no ano de 1504, frei dominicano da Ordem de São

¹ Mestra em Linguagens e Saberes na Amazônia (UFPA). Pesquisadora do Grupo LELIM (Laboratório de Estudos Linguagem, Imagem e Memórias). E-mail: joufpa16@gmail.com

² Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia (UFPA). Membro do Grupo LELIM (Laboratório de Estudos Linguagem, Imagem e Memórias) e ETTHOS (Educação, Trabalho, Tecnologia, Humanidades e Organização Social). E-mail: samuel_mat2009@hotmail.com

Domingo de Gusmão³ que foi designado a dar assistência espiritual ao governador de Quito, Gonzalo Pizarro, durante a viagem de achamento⁴ da Amazônia, no entanto, transforma-se como cronista, relatando todos os acontecimentos e fatos importantes. O religioso morreu em um convento, em Lima, no ano de 1584. Vale ressaltar que seu texto é usado, ainda hoje, como documento oficial sobre a descoberta por descrever a Amazônia pela primeira vez.

O espírito aventureiro do frei e sua disposição para sair de sua terra e embarcar rumo à América merece destaque, afinal foi um missionário bastante atuante ao fundar conventos, governar e administrar instituições religiosas e dispor-se a acompanhar uma viagem por terras ainda desconhecidas. Sua cronística não deixa de mencionar características religiosas e aventureiras.

Uma primeira versão da crônica de Carvajal está presente na obra *Historia General y Natural de las Indias, islas y tierra firme del Mar Océano* de Gonzalo Fernández de Oviedo em 1542, com algumas modificações do texto original. Todavia, a obra analisada foi a transcrição feita pelo estudioso chileno José Toribio Medina, em 1895, baseada na cópia del Duque de T'Serclaes de Tilly doada à Biblioteca da Espanha em 5 de maio de 1961. Algumas informações não foram encontradas devido o documento original ter tido algumas partes cortadas em virtude de um descuidoso trabalho de encadernação.

A versão de Toribio Medina que será tomada como base para as discussões deste trabalho, aparece com o nome *Descubrimiento del Río de las Amazonas, Relación de Gaspar de Carvajal*. A relação está dividida em doze partes que seguem a denominação feita de acordo com o avanço do tempo, espaços e fatos importantes na história. A trajetória descrita começa em Quito (1541), no Equador, e termina na foz do rio Amazonas, na Venezuela (1542).

É importante notar que a imagem da Amazônia foi sendo formada por meio das narrativas dos cronistas (meados do século XVI) que acompanhavam os colonizadores nas grandes viagens até esta parte do mundo. Muitas informações presentes na cronística de Gaspar de Carvajal foram fatores essenciais para as primeiras impressões da região e, conseqüentemente, para a formação de muitos conceitos que hoje conhecemos: terra de encantos, pulmão do mundo, natureza exuberante, lugar inóspito, Hiléia brasileira, etc.

³ [...] os frades dominicanos eram assim chamados não só por causa do fundador de sua Ordem (São Domingos) mas também para indicar a obediência e fidelidade deles: domini cani, “**cães do Senhor**” (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 201, **grifos do autor**).

⁴ Neide Gondim trabalha com a ideia de que a “Amazônia não foi descoberta, sequer foi construída; na realidade, a invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes” (GONDIM, 1994, p. 09).

Discutir este processo de conceituação e, conseqüentemente, de colonização da Amazônia desde as primeiras viagens colonizadoras, implica em nosso entendimento a respeito deste lugar. Pinto (2005) argumenta que a visão que temos atualmente sobre a Amazônia nos remete a alguns conceitos já formados. Essa construção histórica do espaço tanto social quanto físico vai recebendo mudanças com o decorrer do tempo e com o aparecimento de novos discursos.

Hoje, quando se fala em Amazônia, estamos diante da produção de um novo senso comum sustentado pelas noções de meio ambiente, biodiversidade, sociodiversidade, desenvolvimento sustentável, populações ribeirinhas, povos da floresta, que são as expressões correntes e presentes em praticamente todos os escritos que têm sido produzidos sobre a região e que freqüentemente carregam consigo conteúdos de imobilismo social e conservadorismo romântico, quando se trata, sobretudo de lidar com a situação e o destino das populações locais (PINTO, 2005, p. 99).

Os primeiros relatos sobre a Amazônia serviram para formar os primeiros conceitos sobre a região. O modelo disso foi a crônica de Carvajal ao apresentar diversas características do lugar. O discurso do frei é marcado por aventuras, perigos, batalhas, mortes. É um aventureiro junto a Orellana e Pizarro que vai desvendando um lugar até então desconhecido. Participa diretamente das tomadas de decisão e nos momentos mais difíceis oferece ajuda espiritual aos expedicionários. Descreve cuidadosamente cada etapa da viagem e todos os acontecimentos nela presentes, por menores que sejam. Todos os relatos vão configurar o cenário de colonização da região.

1. A CRONÍSTICA DE GASPAS DE CARVAJAL SOBRE A AMAZÔNIA.

Na crônica de Gaspar de Carvajal descrevem-se os fatos importantes da expedição conquistadora de Francisco de Orellana e Gonzalo Pizarro, como o contato com os povos indígenas que habitavam cada lugar, bem como alguns traços de suas culturas; caracterização dos povos e lugares, dando destaque à natureza. Algumas nomeações dadas por Carvajal, aos lugares pelos quais os expedicionários passavam, permanecem até a atualidade. Não podemos deixar de mencionar as muitas páginas dedicadas às Amazonas⁵, destacando seu modo de vida, suas características e sistema de governança.

⁵ Homero (siglo VIII a.C.) cita la existencia de tales señoras luchadoras ya en su *Iliada* y, en la primera vez que las cita, no es la forma convencional de amazona, pero como nombre propio, Mirina, el cual se supo a posteriori ser referencia a una de ellas, ya que en su época era “cosa sabida” el hecho de Mirina ser amazona y no explicarlo más. Pero algunos versos adelante las llama Amazonas. La palabra usada por Homero para

A narrativa apresenta, por vezes, um tom religioso pautado na formação de Carvajal que justifica muitas atitudes dos expedicionários como vontade divina e, também, apresenta um tom de sofrimento diante de tantos momentos de tensão gerados pela busca constante de alimento e ataques de indígenas que tentam a qualquer custo defender seus territórios.

Os objetivos da viagem só ficam evidentes no início da narrativa: a busca por alimento. Depois, os relatos seguem a sequência de fatos vivenciados pelos viajantes, como o encontro com os indígenas, os diferentes povoados pelos quais passavam, além do combate com as Amazonas.

Os principais pontos desta viagem são descritos a seguir.

1ª parte: Saída de Orellana: Carvajal contextualiza historicamente o início da viagem, destacando a figura de Francisco de Orellana enquanto governador da cidade de Santiago⁶ e os primeiros passos para organizar a viagem. As expedições saíram de Quito. Francisco de Orellana, capitão da expedição de Gonzalo Pizarro que naquele momento era Governador do Perú, foi designado a encontrar o País da Canela⁷. O início da viagem foi dificultoso. A fome foi nítida e perderam-se muitos alimentos, armamentos e homens no início do trajeto.

2ª parte: A separação de Gonzalo Pizarro e Francisco de Orellana: Após a construção de um barco para atravessar o rio, era necessário ir em busca de alimentos. Então, Gonzalo Pizarro se propõe a ir rio abaixo atrás de comida, todavia passaram-se muitos dias sem que avistasse qualquer sinal de população, passando por grandes necessidades e perigos constantes junto com alguns expedicionários. Neste momento, Carvajal destaca a grande necessidade de alimentos: “comíamos sino cueros, cintas y suelas de sapatos cocido con algunas yerbas [...]” (CARVAJAL, 2011, p. 13). Destaca ainda, que em virtude da escassez de alimento alguns expedicionários acabaram ficando quase loucos ou a ponto de morrer em virtude de comerem plantas desconhecidas para aliviar a fome.

3ª parte: Primeira terra povoada: Após muitos dias de viagem avistaram sinais de terra povoada. Os índios apareceram em quatro canoas e outros esperavam em frente às casas em sinal de defesa. Como ninguém demonstrou sinal de luta, houve uma boa recepção e os

describirlas es “rivales de los hombres”, pues todo héroe griego debería llevar, en su “currículo”, al menos una batalla, obligatoriamente seguida de una victoria, contra ellas (SANTOS, 2016, p. 03).

⁶ De Guayaquil, Ecuador (CARVAJAL, 2011, p. 09).

⁷ La mayoría de los viajes emprendidos por los portugueses durante los siglos XV y parte de XVI fue organizado con el objetivo de descubrir el camino más directo posible para llegar a los países productores de especiarías, especialmente canela (HEUFEMANN-BARRÍA, 2014, p. 12).

expedicionários puderam comer e beber à vontade, mas sempre observando qualquer atitude dos índios que pudesse colocar suas vidas em perigo.

4ª parte: Notícia das Amazonas: Neste povoado tiveram notícia das Amazonas e das riquezas que existiam rio abaixo por meio de um índio chamado Aparia que dizia já ter estado nas terras das mulheres guerreiras. Após alguns dias no lugar, abasteceram-se de comida e seguiram viagem.

5º Vassalos de Aparian: Após dois dias perdidos, chegam a um povoado onde são presenteados com muita comida. Seguindo, encontram alguns índios que diziam ser vassalos de Aparian. Os índios convidam-nos a ir conhecer a terra de seu senhor. Mais uma vez tomam conhecimento sobre as Amazonas. Todavia, não atribuem muita importância ao fato.

6ª parte: Construção de um segundo barco: Para dar prosseguimento à viagem era necessário construir um segundo barco. Considerando a boa receptividade dos índios, Orellana ordenou que seus homens construíssem o *bergantín*⁸ que ficou pronto em 35 dias.

7ª parte: Províncias de Machiparo: Lugar de muita gente pronta para guerrear. Os expedicionários sentiram-se ameaçados, pois os índios estavam a ponto de lutar. Neste lugar ocorreu uma batalha perigosa, visto que eram muitos índios para poucos expedicionários. Foi um momento difícil, mas por meio das armas de fogo a situação foi sendo amenizada.

8ª parte: Terra de Omagua: Terra com muitos habitantes, de grande estatura, com aparência bonita. Havia muitas árvores frutíferas. Neste povoado, os índios disseram que existia uma terra de ouro e prata e que levariam os expedicionários até lá. Mas os mesmos estavam em busca de comida e fizeram pouco caso do lugar descrito pelos índios.

9ª parte: Terra de Paguana: Neste lugar os índios esperavam aos expedicionários na frente de suas casas, sem demonstrar qualquer sinal de violência. O senhor das terras possuía muitas riquezas e abundância de comidas e frutas.

⁸ Recordemos que el bergantín era la embarcación más pequeña que usaron los españoles en el Nuevo Mundo. Se caracterizaba por su rápida y no muy complicada construcción. Esto posibilitó que, en ocasiones, los bergantines llegaran al Nuevo Mundo desarmados en los depósitos de naves de mayor envergadura (BENÍTES, 2008, p. 04).

10ª parte: *La buena tierra y señorío de las Amazonas*: Observaram que os povos estavam branqueando e mais uma vez tiveram notícias das Amazonas. Os povos que encontraram já estavam avisados sobre a vinda dos mesmos e os levariam às mulheres. Os índios estavam dispostos a defender-se, pois eram “sujetos y tributários a las Amazonas” (CARVAJAL, 2011, p. 52). Nesta parte da narrativa, Carvajal apresenta o confronto com as mulheres guerreiras, onde é ferido por uma flecha e perde um dos olhos.

11ª parte: Terra de Couynco: Após passarem por muitas ilhas, chegam ao povoado e o capitão pergunta a um índio incorporado à expedição de quem eram aquelas terras e o nome do senhor que detinha suas posses. O índio começa a contar que o senhor era chamado Couynco e que também era *sujeto* às Amazonas. Nesta parte da obra o índio descreve o modo de vida das mulheres guerreiras.

12ª parte: Viagem até Cubagua: Ao saírem da Província dos Negros, continuaram a viagem e sempre passando por muitos perigos e privações. No caminho encontravam pequenas populações de onde retiravam alguma comida até que chegam à ilha de Cubagua. O capitão iria informar a sua majestade do novo descobrimento daquele rio que chamaram de *Marañón*. Posteriormente, receberia o nome de Rio das Amazonas.

Na cronística estão relatadas todas as impressões vistas pelo frei que se utiliza de maneira cronológica dos fatos, desde a saída do Peru, até a desembocadura do Oceano Atlântico. No início da narrativa afirma que as informações que serão dadas “será como testigo de vista y hombre de quien Dios quiso dar parte de un tan nuevo y nunca visto descubrimiento [...]” (CARVAJAL, 2011, p. 10). Para Almeida (2013, p. 102-103):

[...] o cronista sempre se colocava como testemunha. Dessa forma, seu discurso estaria amparado por uma autoridade, minimizando as possibilidades de refutação de seus registros.

Vale ressaltar, que uma crônica escrita por um frei, membro do clero, tendo uma ocupação religiosa, possui maior valor documental garantindo veracidade ao que está sendo narrado. De fato, tudo que se observa está relatado na cronística. Desde a geografia, povos, línguas, culturas, até uma abordagem imaginativa sobre o descobrimento, como a busca da especiaria da época (canela) no País da Canela e a presença do mito das Amazonas.

2. AS NARRATIVAS DE VIAGEM E A DESCRIÇÃO DO NOVO ESPAÇO

Diante de um novo espaço que se apresentava aos olhos dos europeus com uma natureza exuberante e pessoas desprovidas de costumes e de religiosidade, era necessário descrever tudo que se avistava, por mais desconhecido que fosse da cultura europeia, buscando sempre as explicações e entendimentos baseados no que caracterizava o Velho Mundo, realidade vividas pelos conquistadores.

As narrativas de viagem terão papel fundamental ao registrar o novo espaço, visto que no período colonial os escritos sobre os descobrimentos e conquistas eram representados através destas narrativas que objetivavam informar sobre todos os acontecimentos. Para Mignolo (1982, p. 19) “em seu sentido medieval, é uma lista organizada sobre as datas e acontecimentos que se desejavam conservar na memória [...]”.

Cabe deixar claro que os primeiros escritos sobre as novas terras configuram as primeiras criações literárias, pois os primeiros espanhóis “no eran hombres de letras, sino de acción, o eran sacerdotes, que participaron activamente en las hazañas de la conquista” (HEUFEMANN-BARRÍA, 2014, p. 51). Esses escritos, chamados de crônicas, eram responsáveis por apresentar o novo lugar.

Segundo Walter Mignolo (1982) essas narrativas continham alguns problemas quanto à compreensão, visto que cada tipo discursivo apresentava suas características específicas, como as cartas, por exemplo, enquanto primeiras manifestações escritas para descrever as novas terras. Nos relatos sobre o Novo Mundo, Cristóvão Colombo além de utilizá-las, fazia uso de seu Diário de Navegação que também apresentava escritos sobre o descobrimento. Segundo Heufemann-Barría (2014, p. 53):

La carta [...] tiene un destinatario y es la información verbal en la que se describe la posición de las nuevas tierras, tiene carácter documental, de informe o solicitud, escrita por conquistadores y/o navegantes, destinadas al monarca o a sus representantes en Indias.

Neste período de colonização tanto a coroa portuguesa quanto a espanhola, desejavam manter-se informadas sobre tudo que ocorria nas novas terras. Dessa forma, surgem as relações que “têm em seu sentido mais específico de relato/informe solicitado pela coroa” (MIGNOLO, 1982, p. 14). Passaram a ser obrigatórias para qualquer conquistador, onde deveria informar sobre a natureza, povos, clima, proximidade com outro lugar. A relação sobre o descobrimento do famoso Rio das Amazonas feita pelo frei Gaspar de Carvajal de Gaspar de Carvajal constitui uma das mais importantes e se transforma em um molde de

novos textos como de Toribio de Ortiguera y Gonzalo Fernández de Oviedo sobre o descobrimento da América.

Após as primeiras viagens de Colombo ao Novo Mundo, os escritos que passaram a caracterizar o novo lugar foram dos mais variados. Muitos destes, feitos por cronistas, atribuíam uma visão por vezes equivocada e/ou fantasiosa do ambiente, escrevendo o que se desejava ler, como a grande possibilidade de existência de riquezas, proposta de conquista do lugar, descrição dos habitantes e do novo espaço, etc. Assim, muitos escritos seguiam a lógica dos acontecimentos históricos, outros, possuíam relatos fantasiosos, fabulosos, que seguiam a imaginação dos cronistas presentes nas expedições conquistadoras do Novo Mundo.

Os viajantes, acompanhados de representantes religiosos ou cronistas que formulariam os discursos da descoberta, estavam imbricados no projeto grandioso das coroas portuguesa e espanhola de conquista de novos territórios e construção de um espaço colonial para ser explorado e conquistado.

Neste contexto, Pedro (2004, p. 06) considera que:

As primeiras expedições do século XVI produziram relatos que tiveram repercussão como fundadoras da presença europeia no Amazonas. São registros escritos que carregam uma carga temática, uma leitura do universo amazônico que não resulta apenas da dinâmica das águas e das florestas, mas também das expectativas, idéias e representações, previamente concebidas sobre a região amazônica.

A descrição da nova realidade registra a descoberta e cristaliza a memória do descobrimento (PEDRO, 2004). Partindo da visão do homem ainda medieval, as narrativas representavam o olhar do outro sobre o Novo Mundo. Neste contexto, foram várias as expedições que chegaram à América para conhecer melhor o novo lugar, bem como explorar as riquezas descritas pelos primeiros cronistas. Ressaltam-se as expedições de Cortez (1519), Alonso de Mercadillo (1538), Pedro de Úrsua (1560), Hans Staden (1599), Bernal Díaz de Castillo (1632), Alonso de Rojas (1639) e Christóbal de Acuña (1641).

A nova realidade que se apresentava, por vezes causava espanto aos conquistadores, em outros casos, proporcionava o maravilhoso, “[...] elemento literário, perfectamente fusionado con lo real en las obras de la Edad Media, y en parte del Renacimiento [...]” (HEUFEMANN-BARRÍA, 2014, p. 119). Muitos elementos dessa nova realidade estão presentes na cronística de Gaspar de Carvajal sobre a Amazônia.

Ao descrever o novo ambiente, Carvajal vai incorporando-o à narrativa. Assim, apresenta inicialmente a natureza, descrevendo-a em sua grandiosidade:

[...] a tierra es tan buena, tan fértil y tan al natural como la de nuestra España, que nosotros entramos en ella por San Juan y comenzaban los indios a quemar los campos. Es tierra templada, adonde se cogerá mucho trigo y se darán todos los frutales; de más desto, es aparejada para criar todo ganado, porque en ella hay muchas yerbas, como en nuestra España, como orégano y [...] de unos pintados y a rayas y otras muchas yerbas muy buenas. Los montes desta tierra son encinales y alcornocales que llevan bellotas, que nosotros las vimos, y robledales; la tierra es alta y hace lomas, todas de sabanas, la yerba no más alta de hasta la rodilla: hay mucha caza de todos géneros (CARVAJAL, 2011, p. 55).

Em vários povoados pelos quais iam passando, aspectos da natureza vão chamando a atenção, como a grandiosidade dos rios, cenário de grande parte da aventura vivida por Orellana.

De aquí fuimos a la vela, aguardando la marea, dando bordos a un cabo y a otro, que bien había por dónde según el río era ancho, aunque íbamos entre islas, pues no estábamos en poco peligro cuando aguardábamos la marea, pero como no teníamos rejonos, estábamos amarrados a unas piedras (CARVAJAL, 2011, p. 67).

A organização social dos povos também é bastante descrita por Carvajal, que por vezes incorpora aspectos do imaginário em seu discurso. Para Pizarro (2005, p. 04):

La Amazonía como espacio físico y humano, cultural, tenía elementos que actuaban como dispositivos simbólicos en el ocupante, gatillándole conexiones semióticas del imaginario, permitiéndole construir con lo que veía un universo mítico, que respondía a sus carencias, expectativas, necesidades físicas y espirituales.

Um discurso pautado no olhar europeu sobre o Novo Mundo e que, por vezes, não se limitava em descrever somente as etapas da viagem, mas que incorporava elementos do imaginário para explicar aquilo que não era compreendido ou não fazia parte da realidade da Europa.

3. A CRONÍSTICA DE CARVAJAL E A COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

É evidente que o conceito de Amazônia vem sendo formado desde a chegada do primeiro europeu à região. Já foi descrita por meio de diversos diários de navegação, crônicas de viagens, relatos, cartas, iconografias, romances, reportagens, etc. Diferentes pontos de vista dependendo do momento histórico descrito. Dessa forma, torna-se importante compreender como se firmou o conceito do que é a Amazônia hoje que implicou diretamente na colonização do lugar. Sem dúvidas, os discursos sobre a região possuem grande importância na formação do que conhecemos a respeito do lugar.

Os textos fundadores da Amazônia estavam baseados em outros que continham evidências das viagens colonizadoras à América, os mesmos escritos que descreviam as riquezas, as belezas naturais, o paraíso, os monstros, as Amazonas, tudo que caracterizava o novo espaço, no ideário dos colonizadores, fazia parte dos discursos de conquista do novo território. Para Almeida (2013, p. 68):

[...] há que se avaliar que a conquista da América se garantiu principalmente em termos da construção de um discurso, em que aspectos do ideário do descobridor e do conquistador demonstraram-se tão eficientes quanto as suas próprias ações.

De acordo com Bueno (2008) existe uma representação da Amazônia que foi construída por meio dos discursos, que não foram construídos especificamente sobre a realidade amazônica, mas a partir de outros discursos sobre a Amazônia, o Novo Mundo, a América, as Índias, no auge das grandes viagens marítimas.

Gondim (1994) também evidencia que há uma “invenção” do termo Amazônia por meio dos discursos que a caracterizam. Dessa forma, “[...] a invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes” (GONDIM, 1994, p. 09).

Diante de muitas descrições sobre a região, mediante os discursos cronísticos, aos poucos a Amazônia foi sendo conceituada, mesmo que fosse por meio de uma mentalidade europeia baseada no imaginário, onde os cronistas pautavam seus discursos “[...] em suas experiências etnocêntrica e cristianizada, a respeito do Novo Mundo [...]” (ALMEIDA, 2013, p. 68).

A partir dos conceitos formados e pautados na mentalidade europeia, Ugarte (2003) afirma que os conquistadores utilizavam as narrativas para poder transmitir as imagens mentais sobre a região, causando assim menos estranhamento às novidades que seriam narradas e/ou contadas. Essas imagens que estavam presentes na literatura dos viajantes produziram um transplante do imaginário medieval para essas terras. Essas características ficaram evidentes nos diversos discursos elaborados por diferentes cronistas que estiveram nesta região e em diferentes épocas.

É importante ressaltar neste trabalho, as descrições feitas pelo frei Gaspar de Carvajal ao descrever a Amazônia em meados do século XVI. O discurso de Carvajal analisado neste trabalho, objetiva compreender como os ideais medievais fizeram parte das posturas assumidas pelo cronista para descrever e conceituar a Amazônia no contexto de colonização do lugar. “Foi graças a esses meios que a Amazônia, juntamente com outras regiões do

continente americano, foi sendo introduzida no imaginário europeu ocidental” (UGARTE, 2003, p. 04).

Em meados do século XVI, a viagem feita por Francisco de Orellana e Gonzalo Pizarro apresentou a Amazônia para o mundo. No início da narrativa, o cronista da expedição, Gaspar de Carvajal, apresenta o contexto histórico do Peru e menciona o mito que impulsionou a viagem conquistadora: a existência do País da Canela. A narrativa apresenta em sequência os fatos segundo vão acontecendo.

É necessário destacar que os expedicionários desconheciam os lugares por onde passavam o que dificultou muito o desfecho da “aventura”. A narrativa segue uma sequência de muitos momentos importantes que faz com que o leitor fique à espera do próximo episódio vivido pelos expedicionários, por tantos momentos de tensão evidentes. Afinal, o começo da narrativa traça os reais objetivos da viagem, todavia logo é evidenciado um dos problemas que mais perturbarão a mente dos viajantes: a falta de comida.

Em meio a tantos problemas, surge a imagem do frei, enquanto membro religioso e responsável por dar assistência espiritual aos expedicionários, “[...] españoles, venidos de un siglo áureo e integrados con valores medievales y renascentistas [...]” (HEUFEMANN-BARRÍA, 2014, p. 68). Destaca-se que em muitos momentos na narrativa, Carvajal faz menções à providência divina, na busca de conforto nos momentos difíceis que tiveram que enfrentar. Essa forte presença da figura de Deus mostra o frei enquanto seu representante na terra, pronto para defendê-lo, assim como, aos interesses do Rei. Isso se torna evidente ao longo de toda a narrativa. Não é a toa que faz inúmeras referências à figura divina na tentativa de amenizar os espantos e perigos vividos. Em muitos momentos torna-se a explicação para o desconhecido. Para Almeida (2013, p. 95): “[...] tende-se a explicar os acontecimentos em diferentes esferas, mas precipuamente a partir da providência divina e, em outras vezes, os elementos resgatados da cultura antiga”.

Desde o início do relato, por meio das descrições feitas por Carvajal, observamos uma forte presença da natureza, enquanto elemento essencial no decorrer da expedição, ora por proporcionar descanso, alimento à expedição, ora por servir de obstáculo na busca de um território seguro. Essa mesma natureza que vai sendo superada diante de muitos problemas enfrentados, recebe muitas denominações, principalmente os rios que são parte importante na trajetória de Orellana.

Desde o primeiro encontro com os primeiros povos muitas observações foram feitas pelos expedicionários. No primeiro povoado encontrado, houve uma boa receptividade. Os índios “[...] andaban como bobos por el río” (CARVAJAL, 2011, p. 15). Ainda: “[...] los

indios no dejaban de acudir y venir al capitán y traerle de comer muy largo y con tanto orden como se toda su vida hubiera servido” (Ibidem, p. 17). Apesar da amigável recepção, os europeus sempre ficavam atentos a qualquer sinal de perigo que pudesse ser manifestado pelos índios. Em outro povoado, os conquistadores explicam o porquê de suas presenças naquelas terras:

[...] éramos criados y vassalos del Emperador de los cristianos, gran rey de España, y se llamaba Dom Carlos nuestro señor, cuyo es el império de todas las Indias y otros mucho señoríos y reinos que hay en el mundo, y que por su mandado íbamos a aquella tierra, y que le íbamos a dar razón de lo que habíamos visto em ella (CARVAJAL, 2011, p. 23).

Tendo em vista a boa receptividade dos índios “y en señal de posesión mandó poner una cruz muy alta, con la cual los índios se holgaran [...]” (CARVAJAL, 2011, p. 24). Neste momento nota-se uma tentativa de impor o cristianismo para representar a tomada de posse daquelas terras pela empresa colonizadora, pois “O bom rei era aquele capaz de conduzir o seu reino para a salvação, sendo bom, justo e propagador da fé cristã” (ZIERER, 2003, p. 02). O colonizador sempre devia obediência a Deus e à Coroa neste processo de colonização.

O relato de Carvajal apresenta ainda muitas referências “a los protótipos de lo fantástico⁹ que encontramos en Asia y en África [...]” (ROJAS MIX, 1993, p. 127). A principal delas é o mito das Amazonas, que aparece descrito por meio das próprias visões do frei, que não só presenciou as mulheres guerreiras, como travou uma luta contra as mesmas, junto aos expedicionários.

Tornando a nuestro propósito y pelea, fue Nuestro Señor servido de dar fuerza y ánimo a mis compañeros, que mataron siete u ocho, que éstas vimos de las amazonas, a causa de lo cual los indios desmayaron y fueron vencidos y desbaratados com harto daño de sus personas [...] (CARVAJAL, 2011, p. 52).

O mito das mulheres guerreiras apresentado por Carvajal em sua narrativa possui referências a partir de outras aparições de sociedades dominadas por mulheres. Conforme destaca Santos (2016, p. 03): “El mito de las amazonas se forma a partir de indicadores sociales característicamente atenienses, como el patriarcalismo, la guerra, el sexo, política, transición de la edad infantil a la adulta y el matrimonio”. Na cronística muitos desses elementos ficam evidentes, como a descrição da preparação para um momento de guerra:

⁹ O fantástico é a vacilação experimentada por um ser que não conhece mais que as leis naturais, frente a um acontecimento aparentemente sobrenatural [...] O conceito de fantástico se define pois com relação ao real e imaginário [...] (TODOROV, 1981, p. 16).

[...] con sus arcos y flechas en las manos haciendo tanta guerra como diez indios, y en verdad que hubo mujer destas que metió un palmo de flecha por unos de los bergantines y otras qué menos, que parecían nuestros bergantines puerco espín (CARVAJAL, 2011, p. 52).

A presença do mito das Amazonas na narrativa de Carvajal representa a afirmação do pensamento medieval por meio da permanência do mito em outro lugar, cujo mesmo será difundido em outros textos que tratam da Amazônia. A importância do relato do frei deve-se ao contato com as mulheres, tornando-se o único que conta sobre o encontro com as Amazonas.

Por defender a presença dessas mulheres no Novo Mundo, ao descobrirem um rio, por acaso, atribuem o nome como uma referência: Rio das Amazonas. Perdendo o primeiro nome: Rio de Orellana, “que descubrió, por muy gran ventura [...] desde su nacimiento hasta salir a la mar” (CARVAJAL, 2011, p. 07). Anos mais tarde, viria a configurar-se o que conhecemos como Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentar a relação do frei Gaspar de Carvajal sobre o *Descubrimiento del Río de las Amazonas*, produto da viagem conquistadora de Francisco de Orellana e Gonzalo Pizarro, em 1541/1542, verificamos que o processo de achamento da Amazônia representa um importante momento no cenário de colonização da América por trazer o conteúdo histórico daquele período, proporcionando a formação dos primeiros conceitos referentes ao lugar ou ainda pela presença do imaginário europeu por meio da reaparição do mito das Amazonas.

Ressaltamos neste trabalho, uma das primeiras visões sobre a região apresentada por meio das descrições feitas por Carvajal em sua relação. Na obra, a Amazônia mostra-se como um espaço onde a natureza, ainda desconhecida, configura-se como essencial para a sobrevivência dos expedicionários e como espaço onde habita o imaginário, como as Amazonas. Essas primeiras descrições fizeram parte de muitos relatos da época de colonização da América e, consequentemente, da Amazônia, proporcionando a formação de muitos conceitos referentes ao lugar.

Assim, ressalta-se a importância do relato de Gaspar de Carvajal como parte integrante da formação dos conceitos que caracterizam a Amazônia. Também, por apresentar a região ao Velho Mundo, mesmo que fosse necessário forjar uma realidade que era descrita pelos relatos dos cronistas que vinham acompanhar as viagens colonizadoras. Conforme salienta Ugarte

(2003, p. 04) eles “transmitiam aos leitores e ouvintes determinadas imagens mentais, que tornavam menos estranhas as novidades dos territórios desbravados”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carlo Henrique Lopes de. **A vocação literária no pensamento historiográfico de Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdés**. 2013.160 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, UFG, 2013.

AMAZONAS. Disponível em: < <http://www.solonosotras.com/archivo/02/cult-mit-050700.htm>> Acesso em: 24 maio 2017.

BENÍTES, M.J. **Entre el asombro y el espanto: un acercamiento a la Relación de Fray Gaspar de Carvajal por el Río Grande de las Amazonas**. Revista Telar, n. 6, p. 54-74. 2008. Disponível em: <<http://revistatelar.ct.unt.edu.ar/index.php/revistatelar/article/view/170>>. Fecha de acceso: 03 jan. 2017.

BUENO, Magali Franco. Natureza como representação da Amazônia. **Revista Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, n. 23, jan./jun. de 2008.

CARVAJAL, Fray G. de. **Relación del Descubrimiento del Río de las Amazonas**. Edición y notas de Nieves Pinillos Iglesias, realizada para Babelia, Madrid, 2011.

FRANCO JÚNIOR, Hilário, 1948- **A Idade média: nascimento do ocidente** / Hilário Franco Júnior. -- 2. ed. rev. e ampl. -- São Paulo: Brasiliense, 2001.

GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**, São Paulo, Marco Zero, 1994.

HEUFEMANN-BARRÍA, Elsa Otilia. **Orellana, Ursúa y Lope de Aguirre: Sus hazañas novelescas por el Río Amazonas (siglo XVI)**. 2ª EDICIÓN, La Mirada Malva, 2014.

MIGNOLO, Walter. **Cartas, crónicas y relaciones del descubrimiento y la conquista**.1982.

PEDRO, Juliana de Castro. **Descobrimientos no Alto Amazonas. Crônicas e Relatos na Colonização da América**. XVII Encontro Nacional de História – O Lugar da História. Campinas, UNICAMP, 2004.

PINTO, Renan Freitas. A viagem das ideias. **Revista de Estudos Avançados**. Vol. 19, nº 53. São Paulo Jan./Abr. 2005.

PIZARRO, Ana. Imaginario y Discurso: La Amazonía. **Revista de Crítica Literaria Latinoamericana**. Universidad de Santiago de Chile, Año XXXI, Nº 61. Lima-Hanover, 2005.

ROJAS MIX, M. Los monstruos: ¿mitos legitimación de la conquista?. In: PIZARRO, A. M. **América Latina: palabra, literatura e cultura**. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1993.

SANTOS, Rossemildo da Siva. **LA AMAZONOMAQUIA DE GASPAR DE CARVAJAL**. (Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Acre, Brasil), 2016.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. Digital Source, 1981.

UGARTE, Auxiliomar Silva. Margens míticas: A Amazônia no imaginário europeu do século XVI. In: PRIORE, Mary Del & GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Os Senhores dos rios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. **Paraíso terrestre e reino perfeito na carta do Preste João das índias**. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003.

**DOMINGAS:
(IN)VISIBILIDADE X RESISTÊNCIA DA MULHER INDÍGENA NA OBRA DOIS
IRMÃOS, DE MILTON HATOUM**

Nádia Grings Batista¹
Luis Junior Costa Saraiva²

RESUMO

O presente artigo aborda a representação da mulher indígena na obra *Dois Irmãos*, de Milton Hatoum, perpassando por uma discussão sobre o neocolonialismo na Amazônia, os surtos de crescimento de Manaus e a exploração das mulheres, tendo como referência a personagem Domingas. O objetivo principal é demonstrar como, ao longo de sua vida, questões de gênero, raça/etnia e as relações afetivas, construídas com a família, colaboraram para a manutenção de sua condição de servidão e invisibilidade. Além de evidenciar que, apesar desse contexto, ela encontra meios de resistir ao que lhe é imposto. Autoras e autores como Berta Becker (2013), Joan Scott (1995), Aníbal Quijano (2005) e Suzana Bornéo Funck (2014) contribuem para a compreensão desse processo que resultou na construção do sentimento de subalternidade nas pessoas e nas nações colonizadas ou neocolonizadas. Desse modo, compreendemos no artigo que o pensamento decolonial é proposto como um caminho em direção à construção de uma autonomia individual e coletiva, capaz de transformar positivamente a vida dos envolvidos.

Palavras-chave: Amazônia. Decolonial. Domingas. Invisibilidade.

ABSTRACT

This article deals with the representation of the indigenous woman in the *Dois Irmãos* work, written by Milton Hatoum, through a discussion about neocolonialism in the Amazon, the growth outbreaks in Manaus and the exploitation of women, referencing Domingas character. The main objective is to demonstrate how throughout his life, issues of gender, race / ethnicity and affective relationships, built with the family, have contributed to the maintenance of his condition of servitude and invisibility. In addition to showing that despite this context, it finds ways to resist to what it is imposed on. Men and women authors such as Berta Becker (2013), Joan Scott (1995), Aníbal Quijano (2005) and Suzana Bornéo Funck (2014) contribute to the understanding of this process, which has resulted in the construction of a sense of subalternity in people and colonized nations or neo-colonized. Therefore, we understand in the article that the decolonial thinking is proposed as a path towards the construction of an individual and collective autonomy, capable of positively transforming the lives of those who are involved.

Keywords: Amazon. Decolonial. Domingas. Invisibility.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia/UFGA. E-mail: nadiagrings@ufpa.br; nadiagbatista@yahoo.com.br

² Doutor em Antropologia. Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará/ Campus de Bragança. E-mail: luisjsaraiva@gmail.com

INTRODUÇÃO

Durante as primeiras leituras do romance *Dois Irmãos* (DI, 2006), de Milton Hatoum³, e refletindo sobre Domingas, surgiram ideias e questionamentos sobre a importância da personagem na obra. Inicialmente parecia ser insignificante sua participação no enredo; no entanto, estava sempre presente, sendo citada 169 vezes num livro com 198 páginas; é como uma sombra acompanhando a família por toda sua existência. Essa personagem foi e ainda é objeto de muitos estudos⁴, mas as sutilezas em sua composição permitem muitas análises, sob muitos vieses. Na obra, Domingas é a representação da mulher que, privada de sua liberdade desde a infância, resigna-se a viver a vida que outros escolheram para ela, como fica evidenciado no trecho:

Domingas fechava os olhos e fingia dormir, e se lembrava do pai e do irmão. Chorava quando se lembrava do pai, dos bichinhos de madeira que fazia para ela, das cantigas que cantava para os filhos. E chorava de raiva. Nunca mais ia ver o irmão, nunca pôde voltar para Jurubaxi. As freiras não deixavam, ninguém podia sair do orfanato. As irmãs vigiavam o tempo todo (HATOUM, 2006, p. 56).

Apesar de aparentemente aceitar seu destino de servidão, percebe-se ao longo da narrativa o quanto Domingas deseja uma vida diferente, sonha com sua liberdade e resiste a seu modo. O mesmo não ocorre na minissérie baseada em DI (2006)⁵, na qual seu papel é minimizado e ainda mais estereotipado, ficando evidente apenas os aspectos de subjugação dessa personagem. No livro ela se mostra consciente e resistente a sua condição de submissão, timidamente como poderá ser observado nas próximas páginas; mas na adaptação esses traços são invisibilizados. Importa considerar que os estereótipos subalternos, sob os quais essa personagem é representada, tanto na minissérie quanto no livro, foram criados, replicados e

³ Milton Hatoum nasceu em 1952, em Manaus (Amazonas), onde passou a infância e uma parte da juventude. Diplomou-se em Arquitetura na USP, trabalhou como jornalista cultural e foi professor universitário de História da Arquitetura. Autor de quatro romances premiados, inclusive com o prêmio Jabuti de melhor romance e prêmio Portugal Telecom, sua obra foi traduzida em doze línguas e publicada em catorze países.

⁴ Como por exemplo os artigos: 1) **Alteridade e feminino no romance *Dois irmãos* de Milton Hatoum**, de Mônica Maria dos Santos e Maria do Socorro Beltrão Macieira - Revista Fiar: Revista do Núcleo de Pesquisa e Extensão - Ariquemes, v.2 n. 1, p. 174-184, 2013; 2) **Mães zelosas, Cunhantãs resignadas, Amantes perigosas: representações da Mulher Amazônica no romance de Milton Hatoum**, de Joana da Silva e Adelaine Laguardia - Somanlu, ano 11, n. 1, jan./jun. 2011. (p. 131-149) e a tese: **Relações de Gênero no Romance de Milton Hatoum**, Joana da Silva. 2011. Dissertação. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2015_1456100997.pdf>

⁵ A minissérie foi produzida pela Rede Globo e exibida em janeiro de 2017, tendo sido dirigida por Luiz Fernando Carvalho.

incorporados por toda uma sociedade, a partir das categorias gênero, raça/etnia e classe social. A construção desses modelos mentais tem um propósito e aconteceu deliberadamente ao longo dos séculos de colonização e pós-colonização dos países latino-americanos (QUIJANO, 2005).

A minissérie está sendo citada apenas para suscitar a reflexão de que a grande mídia brasileira tem um papel importante na manutenção das ideias hegemônicas, entre elas a de raça/etnia. A concepção de raça/etnia teve, durante a colonização, a função de legitimar as relações de poder do europeu branco sobre negros, indígenas e mestiços colonizados, uma forma nova de tornar natural a superioridade dos conquistadores sobre os conquistados, inferiorizando o diferente. Essa construção mental sobre raça/etnia surge com o colonialismo, mas tem se mantido eficiente na atual dinâmica de classificação da humanidade (QUIJANO, 2005). Portanto, a contestação e a desestabilização desse poder midiático corrompido apresenta-se como um desafio para os movimentos contra hegemônicos contemporâneos.

Um caminho para essa contraposição é o que se toma neste artigo, o da literatura, não como um meio panfletário, mas como um meio possível e necessário para a disseminação dos diálogos sobre a diversidade. Há um trecho do livro *Santas (im)possíveis*, de Cristina Maria Teixeira e Wiliam Alves Biserra (2012), que diz “Lembrar é lutar, esquecer é permitir. Esse é o campo de batalha da literatura: o simbólico, o imaginário” (TEIXEIRA; BISERRA, 2012, p. 10). Partindo desse pensamento, abordar, através da literatura – ou de reflexões sobre a literatura – pensamentos, situações e vivências diferentes dos tradicionalmente apresentados nos espaços de divulgação da ideologia hegemônica – leia-se principalmente a mídia televisiva – oportunizam novos olhares sobre o outro e viabilizam a construção de um pensamento autônomo. Desse modo, em algum momento, o gênero, a raça/etnia e a classe social podem deixar de ser marcadores de estereótipos e de subjugação.

1. A OBRA E O CONTEXTO AMAZÔNICO

Hatoum, no romance *Dois Irmãos* (2006), escreve sobre Manaus, no século XX, entre as décadas de 1910 e 1970, com seus surtos de crescimento e estagnação, expondo o cotidiano de uma família de migrantes libaneses, seus dramas familiares e econômicos, a influência religiosa e a relação de autoridade e domínio sobre a vida de seus agregados de origem indígena. Em vários trechos da obra, surge como argumento para o enredo a questão da

expansão desordenada da cidade de Manaus, com seus surtos de crescimento, como define Bertha Becker (2013).

Manaus caracteriza-se por dois surtos bem marcados. Após longos séculos de ausência de crescimento, tanto de crescimento demográfico como econômico, dá-se um vertiginoso surto da borracha em poucas décadas, seguido de colapso. Encerrada a estagnação, novo surto se configura a partir de 1967, por iniciativa do Estado brasileiro. Baseado na indústria, revela certa sustentabilidade, respondendo pela posição atual da cidade como metrópole regional (BECKER, 2013, p. 19).

Manaus tornou-se o destino de muitos estrangeiros em busca de riquezas e de milhares de nordestinos fugidos da seca que vinham com a esperança de terem uma vida melhor. Essa migração interna foi estimulada para resolver dois problemas: um, como já explicitado, foi o da seca; o outro, a necessidade de mão de obra para extrair a seringa, que surge com a abolição da escravidão negra, em 1888. No entanto, esses nordestinos, ficando isolados nos barrancos distantes da cidade, eram obrigados a pagar valores exorbitantes pelas mercadorias disponíveis no armazém do seringalista, o que gerava uma dívida crescente para os trabalhadores. Desse modo, esses seringueiros, em pouco tempo, se viram submetidos a uma semiescravidão. Para Becker (2013, p. 28):

O surto da borracha corresponde a um efetivo crescimento econômico e demográfico, que pela primeira vez ocorre no rio Negro, com forte impacto em Manaus. Um surto, contudo, baseado em tão fortes desigualdades, que assume caráter violento.

Nesse contexto de início do século XX, a cidade cresce vertiginosamente, como extensão do porto, que recebia a produção de borracha da região e a transportava, inicialmente para a Europa e depois para os Estados Unidos. Em 1914, Manaus passa pela primeira crise, em decorrência da perda do monopólio da produção da borracha para os asiáticos, passando por um período de estagnação econômica até o início da Segunda Guerra Mundial, a partir da qual a demanda pela borracha volta a crescer e a produção na Ásia diminui em função de seu envolvimento nos conflitos. Desse modo, Manaus volta a crescer, mas essa “bolha” dura poucos anos e se extingue com o fim da guerra. Novamente a crise se instala na região, fazendo com que os “soldados da borracha”, como eram chamados os seringueiros e suas famílias, se amontoem pelas ruas da cidade, fugindo da miséria no interior.

Justamente nesse período de pós-guerra se inicia a narrativa do livro DI (2006), e Nael, o narrador testemunha, retrata esse cenário em vários trechos, nos quais índios e

migrantes do interior esmolavam pela cidade, dormiam pelas ruas do centro e construíam acampamentos miseráveis no entorno de Manaus. É nesse período também que Halim, patrão de Domingas, se consolida como um próspero comerciante:

Halim havia melhorado de vida nos anos do pós-guerra. Vendia de tudo um pouco aos moradores dos Educandos, um dos bairros mais populosos de Manaus, que crescera muito com a chegada dos soldados da borracha, vindos dos rios mais distantes da Amazônia. Com o fim da guerra, migraram para Manaus, onde ergueram palafitas à beira dos igarapés, nos barrancos e nos clarões da cidade (HATOUM, 2006, p. 32).

Halim e Zana são dois imigrantes libaneses recém-casados que recebem Domingas ainda menina para servir-lhes de empregada e terminar de ser criada. Desse casamento nascem inicialmente os gêmeos Yaqub, o primogênito, e Omar, o Caçula de Zana, que nasceu mirrado e doentinho e tornou-se o preferido da mãe. O outro, Yaqub, foi deixado aos cuidados de Domingas. O casal ainda teve uma filha, Rania, que, como a mãe e Domingas, vive em função dos gêmeos, que são opostos em tudo. O conflito entre os dois irmãos é o tema central do livro que tem como narrador Nael, filho de Domingas, supostamente com um dos gêmeos.

Ao longo da obra, Manaus vai se transformando, assim como a família de Zana e Halim, conforme a cidade sofre com a invasão dos migrantes paupérrimos que chegam do interior e com as tensões da ocupação militar, a partir de 1964, também os conflitos familiares se acirram. E assim como a cidade não consegue se reconciliar com seu passado glorioso da *Belle Époque*, Zana não consegue reconciliar os filhos:

O sonho de Zana, desfeito: ver os filhos juntos, numa harmonia impossível. Ela relembra o seu plano, minucioso e sagaz. "Meus filhos iam abrir uma construtora, o Caçula ia ter uma ocupação, um trabalho, eu tinha certeza..." Chamava minha mãe para perto dela, dizia: "O Omar perdeu a cabeça, foi traído pelo irmão. Sei de tudo, Domingas... Yaqub se reuniu com aquele indiano, fez tudo escondido, ignorou o meu Caçula, estragou tudo..." (HATOUM, 2006. P. 177).

2. DOMINGAS

Em meio a todo esse contexto, surge Domingas com seus próprios dramas, evocando a simbologia da mulher indígena, levada pelas circunstâncias da vida a deixar a tranquilidade da sua aldeia e se aventurar nessa cidade barulhenta que a deixava aflita. Foi obrigada a aprender ler, escrever e rezar as rezas cristãs, mas gostava mesmo era de esculpir os bichinhos de sua

infância na madeira, cantar em *nheengatu*, a música que seu pai cantava para ela quando criança, e de usar suas ervas medicinais.

Sua personagem é inserida no convívio da família de uma maneira tão compulsória quanto foi sua retirada da aldeia onde vivia quando ficou órfã. Passou dois anos no convento até o dia em que a irmã Damasceno a entrega para terminar de ser criada por Zana:

Olhou para Domingas e disse: “Dona Zana, a tua patroa, é muito generosa, vê se não faz besteira, minha filha”. Zana tirou um envelope do pequeno altar e o entregou à religiosa. As duas foram até a porta e Domingas ficou sozinha, contente, livre daquela carrancuda. Se ficasse no orfanato, ia passar a vida limpando privada, lavando anáguas, costurando (HATOUM, 2006, p. 57).

Quando Zana entrega o envelope à religiosa, fica a impressão de que a menina é comprada e, a partir daí, passa a ser sua empregada não remunerada, numa condição análoga à servidão. Esse episódio acontece no início da década de 1920 quando já não havia, oficialmente, escravidão no país. No entanto, no livro essa prática parecia corriqueira de acordo com o relato acima e outros ao longo da narrativa de Nael, que comparava a vida de Domingas a de outras empregadas da vizinhança, “alfabetizadas, educadas pelas religiosas das missões, mas todas vivendo nos fundos da casa, muito perto da cerca ou do muro, onde dormiam com seus sonhos de liberdade” (HATOUM, 2006, p. 50).

Esse tratamento dispensado à empregada, no livro, pode ser considerado como resquício de práticas implementadas desde a colonização na Amazônia. Domingas sofre com as imposições que lhes foram aplicadas por ser uma mulher indígena, estar distantes de sua família e, assim, é tratada como alguém que precisa ser tutelada e amparada pela igreja e pela sociedade, numa perspectiva neocolonizadora. Aníbal Quijano (2005), importante pesquisador latino-americano, argumenta que essa teórica falta de capacidade dos indígenas, particularmente as mulheres, de direcionar suas próprias vidas foi usada para justificar a imposição de trabalho não remunerado. “A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos” (QUIJANO, 2005, p. 120). Essa interpretação das relações de trabalho fica muito evidente na condição a que é submetida a personagem Domingas, que foi arrancada de seu espaço e induzida a acreditar que seus patrões foram generosos ao recebê-la, alimentá-la e vesti-la, sendo, portanto, sua obrigação servi-los por toda a vida como agradecimento a essa concessão. Como se depreende no trecho:

Detestava o orfanato e nunca visitou as Irmãzinhas de Jesus. ... A visão do orfanato a oprimia. As palmadas que levou da Damasceno! Não escolhia hora nem lugar para tacar a palmatória. Estava educando as índias, dizia. Na casa de Zana o trabalho era parecido mas tinha mais liberdade... Rezava quando queria, podia falar, discordar, e tinha o canto dela (HATOUM, 2006, p. 57).

Nael conta que Domingas tinha o desejo de ser livre, mas se deixou levar pela inação e, muito provavelmente, porque não via, para si e para o filho, muitas opções de vida melhor, nem tinha para onde voltar ou ir; esteve sempre a servir aquela família e ainda havia o envolvimento com Yaqub, seu “filho postiço”, como Nael o chamava:

“Louca para ser livre.” Palavras mortas. Ninguém se liberta só com palavras. Ela ficou aqui na casa, sonhando com uma liberdade sempre adiada... Todos os sonhos estão aqui, eu dizia, e ela me olhava, cheia de palavras guardadas, ansiosa por falar (HATOUM, 2006, p. 50).

Assim como sua vontade de liberdade foi sendo adiada, sua voz foi silenciando, num movimento de introspecção realizado pela personagem, cansada das limitações que lhe foram violentamente impostas, primeiro pelas irmãs, depois pela vida de servidão, pelo isolamento do quartinho no fundo do quintal, mas principalmente porque à sua palavra nunca foi dada atenção.

3. A (IN)VISIBILIDADE DE DOMINGAS

O passado de Domingas é pouco revelado, apenas pequenos episódios de sua infância são contados; em sua maioria se referem ao falecimento do pai, a separação do irmão mais novo e sua migração compulsória para a cidade, sob a tutela das Irmãzinhas de Jesus. Viveu conforme a vontade dos patrões, conforme o desejo e a ordem dos outros, mas Zana conta que Domingas era diferente no início: “como a tua mãe deu trabalho no orfanato! Era rebelde, queria voltar para aquela aldeia no rio dela... Ia crescer sozinha, lá no fim do mundo? Então a irmã Damasceno me ofereceu a pequena, eu aceitei” (HATOUM, 2006, p. 186). Essa fala de Zana reforça a ideia de que ter recebido Domingas em casa tinha sido um ato de generosidade, para não a deixar entregue à própria sorte.

O desinteresse pela trajetória das mulheres é histórico; seus feitos foram ignorados ao longo da narrativa da humanidade. Para Perrot (2003), as mulheres são “as sem-voz da História”, não no sentido de não terem voz efetivamente, mas por terem suas vozes ignoradas, de tal modo que a história sempre foi e ainda é contada a partir da ótica e dos feitos dos

homens, suas guerras, suas políticas, suas verdades. Scott (1995) faz um exercício de reflexão sobre a invisibilidade da mulher na história da humanidade, constatando que mesmo quando se consegue suscitar o debate sobre esse assunto e se demonstra a importância das mulheres nas ciências, na política, nas artes, nos rumos tomados pela sociedade, isso não justifica uma mudança de paradigma, porque a história que importa e é contada continua sendo a do homem.

Não foi suficiente para os(as) historiadores(as) das mulheres provar ou que as mulheres tiveram uma história ou que as mulheres participaram das mudanças políticas principais da civilização ocidental. No que diz respeito à história das mulheres, a reação da maioria dos(as) historiadores(as) não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres para depois descartá-la ou colocá-la em um domínio separado (“as mulheres têm uma história separada da dos homens, portanto deixemos as feministas fazer a história das mulheres, que não nos concerne necessariamente” ou “a história das mulheres trata do sexo e da família e deveria ser feita separadamente da história política e econômica”) (SCOTT, 1995, p. 5).

Com exceção de Nael e possivelmente Yaqub, a mulher Domingas e sua história não interessa aos outros personagens, o que contribui para o seu isolamento. E a solidão de Domingas é a solidão das mulheres que abdicam de suas vidas para servir, numa relação de dependência econômica e emocional, frequente no contexto doméstico, no qual as mulheres aquiescem por medo ou por hábito. Medo de perder o pouco que possuem, o quartinho nos fundos do quintal, o alimento diário, a oportunidade de ver o filho estudando. Hábito por terem se acostumado à rotina diária e às relações afetivas construídas no espaço da casa. A literatura produzida por Milton Hatoum tem várias personagens mulheres com vidas e destinos semelhantes:

Anastácia Socorro (RO, 1989), Domingas (DI, 2000), Naiá (CN, 2005) e Florita (OE, 2008). Descendentes da etnia indígena, personificam, no romance hatouniano, a figura da mulher submissa e servil. São mulheres humildes e totalmente desprovidas de recursos próprios... Mulheres oprimidas, cuja condição étnica atua como marca da sua alteridade e fator de discriminação a permear o convívio com o Outro (SILVA, 2011, p. 86)⁶.

Para Scott (1995), muitos(as) historiadores(as) consideram irrelevante preocupar-se em inserir a história das mulheres na história da humanidade, algo como acontece na Gramática quando usam-se termos no masculino para referir-se ao masculino e ao feminino,

⁶ As abreviaturas RO, CN, DI e OE, referem-se aos quatro romances de Milton Hatoum, a saber: *Relatos de um certo Oriente* (1989), *Cinzas do Norte* (2000), *Dois Irmãos* (2005) e *Órfãos do Eldorado* (2008), respectivamente.

sendo que o inverso não se aplica jamais. Essa prática reafirma a ideia de que a mulher é uma extensão do homem. Essa discussão nos leva às questões de gênero e às reflexões sobre o porquê de o mundo ocidental ser dominado pelos homens. Entenda-se gênero, neste contexto, como uma maneira de se referir à organização social entre os sexos, de tal modo que as relações de gênero contribuíram para a criação do poder político, quando deram, à figura masculina, a possibilidade de existir sem o feminino, sendo que esse poder existe naturalmente ou é concedido por um poder supremo, no caso o divino (SCOTT, 1995). Construindo-se, portanto, a ideia de que se esse poder tem conotação de dom divino, é incontestável, só cabendo às mulheres a submissão.

3.1. O TRABALHO DOMÉSTICO COMO FATOR DE INVISIBILIDADE

Nesta reflexão, faz-se uma análise de uma mulher indígena do século XX, que, no contexto da obra, trabalha em troca de abrigo e alimento. Assim, é importante considerar que a questão do gênero, no que se refere ao labor feminino, é fator determinante das desigualdades sociais (SILVA, 1995), sobretudo quando associado às categorias raça/etnia e classe social. São esses três aspectos que fundamentam as relações de poder assimétricas que põem essa mulher indígena numa condição de subordinação ainda mais acentuada, de forma que pouco se questionam, ainda nos dias atuais, práticas de apadrinhamento, em que famílias abastadas recorrem ao interior amazônico em busca de crianças para estudarem na cidade e ajudarem no trabalho de casa, que, no caso das meninas, tornam-se muito frequentemente domésticas não remuneradas, até se casarem ou morrerem, como é relatado por Wagner Araújo em seu artigo *Trabalho doméstico e servidão: Trajetórias, gênero e identidade de mulheres indígenas em Manaus/AM*. Essa “condição de aparentada é a garantia de ligações longas e fieis entre a cria e a dona da casa” (ARAUJO, 2012, p. 13), além de conferir algum nível de afetividade à convivência, um claro subterfúgio, para diferenciar essa relação de trabalho da condição de escravidão, com a qual muito se assemelha na prática. No livro de Hatoum essa afetividade é garantida através do envolvimento entre Domingas e os gêmeos:

Mas ela não tinha coragem, quer dizer, tinha e não tinha; na dúvida, preferiu capitular, deixou de agir, foi tomada pela inação. Pela inação e também pelo envolvimento com os gêmeos, sobretudo com a criança Yaqub, e quatro anos depois, com Rânia. Com Yaqub foi mais forte: amor de mãe postiça, incompleto, talvez impossível (HATOUM, 2006, p. 50).

Lúcia Helena Soratto, em sua tese *Quando o trabalho é na casa do outro: um estudo sobre empregadas domésticas* traz à discussão o fato de o serviço doméstico ter uma conotação predominantemente negativa na literatura sobre o assunto, pois “nos estudos sobre os serviços domésticos a exploração, a dupla jornada, o confinamento no mundo privado, a vergonha, a injustiça são alguns dos temas colocados em discussão” (SORATTO, 2006, p. 45). Ela atribui essa desqualificação da trabalhadora doméstica à origem da atividade que carrega o estigma da herança do trabalho escravo, além do confronto entre classes e a própria natureza do trabalho. A atividade doméstica é enfadonha, repetitiva e tende a ser conflituosa, posto que envolve relações interpessoais. A empregada se infiltra nas relações familiares e passa a fazer parte da casa, como se fizesse parte da mobília; dessa forma sua humanidade vai sendo invisibilizada.

3.2. A RELIGIÃO COMO FATOR DE OPRESSÃO

Considerando-se a maneira como Domingas foi inserida na narrativa, torna-se necessário abordar outro fator que influenciou no aprofundamento da condição de subalternidade das mulheres e particularmente das mulheres indígenas no Brasil, o religioso. Para Rosado-Nunes (2005), “as religiões têm, explícita ou implicitamente, em sua prática institucional e histórica, uma específica visão antropológica que delimita os papéis masculinos e femininos” (ROSADO-NUNES 2005, p. 363), em que o poder decisório está nas mãos masculinas enquanto o dever e a submissão cabem às mulheres. No caso da conquista espiritual na Amazônia, as mulheres indígenas foram convertidas antes dos homens indígenas, muito por ficarem nas aldeias enquanto seus homens se ausentavam para caçar ou em outras atividades. Nesse processo de conversão acabaram sendo usadas pelos brancos no trabalho doméstico e para o sexo, como descreve Heck et al (2005), iniciando uma longa história de servidão para as mulheres indígenas da Amazônia e suas descendentes. Esse aspecto também aparece de maneira recorrente em *Dois Irmãos*:

“Uma menina mirrada, que chegou com a cabeça cheia de piolhos e rezas cristãs”, lembrou Halim... Durante um tempinho ela nos deu um trabalho danado, mas Zana gostou dela... “O que a religião é capaz de fazer”, ele disse. “Pode aproximar os opostos, o céu e a terra, a empregada e a patroa” (HATOUM, 2006, p. 48).

A partir da suposta conversão dos indígenas, inicia-se um processo de cobrança direcionado às índias, principalmente no sentido de se portarem de acordo com um modelo preestabelecido pela sociedade e pela igreja. Para que fossem bem vistas e aceitas precisavam tornar-se servas dóceis. E não é diferente com Domingas que precisa ser catequizada e alfabetizada para se enquadrar na categoria de boa índia e, no romance, são as freiras do convento que se encarregam de transformá-la em uma serva obediente, “um pequeno milagre desses que servem para a família e as gerações vindouras, Domingas serviu, e só não serviu mais porque a vi morrer” (HATOUM, 2006, p. 48). Ela se tornou alguém ciente de sua condição de servidão, que aspirava à liberdade, mas o ambiente em que esteve antes da casa de Zana era muito mais opressor e para lá ela se recusava a voltar, no caso o convento das Irmãzinhas de Jesus. Foi inculcado na memória de Domingas algo que poderia ser pior que sua servidão e essa memória, em grande medida, a tornava resignada.

4. INVISIBILIDADE X RESISTÊNCIA

Uma única vez ela teve coragem de voltar à sua aldeia no rio Jurubaxi; pediu e Zana permitiu que se ausentasse por algumas horas num domingo. Levou o filho à aldeia em que nasceu, transformou-se, “durante a viagem, Domingas se alegrou, quase infantil, dona de sua voz e do seu corpo” (HATOUM, 2006, p. 54). Viu os pássaros que esculpia na solidão de seu quarto, lembrado que seu pai também esculpia aqueles animaizinhos. Mas aquele já não era seu lugar e não quis ficar muito tempo. Na volta para a cidade, Nael percebe que sua mãe falava menos à medida que o fim da viagem se aproximava e Domingas ia se ajustando à personagem que criou para si, de mulher servil e abnegada.

Como consequência desse projeto de construção da subalternidade na cultura dos povos latino-americanos, por muito tempo permitiu-se que a história fosse contada apenas sob a ótica do colonizador, e foram eles, os europeus e, posteriormente, os norte-americanos que primeiro teorizaram sobre os antigos e os novos males causados pelo colonialismo e o neocolonialismo; enquanto isso os teóricos das terras colonizadas absorveram o pensamento dominante e replicaram paradigmas estrangeiros como se fossem os seus, garantindo o êxito absoluto do que Quijano (2005) considera a “colonialidade do poder”, que opera no imaginário dos dominados, passando a fazer parte de sua estrutura imaginária simbólica, servindo de instrumento duradouro e contínuo de controle dessas populações. De acordo com

Fanon (2005), o colonizado deseja o lugar do colonizador, deseja não ser um igual, mas ser o próprio colonizador. Para satisfazer esse desejo ele se torna um perseguidor em busca daquele que ele possa tratar como inferior. Com nuances que faz lembrar o que diz Paulo Freire (1987), em seu livro *A pedagogia do oprimido*, Domingas expõe o oprimido que deseja ser o opressor que existe em seu íntimo, quando se comporta de maneira autoritária destratando o peixeiro Adamor e o transforma em vítima de sua arrogância, como se fosse ela a patroa e ele o servo:

Ela só malinava na presença do Perna-de-Sapo, e toda a ousadia, contida dentro de casa, revelava-se na calçada, para quem quisesse ver. "Hoje não, Adamor, esses peixes enfeitados com salsa, cebolinha e tomate servem para dona Estelita... Eu não gosto disso, essas fantasias enganam a gente." Ele saía se arrastando, dando pulinhos, xingando minha mãe de índia metida a besta, puxa-saco de patroa... (HATOUM, 2006. P. 123-124).

No final da década de 1990, pesquisadores e pesquisadoras das regiões periféricas ao eixo Europa-EUA decidiram unir esforços para construir paradigmas desvinculados da visão hegemônica que lhes permitissem um sentimento de identificação epistêmica; não que antes não se tenham revelado tais pensamentos, mas os esforços conjuntos se intensificam a partir daí. Os inúmeros estudos sobre as categorias gênero, raça/etnia e classe social têm fomentado discussões cada vez mais complexas sobre o lugar do Outro na sociedade contemporânea. Alguns destes teóricos, como Quijano e Fanon, trabalham com o conceito de decolonialidade, aqui entendido como “um questionamento radical e uma busca de superação das mais distintas formas de opressão perpetradas pela modernidade/colonialidade contra as classes e os grupos sociais subalternos” (MOTA NETO, 2015, p. 2), especialmente nos países colonizados e neocolonizados da América Latina, África e Ásia. O pensamento decolonial surge da necessidade de desconstruir o sentimento de subalternidade nas pessoas e nas nações colonizadas ou neocolonizadas, partindo da miséria social e econômica deixada, em direção à construção de uma autonomia individual e coletiva, capaz de transformar positivamente a vida dos envolvidos.

Sob o aspecto das discussões relacionadas às mulheres dessas nações, Susana Bornéo Funck, no artigo *Desafios atuais dos feminismos*, defende a necessidade de fortalecimento do “feminismo descolonial”, que é justamente “uma genealogia do pensamento produzido a partir das margens e comprometido com o desmantelamento da matriz de opressão múltipla, assumindo um ponto de vista que não seja eurocentrado” (FUNCK, 2014, p. 24). Funck,

assim como Quijano, defende a construção de um paradigma, próprio dos países à margem do eixo hegemônico de construção do conhecimento; somente dessa maneira a discussão sobre a decolonialidade do poder e do saber faz sentido e contribui para a transformação das sociedades colonizadas e neocolonizadas.

Voltando a pensar no lugar da mulher indígena nesse contexto decolonial, o próprio Quijano (2005) observa que a situação das mulheres nativas, tidas como inferiores, é ainda mais extrema, porque quanto mais baixa sua condição nessa hierarquia das raças, mais seus corpos foram e são menosprezados, podendo ser usados apenas como objetos, sem que haja constrangimentos de qualquer espécie. Essa condição de inferioridade contribui imensamente para que elas sejam ignoradas e invisibilizadas. Tânia Navarro Swain diz que os homens, para construir sua hegemonia, “precisaram reduzir as mulheres, oposto sem o qual não existiriam enquanto tal, a duas funções: a maternidade e a disponibilidade de seus corpos em toda ocasião. E assim conseguiram apagá-las da cena política e da memória social” (SWAIN, 2014, p. 614). Essa objetificação foi aplicada exponencialmente às mulheres indígenas e negras no Brasil, o que contribuiu para tornar suas histórias pessoais e coletivas ainda mais invisibilizadas que as das mulheres brancas.

Em DI (2006), a questão da maternidade de Domingas aparece como um marco que a fez mudar muito, isolar-se da casa, ficar distraída. Nunca revelou a ninguém a paternidade de Nael. Somente com a proximidade de sua morte, admite ao filho que o Caçula a obrigou a fazer coisas que não queria, “com o Omar eu não queria... Uma noite ele entrou no meu quarto, fazendo aquela algazarra, bêbado, abrutalhado... Ele me agarrou com força de homem. Nunca me pediu perdão” (HATOUM, 2006, p. 180-181). Omar sentia ciúme da cumplicidade entre Domingas e Yaqub, o que provavelmente motivou a violência, num ato de posse do objeto que supunha lhe pertencer. Há, portanto, uma suspeita que sua gravidez tenha sido resultado dessa violação, mas os padrões não falavam sobre o assunto e o menino foi criado como se fosse filho apenas de Domingas. Zana, também em seu leito de morte, confessa que não queria Nael em sua casa: “quando tu nasceste, eu perguntei: E agora, nós vamos aturar mais um filho de ninguém? Halim se aborreceu, disse que tu eras alguém, filho da casa...” (HATOUM, 2006, p. 186). Observe que para Zana Domingas era filha de ninguém, desconsiderando seu passado e sua história de vida anterior à chegada na casa da família.

O entendimento de que as pautas hegemônicas são as mais importantes, inclusive no movimento feminista, fica evidente quando se considera que as teóricas americanas e

européias foram e ainda são as maiores referências desse movimento, apesar de que nos últimos anos muitas autoras africanas, indianas e latino-americanas estão reivindicando seus espaços ao questionarem não a importância dessas autoras, mas o descompasso entre as realidades vivenciadas por elas e as vivenciadas por aquelas mulheres que estão em lugares onde as categorias raça/etnia e classe social contribuem, ainda mais, como fatores de inferiorização das mulheres. Muitas teóricas brasileiras têm defendido a necessidade de se recuperar o legado crítico das mulheres indígenas e negras, partindo do contexto latino-americano, demonstrando o quanto elas “têm lutado contra a invisibilidade de seus movimentos dentro do próprio feminismo, iniciando um trabalho de revisão do papel e da importância na criação e na resistência de suas comunidades (FUNCK, 2014, p. 24).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como recuperar esse legado é a questão que se tem pretendido resolver nos últimos tempos, o pensamento decolonial tem feito um esforço importante nesse sentido. Primeiro, compreendendo as bases da construção da subjugação dos povos colonizados e neocolonizados, inclusive discutindo sobre a condição de invisibilidade em que as mulheres foram colocadas nesse contexto. Nesse sentido o trabalho de Milton Hatoum contribui com esse propósito, principalmente quando evidencia a condição de subjugação das mulheres indígenas, sem deixar dúvidas da servidão à qual foram submetidas e, ao mesmo tempo, construindo uma personalidade para essa personagem, que revela e esconde o descontentamento dessa mulher indígena em relação ao que lhe é imposto em decorrência do gênero, da raça/etnia e da classe social em que se encontram. Essas relações assimétricas foram e ainda são muito frequente e convenientemente veladas no âmbito social, sendo a literatura um espaço possível para que dê atenção às (aos) que tem suas vozes ignoradas pela história oficial, dando-lhes uma visibilidade sistematicamente negada pelos demais espaços de discussão.

A partir dos relatos apresentados, pode-se considerar que o romance em questão traz um enredo histórico com temas que explicitam a crueldade da neocolonização na Amazônia e o quanto a servidão humana, a imposição de práticas religiosas, a invisibilidade da mulher são temas que ainda precisam ser amplamente debatidos e combatidos. Narrativas que abordam esses temas podem contribuir para a desconstrução do pensamento hegemônico, no qual

aqueles que, por sua condição existencial, são vistos como inferiores e, por isso mesmo, parece natural que sirvam aos que detêm o poder simbólico (BOURDIEU, 2017). O importante é perceber que a literatura permite uma releitura da sociedade em que se vive e que esta sociedade pode, mudando seus paradigmas, mudar o foco dos enredos literários, porque quanto mais ideias sectárias e excludentes fizerem parte da realidade humana, tanto mais estarão presentes nos contextos literários.

REFERÊNCIAS

HATOUM, Milton. **Dois irmãos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

TEIXEIRA, Cristina Maria; BISERRA, Wiliam Alves. **Santas (im)possíveis: religião e gênero na literatura contemporânea**. Brasília: Ed. UnB, 2012.

BECKER, Bertha Koiffmann. Surtos de Crescimento de Manaus. **Revista Espaço Aberto**, Revista eletrônica do Programa de Pós Graduação em Geografia - UFRJ, V.3, N.1, p. 19-44. 2013. Disponível em: <<<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/issue/download/220/76>>>. Acessado em 07 set. 2018.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP 2003. p: 13-27. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/up000031.pdf>> Acessado em: 10 jun. 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**. Porto Alegre, 16(2), p. 5-22, julho/dezembro 1995. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf> Acessado em 19 nov. 2017.

HATOUM, Milton. **Relato de um certo Oriente**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Cinzas do Norte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **Órfãos do Eldorado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Joana da. **Relações de Gênero no Romance de Milton Hatoum**. 2011. Dissertação. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2015_1456100997.pdf> Acessado em: 05 Jun. 2017.

SILVA, Gilda Olinto do Valle. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. **INFORMARE - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**. 1995. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/handle/123456789/215>> Acessado em: 08 jun. 2017.

ARAUJO, Wagner dos Reis Marques. Trabalho doméstico e servidão: Trajetórias, gênero e identidade de mulheres indígenas em Manaus/AM. **Revista EDUCAMazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá**. Ano 5, Vol VIII, 2012, 1, jan-jun, p. 08-25. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4133138.pdf>>. Acessado em: 30 mai. 2017.

SORATTO, Lúcia Helena. **Quando o trabalho é na casa do outro: um estudo sobre empregadas domésticas**. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/6679>>. Acessado em: 15 nov. 2017.

ROSADO-NUNES, Maria José. Gênero e religião. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2005, vol. 13, n. 2, pp.363-365. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2005000200009>> Acesso em: 17 jun. 2017.

HECK, E.; LOEBENS, F.; CARVALHO, P. D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. **Revista Estudos Avançados**, Revista eletrônica do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da US. v.19, n. 53, p.237-255, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000100015>>. Acesso em: 10 out. 2017.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

MOTA NETO, João Colares da. **O Giro Decolonial na América Latina**. Capítulo integrante da tese “Educação Popular e Pensamento Decolonial Latino-Americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda”, a ser defendida no PPGED/UFPA, em novembro de 2015. (digitalizado)

FUNCK, Susana Bornéo. Desafios atuais dos feminismos. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas** [livro eletrônico]/organizadoras Cristina Stevens, Susane Rodrigues de Oliveira e Valeska Zanello. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014.

SWAIN, Tania Navarro. Histórias feministas, história do possível. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas** [livro eletrônico]/organizadoras Cristina Stevens, Susane Rodrigues de Oliveira e Valeska Zanello. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: A condição feminina e a violência simbólica**. 5ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

MIGRAÇÃO NEGRA INTERNA E IDENTIDADE CULTURAL NO QUILOMBO DO AMÉRICA: UMA CONTRIBUIÇÃO

Ketno Lucas Santiago¹
Francisco Pereira Smith Júnior²
Ana Paula Vieira e Souza³

RESUMO

Esta pesquisa é fruto de uma revisão bibliográfica sobre a categoria migração, cujo enfoque do objeto de estudo é a migração negra, bem como os estudos acerca da identidade cultural na constituição da comunidade Quilombola do América, localizado no município de Bragança, Estado do Pará. O objetivo principal, é o de localizar estudos que tratam de questões como migração, migração negra e migração forçada e interna. Articular os movimentos migratórios com os estudos desenvolvidos sobre questões culturais produzida pela população quilombola, bem como apontar indicativos para a constituição de uma visão identitária na formação destes povos tradicionais. Metodologicamente o caminho percorrido é de cunho historiográfico, por meio de uma revisão bibliográfica, identificando teorias que contribuíram para estabelecer um diálogo entre as categorias sugeridas. Inicialmente os resultados apontam que a chegada dos africanos no Brasil e na Região da Amazônia Bragantina, se deu por meio de um processo de migração negra forçada e migração interna. O fator econômico é a hipótese predominante, que motivou o deslocamento desta população. A autoidentificação é uma visão de pertencimento, apresenta alguns indícios do caráter identitário e cultural dos remanescentes quilombolas. Concluímos que foi possível identificar alguns autores que abordam sobre a questão migração e suas variações, autores que dialogam com a temática identidade e cultura. Foi possível identificar, de forma preliminar, que a identidade cultural da população quilombola tem traços decorrentes da sua pertença e resistência contra as formas de opressão e de violação de seus direitos como moradores do Quilombo do América ao longo dos anos.

Palavras-chave: Migração Negra. Identidades. Culturas.

ABSTRACT

This research is the result of a bibliographical review on the migration category, whose focus is the black migration, as well as the studies about the cultural identity in the Quilombola community of America, located in the city of Bragança, State of Pará. The main objective is to locate studies that deal with issues such as migration, black migration and forced and internal migration. Articulate the migratory movements with the studies developed on cultural issues produced by the quilombola population, as well as indicate indicatives for the constitution of an identity vision in the formation of these traditional peoples. Methodologically, the path covered is a historiographical one, through a bibliographical review, identifying theories that contributed to establish a dialogue between the suggested categories. Initially the results indicate that the arrival of Africans in Brazil and in the Bragantina Amazon Region occurred through a process of forced black migration and internal migration. The economic factor is the predominant hypothesis, which motivated the displacement of this population. Self-identification is a vision of belonging, presents some evidence of the identity and cultural character of the remaining quilombolas. We conclude that it was possible to identify some authors that approach on the issue of migration and its variations, authors that dialogue with the

¹ Acadêmico do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia – PPLSA/ Campus Bragança (UFPA). Especialista na Docência do Ensino Superior, Historiador. Membro do GELCONPE. E-mail: ketnolucas@gmail.com

² Professor Doutor Adjunto III (UFPA). Vice-coordenador do Programa de Pós-graduação em Letras, Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA). Coordenador do Grupo de Estudos de Literatura Comparada do Nordeste Paraense – GELCONPE. E-mail: fsmith@ufpa.br

³ Professora Doutora em Educação (UFPA). Professora do Programa de Mestrado em Linguagem e Saberes da Amazônia, (PPLSA-UFPA). Coordenadora do GEPTE/Infância. E-mail: paulladesa@ufpa.br

thematic identity and culture. It was possible to identify, in a preliminary way, that the cultural identity of the quilombola population has traits due to their belonging and resistance against the forms of oppression and violation of their rights as inhabitants of Quilombo of America over the years.

Keywords: Black Migration. Identities. Cultures.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A migração negra é um fenômeno constituído ao longo da história da humanidade, um processo de deslocamento da população negra de sua terra natal, para outro território, de forma compulsória, forçados a sair de sua terra de origem, e levados a se estabelecerem em outros territórios no mundo, sobretudo na Europa, na América do Norte e na América do Sul, como foi o caso histórico do escravismo no Brasil. Se diferencia do conceito de Migração, apresentada por Sayad (1998) que é realizado de forma espontânea e possuem várias motivações.

As motivações para o deslocamento do povo negro internamente no país, aqui identificada de Migração Negra Interna, pode ser encontrada no conceito de Costa (2007), ao abordar o processo migratório da população recém liberta da escravidão, que realizava uma migração em busca de trabalho e de melhores condições de vida, da cidade para o campo, e do campo para a cidade, afinal, “os ex-escravos, marcados pelo legado da escravidão, não conseguiram, salvo raras exceções, competir com o estrangeiro no mercado de trabalho” (COSTA, 2007, p 341). A população negra foi historicamente forçada a deixar o seu local de origem e se deslocar para outras localidades, com o objetivo de garantir a sua subsistência.

Ao chegar no Brasil e na Região da Amazônia Bragantina essa população se estabelece, constituem famílias, utilizam os recursos naturais para garantir a sua subsistência, até se estabelecer e constituir uma identidade cultural, um "pertencimento" (HALL, 2006, p. 08), constituem e estabelecem as suas “culturas étnico-raciais” (COELHO, 2014).

A cultura, a identidade e a migração negra desses povos remanescentes de quilombos, foi objeto de pesquisa nas atividades acadêmicas, realizadas por meio de discussões realizadas na Disciplina Identidade, diversidade cultural e populações da Amazônia: diálogos sobre modernização e territorialidades⁴. Essa produção textual foi realizada como critério de avaliativo e se propôs a relacionar os estudos em sala de aula, com a temática “Migração negra interna: A constituição a população afro-brasileira no Quilombo do América” é objeto

⁴ Disciplina Identidade, diversidade cultural e populações da Amazônia: diálogos sobre modernização e territorialidades, ministrada pelo Prof. Dr. César Augusto Martins de Souza, do Programa de Mestrado em Linguagem e Saberes da Amazônia, (PPLSA-UFPA).

de pesquisa do Programa de Mestrado em Linguagens e Saberes da Amazônia (PPLSA/UFGA Campus Bragança), que se articulando principalmente, com os estudos sobre o conceito de identidade e culturas na migração negra interna e a comunidade do Quilombo do América.

Neste estudo localizamos pesquisas por meio de uma revisão bibliográfica, com critérios acerca das categorias de migração, com enfoque na migração negra, bem como autores e pesquisas que tratam sobre a identidade e cultura, com o objetivo de identificar estudos que tratam sobre as temáticas de migração. Relacionar esses movimentos migratórios com os estudos sobre questões culturais, desenvolvidas em comunidades tradicionais, principalmente nos quilombos, apontar indicativos para a visualizar a identidade destes remanescentes quilombolas.

1. DIÁLOGOS BIBLIOGRÁFICOS: MIGRAÇÃO, E MIGRAÇÃO NEGRA E FORÇADA.

Localizamos estudos que se referem a chegada dos africanos na Amazônia Paraense, introduzidos por meio do tráfico de escravos, datado do final do século XVII, pelos ingleses, inicialmente, a migração esteve relacionada no discurso ideológico de investimento na agricultura, posteriormente, pelos espanhóis com a mesma finalidade de investir no cultivo agrícola. O autor Bezerra Netto (2012, p. 27) diz que “em 1692, por exemplo, a Câmara de Vereadores de Belém solicitava a El-Rei medidas relativas ao fornecimento de escravos africanos”, indica, portanto, a questão de um processo migratório realizado de forma forçada, instrumento usado para elevar a economia pelo viés político e social, carregado de violência, de marginalização e exclusão social do negro de origem africana.

O processo de marginalização e exclusão social da população escravizada vindo do Continente da África e de seus descendentes para o Brasil é histórico, perpassou o período da escravidão segundo Costa (2007, p. 341). “O negro será um marginal e desenvolverá formas de comportamento típicas do marginalismo”. Durante a escravidão o comércio escravagista funcionou pelo sistema de compra e venda de pessoas negras, tratadas como escravos, tendo sido a sua força de trabalho utilizada na agricultura, mineração, trabalhos domésticos e outras formas de servidão.

A migração negra forçada, foi um processo de tráfico de pessoas, durou mais de três séculos até a proibição, impulsionada pela mudança nas formas de trabalho na Grã-Bretanha no começo do Século XIX (GLEDHILL, 2014, p.24). No cenário Brasileiro, o fim do tráfico negreiro não ocorreu em 1831. Com a publicação da Lei Feijó, que declarava livres todos os

escravos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos (BRASIL, 2012, p. 69)⁵. O fim do tráfico ocorreu tardiamente, em 1850, com a publicação da Lei Euzébio de Queiroz, proibindo a entrada de pessoas da África (BRASIL, 2012, p. 159)⁶, embora a liberdade do negro somente tenha acontecido com a publicação da Lei Áurea, Nº 3.353 de 1888, que declarou extinta a escravidão no país (BRASIL, 2012, p. 469)⁷.

No escravismo, homens, mulheres e crianças negras foram obrigadas a migrarem para outros países do mundo via atlântico, muitos morreram nessa travessia antes de chegarem ao destino. A população negra foi utilizada como mão de obra escrava, submetida ao trabalho obrigatório pela trajetória da migração compulsória, diferentemente da concepção de migração.

A migração, na concepção de Sayad (1998, p.15), acontece dentro de um espaço físico e social, tendo o sentido de ocupação do espaço territorial e de distribuição populacional, bem como implicando problemas que envolvem um espaço qualificado em vários sentidos, “socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente” (SAYAD, 1998, p.15).

Assim, a migração de um espaço geográfico para outro acontece por uma tomada de decisão do migrante, representa uma ação originada por pessoas com diversas motivações, e carrega “sentimentos humanos, como o desejo em encontrar uma vida nova, alavancada pela esperança de vida próspera, de habitar em locais favoráveis a vida tranquila, por exemplo, distante principalmente de guerras e calamidades naturais” (SMITH JÚNIOR, 2012 p.19).

Esse processo tem subjacente geralmente fatores econômicos, políticos e sociais que motivam o processo de deslocamento de pessoas. Mas o interesse em migrar, não está apenas relacionado com fenômenos como: a guerra, a fome e a miséria, relaciona-se também com razões de caráter social, cultural, antropológico, científico, religioso, histórico, entre outros” (SMITH JÚNIOR, 2012, p.19), que se distinguem da concepção de migração forçada da população negra originária do Continente Africano pelo sistema do escravismo.

A distinção entre migração e migração negra forçada diz respeito, pois, às motivações, uma vez que o negro não escolheu migrar por condicionantes de sua expulsão e atração conforme explícito por Klein (2000), tampouco o negro estava fugindo da fome, em busca de trabalho ou de melhor situação para morar. A migração negra forçada esteve relacionada à escravidão e ao tráfico de seres humanos, impulsionada pelos fatores já assinalados.

⁵ BRASIL. **A Abolição no Parlamento: 65 anos de luta, (1823-1888)** / Apresentação do presidente José Sarney. – 2ª ed. – Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012. v. 1 e v. 2. Acessado no 18/05 <https://goo.gl/TTf9PV>

⁶ _____. Id. 2012. p. 159.

⁷ _____. Id. 2012. p. 469.

O movimento migratório nem sempre é considerado como uma mudança voluntária, todavia existem outras formas de migração, como um “movimento contínuo de grupos sociais diferenciados, entre estruturas socioespaciais específicas, cujas intra e inter-relações determinam a dinâmica do processo” (TAVARES, 2001, p. 02).

A migração no dizer Klein (2000, p. 14) é uma ação justificada por fatores de “expulsão” e de “atração”, e de como estes interagem determinando a dinâmica de migrar. Para este autor, o principal motivo da “expulsão” de pessoas são as condições econômicas, destacando três condicionantes: “o primeiro é o acesso à terra e, portanto, ao alimento; o segundo, a variação da produtividade da terra; e o terceiro, o número de membros da família que precisam ser mantidos” (KLEIN, 2000, p.14).

Esses fatores influenciadores do ato de migrar apontados como “expulsão” e “atração” de pessoas, na argumentação de Klein (2000, p. 15) são relacionados aos acontecimentos históricos do século XVIII, período cujas taxas de mortalidade se mantiveram estáveis, tempo de crescimento dos índices de natalidade. Esse crescimento populacional pressionou o setor agrícola para garantir mais alimentos e terra para as populações que se deslocassem em condições de permanência para se fixarem em outros espaços geográficos.

O fator de atração dos imigrantes para Klein (2000) é determinado por melhores condições para os povos em se fixar e se adaptar, marcados pelas condicionantes conjunturais, referindo Klein (2000) aos exemplos da Europa e da América. Se, no continente europeu, “a terra era cara e a mão-de-obra, barata”; no continente americano “a terra era abundante e estava disponível. Entretanto, a mão-de-obra era escassa; portanto, cara” (KLEIN, 2000, p.15).

No caso da América do Sul a colonização necessitava de mão de obra para garantir a sua ocupação e de seus colonizadores, tendo intensificado o tráfico de negros para trabalharem como escravos. A migração negra forçada chegou ao Brasil e se expandiu para diversas regiões, dentre elas, a Região Amazônica, (Estados e Províncias).

A constituição do negro no Brasil ocorreu pela migração negra forçada. As modificações no sistema escravista são geradas pelo modo de produção do trabalho, fruto do capitalismo dependente (COSTA, 2007), pois o Brasil vivenciava a modernização pelo desenvolvimento industrial e pela urbanização de grandes cidades, como o Rio de Janeiro e São Paulo na Região Sudeste, na Região Norte foram as cidades de Belém e Manaus no contexto da Região Amazônica.

Consideramos, portanto, que no cenário da abolição da escravidão, o negro não foi incluído no processo, pois a Lei Áurea foi restrita ao libertá-los sem reforma social, uma vez

que a população negra não teve condições econômicas e financeiras para a sua própria sobrevivência. O deslocamento da população negra de uma região para outra localidade do Brasil a fim de procurar trabalho, pois as mudanças estruturais ocorridas no país pelo processo de “urbanização e industrialização” (COSTA, 2007, p. 253) contribuíram economicamente com a migração interna do negro e na formação da população afro-brasileira entre final do século XIX e começo do século XX.

As modificações no sistema escravista são geradas pelo modo de produção do trabalho, fruto do capitalismo dependente (COSTA, 2007), pois o Brasil vivenciava a modernização, o desenvolvimento industrial e a urbanização das grandes cidades, como foram os casos do Rio de Janeiro, São Paulo, e também as cidades de Belém e Manaus no contexto da Região Amazônica.

A abolição foi restrita ao libertá-los e sem reforma social, os negros ficaram sem condições econômicas e financeiras de sobrevivência, tendo criado espaços de moradia, o seu próprio meio de subsistência, se constituindo em favelas, cortiços, espaços públicos, entre outros, ainda se deslocaram para diferentes lugares que possibilitasse trabalho, alimentação e local de habitação como Mocambos e Quilombos.

Essas transformações econômicas, decorrentes do processo de urbanização e industrialização no país, contribuíram para o deslocamento da população negra para outras regiões do Brasil, cuja migração interna entre províncias, tinha como foco a busca por melhores condições de vida, garantir ocupação profissional e local de moradia. O processo migratório interno na Região Bragantina, Nordeste do Estado do Pará, não foi diferente da realidade brasileira, verificando-se a migração interna por questões econômicas, e sendo a construção de Estrada de Ferro Belém-Bragança um estímulo para o deslocamento da população negra. A migração da população negra de ex-escravizados para a cidade de Bragança colaborou com a constituição de Quilombos, nomeadamente o Quilombo do América.

1.1. MIGRAÇÃO INTERNA DO NEGRO NA PROVÍNCIA DE BRAGANÇA, ESTADO DO GRÃO-PARÁ.

A migração interna no Brasil, na concepção de Tavares (2001, p. 14), pode ser “entendida como um processo natural através do qual o excedente da mão-de-obra utilizado na agricultura era gradualmente redirecionado para a força de trabalho nas cidades”.

Esse movimento migratório interno no país foi motivado pelo processo de industrialização e urbanização contribuindo para o crescimento de cidades, dando origem as vilas, povoados e comunidades, entre outras formações na Região Amazônica, com destaque à Comunidade do Quilombo do América.

A migração interna do negro de origem africana ganhou destaque na Região Sul, no Baixo Tocantins, Sudeste do Estado do Pará e na Região Bragantina, ponto de encontro e trânsito de migrantes do Estado do Maranhão. Entre esses migrantes que passavam pela região “inclui-se uma parcela significativa de população negra” (SILVA, 2006, p.53). Tal processo migratório interno de deslocamento de pessoas entre Regiões, provocou uma organização no espaço das cidades, favorecendo a população negra na sua fixação na Região Bragantina provocada pela aceleração da “economia extrativista” (CASTRO, 2006, p. 34), entre outros fatores socioeconômicos que contribuíram.

A urbanização da Região Nordeste do Estado do Pará esteve relacionada tanto pela colonização como pela abertura da “Estrada de Ferro Belém-Bragança, recebendo núcleos de colonizadores que foram introduzidos nordestinos, açorianos, espanhóis e franceses para dedicarem-se à agricultura comercial” (CASTRO, 2006, p. 34). Além dos imigrantes de outros países, também existem relatos e indícios da chegada de negros atraídos pelo desenvolvimento local, que foram se somando a população negra já estabelecida na região bragantina.

Assim, consideramos que a construção da Estrada de Ferro pelo processo de urbanização e desenvolvimento das Regiões no Brasil contribuiu para povoar a Região do Nordeste Paraense, especialmente uma faixa de terra, entre a área costeira e o Rio Guamá. Esse movimento sócio econômico pelo viés do trabalho atraiu muitas pessoas em busca de emprego, habitação e condições de vida, que pode ter provocado o povoamento na Região da Amazônia Bragantina pelo negro na formação de comunidades, identidades, culturas, principalmente nas Cidades, nos Mocambos, nas Comunidades Tradicionais e principalmente nos Quilombos.

2. QUILOMBO DO AMÉRICA ENTRE IDENTIDADE E CULTURAS

A formação de Quilombos esteve presente na escravidão, pois esses espaços foram constituídos por pessoas escravizadas, os cativos buscavam abrigo como forma de resistência marcada pela violência, repressão, castigo e controle (MOURA, 2014). O Quilombo, como espaço histórico de luta e resistência da população negra, enquadrrou política e socialmente na

formação da identidade negra; neste sentido, a migração negra forçada e migração interna do negro são categorias necessariamente articuladas com a identidade e cultura dessa população. A identidade do negro, na concepção de Moura (2014), não pode ser vista pela forma de submissão, trata-se antes de uma questão de auto identificação, de constituição de comunidades tradicionais influenciadas pela formação de Quilombos.

A historiografia acerca dos Quilombos se traduz na contemporaneidade por legislações como a Carta Magna de 1988⁸ e o Decreto Nº 4.887/2003⁹, que regulamentam o procedimento para identificação, reconhecimento e “titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos”, descrevendo “a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos [como sendo] atestada mediante autodefinição da própria comunidade” (BRASIL, 2003).

O Brasil, signatário da Convenção 169¹⁰ da Organização Internacional do Trabalho¹¹, estabelece o direito à autodeterminação de Povos e Comunidades Tradicionais, e o Decreto Nº 6.040/2007¹² reconhece que as populações dos Quilombos são Povos Tradicionais, instituindo ainda a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. Por isso, os moradores dos Quilombos devem ser considerados “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais” (BRASIL, 2007). Do mesmo modo, a Lei Nº 12.288/2010¹³ do Estatuto da Igualdade Racial estabelece a garantia para a população negra da “efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (BRASIL, 2010).

O Quilombo do América, no contexto de políticas de ação afirmativas do período de governos progressistas nos inícios do século XXI, estão a desenvolver práticas sociais de valorização da população negra que conduzem à sua autoidentificação como população remanescente de quilombo. Este foi um processo iniciado pela mobilização popular aquando da visita do Representante da Fundação Cultural Palmares (FCP), em 2014 para participar da

⁸ BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Acessado no dia 17/05. <https://bit.ly/1dFiRrW>.

⁹ _____. **Decreto Nº 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Acessado no dia 11/05 <https://bit.ly/1Gg0jtp>

¹⁰ Decreto Nº 5.051/2004.

¹¹ _____. **Convenção nº 169** sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2011. <https://goo.gl/eiPyiD>

¹² _____. **Decreto Nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Acessado no dia 10/06/2018. <https://bit.ly/160q0Tj>

¹³ _____. **Estatuto da Igualdade Racial** - Lei 12288/10 | Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. <https://goo.gl/KCVeoa>

assembleia popular de auto reconhecimento, no dia 02 de fevereiro de 2015, foi publicado no Diário Oficial da União – DOU a certificação onde o Estado Brasileiro reconhece a Comunidade do América enquanto remanescentes quilombolas, dando início a regularização fundiária e a conquista da titulação de sua terra.

Figura 01 - Escola Municipal Américo Pinheiro de Brito na Comunidade Quilombola do América



Fonte: Imagens do Vídeo Etnográfico, SANTIAGO K. L. - 2018¹⁴.

A Comunidade do América possui uma escola municipal, EEF, Américo Pinheiro de Brito, que atende as crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. O nome da escola e o nome da comunidade são referência a um dos primeiros moradores do quilombo. Este espaço é também utilizado para reuniões da comunidade. Esta passou a ser denominada de Quilombo do América, em 1994, e está situada no Nordeste Paraense, no Município de Bragança/PA, compondo a Unidade de Conservação do Brasil Marinha de Caeté Taperaçu, reserva extrativista vinculada ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

O ambiente da Comunidade é constituído por um espaço territorial bastante arborizado, onde vivem cerca de 120 famílias, 460 moradores, originalmente de 03 famílias

¹⁴ Vídeo Etnográfico “Infância Amazônica no Contexto da Produção de Farinha no Quilombo do América”. Publicado na Revista Nova Revista Amazônica – (NRA), em 2018.

de escravos, Brito, Araújo e Fernandes, que “de acordo com as informações de uma das moradoras, os primeiros habitantes da comunidade eram três escravos sobreviventes de um naufrágio, ocorrido na praia de Ajuruteua” (RODRIGUÊS; PEREIRA, 2018, p. 37).

No Quilombo algumas moradias são de alvenaria, casas feitas de lajota e cimento, porém ainda existem algumas casas de taipa, também conhecida como “pau a pique”, feitas por meio de uma técnica antiga, que consiste no entrelaçamento de madeiras verticais fixadas no solo e cobertas por barro. Constitui um saber cultural e artesanal desenvolvido ao longo dos anos.

Figura 02 - Casas da Comunidade do Quilombo do América.



Fonte: Imagens do Ensaio Etnofotográfico de SANTIAGO K. L. - 2018¹⁵.

A formação do Quilombo do América na Amazônia bragantina integra um processo de identidade cultural, que se relaciona com os movimentos migratórios e territoriais. Na verdade, as dinâmicas de conformação cultural dizem “aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso "pertencimento" a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e,

¹⁵ Ensaio etnofotográfico produzido como parte da avaliação na disciplina Linguagem através da imagem, ministrada pelo Prof. Dr. Daniel dos Santos Fernandes, do Programa de Mestrado em Linguagem e Saberes da Amazônia – (PPLSA-UFPA).

acima de tudo, nacionais” (HALL, 2006, p. 08) e estão relacionadas com a uma concepção de “culturas étnico-raciais” (COELHO, 2014). Por sua vez, a cultura popular se constitui pelos ritmos musicais, culinária, o uso de vestimentas, a forma de manuseio da agricultura em constantes modificações, carregando “elementos do novo e do velho” (HALL, 2003, p. 254).

Figura 03 – Produção de Farinha no Quilombo do América.



Fonte: Imagens do Ensaio Etnográfico de SANTIAGO K. L.- 2018.

A produção de farinha envolve toda a família, incluindo os mais jovens, que não trabalham na sua produção, mas que estão em redor da família aprendendo a prática do cultivo, manejo e beneficiamento da mandioca.

As práticas culturais e tradicionais desenvolvidas pelo quilombo funcionam tendo como base econômica as pessoas da comunidade e desenvolvem-se por meio do trabalho em olarias da região, da agricultura familiar, da pesca e do extrativismo do caranguejo. Outras práticas desenvolvidas são o cultivo da macaxeira, da mandioca e da produção de farinha, dentro de um contexto social produzido pelos moradores do quilombo, ainda que de forma rústica inseridas num território (SANTIAGO; SMITH JÚNIOR; SOUZA, 2018). Um trabalho desenvolvido de forma artesanal, com elementos tradicionais, passados de pais para filhos.

Assim, a cultura da população do Quilombo do América atravessa o manuseio da terra e da agricultura como trabalho para garantir a subsistência, um trabalho coletivo essencial na produção de farinha. Esses povos são produtores tradicionais, cujas características de “formação histórica pela condição que ocupam na estrutura social e os trezentos anos de existência, permitem caracterizá-los como o “campesinato histórico” da Amazônia” (LIMA; POZZOBON, 2005, p. 60).

As práticas culturais que definem a identidade cultural dos moradores do América na concepção de Moraes (2015) refletem-se nas narrativas dos moradores na sua qualidade de sujeitos da Comunidade Remanescente Quilombola do América. Veremos a seguinte narrativa de uma moradora sobre os motivos da sua autodefinição enquanto Quilombola:

há muito tempo... desde quando eu tinha uns vinte anos....porque a gente quer ser quilombo... porque o terreno é grande... e a gente acha melhor se denominar de quilombo... o terreno era grande... hoje a gente já não pode mais planta... aquele gordo invadiu... nosso terreno era até na beira da pista... tudo aqui é da minha família... desde do meu avôs... dos meus pais (MORAIS, 2015, p.08).¹⁶

As narrativas dos moradores do Quilombo do América são um importante elemento definidor de sua identidade, resumindo perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjuga, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa” (CANDAU, 2012, p. 16).

A pesquisa aponta que a sua constituição enquanto quilombo, contribui como espaço de luta e resistência ideológica, identitária e cultural do povo negro, indica uma concepção de identidade relacionada às narrativas dos moradores pela ideia de pertencimento ao local estabelecido, na relação com a natureza e na utilização dos recursos naturais como forma de subsistência, na utilização dos espaços físicos e sociais da comunidade.

Os estudos também revelam, para a formação de uma identidade cultural presente em suas manifestações religiosas, em suas vestimentas, na sua alimentação e educação, desenvolvidas no espaço do Quilombo. A identidade de matriz africana na constituição e formação da identidade afro-brasileira está presente nos Quilombos, identificadas nas publicações e bibliografias consultadas. Essa experiência e vivência na comunidade, na utilização dos recursos presentes na natureza, garantem a sobrevivência de muitas famílias, em destaque (Figura 04) para a família de Dona Ana Maria que narrou a forma como trabalham o cultivo da mandioca e fabricação da farinha.

¹⁶ Pesquisa realizada em 2014 por Moraes (2015), durante a realização da Assembleia da Comunidade do América para definição de seu autoreconhecimento.

Figura 04 – Entrevista com a Moradora do Quilombo do América.



Fonte: Imagens da Dona Ana Maria do Vídeo Etnográfico, SANTIAGO; SMITH JUNIOR; SOUZA (2018).¹⁷

Os moradores da Comunidade do América vivenciam experiências culturais, trabalho educativo na utilização de recursos da natureza, que garantem a eles o modo de subsistência para muitas famílias, uma vez que a forma de trabalho é útil no cultivo da mandioca e fabricação da farinha. Portanto, diante dos dados apresentados é possível identificar os elementos propostos inicialmente na pesquisa, considerando que são dados iniciais de uma pesquisa em fase de construção, que apresentam alguns indicativos, que contribuem para a construção de uma pesquisa mais ampla sobre a temática proposta, neste sentido, partimos para as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa percebemos os conceitos de migração como um deslocamento no espaço territorial causado por várias motivações, que difere da população negra africana, por se tratar de um processo obrigatório e violento, a migração forçada.

¹⁷ Dona Ana Maria no Vídeo Etnográfico, falando sobre a produção de farinha no Quilombo.

Nesse sentido, a migração negra obrigatória foi marcada historicamente, por mais de três séculos, por conflitos e luta dos negros pela liberdade e contra o perverso sistema escravagista brasileiro. Assim, a população negra nesse contexto de negação viu a necessidade de migrar internamente, por fatores de exclusão social, em que o Estado não a incorporou no mundo do trabalho, ficando à margem da sociedade, sem moradia e condições de sobrevivência.

A população negra deu início a uma dinâmica de migração interna que consistiu em deslocamentos da cidade para o campo e do campo para a cidade, de região para região, de Estado para Estado, contribuindo de forma preponderante para o processo de urbanização das cidades brasileiras e das cidades Amazônicas, bem como, migraram para a Região Bragantina, como a Cidade de Bragança, no Estado do Pará.

Em Bragança, Pará constituíram a Comunidade do América, que passou a ser reconhecida como Quilombo do América. A formação desse Quilombo representa para os negros moradores da região uma questão de identidade e cultura produzidas pela população negra. Assim, consideramos que estudar a Comunidade Quilombola do América tem grande valor acadêmico, o sentido de se produzir outro conhecimento epistemológico, um rico valor social ao identificar as origens e a constituição dos povos remanescentes deste Quilombo.

Por isso, reiteramos que o processo de fixação da população negra integrou, também, um processo identitário por meio de autodefinição enquanto descendentes quilombolas, reafirmando a sua ancestralidade e afirmando a sua pertença. Isso significa dizer que a hipótese de a constituição do Quilombo do América na Região Bragantina se deve a fatores econômicos relacionados a migração do negro.

REFERÊNCIAS

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra no Pará: (Séculos XVII – XIX)** /José Maia Bezerra Neto. _ 2ª ed. _ Belém: Paka-Tatu, 2012.

CASTRO, Edna. **Escravos e senhores de Bragança** (Documentos históricos do século XIX, Região Bragantina, Pará) / Edna Maria Ramos de Castro (Organização). _ Belém: NAEA, 2006.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **A Lei nº 10.639/2003: Pesquisas e Debates** / Wilma de Nazaré Baía Coelho...[et al.] (Organizadores). - São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014. - (Coleção Formação de Professores & relações étnico-raciais).

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República – momentos decisivos**”, Emília Viotti da Costa. – 8 ed. ver. E ampliada. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Editora. Contexto. 2012.

GLEDHILL, Helen Sabrina. **Travessias racialistas no Atlântico Negro: reflexões sobre Booker T. Washington e Manuel R. Querino**/ Helen Sabrina Gledhill. - 2014. 302 f. : il.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais** / Stuart Hall; Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende ... et al. - Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. 4M p. (Humanitas).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** / Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KLEIN, H. S. **Migração Internacional na História da América**. In: FAUSTO, Boris (org), Fazer a América. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 13-31.

LIMA, Deborah. POZZOBON, Jorge. **“Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social”**. *Estudos avançados 53 – Dossiê Amazônia brasileira I*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/ USP, jan-abril. 2005, p. 45-76.

MOURA, Clovis. **Rebeliões da Senzala**. 5ª Edição. Editora Anita Garibaldi. Fundação Maurício Grabois. São Paulo-SP, 2014.

MORAIS, Elizabeth Conde de. **A Identidade Africana presente na Comunidade Quilombola do América**. 2015. 12 f. Monografia Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola. Universidade Federal do Pará – Belém/PA.

RODRIGUÊS. Márcia Taynã do Rosário; PEREIRA. Silvana Ribeiro. **Ser ou não ser Quilombola, Eis a Questão: Um Estudo sobre ideologia na comunidade Quilombola América - Bragança - Pará - Com base na análise do discurso**. 2018. 87 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Letras – Universidade Federal do Pará – Campus de Bragança.

SANTIAGO. K. L.; SMITH JUNIOR. F. P.; SOUZA. A. P. V. e. **Infância Amazônica no Contexto da Produção de Farinha no Quilombo do América**. Nova Revista Amazônica - Ano VI – Volume 1 – abril. 2018- ISSN: 2318-1346.

SAYAD. A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. / Prefácio Pierre Bourdieu; Tradução Cristina Muracho. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA. Idelma Santiago da. **MIGRAÇÃO E CULTURA NO SUDESTE DO PARÁ: Marabá (1968-1988)**. 2006. 181f. (Dissertação de Mestrado) Curso de Mestrado em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás.

SMITH JÚNIOR, Francisco Pereira. **Imigração espanhola na Amazônia: as colônias agrícolas e o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste paraense (1890-1920)**. 2012. 212 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2012. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Umido.

TAVARES, Gilson Q. **Migração Interna Populacional e sua Participação no Desenvolvimento Regional No Final do Século XX. 2001.** 107 f. (Dissertação de Mestrado, apresentada à Escola de Administração Pública), Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro - 2001.

CAMINHOS DE CULTURA DE UMA ETNOGRAFIA

Suzanny da Silva Lima¹
Daniel dos Santos Fernandes²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar os primeiros resultados de uma pesquisa em andamento, sobre construções culturais, que está sendo realizada na Agrovila Princesa do Xingu, em Altamira-Pará. Uma breve discussão acerca do conceito de cultura dentro da abordagem etnográfica foi construída a fim de se pautar as referências nas quais os resultados em questão foram coletados. Para tanto, as perspectivas de Geertz (1989) e Albó (2005) acerca de cultura foram norteadoras quanto ao entendimento das construções culturais dos moradores da Agrovila em questão após aproximadamente 46 anos de sua fundação. Além disso, a abordagem etnográfica de investigação científica na visão de Geertz (1989) e Mattos (2011) também é parâmetro para os dados aqui apresentados. Instrumentos da etnografia como observação participante, notas de campo, registro fotográfico e entrevistas foram utilizados para a coleta dos dados realizada até o presente momento.

Palavras-chave: Construções culturais. Abordagem etnográfica. Agrovila.

ABSTRACT

This article aims to present the first results of an ongoing research on cultural constructions that is being held at the Agricultural Village of Princesa do Xingu in Altamira-Pará. A brief discussion about the concept of culture within the ethnographic approach was constructed in order to guide the references in which the results in question were collected. To that end, the perspectives of Geertz (1989) and Albó (2005) on culture were guiding in the understanding of the cultural constructions of the dwellers of the Agricultural Village in question after approximately 46 years of its foundation. In addition, the ethnographic approach to scientific research in the view of Geertz (1989) and Mattos (2011) is also parameter for the data presented here. Instruments of ethnography such as participant observation, field notes, photographic records, and interviews were used to collect data until now.

Keywords: Cultural constructions. Ethnographic approach. Agricultural village.

1. CULTURA E ETNOGRAFIA: UMA PERSPECTIVA COMPLEMENTAR

Quando pensamos em conceituar cultura ou delineamos parâmetros para sua análise, é importante percebermos como os conhecimentos, sobretudo os científicos estão organizados dentro dos paradigmas. As Ciências Sociais emergem no século XIX, impulsionadas pelos avanços do conhecimento e pelas forças pragmáticas que o capitalismo acabou por incidir sob

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia/UFPA. E-mail: suzannylima@yahoo.com.br

² Doutor em Ciências Sociais/Antropologia, Docente do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Campus de Bragança. E-mail: dasafe@msn.com

o paradigma científico dominante. Tais forças acabaram por gerar necessidades novas no processo de produção do conhecimento que o modelo hegemônico, o cartesiano, em vigor à época passou a não dar mais conta, empurrados pela evolução que o próprio paradigma promovia e a burguesia que, por sua vez, ganhava força como consequência do fortalecimento do paradigma hegemônico científico, que refletia de forma patente na não estagnação de seus meios produtivos.

Boaventura Santos (2008) pontua que tais necessidades geraram a crise do paradigma dominante, que está assentada em condições teóricas e sociais. Quanto às condições teóricas, houve alguns obstáculos que foram enfrentados devido à natureza dos fenômenos sociais que não seguiam a mesma estrutura dos naturais; dentre eles a dificuldade de se estabelecer leis universais, uma vez que são historicamente condicionados e socialmente determinados; o que dificultava previsões confiáveis por parte dos cientistas, uma vez que os fenômenos evidenciavam características de subjetividade nas análises feitas.

Quanto às condições sociais, o sociólogo em questão também aponta que a industrialização do conhecimento científico foi uma das razões de maior força para que o paradigma sofresse alterações estruturais, haja vista que a produção científica passou a servir interesses econômicos e políticos, ambos do âmbito social. A inserção dos contextos sociais, culturais e uma percepção mais precisa da estruturação de produção do conhecimento científico passaram a ter um papel de centralidade dentre as razões que revelaram as fragilidades, limitações e inconsistências que o paradigma dominante passou a apresentar e também insumo para as reflexões epistemológicas.

Assim, Boaventura Santos (2008) ao indicar algumas teses nas quais o paradigma emergente se assenta, sinaliza dois elementos que abrem caminho para uma relação dialógica com as construções do conceito de cultura, dentro da perspectiva antropológica, que nos foi favorecida pela mencionada inauguração das Ciências Sociais no século XIX, certos rompimentos e diferentes perspectivas quanto ao estudo da realidade que o nascimento do paradigma em questão fez emergir. O primeiro deles é que o paradigma emergente rompe com a fragmentação, uma vez que no paradigma dominante tinha de se dicotomizar, separar claramente cada área de conhecimento, daí as especializações das disciplinas, por exemplo, para que os cientistas melhor descrevessem e quantificassem os fenômenos com o rigor que o método lhes conferia.

O segundo é que o paradigma emergente vai mudar sua atitude na relação com o senso comum. A ciência moderna tornou-se hegemônica com a construção do método e desprezando, deslegitimando o senso comum. Ela operava pelo princípio dicotômico de pertencimento e não pertencimento ao que era considerado científico; por exemplo, se houvesse algum julgamento por parte dos cientistas que considerasse o conhecimento das pessoas de uma maneira geral como se não fosse válido nem importante para a ciência, por consequência, eles desconsiderariam também as pessoas, porque se o conhecimento delas era inválido as pessoas que o possuíam eram invalidadas, neutralizadas da mesma forma.

Portanto, uma das novidades que este último elemento traz é que, para que o conhecimento científico se consolidasse, ele precisava se tornar senso comum e, portanto, ser apropriado por todas as pessoas, circular não somente entre aqueles que dominam o método e que produzem o conhecimento. Em consequência, passa a existir a ideia do respeito e valorização pelo senso comum, uma vez que o mesmo passa a não ser totalmente desprezível da maneira que um dia que a ciência moderna apresentou. Outros aspectos de validação do conhecimento também passam a ganhar força, uma vez que a visão de que nenhuma ciência bastava a si própria, mas sim que se completava na relação com a outra passou a ser enfatizada, configurando, assim, o aspecto de interação entre as partes, que o paradigma em questão passou a apresentar.

Com base nesta perspectiva de junção do conhecimento científico e o saber tradicional, por exemplo, e de como é possível que este venha agregar à produção daquele que já é consagrado pelo paradigma dominante, que os estudos sobre cultura e o delineamento de seu conceito, no âmbito da antropologia, encontram caminhos que possam convergir para relações de correspondência e legitimação da produção do conhecimento dentro das humanidades. Práticas e saberes locais, por exemplo, ganham lugar de destaque, pois ao estudá-los, a subjetividade passa a ter papel central tanto para o exercício da alteridade, a compreensão do outro, quanto para o da outridade, compreensão de quem observa a partir de relações entre pessoas de contextos culturais diferentes.

Assim, na visão de Geertz (1989, p. 4), o conceito de cultura é fundamentalmente pautado na compreensão de Weber, que vê um homem preso a uma teia de significados que ele próprio construiu, “assumo cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”. Neste conceito, podemos perceber algumas características

teórico-conceituais do paradigma emergente, uma vez que há um foco nos sujeitos da interação, em suas práticas, sob uma perspectiva de construção, além de frisar que os significados que serão apreendidos e interpretados serão produto dessas várias conexões, evidenciando, assim, a produção do conhecimento cultural a partir da observação do sujeito sob a perspectiva de um processo maior, que contempla o todo de maneira indivisa.

Dessa forma, o estudo cultural passa a ser temático, pois para que as mencionadas construções de sentido sejam observadas e interpretadas dentro do contexto social de pesquisa selecionado, é indispensável que se tenha uma visão mais totalizadora dos eventos apreendidos a partir de tudo que os sujeitos sociais produzem como fruto de sua cotidianidade, de modo que os elementos que fazem parte de tal aspecto sejam compreendidos e analisados de maneira articulada e não separada.

De igual modo, na ótica do antropólogo Albó (2005, p. 16), o conceito de cultura muito se aproxima da visão de Geertz, pois o referido estudioso percebe a cultura por prismas interconexos de fatores e elementos que juntos, refletem os traços culturais de uma sociedade. Para ele, a cultura pode ser entendida por dois sentidos, um mais universal com a ideia de “conjunto de características *adquiridas pela aprendizagem*, em oposição às que são herdadas biologicamente é, então cultural (e não biológica) qualquer característica aprendida e não transmitida biologicamente”. E um outro mais específico, que remete à ideia de “conjunto de características adquiridas pela aprendizagem e *compartilhadas por um determinado grupo social*”. (ALBÓ, 2005, p. 16)

Diante disso, o referido teórico acredita que o estudo da cultura compreende conhecimentos aprendidos e compartilhados que podem ser concentrados em três grandes áreas, incluindo aquilo que chama de pistas temáticas. A primeira é a tecnologia, que define como cultura material, sobrevivência em face da natureza. A segunda centra-se nas relações sociais, que são baseadas na relação entre cultura e sociedade. A terceira baseia-se no mundo imaginário, ou seja, na cultura simbólica.

É importante frisar que esses aspectos estão inter-relacionados, pois a cultura é um organismo vivo que está num fluxo contínuo de movimento e transformação. Percebê-los como conjunto, coexistindo nos mais diversos contextos, é imprescindível para que as construções culturais, as quais são percebidas e apreendidas por meio das práticas etnográficas em campo, sejam interpretadas de modo que revelem a realidade tal qual ela é e, segundo Geertz (1989) nos indica, com a densidade que lhe é devida.

Então, a fim de que essa dimensão de cultura seja alcançada e apreendida, a etnografia apresenta-se como uma modalidade investigativa propícia, uma vez que tem por objetivo o estudo das descrições dos povos, língua, raça, religião e manifestações materiais de suas atividades as quais despertam o interesse do pesquisador com a finalidade de que as descreva e represente a partir de sua leitura e compreensão das realidades presenciadas. Ou seja, a etnografia, de uma maneira geral, tem interesse pelo estudo profundo e denso da cultura dos grupos sociais ao trazer à tona uma das possibilidades para o entendimento de cultura, Geertz (1989), um dos teóricos mais representativos da etnografia tradicional em sua obra intitulada *“Descrição densa, por uma teoria interpretativa da cultura”*, conceitua cultura como a maneira pela qual o homem significa, compreende seu mundo a partir da rede de significados que acumula, cria e constrói ao longo de sua história.

Da mesma forma, Mattos (2011), ao tecer comentários sobre a abordagem etnográfica, elenca que, primordialmente, a etnografia visa:

1) preocupar-se com uma análise holística ou dialética da cultura; 2) introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica e modificadora das estruturas sociais; 3) preocupar-se em revelar as relações e interações significativas de modo a desenvolver a reflexividade sobre a ação de pesquisar, tanto pelo pesquisador quanto pelo pesquisado (MATTOS, 2011, p. 49).

Dessa forma, para que tais aspectos sejam alcançados ou apreendidos, é necessário que haja um envolvimento, inserção e participação do pesquisador que opta por essa modalidade investigativa de modo que faça parte da realidade e contexto no campo de sua pesquisa. Para tanto, a observação participante tem no escopo de seu conceito uma prática mandatória para a etnografia, que é fazer observação direta e por um período de tempo suficiente que seja possível estabelecer conexões e construir interpretações acerca das maneiras rotineiras de se viver de um determinado grupo de pessoas. A referida prática se torna tão latente e indispensável, porque para que se revele um significado cotidiano nos quais as pessoas agem é necessário um olhar mais profundo, intenso e holístico sobre seus contextos com o objetivo de se identificar os padrões mais recorrentes das percepções e comportamentos manifestos rotineiramente.

Assim, as práticas etnográficas nos direcionam a investigar as diversas realidades do outro com algumas posturas definidas e objetivadas a partir das cenas que se apresentam diante dos olhos do pesquisador. Este busca apreender uma determinada realidade para depois

apresentá-la e, para isso, é necessário que ao se deparar com as cenas em campo possa colocar suas habilidades interpretativas a serviço de uma

multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplicitas e, que ele tem de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar (GEERTZ, 1989, p. 7).

Para que tal interpretação seja a mais acurada possível, ou possa ser sustentada dentro da lógica do espaço estudado e com os agentes sociais de pesquisa escolhidos, o pesquisador precisa se ater ao que está para além da rotina corriqueira e automática da coleta de dados. Ele precisa perceber a estrutura de significação daqueles comportamentos, suas motivações e suas funções para cada ato daquela realidade. Assim, Geertz (1989) acentua que para que um quadro de interpretações seja sistematizado é necessária uma descrição densa, isto é um detalhamento mais completo possível, do contexto social em que se está inserido seja feito a fim de que se determine sua base social e sua importância.

E para que todos esses níveis de representação e significação sejam alcançados, a escolha dos instrumentos etnográficos passa a ter uma importância tão significativa quanto ao aporte teórico tido como referência para que os dados coletados sejam interpretados. Para tanto, a pesquisadora do trabalho em questão, na busca desse olhar diferenciado, ao problematizar certos aspectos encontrados em Altamira, especialmente no que concerne aos grandes motivadores e promotores de mudança na dinâmica de região, pensou em estudar uma Agrovila do município a partir das construções culturais evidenciadas por seus moradores com o intuito de perceber e identificar como as lógicas dos migrantes (e dos descendentes deles) estão estabelecidas pós-ápices de fluxos migratórios intensos na região. Especialmente, o mais recente deles com a construção da hidrelétrica de Belo Monte a partir de 2011.

Dessa forma, alguns resultados quanto às construções culturais dos moradores da Agrovila Princesa do Xingu poderão ser acessadas na seção a seguir.

2. CONSTRUÇÕES CULTURAIS: PRIMEIROS RESULTADOS

Como um dos objetivos desta pesquisa em andamento é discutir as construções culturais em espaço de migração, a opção pelo uso de alguns instrumentos metodológicos da

abordagem etnográfica é justificada pela oportunidade de acesso a dados que dizem, por exemplo, respeito às práticas do grupo social estudado a partir de sua cotidianidade, sem deixar de se considerar os recortes temporais para que as análises e interpretações dos significados sejam feitos. Portanto, a escolha da comunidade foi justificada pelo histórico de sua fundação e formação ter sido fruto dos movimentos migratórios motivados pelos grandes projetos na região. Além disso, tal escolha se deu em virtude da possibilidade de reunião dos migrantes e/ou seus descendentes, provenientes dos referidos movimentos, no mesmo espaço, no caso a Agrovila Princesa do Xingu, uma vez que chegaram à região motivados pela colonização promovida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em decorrência das obras de abertura da rodovia Transamazônica.

Ademais, a escolha da comunidade também é justificada em razão de seus moradores apresentarem potencial para fornecer pistas quanto à formação atual da população residente e outras informações referentes a ela, uma vez que se mostram muito atentos e cientes do perfil da maior parte dos moradores que ocupam as áreas da Princesa, haja vista que ainda conseguem nomear os moradores das diferentes áreas da Agrovila e apontar suas atividades laborais e do dia a dia com uma precisão característica de pequenas vilas e comunidades, pois é comum perceber a relação de vizinhança evidente entre os moradores.

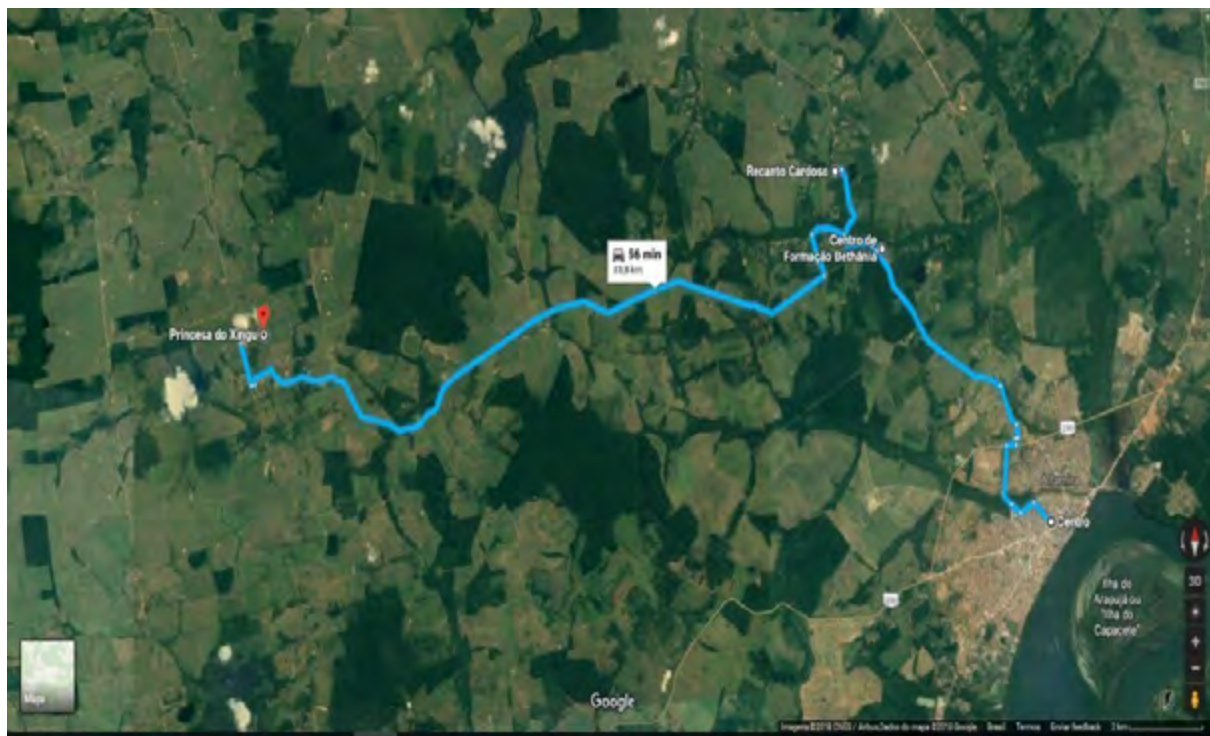
Assim, serão apresentados a seguir resultados evidenciados a partir de visitas feitas à Agrovila em diferentes momentos, entrevistas realizadas com alguns moradores e alguns registros fotográficos. Ficou evidente, até o momento, que elementos como os meios de subsistência e produção e a relação de pertencimento que os moradores possuem especialmente com o campo de futebol retratam alguns dos principais elementos e geradores das constantes mudanças, afirmações e ressignificações quanto às construções culturais da Princesa do Xingu.

2.1 CONTEXTUALIZANDO O ESPAÇO

A referida comunidade fica situada na vicinal 6, a aproximadamente 30 quilômetros da sede do município Altamira-Pará. A via principal de acesso à agrovila é a estrada Princesa do Xingu ou estrada Cachoeirinha, conforme informações obtidas na Agência Altamira (AGALT) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa estrada é a mesma

que dá acesso ao Centro de Formação Bethânia e alguns balneários da região, como Recanto Cardoso³.

Figura 1⁴



Diante disso, a presente pesquisa em andamento acerca das construções culturais da Agrovila Princesa do Xingu (APX) no município de Altamira – Pará está englobada nessa perspectiva de análise, pois ao retratar seu *status* atual após 46 anos de fundação retrata também aspectos de sua historicidade, identidade, relação de seus moradores com os espaços que a Agrovila possui, dentre outros aspectos que fazem parte de sua composição cultural a fim de que se tenha uma percepção mais próxima da realidade vivida por seus sujeitos e, assim, discutir as construções culturais evidenciadas por seus moradores neste tempo de existência da Agrovila.

Um breve histórico da Princesa do Xingu revela que os movimentos migratórios foram relevantes para sua fundação e implantação, posto que a partir de sua abertura e colonização, eles foram gerados e articulados sob a gerência do governo federal na década de 1970 na Amazônia. A criação e fundação da Agrovila está circunscrita ao contexto de colonização e

³ Localidades conhecidas e tidas como pontos de referência entre os moradores da área.

⁴ Fonte: Google Maps. Acesso: 22 mar. 2018.

abertura da rodovia Transamazônica (BR 230) durante o governo militar do general-presidente Emílio Garrastazu Médici na década mencionada.

Como aponta Souza (2014), no processo histórico de formação e colonização da área de Altamira o fenômeno migratório sempre foi muito evidente e acentuado sob várias perspectivas. Isso se configurou como tal, porque a região foi alvo de políticas integradoras e colonizadoras do governo federal, especialmente no governo militar, na década de 1970, que tinha em uma de suas linhas de frente o “desenvolvimento” da região e também possuía, como um dos cerne de sua política, a ideia de “homens sem terra para terras sem homens”. Como fruto desse momento histórico-político, grupos de diferentes lugares do Brasil, vieram em busca da mudança ou melhoria de vida tão prometida e incentivada pelo governo à época.

Os migrantes que chegavam até aos entornos da rodovia que estava em processo de abertura, eram oriundos do nordeste e do sul, pois na lógica de ação do governo de Médici, pensava-se atingir os objetivos primordiais do Plano de Integração Nacional (PIN) por meio de três grandes projetos prioritários: a) a construção da Rodovia Transamazônica e da Cuiabá-Santarém; b) o plano de colonização associado às citadas rodovias; c) a primeira etapa do Plano de Irrigação do Nordeste; programas de colonização de vales úmidos do Nordeste com a criação do Plano (BRASIL, 1970, p. 32).

No que tangia à Transamazônica, havia ações mais específicas e de gerência do INCRA para que os objetivos traçados fossem assegurados e conquistados.

Paralelamente à abertura da Transamazônica processa-se o trabalho da colonização, realizado pelo INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária). As pequenas agrovilas se sucedem de vinte em vinte quilômetros à margem da estrada, e nos cem hectares que cada colono recebeu são plantados milho, feijão e arroz. Já no próximo mês começará a plantação de cana-de-açúcar, cujas primeiras mudas, vindas dos canaviais de Sertãozinho, em São Paulo acabaram de ser distribuídas. Jovens agrônomos, recém saídos da universidade, orientam os colonos...No meio da selva começam a surgir as agrovilas. Vindos de diferentes regiões do país, os colonos povoam as margens da Transamazônica e espalham pelo chão virgem o verde disciplinado das culturas pioneiras. Os pastos da região são excelentes (MANCHETE, 15 de abril de 1972, p. 73 *apud* SOUZA, 2014, p. 4).

Diante do conhecimento destas evidências históricas, a escolha de Altamira como *locus* da pesquisa e, mais especificamente, a agrovila Princesa do Xingu como campo da pesquisa são justificadas porque estão inseridas no contexto histórico de política governamental e, por consequência, de migração que permeia praticamente toda a extensão da Transamazônica (BR 230). A criação da referida agrovila, por exemplo, foi consequência dos

planos de ação dos grandes projetos do governo federal na década de 70, que possuía como um de seus objetivos a colonização dos seus entornos feita pelo INCRA composta por colonos provenientes da região nordeste e sul com vistas a desfazer o fluxo nacional interno de migração para o sudeste e preenchendo os tão propagados e reforçados “vazios demográficos”, que a Amazônia carregava, e eram sustentados dentro da política praticada pelo governo.

Pode-se perceber que as ações em direção à colonização das margens da rodovia eram tão importantes quanto a execução do projeto de abertura da mesma, uma vez que aconteciam quase que concomitantemente. Pereira (2015) menciona que, com vistas à articulação da colonização da Transamazônica, que estava inserida dentro do PIN, criaram-se os Programas Integrados de Colonização (PICs), também sob a coordenação do INCRA juntamente com as prefeituras municipais, a fim de que famílias rurais fossem assentadas nos lotes de 100 hectares cada, na década de 70. A estimativa era de que 100 mil famílias fossem assentadas no período de 70 a 74. Equipes para recrutamento e seleção dos possíveis colonos foram formadas em várias partes do país, sobretudo nas regiões nordeste e sul.

No caso da Princesa do Xingu, assim que foi fundada a Agrovila ainda não possuía nome, mas os administradores do INCRA deixaram a cargo dos primeiros residentes da mesma escolherem, segundo relata Seu Nélio⁵, agricultor, natural do Piauí, residente de Santa Inês/ Maranhão, pioneiro da Agrovila, deixou aquela localidade rumo à Amazônia aos 31 anos, casado e com a necessidade de um emprego mais rentável que pudesse suprir melhor as necessidades dele próprio e de sua esposa, conta que, *o nome da comunidade foi nós que colocamos, nós fizemos uma assinatura que nem um rifa aí mandamos pro INCRA, aí lá fizeram a jogada lá e aí saiu Princesa do Xingu, mandamos uma lista com sugestão de nomes primeiro. Teve quatro nomes, mas no momento não lembro qual era. Lembro só o meu que eu sugeri, aí o vizinho ali ganhou, mas foi feito lá no INCRA. Cada um sugeriu um nome, tipo uma rifa, e lá, quando chegaram lá, botaram no surteio o vizinho ganhou Princesa do Xingu, a minha opção era Nova Jerusalém. Segundo o pioneiro⁶, o nome tornou-se oficial em 73, ano em que também começaram a residir, de fato, nos limites da Agrovila.*

Minhas primeiras observações, quanto à geografia do local deu-se em razão dos entornos da agrovila terem a forma aproximada de um quadrado em que as casas não ficam necessariamente umas do lado das outras; a disposição delas é mais dispersa, não

⁵ Por questões éticas, nomes fictícios foram atribuídos aos entrevistados.

⁶ Termo utilizado para designar os primeiros moradores da comunidade.

apresentando certa regularidade quanto ao espaçamento entre uma e outra; tal disposição chamou a minha atenção, especialmente quanto à presença de seus moradores.

Figura 2⁷



Minha primeira visita foi feita em um dia de semana pela manhã e percebi pouco ou nenhum movimento nas casas, quase todas estavam fechadas. O pouco movimento que percebi e do qual me recordo foi o da escola, uma vez que as aulas estavam normais e havia uma programação especial em comemoração pelo dia da criança. Algumas visitas mais tarde, chegaria à conclusão de que minha percepção inicial faria parte de um comportamento comum às vilas de agricultores da região que, durante a semana costumam trabalhar e dormir em seus locais de trabalho e, aos finais de semana, retornam as suas casas nas agrovilas para descansar e usufruir dos espaços da mesma.

Conforme informações obtidas na agência do IBGE em Altamira, segundo último censo de 2010, cerca de 80% de seus residentes ainda têm seu meio econômico com base na agricultura ou de algo relacionado a ela. Consoante o chefe da equipe de coleta de dados de campo da agência em questão, cerca de 80% das atividades agrícolas ainda são feitas nos lotes dos moradores, terras que foram direcionadas a eles pelo INCRA à época da colonização da

⁷ Fonte: Google Maps. Acesso: 20 mar. 2018.

rodovia Transamazônica como uma das garantias e ofertas pela vinda dos colonos à Amazônia. Ainda como principal meio econômico de seus residentes, as atividades agrícolas, agropecuárias e o funcionalismo público na escola e posto de saúde são os principais segmentos de geração de renda dos residentes da comunidade.

2.2 O LAZER

Como boa parte dos moradores possui atividades, especialmente as laborais, que não acontecem no interior da comunidade, aos finais de semana, é possível notar que os residentes da Princesa valem-se dos espaços como bares e mercadinhos, frente das casas, campo de futebol, por exemplo, para o lazer. É comum perceber os moradores transitando de uma casa à outra e também pelas ruas que cortam a Agrovila a fim de conversar umas com as outras, colocar cadeiras à frente das casas para aproveitar o tempo livre. Além disso, partidas de futebol aos domingos ajudam a compor o cenário das cenas de lazer no interior da comunidade; tais partidas costumam atrair um bom número de pessoas que se reúnem para jogar e sociabilizar umas com as outras.

Em um dos domingos em que as partidas de futebol estavam ocorrendo, dia ensolarado, por volta das 14h, sol *a pino* e dia muito promissor para se estivesse na Princesa, uma vez que, àquela altura da minha presença na agrovila, já havia percebido e comprovado que um dos maiores motivos de movimentação eram os torneios de futebol que ora eram promovidos por um dos moradores que fez em parte do seu lote, um campo de futebol para que os torneios e partidas acontecessem, ora ocorriam no campo de futebol que há em uma das ruas da agrovila, bem ao lado da escola de ensino médio. Esta última, segundo conta um dos pioneiros, sob uma espécie de rodízio quanto à administração, pois como as partidas acabam sendo feitas em meio a torneios, há um valor que é pago para que as equipes participem.



Além disso, como o evento motiva a circulação de pessoas, sobretudo de não moradores da agrovila, bebidas como água, suco, cerveja e alguns aperitivos como geladinhos, doces, espetinhos e itens dessa natureza também compõe o cenário de movimentação das pessoas no campo de futebol e seus arredores.



É possível observar que os eventos de futebol atraem diversos públicos, especialmente de outras localidades, inclusive outros municípios como Brasil Novo ⁸ e Medicilândia⁹. A maioria das pessoas que fica às margens do campo de futebol, além de torcer por suas equipes de preferência, aproveita a oportunidade para se reencontrar ou criar novos vínculos de amizade, pois como o evento é periódico, seus admiradores acabam por criar certa tradição com suas presenças na torcida e também com disposição para se deslocarem de seus bairros em Altamira ou de seus municípios vizinhos.



As partidas costumam começar por volta de nove da manhã, sem horário certo para que terminem; geralmente, o ponto de término é quando a última equipe inscrita joga e assim finaliza o evento daquele dia. D. Gisele, costuma sempre observar a movimentação que as partidas costumam trazer para a agrovila, pois sempre muito acostumada com a calmaria peculiar das ruas, nos dias de jogo relata que vê de tudo, carros, motos, bicicletas, pessoas a pé, todos vindos de lá para cá, alterando a paisagem e a dinâmica própria da agrovila, que

⁸ Brasil Novo fica localizado a aproximadamente cinquenta quilômetros ao Oeste da sede do município de Altamira.

⁹ Medicilândia fica localizado a aproximadamente noventa quilômetros ao Oeste da sede do município de Altamira.

conhece tão bem. Ela costuma apreciar esses dias, pois trazem “novidades” aos dias da agrovila, haja vista que, por motivos de saúde está mais restrita a ficar em sua casa; dessa forma, testemunha no dia a dia o que acontece mais na rua de sua casa e conversa com os vizinhos que, frequentemente vão a sua casa para um bom bate-papo ou simplesmente dar um “alô”¹⁰.

Algo que me chamou a atenção durante os momentos que pude passar com ela e em sua casa foi o fato de uma vez ou outra as pessoas irem até a residência dela para pedir água. Este fato me chamou atenção, porque sua casa não é a única próxima ao campo de futebol, mas tive a nítida sensação que somente a dela era avistada por aqueles que precisavam de água para beber. Não consegui identificar o porquê disso acontecer, mas percebi que tais pedidos costumavam gerar um certo ar de satisfação em D. Gisele, pois não negava nenhum pedido e isso também possibilitava que as pessoas se aproximassem dela e de sua casa. Tal cena revela que pedir água parece ser um hábito bem comum na vizinhança, pois em um dos momentos que uma das pessoas pediu água a ela, esta disse que água é o tipo de pedido que não se pode negar porque abre precedente para certo tipo de maldição ou má sorte, algo como secar poço ou fonte de onde se obtém água, sobretudo a potável.

2.3 MEIOS DE PRODUÇÃO E SUBSISTÊNCIA

Quando perguntado acerca dos meios de produção e subsistência na APX dos moradores, Kalil, com 26 anos e ensino superior completo, retrata um olhar honesto quanto ao que acontece diante de seus olhos. Esse morador conta que nasceu e foi criado na Princesa, mas viu que a Agrovila passou por diversas fases, dentre elas a do momento em que os proprietários dos lotes vendem suas terras ou passam a arrendar parte delas, como estratégia de subsistência e de manutenção da propriedade.

Kalil, depois de ter cursado o ensino superior e de ter passado dois anos em outro município cerca de duzentos quilômetros de distância de Altamira, chegou à conclusão que seria mais interessante retornar à Princesa e tentar fazer algo mais produtivo, ao seu ver, com as terras de sua família, um de seus familiares fez parte da primeira leva de moradores e, por isso, era proprietário de lote. Em conversa, Kalil conta que a plantação de mandioca ainda parecia ser vantajosa, embora tivesse perdido a força e a tradição se seu cultivo dentro os

¹⁰ Expressão comum utilizada pelas pessoas para saudarem umas às outras.

demais moradores. Ele lembra que a família chegou a construir três casas de farinha, mas por conta de fatores como as condições do solo, chuva, custos de produção e baixo valor competitivo no mercado local e das regiões próximas ao município e, sobretudo, falta de incentivo e facilidades ao pequeno e médio produtor quanto à crédito e burocracia a produção da farinha perdeu força e destaque no mercado de Altamira.

Atualmente, ele encara o plantio e a produção da farinha como uma atividade alternativa a sua de maior rentabilidade, que é ligada à construção civil, *eu planto, mas na verdade eu trabalho com construção; eu passo o verão todinho trabalhando com construção. Quando é inverno que é ruim pra construção, eu vou mexer com farinha. Porque, é tipo assim, eu plantei o ano passado. Isso é um investimento. Tu planta e esquece, espera um ano e quatro meses para dizer que vai colher, tu não sabe nem se ela vai dar boa ou não.*

As razões para ele ainda permanecer com a produção de farinha são a conveniência de já ter uma casa de farinha construída e disponível para que possa beneficiar a mandioca até a produção final da farinha, e o acesso às terras do lote da família que é propícia ao cultivo da cultura em questão e possibilidade de contar com a mão de obra de alguns membros de sua família e de alguns conhecidos que ainda desenvolvem práticas agrícolas, se não na Princesa, em terras de fazendas ou lotes de proprietários da região. Além disso, o cultivo da mandioca é sazonal, logo a necessidade da mão de obra se dá por temporadas, *aqui é no mínimo oito, dez pessoas para plantar. Lá na roça (lote) eu fico com dois arrancando, aí aqui (farinheira) vem três mulheres descascando, aí aqui já fica um relando aqui pondo na prensa e o outro já fica torrando e a despesa é grande. Faltar um já atrapalha tudo. Essa semana faltou uma menina, já não deu suficiente para torrar tudo no outro dia.*



Kalil complementa que para ter uma boa produção é necessário que se tenha técnicas e investimentos aliados às chuvas nas terras onde o cultivo da mandioca se dá; se elas ocorrerem em quantidade mínima é possível assegurar a produção, caso contrário, não, *nessa roça que eu plantei isso aqui (apontando para as raízes de mandioca), eu plantei ano passado e nessa roça que eu tirei uns cem sacos. Agora que eu não plantei na técnica, não coloquei calcário, não adubei duas vezes por ano e o verão foi muito ruim essa aí vai dar uns cinquenta sacos só... Deu fraco.*



Ao comentar sobre as condições da cadeia produtiva, desde o plantio até a venda do produto já beneficiado, Kalil revela um desapontamento quanto às dificuldades fiscais e as condições de pouca visibilidade e valorização do pequeno produtor e daquilo que é produzido na escala local. Ele diz, por exemplo, que os proprietários de supermercados de Altamira preferem que a farinha seja vendida em uma embalagem com algumas especificações que, segundo o pequeno produtor, encarecem o produto e, principalmente, impedem o consumidor de avaliar a qualidade da farinha¹¹, o que, na visão dele, faz com que o consumidor seja prejudicado. Contudo, ele também se vê obrigado a concordar que, apesar do consumidor final ficar impedido de experimentar a farinha que já vem sacada individualmente, muitos consumidores dispensam a qualidade do produto mediante um preço mais em conta e competitivo.

Assim, a produção da farinha cada vez mais perde força e deixa de ser desenvolvida por pequenos produtores e faz crescer o interesse pela agropecuária que vem na contramão das culturas agrícolas e apresenta-se com o setor que mais emprega e, dessa forma, caracteriza a atividade de mão de obra de boa parte dos moradores da Agrovila.

¹¹ Os consumidores e apreciadores de farinha têm um costume peculiar de experimentá-la pegando um punhado e levando-a até a boca a fim de testar seu sabor e crocância e, após este teste, decidir se levará o produto ou não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Valer-se das práticas etnográficas para que haja a apreensão de todo o contexto no qual os sujeitos se inserem e partir dele constroem interações, referências culturais, pensamentos é incentivar o pesquisador a ir em busca não apenas dos fatores causais de determinados fatores, mas sim de compreendê-los em sua totalidade, holisticamente, percebendo que as ações por ele identificadas só se processam da maneira que acontecem porque há uma lógica local que precisa ser interpretada, apreendida e representada como se fosse um nativo. Há um interesse pelo que é processual e não causal, marcando, dessa forma, uma grande diferença entre a pesquisa dentro da abordagem etnográfica e as praticadas nas demais vertentes.

Perceber, em campo, como os significados são construídos a partir do dia a dia dos mais diversos sujeitos e entender como eles atribuem e conferem sentidos a eles, corrobora com o que Geertz (1989) compreende acerca de cultura e a maneira como os significados estão inter-relacionados e juntos compõem a cultura de um determinado grupo social foi primordial para que, de fato, um dos objetivos principais desta pesquisa em andamento começasse a ser alcançado. Então, perceber, descrever e apreender eventos como a dinâmica vivencial dos moradores quanto ao campo de futebol da Agrovila e alguns dos seus meios de produção e subsistência também é caracterizar como as construções culturais evidenciadas por eles estão se dando nos dias de hoje.

Assim, espera-se que a presença da pesquisadora desta pesquisa em andamento em campo continue oportunizando acesso aos fenômenos sociais percebidos no cotidiano da comunidade da Agrovila Princesa do Xingu a fim de que descreva os eventos com a densidade necessária e atinja os níveis de apreensão, compreensão e interpretação das características das construções culturais mais relevantes e representativas do grupo social em questão após mais de quatro décadas de existência.

REFERÊNCIAS

ALBÓ, Xavier. *Cultura, interculturalidade, inculturação*. Colección Programa Internacional de Formación de Educadores Populares Fe y Alegría. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Metas e bases para a ação de governo. Brasília, 1970.

_____. Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Brasília, 1970. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm> Acesso em: 01 out. 2017.

GEERTZ, Clifford. **Descrição densa, por uma teoria interpretativa da cultura**. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. *Etnografia e educação: conceitos e usos* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>. Acesso em: 05 de outubro, 2017.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A colonização na Transamazônica durante o governo de Emílio Garrastazu Médici**. Revista Reflexão e Ação, vol. 23, no. 2. Santa Cruz do Sul-SC, p. 54-77, 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/download/6369/pdf_24> Acesso em: 04 jan. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez. 5ª ed. 2008.

SOUZA, César Martins de. **Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica**. Revista Contemporânea, vol. I, ano 4, no. 5. Niterói-RJ, p. 1-19, 2014. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/5_Ditadura_grandes_projetos_e_colonizacao_no_cotidiano_da_Transamazonica.pdf> Acesso em: 30 set. 2017.

SEÇÃO LIVRE

POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO: AÇÕES PÚBLICAS, SOLIDARIEDADES E CONSTRUÇÃO DE UMA CAUSA

Jesus Marmanillo Pereira¹

RESUMO

Pretendemos discorrer sobre as políticas públicas de habitação em São Luís-MA, atentando para aspectos relacionados à conjuntura histórica e à sua influência sobre o desenvolvimento de solidariedades necessárias para os processos de ações públicas. Para tanto nos valem das contribuições teóricas de autores como Durkheim (1989), Laville, França Filhos (2006), Gonçalves (2009) entre outros que nos auxiliaram a compreender a importância dos processos associativos na construção de causa sociais. Nesse recorte, buscamos problematizar a forma como as reivindicações por moradia podem ser compreendidas tanto por meio das variáveis contextuais, quanto dos processos de integração e desintegração dos indivíduos nas causas coletivas. Trata-se, assim de um esforço de se pensar, entre outras coisas, no diálogo entre a sociologia clássica e os estudos contemporâneos sobre movimentos sociais.

Palavras-chave: Conjuntura histórica. Solidariedade. Ações públicas.

ABSTRACT

We intend to discuss public housing policies in São Luís-MA, focusing on aspects related to the historical context and its influence on the development of the necessary solidarities for the public action processes. For this we use the theoretical contributions of authors such as Durkheim (1989), Laville, França Filhos (2006), Gonçalves (2009) among others who helped us to understand the importance of associative processes in the construction of social causes. In this section, we seek to problematize the way in which the demands for housing can be understood both through contextual variables and the processes of integration and disintegration of individuals into collective causes. It is thus an attempt to think, among other things, in the dialogue between classical sociology and contemporary studies on social movements.

Key words: Historical conjuncture. Solidarity. Public actions.

INTRODUÇÃO

Para além de quaisquer definições, tanto as políticas públicas quanto os movimentos sociais de reivindicação podem ser avaliados enquanto *processos sociais*, ou seja, há problemas sociais que seguem dinâmicas orientadas pela relação entre os atores, entre si, em determinados contextos históricos.

Uma noção bastante útil que pode ser pensada por essa perspectiva processual é a de *ação pública*, que significa qualquer atividade referenciada a um determinado bem comum,

¹ Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS-UFPB). Professor Adjunto do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Coordenador do Laboratório de Estudos Sobre Cidades e Imagens (LAEPCI). E-mail: jesusmarmanillo@hotmail.com

manifestada por meio das atividades de cidadãos que possuam pretensões relativas à vida do coletivo (Laborier e D. Tron, 2003 apud Laville, França Filho et al., 2006).

Segundo Laville e França Filho (2006), ao tomar as *ações públicas* por meio de uma perspectiva histórica associada à análise das atividades desenvolvidas pelos atores, é possível desnaturalizá-las, buscando assim uma Sociologia da ação pública focada nos fatores importantes para o desenvolvimento dessas ações por meio do desenvolvimento de solidariedades² relacionadas à auto-organização da sociedade civil.

Seguindo essa orientação, pretendemos discorrer sobre aspectos relacionados à formação de políticas públicas de habitação em São Luís-MA durante a década de 1980. Para tanto, analisamos aspectos históricos e sociais importantes no processo de formação de solidariedade e, portanto, fundamentais no processo de formação de grupos reivindicatórios e na compreensão da construção de uma causa.

Vale ressaltar que, por políticas públicas, entendemos uma forma de articulação ou intervenção da sociedade que surge como resposta a determinadas pressões sociais, que é capaz de articular diferentes sujeitos (diversidade de interesses e expectativas) e promover mudança social (SILVA e SILVA, 2008). Nesse sentido, a noção de solidariedade é fundamental para a compreensão das articulações e formas de criação de identidades em relação à busca de reivindicações e objetivos comuns.

O presente artigo está organizado em três partes, nas quais serão abordadas a interdependência entre os aspectos históricos, a precarização dos serviços urbanos e a relação entre identidade social e associativismo. Teoricamente, lançamos mão de conceitos trabalhados por França Filho e Laville (2006), Faoro (2000) e Ozanira Silva e Silva (1990) entre outros. Empiricamente, valemo-nos de fontes estatísticas do IBGE, jornais da época e bibliografias afins.

1. FATORES ESTRUTURAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PROBLEMA SOCIAL

A análise das políticas de habitação em São Luís não pode ser dissociada do quadro geral da política urbana brasileira, a qual, a partir de 1964, teve como principais sustentáculos

² As experiências associativas e cooperativistas em geral são marcadas por uma dinâmica comunitária do ponto de vista interno, mas, ao mesmo tempo, abertas ao espaço público, isto é, estão voltadas para o enfrentamento de problemáticas públicas locais. Essas parecem constituir uma primeira característica central que marca o fenômeno da economia solidária. (p. 98)

o Banco Nacional de Habitação – BNH³ e o Sistema Federal de Habitação, criados pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964. Entre os fatores determinantes para a criação de uma política habitacional urbana, destacou-se o expressivo êxodo rural da época e, conseqüentemente, o agravamento das já precárias condições de habitação nas cidades, ou seja, o aumento da população urbana foi um ponto crucial para a emergência de políticas mais arrojadas voltadas a essa questão.

Nesse sentido, vale ressaltar que, de acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a taxa de urbanização do estado do Maranhão passou de 68,8 % durante a década de 1960 para 162,2 % em 1970. Em São Luís, entre 1960 e 1970, a população aumentou, passando de 160 mil habitantes para 247 mil; em 1980, o número de habitantes se aproximava dos 500 mil, representando um aumento de quase 200% em relação aos anos de 1960. De 1980 para 1990, houve um aumento de 169.00 habitantes, aproximadamente 32%.

Entender esse aumento significa perceber a forma como o sistema econômico mundial se fez presente no Maranhão e em São Luís através dos grandes projetos de exploração mineral e do interesse de grandes empresas nas áreas interioranas. Assim, a noção mais comum de terra como meio de subsistência, adotada pelos pequenos proprietários rurais, perde espaço para a ideia de terra como mercadoria dotada de valor econômico e especulativo, visada pelos empresários tanto no campo quanto na cidade.

Desse modo, entre os fatores que contribuíram para a desapropriação do homem no campo e o aumento da população em São Luís, podemos destacar o avanço do capitalismo no campo, apoiado com financiamentos estatais através de órgãos como SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), nos termos da Lei nº 2.978⁴. Através da política dos chamados *grandes projetos* e da construção da BR 316, as terras interioranas foram valorizadas, influenciando o maior interesse dos grandes empresários em angariá-las e, conseqüentemente, gerando conflito pela posse da terra entre pequenos (moradores seculares das terras) e grandes proprietários. Em muitos casos, esses pequenos proprietários detinham a posse secular das terras que ocupavam, mas não possuíam documentos de propriedade;

³ O BNH contava com 25% dos recursos oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, de Letras imobiliárias negociadas no mercado financeiro e das cadernetas de poupança.

⁴ Lei nº 2.978, regulada pelo Decreto nº 4.028, de 28 de novembro de 1969, que faculta a venda de terras devolutas do Estado, sem licitação, a grupos organizados em sociedades anônimas que, em número limitado de sócios, poderiam requerer até 3.000 hectares de terra, facilitando e institucionalizando a grilagem (SILVA, 1990, p.08).

enquanto os grandes proprietários não detinham a posse e muitas vezes obtinham os documentos de modo questionável.

Para amenizar os conflitos entre pequenos e grandes proprietários, o governo criou a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), em 1972, que objetivava destinar as terras disponíveis para as populações camponesas presentes nas áreas de conflito entre posseiros e grileiros. Contudo, para Gisterlink (1988, p.139), nesse projeto estatal, destacou-se uma tendência de favorecimento ao setor declarado pecuário, pertencente a grandes empresas.

Expulsos do campo, os camponeses não encontravam melhor sorte nas cidades, onde também eram objeto de exclusão e desamparo. Esse processo de expropriação dos camponeses e sua exclusão dos serviços urbanos caracterizava uma violência social, no sentido de negação de condições básicas para a existência humana, e contribuiu para o crescimento populacional e, conseqüentemente, habitacional sobre o solo urbano.

Além disso, o dinamismo da configuração social e espacial de São Luís foi muito influenciado pela indústria. Segundo Costa (2005, p.14), na década de oitenta, ocorreu a implantação de projetos industriais como o programa Grande Carajás (Companhia Vale do Rio Doce – CVRD) e o complexo de beneficiamento de alumínio e alumina, da ALUMAR, ambos instalados no recém-construído Distrito Industrial da capital, em 1980. Essas indústrias provocaram grande impacto ambiental e demográfico, principalmente pelo fato de ter sido entregue para a CVRD, em 1974, uma área de 3.000ha, na região do bairro do Anjo da Guarda, privilegiando essa empresa com as praias do Boqueirão e dos Pescadores, importantes fontes de subsistência para a população local. Além disso, sem resolver os problemas habitacionais causados pela doação para as empresas dessas terras já ocupadas, também foram doadas, cinco anos depois, mais de 10.000ha localizados entre o Maracanã e a Estiva para o consórcio ALCOA Billington-Shell (proprietários da ALUMAR), deixando mais de 4.000 famílias sem condições de moradia e de gerar o próprio sustento (Ibid. p.32).]

É importante não perder de vista que o período de 1964 a 1985 corresponde a um momento de ampliação do capitalismo industrial no Brasil, no qual o Regime Militar priorizou políticas econômicas afinadas à velha tese de que “primeiramente é necessário que o bolo cresça para depois reparti-lo”. A situação do incentivo à indústria em detrimento da garantia das condições trabalho e de alimentos para a população mais carente (como as comunidades expropriadas pela CVRD) parece representar bem esse ideal de crescimento (autoritário) que priorizou o aspecto econômico em detrimento do social.

No Maranhão, a influência dos chamados grandes projetos, mesmo tendo seu impacto maior e mais direto sobre a cidade de São Luís, estendeu-se ao longo da linha de Ferro Carajás, pois agregava valor especulativo à terra do entorno da ferrovia, contribuindo para a cobiça dos latifundiários e a expulsão dos camponeses. A respeito desses impactos, Gisterlink (1988 p. 139) expõe:

A implantação da Ferrovia e das Indústrias valoriza também em muito as terras. Em consequência disso, o pequeno agricultor vive a tentação de vender a sua posse por um bom preço, saindo do sufoco pelo menos por alguns meses. Com a terra valorizada, é mais difícil também para o lavrador sem terra arrendar a terra. (...) O grande capital vem acompanhando a implementação da infraestrutura viária e de energia e vai comprando terras para projetos de carvão vegetal ou de agropecuária e para a especulação imobiliária.

O esforço de aquisição das terras por grandes empresários, através da denominada *grilagem*⁵ ou por favorecimentos estatais, representou a ação direta do capital internacional sobre as terras centrais e interioranas do Maranhão.

Fosse pela via da indústria ou da agropecuária, a visão de modernização do campo produtivo, defendida nos investimentos da SUDAM e SUDENE, atribuiu à terra um valor especulativo modificador das relações de produção e das configurações espaciais e sociais. Tal modernização também caracteriza um tipo de capitalismo politicamente orientado (FAORO, 2000) marcado pela intervenção estatal como importante delineadora do ideal de “campo produtivo” com vistas ao mercado externo.

2. PRECARIZAÇÃO E ASSOCIATIVISMO

Todas essas mudanças estruturais acarretaram um aumento populacional na capital, São Luís. Segundo o IBGE (2000), houve, entre as décadas de 1970 e 1990, um aumento populacional de 162%, dos quais 20% ocorreram nas áreas urbanas centrais da cidade. Esse crescimento significou 41.875 novos habitantes que demandavam serviços urbanos.

Nesse sentido, vale ressaltar que dos 42.311 domicílios existentes em São Luís, apenas 13.116 possuíam instalações adequadas de esgoto na década de 1970 e que, por mais que esse serviço básico tenha se expandido, na década de 1990, ainda deixava de abastecer 44,4% dos

⁵. Segundo Trovão (1989, p.89), a grilagem é o modo de apossamento ilegítimo de terras alheias, devolutas ou ocupadas, com o objetivo de especulação, isto é, terra tomada como mercadoria e reserva de valor. Nos conflitos nos quais há grilagem, a violência física se faz presente principalmente exercida pelos “jagunços”.

domicílios. Quanto ao tipo de edificações⁶ (construções precárias ou de materiais duráveis)⁷, os números indicam que cerca de 40% podiam ser considerados *rústicos*, ou seja, eram frágeis, de materiais perecíveis e que desmoronavam quando expostos às mais leves intempéries, em suma, habitações arriscadas. O aglomerado dessas habitações é conhecido como favelas ou palafitas. Segundo Gisterlink (1988, p.33), “em cada 100 famílias de São Luís, 45 moravam em favelas e invasões na periferia dos bairros populares do Centro, em moradias precárias, sem esgoto e, muitas vezes, sem água potável”.

Além de todas essas características de precariedade, ainda era comum observar, na imprensa escrita da época, reportagens sobre conflitos entre moradores, grileiros e pretensos donos em torno da propriedade dos terrenos urbanos de São Luís. Títulos como “Tiroteio, espancamento, sangue e prisões no São Bernardo” (Jornal Pequeno, 8/05/1981) e “Policiais armados derrubam armações de casas no bairro da Floresta” (Jornal Pequeno, 25/05) eram comuns nas primeiras páginas⁸.

Entre outras coisas, podemos dizer que o contexto e as variáveis quantitativas, expressas nos aumentos numéricos, ocasionaram significativas mudanças no *modo de vida* (WIRTH, 1987), pois a densidade demográfica e as diferentes formas de inserção nas divisões de trabalho produzidas na cidade (heterogeneidade) influenciam fortemente os laços sociais e, por consequência, os *modos de vida* que são produzidos sobre essas variáveis.

A carência de serviços urbanos básicos para a população recém-chegada possibilitou um quadro de *precarização social*, uma vez que, na ausência de políticas públicas que sanassem, de modo eficaz, as necessidades dessa população, a carência pode direcionar os indivíduos para uma crescente individualização que, por sua vez, implica a interiorização do princípio de responsabilidade individual⁹ (LE LAY, 2007 *apud* ROSENFELD, 2010).

⁶Ao se referir à ocupação de novas áreas, temos a informação de que “a notícia da ocupação corria de boca-em-boca. Em pouco tempo, centenas de pessoas se dirigem para o local. Lança-se mão de todos os expedientes possíveis para conseguir terreno: uns simplesmente invadem, alguns poucos conseguem lotes pela prefeitura, outros comprando de outrem ou, ainda, ganhando de parentes e conhecidos. Estes atos isolados resultam num quadro impressionante: barracos surgindo do nada, ruas abertas em poucas horas, em ritmo de mutirão, um bairro inteiro surgindo da noite para o dia” (MOTA 1990, p.32).

⁷Segundo o IBGE (2000), consideram-se duráveis os domicílios em que a cobertura e as paredes são constituídas de materiais duráveis – laje de concreto, telha de barro, zinco e madeira são considerados materiais duráveis para cobertura e, no caso da parede, são assim consideradas a alvenaria e a madeira aparelhada.

⁸Na imprensa local (O Estado do Maranhão 06/12/77), obtivemos a informação de que o Bairro São Francisco, às vésperas de um despejo em 1977, contava com 84 casas que abrigavam mais de 200 famílias.

⁹Nesse processo de individualização, o ator adere às normas comportamentais e aos valores esperados para que se torne senhor do seu destino. A fragilização dos laços sociais decorrente da individualização, preconizada como autonomia, constitui-se, a nosso ver, como um processo de precarização, pois, na medida em que os indivíduos se responsabilizam por suas diferentes formas de inserção social e tomam essa responsabilização como um ato voluntário, é preciso aderir a um sistema de justificação que permita se perceber como livre e autônomo (Rosenfield, p.1, 2010).

Alguns estudos como o de Mota (1990), que trata especificamente da ocupação ocorrida na área do bairro do Coroadinho durante a década de 1970, apontam esse processo de individualização, através da chamada *indústria da invasão*, ou seja, quando as pessoas que adquiriam terrenos, os vendiam e depois adquiriram novos terrenos para venda. Através de relatório¹⁰ de campo elaborado pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), também obtivemos informação sobre conflitos ocorridos entre moradores da área Itaquibacanga, que compreende os bairros do Anjo da Guarda, Sá Viana, Vila Embratel etc. No geral, os conflitos ocorriam devido a enfrentamentos por recursos locais que iam desde terrenos melhor localizados e equipados até a disputa política por postos junto às associações, como observa PEREIRA (2010, p.50)

Enfim, tem-se um contexto em que a percepção em torno das associações, de um modo geral, combinava sentidos atribuídos pela maioria dos moradores como uma forma de obtenção de recursos materiais e serviços almejados, antes mesmo da imigração; para lideranças dos próprios bairros, tem-se a disputa pela ocupação do posto atrelada às vantagens de retribuições simbólicas e materiais; para os setores progressistas de igrejas e ONGs (após 1970), havia um sentido moral e pragmático, de conscientização e luta por direitos. A primeira e a segunda percepções são relacionadas ao fato de que, quem estivesse no controle dessa organização, detinha influência e capacidade de obter recursos materiais através de relações externas estabelecidas com políticos.

Segundo a citação, as percepções em torno de aparelhos de reivindicação coletiva podem ser interpretadas por meio das retribuições individuais dadas a quem possuísse as posições privilegiadas de mediação (entre comunidades locais e agentes externos). Entre outras coisas, os processos de precarização e, conseqüentemente, individualização associados a tais percepções sinalizavam um entrave para a construção de identidades coletivas e produção de solidariedade, pois se colocavam como um primeiro obstáculo nos processos de ações públicas e na luta pela produção de políticas públicas.

As características de individualismo podem ser pensadas e interpretadas, de forma modesta, por meio de alguns pontos do esquema explicativo de Robert Castels (1988), uma vez que a vulnerabilidade social dos indivíduos pode acarretar um processo de desfiliação nocivo às formas associativas e ao conjunto de relações sociais particulares, constitutivas da sociedade, nas quais os indivíduos se integram. Nesse sentido, percebemos que a questão da “*integração*”, seja pela promoção de serviços públicos, seja por políticas de inserção, é um ponto que pode ser problematizado no contexto de *precarização* descrito neste tópico.

¹⁰ Informações colhidas em relatório de atividades em campo realizadas por uma equipe de trabalho da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos no período de dezembro de 1980 a fevereiro de 1981.

3. CONSTRUÇÃO DE UM PROBLEMA: IMPLICAÇÕES ASSOCIATIVAS

Qual é a importância da *solidariedade* para o processo de construção de ações públicas? Como construir solidariedades em contextos de *precarização social*? As respostas para essas questões estão diretamente ligadas às formas de abordagem empírica dada ao fenômeno estudado, já que ele pode ser pensado tanto em termos de condicionantes fundamentais na construção de causas e símbolos coletivos quanto em termos de contextos propícios à inserção de porta-vozes que se colocam na posição de representantes de causas coletivas¹¹.

Mesmo que o contexto de *precarização*, na periferia da cidade de São Luís, colocasse muitos indivíduos em situação semelhante – de ausência de serviços públicos e condições mínimas de vida –, era necessário um elemento identitário capaz de canalizar diferentes forças em uma única causa. Em outras palavras, não eram apenas as condições semelhantes diante do modo produtivo que gerariam algum tipo de *consciência*, visto que havia sinais de competição entre a própria população precarizada.

Uma alternativa explicativa para a formação de grupos de reivindicação e contestação poderia ser elaborada com base em estudos de engajamento e militanismo. Nessa perspectiva, o fenômeno social não se sustentaria unicamente pela ausência de serviços urbanos ou condições mínimas de vida, mas também pelo trabalho social dos agentes, que fazem de suas classificações e institucionalizações sobre a questão um tipo de força motriz de afirmação de suas atividades (LENOIR, 1998).

Por essa vertente, as estruturas associativas e de solidariedades seriam estimuladas pelas atividades de intermediários culturalmente favorecidos, que desempenhariam a função de “porta-vozes”. Esse viés busca analisar as propriedades sociais (origens sociais, investimentos escolares e profissionais e conjunto de recursos detidos) e, sobretudo, aperfeiçoar a compreensão de tais porta-vozes no que diz respeito à intermediação (negociações) e ativação de trunfos adquiridos e sua objetivação na questão reivindicada. A necessidade de compreensão desses agentes advém de suas capacidades de fazerem reconhecer os princípios de *di-visão* do mundo social e das palavras de ordem que produzem a sua própria verificação ao organizarem grupos e, desse modo, uma ordem social (BOURDIEU, 2002, 185-186).

¹¹ Nesse segundo caso, estariam em jogo vários estudos de uma Sociologia do engajamento político, que valoriza os condicionantes sociais influentes na inserção de diferentes agentes em causas coletivas.

Em perspectiva próxima, Pereira (2011) percebe que a construção de um movimento de reivindicação por habitação esteve vinculada a uma forte inserção de especialistas oriundos de diversos domínios sociais, dentre os quais se destacaram advogados, padres, jornalistas, professores e políticos. Sem desconsiderar os contextos de ditadura militar, expansão urbana e campanhas da fraternidade voltadas para a defesa da família e dos direitos, o autor focaliza as contribuições de cada especialista e das estruturas de mobilização às quais se vinculavam. Dessa forma, demonstra como as estruturas da igreja, da universidade e de outras organizações serviam de suporte para a organização popular. Concomitante a isso, demonstra a relação entre repertórios individuais e coletivos mobilizados nas ações de reivindicação.

Uma alternativa de análise pode ser construída por meio de uma perspectiva durkheimiana. Nesse sentido, o aspecto principal recairia sobre os processos de “solidariedade” relacionados à divisão do trabalho social, fundamental para a existência de um grupo de reivindicação. Por meio desse viés, seriam priorizados os processos de organização em relação à interdependência dos papéis dos agentes e às normas e sanções fundamentais para uma ideia de identidade de grupo.

Em abordagem próxima, destacamos o trabalho de Gonçalves (2009), uma etnografia realizada sobre empreendimentos da Agência de Desenvolvimento Social do estado do Ceará. Nesse estudo, a pesquisadora percebeu que “um dos conceitos centrais articulados ao campo da economia solidária é o de *solidariedade*”, que ela utilizou em sua pesquisa com inspiração nas formulações de Émile Durkheim. Em tal etnografia, a autora identificou “laços profundos de solidariedade” e uma compreensão profunda do sentido da economia solidária e de seu papel no desenvolvimento local, na geração de renda, na melhoria das condições de vida das pessoas mais pobres e na gestação de novas formas de sociabilidade fundadas em valores solidários e em uma nova ética (IDEM, 2009).

No caso da COPSOL, Gonçalves (2009) percebe que a constituição da cooperativa esteve associada às lutas sociais dos moradores, pois surgiu por meio de relações sociais tecidas na comunidade e através da reivindicação dos moradores por uma vida mais digna. Para a autora, os laços de solidariedade e reciprocidade nem sempre concatenam os interesses individuais dos sócios da cooperativa e os valores solidários. Dessa forma, a percepção política, social e cultural de tais empreendimentos seria fragilizada e distanciada de uma proposta de mudança de modelo produtivo.

Para uma análise a respeito das implicações de processos associativos em contextos de precariedade, o estudo de Gonçalves (2009) é fundamental, na medida em que retoma questões clássicas da Sociologia, a saber: a relação sociedade - indivíduo, ou melhor, a

distinção entre interesses individuais e coletivos e como eles são relacionados a uma ideia de identidade de grupo. Nesse sentido, poderíamos também imaginar: seria mais provável um morador grilar um terreno e obter benefícios próprios em menor tempo, investir em mobilizações coletivas em prol do conjunto ou investir em mobilizações coletivas com vistas a retribuições individuais?

Pensar a relação de interdependência, seja por similitude, seja por diferença, relacionada a uma ideia de grupo e à construção de um projeto político, parece ser um ponto crucial na formação de um movimento reivindicatório e, por consequência, nos processos de construção de ações públicas. É possível perceber essa relação no processo de construção de um movimento de reivindicação por moradia em São Luís/MA, através do relato de um dos porta-vozes envolvidos, como destacado no trecho a seguir:

Um erro que se cometeu, foi a questão de só se trabalhar a questão econômica do pessoal. Você esquece-se de trabalhar as relações de liderança. A questão de um projeto político. De um projeto onde não é eu ter só a minha casa, eu preciso de um projeto político em que eu tenha minha casa, tenha educação, tenha um bairro sadio. Veja o que é o João de Deus hoje, o São Bernardo, o Coroadinho. É, vamos dizer, um celeiro, um canteiro de produzir marginalidade, na linguagem, não sei se a linguagem é essa, pra produzir essas pessoas que usam maconha, assaltantes. Porque nós não trabalhamos essa questão que não é só ter a casa, é botar o pessoal para morar lá e a discussão das relações ali, do bairro. A questão da casa, da água, da praça, da escola, quer dizer, você começar a ocupar assim que nem espaço para lazer você deixa. Entendeu? [...] Então, houve essa questão, hoje que se eu voltasse, trabalharia de outro jeito. Continuaría apoiando a ocupação. Não sou contra ocupação. Muito importante também é que muitas áreas eram áreas de imobiliárias. Então você ocupou espaço onde tinha essa questão da especulação, da especulação aqui na ilha. Mas também não conseguimos trabalhar a questão das pessoas que aproveitaram do momento pra ter casa para vender. Se você for hoje no João de Deus, não é todos, mas 60% do pessoal que lutou não moram lá não. (Francisco das Chagas Pereira, entrevista realizada em 03/03/2010).

Através de seu depoimento, o padre Francisco das Chagas¹² assinala que tão importante quanto à obtenção de casas é a produção de um projeto político que auxilie as relações sociais e a produção de lideranças no bairro. Por esse motivo, ele destacou a necessidade de um trabalho de conscientização das pessoas que ultrapasse a obtenção de recursos materiais. A preocupação desse militante engajado nos setores progressistas da igreja não pode ser dissociada da questão da construção de uma identidade de grupo em detrimento da valorização de interesses individuais. Nesse sentido, a inserção das populações fragilizadas

¹² Francisco das Chagas Pereira nasceu em novembro de 1959 na cidade de São Bernardo. Na adolescência, mudou-se para São Luís-MA onde estudou e participou das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS). Em 1982, ingressou no Centro de Teologia do Maranhão (CETEMA), onde obteve a graduação em Teologia. A trajetória de vida desse agente esteve relacionada à atuação das CEBs nas áreas de conflito por terrenos e moradia em São Luís-MA.

economicamente no âmbito do mercado de consumo de bens relacionados à habitação, apesar de ser fruto de uma mobilização, não significou a obtenção de uma mentalidade cidadã¹³.

Assim, considerando tanto a perspectiva focada nos porta-vozes quanto a que privilegia a compreensão dos laços de solidariedade e reciprocidade entre os agentes, podemos dizer que os caminhos se complementam em uma interpretação sobre formas associativas em contextos de *precarização* e individualização social.

4. MOBILIZAÇÕES: AÇÕES PÚBLICAS, DIFERENÇAS E DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

Uma forma de analisar as formações associativas, independentemente das motivações preponderantes, seria através de práticas concretas, tais como reuniões, passeatas, acampamentos etc. Por meio de tal análise, seria possível identificar lideranças e perceber tipos de organizações e outros aspectos que ocasionam visibilidade e institucionalização das questões reivindicadas. Neste tópico, tentaremos elencar esses pontos em relação às manifestações em torno do “problema da moradia” em São Luís-MA.

As primeiras observações, realizadas em campo, nos permitiram perceber que, sob a “bandeira de luta da moradia”, articulavam-se agentes vinculados a diversas organizações, como partidos políticos, igrejas, sindicatos e as próprias elites locais. A articulação dessas organizações, que muitas vezes foi generalizada através da ideia de *frente de luta*, apresenta-se bastante heterogênea, contrariando qualquer análise simplista. Esse termo homogeneizador pode ser analisado tanto em função do contexto ditatorial quanto em relação aos agentes envolvidos, isto é, como palavra de ordem ou *ideia força* dotada de potencial de mobilização, que sinaliza o uso de determinados capitais políticos¹⁴ para conferir unidade e/ou visibilidade para articulações feitas por diferentes agentes.

Para termos noção dessa heterogeneidade de agentes envolvidos, em pesquisa preliminar nos arquivos da antiga Delegacia de Ordem Política e Social-DOPS, notamos que, em documentos referentes à descrição do IV Encontro Nacional de Palafitados e Favelados do Brasil em São Luís/MA, realizado de 13 a 15 de julho de 1984, houve a participação de agentes de diferentes espaços, atuações e especializações. Estiveram presentes médicos,

¹³ Compreendendo a noção de cidadania com base nas ideias de conquista de direitos civis, políticos e sociais, conforme defende Marshall (1967)

¹⁴ É uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa ou a um objeto os próprios poderes que eles lhes são conferidos (BOURDIEU, 2002, p.187-188).

engenheiros, universitários, jornalistas, vereadores, deputados, sindicalistas, professores e padres, representando as mais diversas organizações, como: partidos políticos (PCB e PMDB); organizações sindicais (Central Única dos Trabalhadores-CUT); comissões das Pastorais da Terra e da Juventude, ligadas a determinados seguimentos da Igreja Católica; associações de bairro; Centro de Cultura Negra-CCN; União Nacional dos Estudantes – UNE; Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE; e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDDH. Os principais temas debatidos foram o direito à moradia, o cumprimento do usucapião especial, o título definitivo de propriedade do solo e a intervenção do Banco Nacional de Habitação nas áreas palafitadas.

O trânsito e a participação desses agentes em ações referentes a reivindicações pela moradia sinalizam certa fluidez das ações políticas, constituídas através da interação com profissionais e especialistas de diversos ambientes. Essa heterogeneidade pareceu ser característica fundamental e necessária para a própria existência do movimento de reivindicação por moradia, ou seja, para a garantia de diferentes tipos de recursos, desde assistências jurídicas até espaço em capela e igrejas para a realização de reuniões.

Nesse sentido, foi possível destacar dois aspectos: primeiro, que o nível de especialização caracteriza tal “movimento de reivindicação” pela interdependência entre agentes, já que as diferentes especializações garantiam a mobilização de diversos capitais e recursos fundamentais para existência das manifestações públicas e para o “movimento de reivindicação”; segundo, que os agentes oriundos de diferentes domínios sociais, ocupavam posições representativas nas organizações das quais faziam parte, implicando que possuíam característica de liderança.

É importante salientar que, ao atentarmos para a cronologia histórica do movimento de reivindicação, percebermos que as articulações ganharam fôlego no final da década de 1970 e início de 1980, contexto que é caracterizado como período de distensão ou redemocratização, conhecido como momento de transição para o período “democrático”. Exemplo disso é que, com incentivo de setores da igreja, como a Cáritas, e da Federação de Órgãos da Assistência Social (FASE), foram criadas as primeiras Associações de Palafitados nos Bairros da Floresta e Liberdade em julho de 1980 (LUZ, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Determo-nos sobre o estudo das ações públicas, das solidariedades e da construção de uma causa (moradia) em São Luís-MA, levou-nos a um debate epistemológico que toca uma

questão fundamental das Ciências Sociais em geral: a relação entre sociedade e indivíduo. Nesse sentido, nossas observações demonstraram que, se por um lado as ações públicas necessitavam de solidariedade e de um tipo de divisão social do trabalho, por outro, as contribuições individuais expressavam a existência de “porta-vozes” provenientes de vários domínios sociais.

Em termos metodológicos, esse esforço de apreensão por meio da análise das ações coletivas e individuais exigiu um tipo de abordagem focado em variáveis históricas e organizacionais, bem como relacionadas aos capitais de cada agente.

Nesse sentido, o contexto histórico pode fornecer condicionantes macro- estruturais importantes na explicação da estruturação do problema social. Em outro nível de análise, tentamos refletir sobre as implicações de tais condicionantes na sociabilidade dos cidadãos e, por fim, demonstrar, por meio de um exemplo de ação social, manifestações de um tipo de solidariedade que, embora fosse afirmado pela homogeneidade através da denominação “frentes de luta”, organizacionalmente, se mantinha pela interdependência entre diferentes especialistas e “porta-vozes” oriundos de vários domínios sociais.

Buscamos demonstrar a importância da discussão em torno de perspectivas que se debruçam sobre a ideia de mobilizações sociais construídas coletivamente para a análise de “empreendimentos” sociais que almejam objetivos comuns. Dessa forma, pretendemos contribuir com o debate sobre políticas públicas e ações sociais, buscando instigá-la com terminologias da Sociologia clássica de Émile Durkheim e sua releitura, focada nos porta-vozes, desenvolvida por Pierre Bourdieu.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998

COSTA, Yuri Michael Pereira. **A outra justiça: a violência da multidão representada nos jornais**. 1. ed. São Luís: Edufma, 2008c. v. 1. 238 p.

DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**, vol. I. 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro**. 10ª ed. São Paulo: Globo, Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro). 2v.

LAVILLE, FRANÇA FILHO et al. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GONÇALVES, A. **Experiências em economia solidária**. Campinas: Editora do CMU/UNICAMP, 2009.

GISTERLINCK, Francis. **Carajás Usinas e Favelas**. São Luís, Gráfica Minerva, 1988.

LENOIR, Remi. **Objeto Sociológico e Problema Social**. In: CHAMPAGNE, P. LENOIR, R. MERLLIÉ, D. e PINTO, L. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 59 - 106.

MOTA, Antonia da Silva, **Coroadinho São Luís 1990** (Monografia de conclusão da graduação em História – UFMA).

PEREIRA, J. M. **Engajamento militante e a ‘luta pela moradia em São Luís’ entre as décadas de 1970 e 1980**. 2011. 199f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

SILVA, Maria Ozanira da Silva, **A Questão Urbana e a Organização Popular em São Luís**, São Luís, Comissão Justiça e Paz, 1990.

LUZ, Josinaldo Santos da. **Lutas por Moradia e Expansão do Espaço Urbano na cidade de São Luís**. 2004. Dissertação de Mestrado defendida em 2004 no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão.

T. H. Marshall. **O modelo de cidadania: Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

ROSENFELD, Cinara Lerrer. **Apresentação**. Sociologias, Porto Alegre, v. 12, n. 25, dez. 2010.

ENTRE DIFERENÇAS E PRECONCEITOS: UM OLHAR PARA A IMIGRAÇÃO EM “GRINGA” DE MÁRCIA KUPSTAS

Paulo Fernando de Sousa Pereira¹

Yara das Chagas Furtado²

Francisco Pereira Smith Júnior³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo fazer um estudo a partir do conto da autora Márcia Kupstas intitulado “Gringa”, embasando-o nas obras teóricas de SAYAD (1998), ECO (2006), HALL (2006) entre outros que tratam sobre a migração, imigração e a literatura. Procura-se investigar as possíveis relações entre as obras para entendermos como acontece esse processo e ao mesmo tempo compreendermos como a sociedade receptora enxerga o imigrante diante das divergências e como que ela lida com aquele que vem de outros lugares, e qual é a visão do próprio imigrante em relação à nação que o recebe, a literatura como um produto social vem refletir esses fenômenos. Para isso, nossa análise contemplará a personagem principal da estória chamada Sorá, com o intuito de analisarmos como ela comporta-se diante do desconhecido e ao mesmo tempo se o que é diferente pode ser motivo de preconceito. Neste cenário de mudanças, apresentamos ideias centrais para entendermos como as relações e concepções são construídas, como o imigrante se vê em uma perspectiva de pertencimento neste processo, numa série de discursos, apresentando-se sob diversas formulações no processo de domínio do espaço, memórias, e como é vista ou construída a cultura do outro, e se esses fatores contribuem para sua aceitação de cunho social.

Palavras-chaves: Imigração. Literatura. Sociedade. Preconceito.

ABSTRACT

This article aims to make a study based on the tale of the author Márcia Kupstas entitled "Gringa", based on the theoretical works of SAYAD (1998), ECO (2006), HALL (2006) among others dealing with migration, immigration and literature. We try to investigate the possible relations between the works to understand how this process happens and at the same time to understand how the receiving society sees the immigrant in the face of divergences and how it deals with the one who comes from other places, and what is the vision of the own immigrant in relation to the nation that receives it, literature as a social product comes to reflect these phenomena. For this, our analysis will contemplate the main character of the story called Sorá, with the purpose of analyzing how it behaves in the face of the unknown and at the same time if what is different can be cause for prejudice. In this scenario of changes, we present central ideas to understand how relationships and conceptions are constructed, how the immigrant sees himself in a perspective of belonging in this process, in a series of discourses, appearing under diverse formulations in the process of domain of space, memories, and how the culture of the other is viewed or constructed, and whether these factors contribute to its social acceptance.

Key-words: Immigration. Literature. Society. Prejudice.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA) – Universidade Federal do Pará - Campus Bragança. E-mail: jave7jave@yahoo.com.br

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA) – Universidade Federal do Pará - Campus Bragança. E-mail: yarafurmestranda@gmail.com

³ Professor Adjunto III da Universidade Federal do Pará. Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia da Universidade Federal do Pará/Campus Bragança. E-mail: fsmith@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz uma análise no conto “Gringa” de Márcia Kupstas com o objetivo de estudar a imigração e como a sociedade receptora enxerga o imigrante. Para isso observaremos a partir das diferenças como que os preconceitos se constituem, pois quando falamos de culturas diferentes, já temos uma noção que de alguma forma chegará o momento em que entrarão em conflitos e no caso do imigrante esse confronto é bem maior, já que o ele é visto como alguém que não é aceito, se sentindo rejeitado ou mesmo um intruso.

Essa realidade será bem representada pela personagem Sorá que carrega em seu psíquico esse peso cultural e preconceituoso que enfrentou em seu país de origem, o Brasil, que desde criança já sofria por essa resistência pela cor da sua pele negra, e que no conto irá retratar como se sente num país estrangeiro e a forma como foi recebida entre pessoas de cor de pele bem diferente e, além disso, de cultura muito mais diferenciada.

Para Eco (2006, p. 107) “imigração” é quando alguns indivíduos (...) transferem-se de um país ao outro (...), é algo mais formal, planejado e controlado que se faz conforme as necessidades que estão a existir no país.

Apesar de termos a noção que o imigrante é alguém que está legalmente no país, este não é bem aceito, por que não pertence ao local, não traz consigo a ideia de pertencer, não comunga dos mesmos direitos de quem é da terra.

Por esse motivo o trabalho vem abordando muitos fatores que originaram-se do resultado da imigração através dos tempos, imigrações forçadas como a escravista, imigrações em massa em busca de sobrevivência, imigração por contratos trabalhistas, imigrações para branqueamento, entre outras, mas também mostra um preconceito e resistência de algumas sociedades, que seguem padrões estereotipados, por outro lado países que se renderam às novidades de novas culturas acabam se desenvolvendo mais que os outros em muitos aspectos, seja econômico, político, e culturais.

Outro conceito que será apresentado é o multiculturalismo que problematiza essas questões culturais e políticas entre as sociedades, que gera outro conceito como o hibridismo, que alguns autores como Cozer (2005) e Burke (2003) definem que somos sujeitos híbridos, que não existe nada puro, somos resultados de uma miscigenação de muitos contatos entre etnias de diferentes povos, construindo uma identidade híbrida.

O trabalho faz uma relação interdisciplinar entre a migração e a literatura, como forma de aproximar as diferentes ciências para a compreensão de fatores sociais que são presentes e atuais, demonstrando assim que o conhecimento não está fragmentado, mas sim relacionado.

É uma incursão pelo mundo literário tendo como base o conto “Gringa” de Márcia Kupstas e os conceitos apresentados pelos estudos da migração.

1. IMIGRAÇÃO E IMIGRANTE

Quando se fala em imigração é necessário termos em mente que este conceito abrange um grande número de pessoas, mas o que é imigração e por que essa definição? Para Sayad (1998, p. 15) “a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico”, ou seja, é definido como um deslocar de pessoas de um local ao outro, então imigrar é algo que está condicionado a todo ser humano, já que estamos indo constantemente de um lugar ao outro, então somos imigrantes por natureza ou a natureza é que nos faz ser imigrantes? É uma questão que precisamos pensar e conceituar para nossa melhor compreensão.

O imigrante é aquele que de uma forma ou outra participa da “ilusão” da imigração, pois ao mesmo tempo em que são considerados como um povo em um estado provisório, ao mesmo tempo são considerados como definitivo, porém sem ter uma declaração oficial de sua cidadania oficial. Então ser imigrante está ligado a uma necessidade do momento, que pode ser vista como de interesse econômico, principalmente, mas não sendo somente esta a característica que faz um imigrante.

Ser ou definir o que seja um imigrante é perceber como este lida a partir das relações com a sociedade, pois para Ianni (2004, p. 93) “o migrante pode ser visto como aquele que foge e busca, é tangido e extravie-se, ambiciona e frustra-se, resigna-se e realiza-se” e estão em busca de um espaço para poder se instalar, este autor explica também no mesmo parágrafo que “são muitos os que se perdem na viagem, ficam pelo caminho, regressam e retornam” (IANNI, 2004, p. 93).

A realidade de um imigrante é em nossa atualidade uma questão ainda não resolvida e cada vez mais as nações estão se tornando em diferentes aspectos mais fechadas, principalmente, quando envolve o econômico, pois os nativos de maneira alguma querem perder seus postos de trabalho para um imigrante, já que estes são movidos pelo econômico em busca de melhores condições para o sustento de suas famílias.

Mas a frustração é a principal marca de um imigrante, sendo que ele sempre vai em busca de algo melhor e alguns casos isso acaba se tornando um grande problema, porque há o aproveitamento por alguns como mão de obra barata, ou seja, o imigrante é definido,

principalmente, pelo mercado, capaz de fazer coisas que os nativos não fazem, como forma de ter naquela nação algo para fazer.

Os imigrantes são em grandes números refugiados devido às grandes guerras civis que acontecem em suas terras de origem, assim como as crises que geram um grande fluxo de pessoas em direção a outros locais como forma de fuga da fome. Mas o que é mais percebido quando se fala de imigração e de imigrante é a cultura que entra em choque e a nacionalidade acaba falando mais alto.

2. IMIGRAÇÃO E IDENTIDADE

Falar de identidade é entrar em universo de demarcação de lugares, de caracterização dos seres e das coisas. E compreender no mundo atual essa questão não é tão simples quanto se imagina, já que os grupos, as pessoas, as sociedades apresentam diferenças que muitas vezes não pode ser definida como uma identidade plural.

A identidade passou por algumas transformações ao longo do tempo, ou seja, ela segue uma forma que é determinada pela época em questão, então falar de identidade não é só um ponto de identificação, mas é algo que está ligado a um processo histórico.

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social; estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2006, p. 7).

O que percebemos é que a identidade não é algo mais unificado, identificado como apenas uma característica que marca uma determinada comunidade, povo ou grupo, mas o que vemos na atualidade pós-moderna é uma fragmentação. Para Hall (2006, p. 10) existem ou existiram três concepções de identidade, a primeira é definida como sujeito do iluminismo que “estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão”.

A outra é o sujeito sociológico que discordava do sujeito do iluminismo, pois achava que o mundo moderno era muito complexo e que o núcleo interior do sujeito não era autônomo, mas constituído das relações com outros sujeitos que é responsável pela mediação das coisas e o último é o sujeito do pós-moderno “o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma

única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não-resolvidas” (HALL, 2006, p. 12).

Com essas concepções e a última como marca da pós-modernidade é essencial para compreendermos o processo de migração e percebermos que o mundo atual é resultado, principalmente, de um sujeito marcado por essas diferentes fragmentações, já que o processo de migração expõe as culturas um processo de misturas, ou seja, já não é dizer que existe uma características marcadamente de um povo, pois o contato entre os povos gerou essas marcas que sempre vão lembrar um outro de forma que as características sempre terão algo de um outro povo, ou seja, é a “pluralidade de centros de poder” (HALL, 2006, p. 16).

Quando falamos de imigração é entrar no campo de demarcação de identidade, já que este processo que envolve a humanidade desde que nos entendemos formou e forma as diferentes nações, assim como os povos.

Na sociedade pós-moderna essa fragmentação que é percebida tem a ver em parte por esse contato entre diferentes povos, porém não existe mais uma cultura, um povo, mas diferentes formas de pensar e de se entender enquanto ser humano, logo aquilo que me caracteriza é visto em perspectiva diferente do que oficialmente é registrado.

Não devemos esquecer que cada povo se caracteriza de uma forma, ou seja, tem a sua identidade. E esta visão gera a alteridade, ou seja, o respeito pelo o que o outro é em sua forma de pensar, de vestir e de se portar.

Isso não é levado em conta quando falamos do imigrante, pois é como se ele fizesse parte da nossa cultura e de nossa identidade, porém sem direito a ela. E não levamos em conta que está em nosso meio, porém a sua identidade já está formada por sua cultura e que ele apenas irá se adaptar, mas não necessariamente mudá-la.

Se esquerda e direita partilham alguns aspectos com que abordam a imigração, é porque essa partilha assenta em bases mais fundas, nomeadamente no quadro nacional que determina não só a ação, como também a sua grelha de entendimento da política. Não há processo de produção de “alteridade”, de estabelecimento de fronteiras entre um “nós” e um “eles” que seja, do ponto de vista político, inocente, i.e., que não seja constitutivo de uma diferença que arrasta consigo uma partilha desigual. O Estado-nação, enquanto máquina de produção e de gestão de identidades, produz um espaço de pertença que é, ao mesmo tempo um espaço de exclusão. E o imigrante é, em relação a esse espaço de pertença da nação, o “outro” nacional e o “outro racial”, a figura por excelência do excluído (DIAS, 2012, p. 19).

Ou seja, não tem como produzirmos a alteridade sem produzirmos a exclusão e o imigrante sempre irá ser visto como o intruso no contexto de pertença e de construção de uma identidade, pois as relações entre o “eu” e o “outro” são pensadas sempre a partir de uma mesma cultura e no caso de uma identidade.

3. MULTICULTURALISMO, PLURICULTURALISMO E HIBRIDISMO

Quando falamos de identidade devemos observar como os nossos centros urbanos ou mesmo as periferias estão formadas por uma diferença muito grandes de povos e essas diferenças de povos e grupos acaba por formar uma diversidade de culturas o que leva o multiculturalismo a ser estudado sob algumas óticas, conforme discorre Neto (2005, p. 289):

A diversidade demográfica e cultural das sociedades humanas, mais precisamente quando se quer estudar a coexistência da diversidade sócio - cultural e a construção de identidades em um mesmo país ou em uma determinada região, a epistemologia multicultural, ao arguir a modernidade sobre a questão da diferença nas categorias filosóficas, política e social, ultrapassa as especificidades nacionais e inscreve-se como conceito civilizacional no discurso que as sociedades contemporâneas elaboram em contraposição às ideologias monoculturais.

Entre muitos questionamentos sobre os diversos traços físicos que a humanidade apresenta como a cor da pele, olhos, boca, nariz, entre outros aspectos bem marcantes, sem esquecer o de lugar de origem, também terão suas diferenças na história, na política, cultura, economia, geografia, na religião, e linguagem, etc.

Toda essa diversidade é chamada de “multiculturalismo” e “pluriculturalismo” porque uma está inserida na outra, pois o multiculturalismo vem reunir uma pluralidade de sentidos, problematiza questões complexas e contraditórias em curso na sociedade pós-industrial, que atuam como indicadores da crise do projeto de modernidade e descreve a existência de muitas culturas numa região, cidade ou país, com no mínimo uma predominante, o que antes era balizado pelo marco nacional, hoje foi substituído pelo regional, centralizando uma diversidade cultural local, vem criando etapas promovendo o surgimento de novas organizações políticas, religiosas e culturais, com o objetivo de organizar as diferenças, redimensionando as diversas fronteiras da diferença, reestruturando as identidades (NETO, 2005).

Vivemos num mundo globalizado e, infelizmente, a diversidade cultural é vista por alguns como uma ameaça para a identidade da nação, provocando em alguns o desprezo e indiferença, como ocorre no Canadá entre habitantes de língua francesa e os de língua inglesa, apesar do Canadá ser o primeiro país a adotar uma política multiculturalista, ganhando mais espaço, também em outras questões. Segundo Neto (2005, p. 291):

Já os grupos étnicos resultam de processos de imigração, tomando como critérios geográficos, étnicos ou religiosos, constituem comunidades relativamente

homogêneas. A esses grupos, ainda segundo a análise de Kymlicka⁴, não se assegurariam direitos especiais, mas apenas o reconhecimento cultural e identitário.

Nesse processo observa-se que esse choque de contato entre os indivíduos resulta em novas realidades de cultura que define a construção do sujeito e de sua identidade, ocorrendo uma pluralidade cultural produzindo novas epistemologias e gerando conflitos desses sujeitos metropolitanos.

Aqui no Brasil, por muito tempo, acreditava-se que a diversidade que hoje somos originava-se apenas dos negros, brancos e índios, deixando de lado as influências de povos imigrantes, surgindo novas diversidades em todos os sentidos como elementos formadores de novas características físicas e identidades étnicas de acordo com cada região.

No Brasil temos uma grande variedade de misturas culturais, por ocasião dos encontros culturais frequentes por meio dos imigrantes, uma tendência para essa mistura e hibridização. No passado essa miscigenação não era aceita, o mestiço era visto como “sangue fraco”, e sempre ficava à margem da sociedade, característica de uma sociedade que não tinha ainda um conhecimento sobre troca cultural e misturas de raças.

São poucos os países que são etnicamente homogêneos, mas não se pode generalizar que tais conceitos podem ser verdadeiros, que existam povos puros, pois a multiculturalidade traz justamente levantamentos de certos padrões acerca de comportamentos e culturas que possam estar ultrapassados, ao impor certas regras. Para alguns essa mistura ameaçou a unidade nacional, mas é preciso compreender que essas classes sociais sempre estão em processo de construção.

O que ocorre em algumas situações é o preconceito que é gerado pela discriminação pelo diferente, se omitindo a novas experiências.

Pode-se dizer que a razão de alguns países adotarem uma política multiculturalista deve-se, em grande parte, à dinâmica das migrações a às reivindicações por parte de grupos, cuja identidade emerge de ideologias ou costumes diferentes dos que são normatizados pela definição de uma identidade nacional construída pelo processo de homogeneização cultural-identitária característico do Estado-Nação, onde a monocultura e a identidade única são consideradas como norma social (NETO, 2005, p. 298).

O multiculturalismo só ganhou evidência quando foi tratado como fator político trazendo questões de resistências sociais, mostrando-os como fator de enriquecimento cultural. Dentro desta perspectiva, entra algo mais novo que é o conceito de hibridismo, que vem abordando questões sobre essa mistura de etnias, de culturas que são fatores positivos de

⁴ KYMLICKA, Will. *La citoyenneté multiculturelle: une théorie libérale Du droit des minorités*. Montréal, 2001.

inovação, pois é um grande desafio interculturalidade. Segundo Cozer (2005) antes o hibridismo reportava à biologia e à preocupação com a mistura das espécies que aflorava em pesquisas e escritos europeus do século XIX, que a primeira definição de hibridismo veio no dicionário Houaiss da Língua Portuguesa com um conteúdo negativo, apontando para o cruzamento animal de espécies diferentes.

Ao traçar paralelos com espécies híbridas de animais estéreis e plantas debilitadas, a ciência européia divulgou o princípio de que miscigenação seria danosa para a espécie humana. Cientistas enfatizaram que o cruzamento de raças diferentes resultaria não tanto em infertilidade, mas, principalmente, na decomposição ou degradação dos descendentes híbridos (COZER, 2005, p. 165).

No decorrer da história as mudanças ocasionadas com a mistura de raças, a carga de conflitos gerou o híbrido e com o tempo, o que antes havia sido desenvolvido pela biologia, os estudos linguísticos, tomaram emprestados para abordar as misturas entre uma língua européia e outra língua nativa ou africana que resultaram na língua crioula (COZER, 2005), até se solidificar. Para uma melhor visualização, vamos a um exemplo mais prático, quando escravos eram separados das suas famílias, indo para fazendas coloniais, as comunidades tinham várias línguas naturais e não tinham uma oportunidade de aprender formalmente a língua do colonizador, então desenvolviam um *pidgin*, isto é, um sistema linguístico rudimentar, com palavras baseadas na língua do colonizador, gerando outra língua.

Houve momentos de reações contra o estrangeirismo, surgindo até movimentos de purificação, só que o tempo se encarregou de expandir tais elementos descendentes da globalização, muito próprio de cada região. Mas o conceito de hibridismo é muito mais amplo, Peter Burke (2013), diz que não existe uma fronteira cultural nítida entre grupos, e sim, pelo contrário, um continuum cultural. É um grande fenômeno analisado por este autor, que traz uma diversidade de território, e de globalização.

Exemplos de hibridismo cultural podem ser encontrados em toda parte, não apenas em todo o globo, como na maioria dos domínios da cultura, religiões sincréticas, filosofias ecléticas, línguas e culinárias mistas e estilos híbridos na arquitetura, na literatura ou na música. Seria insensato assumir que o termo *hibridismo* tenha exatamente o mesmo significado em todos estes casos (BURKE, 2003, p. 23).

Burke (2003) apresenta três tipos de hibridismo ou processos de hibridização, que envolvem artefatos, práticas, e povos. No artefato refere-se por exemplo a construções, como na Ucrânia do século XIV com arquitetos italianos, e também ortodoxos ao construírem uma igreja no século XVI. Artesãos alemães, italianos e armênios, contribuíram para a criação de um estilo híbrido, combinando elementos de tradições e culturas, com diferentes elementos.

Outro tipo importante de artefato é o texto, e as traduções são os casos mais óbvios de textos híbridos, já que procuravam por aquilo que era conhecido com “sujeito equivalente”, que envolvia a introdução de palavras e ideias que são familiares aos novos leitores, mas que poderiam não ser inteligíveis na cultura na qual o livro foi escrito.

As práticas híbridas, se identificam nas religiões, na linguagem, no esporte, e na música, que fornece um rico exemplo de prática de hibridização. O jazz sendo um exemplo famoso que mostra uma combinação de elementos, e se formos avaliar ainda, na nossa música brasileira existem muitas misturas, e a cada ano surgem músicas sempre trazendo uma “novidade”, o reggae uma forma de música que originou na Jamaica e que agora já se encontra um pouco mais modificado.

O terceiro caso é os povos híbridos, que é o mais importante nesse processo, temos grupos como os anglo-irlandeses, os anglo-indianos, e os afro-americanos, por serem de culturas diferentes, os filhos nasceram dessa mistura, dando origem a indivíduos híbridos.

Burke (2003) ainda destaca que as metrópoles são um local de grandes trocas de culturas, cruzamentos tanto de comércio quanto de cultura com a presença de diferentes grupos de imigrantes. Outro local também de grande contatos são os portos como Veneza do século XV, a Lisboa e a Sevilha do século XVI, e outro caso de hibridismo também são as fronteiras, esses locais de encontros são onde mais acontecem as trocas culturais, entre modas, língua, que acaba refletindo na interação, nos contatos étnicos, e no desenvolvimento, construindo a identidade do indivíduo e na identidade regional.

4. ENTRE AS DIFERENÇAS E OS PRECONCEITOS

Márcia Kupstas é professora e escritora descendente de ucranianos, russos e lituanos, desde a adolescência escreve textos de ficção publicando-os em suplementos literários e revistas destinadas ao público infantil e juvenil, seu primeiro livro lançado foi “crescer é perigoso” em 1986 e é autora de romances e contos dentre eles “Gringa” o qual utilizaremos para fazer a nossa análise.

O conto “Gringa” tem como personagem principal Sorá que é uma imigrante brasileira que mora na Rússia e que vai à festa do seu noivado com Victor, que acontece na casa da avó dele e em meio à festa ela acaba por descobrir que as pessoas que lá estão não gostam muito de imigrantes, porém isso não fica claro a não ser pelo modo como as pessoas demonstram por gestos e olhares e cochichos em russo.

No conto que estamos analisando há um tema central que é percebido, a imigração e, mais especificamente, o preconceito que estes sofrem em terras estrangeiras, tudo isso provocado pelas diferenças que ambas apresentam, pois o conto começa por mostrar logo de início a diferença de Sorá em relação aos outros personagens.

Eu era a mais bonita, ali. Isso eu procurava repetir dentro de minha cabeça, minuto a minuto: a mais bonita. Mas talvez, naquela família, o que menos importava era beleza. Pior: a beleza seria um problema a mais para enfrentar. Eram gordas, as convidadas. A anfitriã também com sua óbvia dentadura de dentes certos demais. A avó usava uma peruca alourada. O esmalte das primas era gritante, fora de moda. Ah, como eu conseguia maldosamente reparar nesses detalhes. E como me sentia infeliz, sabendo que era diferente deles... superior? Isso, nunca (KUPSTAS, 2002, p. 33).

Percebemos no trecho acima que Sorá observa a sua diferença em relação aos outros que estão na casa ao mostrar a sua beleza que é segundo ela mesma, muito maior que as das outras mulheres que lá estão, mas como a própria personagem fala isso seria um problema a mais, pois por mais que fosse mais bonita, ela se faz um questionamento se seria superior, já que uma imigrante que está em busca de um casamento e não fica claro o seu objetivo de estar naquelas terras, mas como a maioria é por necessidades econômicas, nunca seria superior a ninguém, já que por ser diferente pode demonstrar uma inferioridade e suas palavras podem revelar uma tentativa de afirmação para sua autoestima.

Victor não me deixava sozinha. Nós dois juntos, conduzidos para o melhor sofá da sala, sentados juntos, como “dois namoradinhos”, falou sua tia, nos indicando o sofá estreito. E nós ficamos lá, quase sós, em meio à festa. Estavam sendo gentis: polidez enjoativa, sorriso educado; beijinhos da avó, resmungando palavras estrangeiras com Victor. Ele ficou corado, respondeu a avó. Meu Victor sempre tão fácil de corar. E tão ruim como mentiroso, quando perguntei o que a velhinha havia dito. Estávamos sós (KUPSTAS, 2002, p. 34).

Percebemos neste trecho o início da revelação do preconceito, mas não é preconceito escancarado, mas velado e de maneira quase imperceptível, pois o tratamento que davam a ela era de forma exagerada e que a própria personagem revela como enjoativo, mas ao mesmo tempo são pronunciadas palavras que ela compreendeu, mas o rosto de seu noivo revela a força das palavras, que faz com ela perceba a vergonha sofrida por ele, sendo que ele não revela o que foi pronunciado por tamanha gravidade e preconceito que talvez estejam contidos na frase.

À minha volta, gente falando em Russo, gente bebendo e me olhando; na sala, as senhoras e crianças. Um ou outro jovem, e nós. E daí que falassem em russo? Poderia ser alemão, polaco, grego. Eu continuaria sendo diferente. Sendo a brasileira gringa (KUPSTAS, 2002, p. 34).

Novamente a personagem se vê como diferente e um dos elementos dessas diferenças é a língua, já que todos falavam em russo, e ela afirma que mesmo que fossem outras línguas, ela sempre seria considerada diferente, pois era de outra nacionalidade e nunca pertenceria a casa, à família, à nação. Conforme argumenta Roberto Damatta (1986, p. 18) “por ser um espaço assim inclusivo e, simultaneamente, exclusivo, a casa pode ter também seus agregados. Pessoas que vivem no domicílio, mas que não são parte da família.”

Pedi licença para ir ao banheiro. Victor mal se moveu, eu ocupava tão pouco espaço na poltrona. Meus quadris estreitos, meu corpo magro. Eu não incomodava, era tão opaca, ou ao contrário? Exatamente por isso, era aquela com quem Victor não deveria casar. O grande erro, na família (KUPSTAS, 2002, p. 34).

As diferenças são mais que elementos que singularizam o ser, pois o que percebemos é que no caso do imigrante isso é utilizado como elemento para repudiar, levá-lo à margem, se sentir de uma forma ou outra não pertencente àquele lugar. Para o imigrante viver em outro lugar que não o seu, é depender da aceitação, mas essa é medida muitas vezes pela necessidade das sociedades de acolhimento em tê-los apenas para construção de uma mão de obra, produzindo assim uma subalternidade.

Da mesma maneira, a constante associação da imigração a um “problema” para a sociedade de acolhimento, um problema que cabe aos governos resolver, deixando entrar e permanecer apenas o número estritamente necessário para desempenhar as tarefas para os quais não há mão de obra disponível, essa associação não pode deixar de investir a figura do imigrante de um valor de “indesejabilidade”, como se tratasse de um convidado indesejado, ou apenas tolerado à mesa como um ocidente cuja riqueza ajudou a construir, ontem como trabalhador indígena no sistema de exploração colonial, hoje como trabalhador imigrante na metrópole (DIAS, 2012, p. 24).

Como nos apresenta Dias (2012), o imigrante é apenas alguém que está na sociedade porque é de alguma forma útil, mas essa utilidade não é motivo de aceitação é apenas certa tolerância, para que a sua força de trabalho seja utilizada. No texto isso não fica claro, mas quando a personagem é apresentada à família e Victor procura deixar claro a formação dela e a classe econômica a qual pertence, é uma maneira de mostrar que pode ser útil, e pode ser utilizada como mão de obra.

Essa é a Sorá. Ela faz faculdade, vai ser pedagoga..., palavras ditas com pressa, muita pressa, antes que as pessoas pudessem terminar o que estavam pensando, (...) Ela é classe média, é inteligente. É igual a nós não é uma qualquer (KUPSTAS, 2002, p. 35).

Mas fica evidente que Sorá não era bem vinda naquela casa, pois era uma brasileira e por ser dessa nacionalidade acaba por carregar consigo uma ideia de que brasileira é “puta”, pela forma como se veste, isso é percebido no seguinte trecho:

- Josef, deixa a moça! Não repara, que o Josef... – a mãe de Victor chegou, fazendo um gesto, “meio alto”, e resmungou em russo com ele, aquela língua que virava um código: falar mal de mim? Ou era medo, o medo da minha sedução – já levou o filho, quer o quê? Conquistar o pai? (KUPSTAS, 2002, p. 35).

Apesar da personagem se encontrar em outra terra, acaba por carregar consigo o peso de seu país de origem e a identidade, pois para Bonnemaïson e Cambrèzy (1996, p.10 *apud* HAESBAERT, 2005, p. 36) “o território cultural precede o território político e com mais razão precede o espaço econômico”, quer dizer que nossas marcas culturais sempre estarão conosco, como algo que nos marca fora de nosso território é o que percebemos em mais um questionamento que Sorá se faz:

Eu devia estar maluca, eu exagerava. Isso é ridículo, Sorá. Acalme-se. Mas ainda ardiam na minha pele, meu coração, tantas outras marcas. “O Brasil é uma democracia racial”, nós aprendíamos na escola, desde o Jardim da Infância. E o primeiro xingamento que amiguinhas brancas me faziam era “preta”, como se isso, sim, doesse mais que xingar mãe ou ofender honra (KUPSTAS, 2002, p. 35)

Essa diferença que a personagem traz consigo, irá se tornar bem mais forte, saindo de uma pequena diferença para um preconceito que está sentindo, pois suas características são bem mais marcantes em meio aos russos, já que eles são brancos, loiros de olhos azuis e talvez por esse motivo e por trazer consigo marcas de preconceitos em sua vida, vai passar pelo mesmo sentimento. “Preta, preta. Claro, eu era a única preta na festa. Victor abriu-me espaço no sofá” (KUPSTAS, 2002, p. 35).

A diferença acaba por se tornar um preconceito, pois ela se sente a única que atrai os olhares de quem está na festa mesmo fazendo as mesmas coisas que os outros fazem, é o peso de quem é um imigrante, alguém que não é desejado, que não é bem-vindo naquele lugar.

Florestan (1972, p. 73) argumenta que sociologicamente, o preconceito e a discriminação de cor são uma causa estrutural e dinâmica da “perpetuação do passado no presente”, que seus efeitos normais e indiretos das funções do preconceito e da discriminação de cor é que o fazem, restringindo as oportunidades econômicas, educacionais, sociais e políticas do negro e do mulato, mantendo-os “fora do sistema” ou a margem e na periferia da ordem social competitiva. Vejamos o comportamento da personagem a seguir:

Novos drinques , peguei meu terceiro copo. Todo mundo bebia lá que era um exagero, mas tinha certeza de que tia Wanda ou a avó contavam os meus drinques: brasileiro que bebe. Que fede. Preto. Prostituta. Ladrão. Ele podia escolher tanta moça, e justo uma preta que não presta. Os olhos deles falavam. Não podia ser só a minha imaginação; eu não seria tão louca assim; não seria (KUPSTAS, 2002. p. 36).

Como a narrativa é marcada pelo tempo psicológico, a estória acontece na mente de Sorá, por isso acredita estar louca com todos os pensamentos em relação aos outros que ali estavam e o modo que eles a enxergavam porque poderia ser algo apenas da sua cabeça e que realmente não seria uma indesejada naquele lugar, porém a personagem vai ficar com a certeza a partir do momento em que as sobrinhas de Victor entram em cena.

As sobrinhas (cinco e sete anos) com a outra ingenuidade: “Essa é a sua noiva, titio?” o eeeeeessa soando como chicote, o risinho muito adulto, enquanto a mãe puxava as meninas pela mão, carregando depressa as autoras do crime de falarem alto o que todos pensavam. Todos (KUPSTAS, 2002, p. 36)

O que a personagem achava que era apenas algo em sua mente acaba de ser revelado pelas crianças, que o ser diferente realmente motivava o preconceito e ser uma imigrante preta, brasileira era sim um motivo para não estar ali, que necessitava sair, buscar o seu lugar, pois demonstravam que não era bem-vinda.

Por fim, a personagem acaba por aceitar de maneira submissa todos aqueles preconceitos velados que a família de Victor sentia por ela, pois por mais que revelasse o que estava sentindo, seus sentimentos não seriam de maneira nenhuma levados em conta e como Sorá mesmo fala seria considerada uma louca, pois a voz de quem não tem pertencimento não é ouvida, mas se faz de um silenciamento.

Desta vez, não me importei que duas lágrimas ultrapassassem os cílios – talvez também me chamassem de louca. Se comentasse meus sentimentos com meu noivo... bem. No “mas nós não a tratamos tão bem? vai-se entender o que passa pela cabeça dos pretos” (KUPSTAS, 2002, p. 37).

A personagem termina sua saga como uma imigrante onde na terra dos outros deve baixar a cabeça e se submeter aos preconceitos que lhes são colocados, pois não pode fazer nada que lhes faça pensar que é mais diferente em termos culturais, pois com certeza sofrerá mais preconceitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho foi feito a partir de uma análise no conto “Gringa” nos discursos das personagens presentes na narrativa ficcional, a forma como o preconceito e a diferença se desenvolveram, demonstrando um certo temor de nacionalidade, tanto em quem é de fora, em especial a protagonista, quanto para o país acolhedor, como uma forma de compreender se existe um limite em ser diferente, pois o que mostrou a análise é que a diferença para quem é um imigrante é um motivo para gerar preconceito, já que este é visto como alguém que está ali como um intruso, como aquele que não faz parte, por não ter nascido naquela terra.

Percebemos ainda a existência dos preconceitos estarem ligados às marcas culturais que todos nós carregamos e que fazem a nossa identidade. Algo que nos chamou atenção é que muitos indivíduos, mesmo não sendo imigrantes, podem se identificar com a personagem, por trazer questões sociais bem marcantes com relação ao preconceito que não apenas centraliza a questão do imigrante, mas outros fatores de inferioridade quando se diz respeito ao diferente que pode ocorrer sobre questões de choques culturais entre regiões locais e familiares.

Outra visão é como tratamos ao longo do tempo o estrangeiro, o imigrante, como é o nosso comportamento diante da realidade com o diferente. Não percebendo que a forma que tratamos o outro diante de sua nacionalidade, pode ser uma ameaça, criando conflitos internos ao indivíduo se for de uma forma negativa.

Por meio dessa análise literária, foi percebido que muito mais do que um instrumento de prazer estético a arte pode ser um grande aliado na compreensão da sociedade, já que esta é produto do meio e, sendo assim, reflete as nossas ações boas ou ruins que constituem a nossa cultura.

O presente artigo também trouxe questões sobre o multiculturalismo, sobre o surgimento de grupos étnicos que nascem de processos migratórios e que o que antes era nacional passou a ser mais regional, ficou mais localizado.

Sobre os países que foram mais flexíveis as novas culturas, se desenvolveram mais que os outros, mas o Brasil se destaca no que se diz respeito à mistura das raças, culturas, como: arte, música, culinária, e nas características fisiológicas, onde somos sujeitos híbridos, não existe nada puro, somos uma mistura de etnias, costumes, uma diversidade cultural e rica e uma identidade que está sempre em processo de construção.

É importante destacar a importância da literatura para os estudos culturais, como forma de conhecimento que está atrelada ao mundo, à sociedade, às diferentes questões que

abarcam uma nação e que servem como um instrumento de compreensão dessas questões como no caso aqui apresentado, o preconceito sofrido pelos imigrantes.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo, Rs: Editora Usininos, 2003.

COSER, Stelamaris. **Híbrido, Hibridismo e Hibridização**. Conceitos de Literatura e Cultura/Eurídice Figueiredo, (org.)Juiz de Fora.UFJF, 2005.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?**.Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

ECO, Humberto. **Cincos escritos morais**. Eliana Aguiar (Trad.), 7ª ed. RJ, Record, 2006.

FIGUEIREDO, Eurídice (Org). **Conceitos de literatura e Cultura**. Juiz de Fora, UFJF, 2005.

FLORESTAN, Fernandes. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1972.

NETO, Arnaldo Rosa Vianna. **Multiculturalismo e Pluriculturalismo**. Conceitos de Literatura e Cultura/Eurídice Figueiredo, (org.)Juiz de Fora.UFJF, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz da Silva e Guaciara Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

KUPSTAS, Márcia. **Gringa** In: Pátria Estranha – Histórias de peregrinação e sonho. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração: ou os paradoxos da alteridade**. Tradução Cristina Murachco. São Paulo: EDUSP, 1998.

CIDADANIA, RENDA E CONSERVAÇÃO: PERCEPÇÕES SOBRE UMA POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Tânia Guimarães Ribeiro¹
Paulo Victor Sousa Lima²

RESUMO

Este artigo realiza uma análise sociológica sobre os efeitos da implantação do Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde (PBV), uma política pública socioambiental de nível federal. Nosso enfoque é sobre a percepção dos atores locais, residentes na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, localizada no município de Bragança, no estado do Pará. Ressalta-se nesse estudo de base qualitativa, a compreensão dos moradores e usuários da Unidade de Conservação sobre os propósitos dessa política que se sustenta em dois eixos: a conservação ambiental e o combate à pobreza. Os resultados evidenciam a percepção da melhoria na qualidade de vida através do acesso à renda e o entendimento de que as práticas de conservação ambiental não foram alteradas pela política. O auto reconhecimento como cidadãos deriva de seu pertencimento ao território atrelado às suas práticas socioeconômicas. Conflitos, conquistas e desafios fazem parte do processo de conquista de direitos e políticas públicas que consolidem o território.

Palavras-Chaves: Políticas Socioambientais. Reserva Extrativista Marinha. Cidadania. Amazônia.

ABSTRACT

This article aims to do a sociological analysis about the implementation of the Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde (PBV), a socio-environmental public policy at the federal level, and its effects. Our focus is on the comprehension from local actors, who live in the Caeté-Taperaçu Marine Extractive Reserve, located in Bragança Town, in the state of Pará. It is highlighted in this qualitative study, the perception of residents and users of the Conservation Unit about the purposes of this Environmental Policy based on two axes: environmental conservation and the fight against poverty. The results show the perception of the improvement on the quality of life through income and the understanding that environmental conservation practices were not modified by the policy. Self-recognition as citizens derives from their feeling of belonging to the territory linked to their socioeconomic practices. Conflicts, gains and losses are part of the struggle for the conquest of rights and public policies that consolidate the territory.

Keywords: Social Environmental Policies. Marine Extractive Reserve. Citizenship. Amazon.

1. INTRODUÇÃO

O processo de institucionalização de políticas públicas tem se constituído em importante campo de análise para a área das Ciências Sociais, notadamente pelo seu potencial democratizante e inclusivo. A sociologia tem se debruçado sobre o tema analisando diversos aspectos e nuances sobre seus efeitos no contexto brasileiro (CORTES e LIMA, 2012;

¹ Doutora em Sociologia Pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Docente da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará; e-mail: ptolomeu@gmail.com

² Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará e Bolsista do Programa Institucional de Bolsa a Iniciação Científica; e-mail: victorsousou2@gmail.com

LOPES e HEREDIA, 2014; SOUZA, 2006), tendo em vista a heterogeneidade de interesses e de agentes sociais envolvidos. O espaço social que se configura no século XXI é marcado pela ampliação das demandas dos movimentos sociais que em busca de reconhecimento cruzam as fronteiras entre Estado e sociedade civil integrando as políticas públicas participativas. Os modelos de cogestão de territórios, os conselhos nas áreas do meio ambiente, da educação são exemplos que conjugam a relação entre atores das esferas da sociedade e do Estado na conformação das políticas públicas participativas (ABERS, 2011).

Nesse cenário, o movimento socioambientalista e as organizações sociais das populações tradicionais obtiveram conquistas como a institucionalização das Unidades de Conservação de Uso Sustentável. As Reservas Extrativistas Marinhas evocam o reconhecimento de grupos que são, em sua maioria, pescadores e pescadoras tradicionais preocupados com o destino dos recursos naturais marítimos em decorrência de pesca predatória e dos impactos das atividades industriais. A manutenção desses territórios, mediados pela cogestão, requer a garantia de direitos e políticas que considerem as necessidades socioeconômicas e culturais das populações locais. Esse processo desenha conquistas, conflitos e desafios. No que tange à região amazônica, o destaque se dá sobre o impacto das políticas socioambientais, em decorrência dos embates para a legitimação das unidades de conservação enquanto espaço de conservação da natureza e da sociabilidade tradicional. Parte-se do entendimento de que a miríade de atores envolvidos nas disputas simbólicas e materiais no território resultam em conflitos que requerem a observação contextualizada, levando-se em conta os condicionantes que vão além desse espaço. Cabe ainda considerar todos os atores envolvidos como agentes influentes, mesmo que possuindo níveis diferentes de forças.

O presente artigo tem por objetivo analisar, através da percepção dos moradores e usuários bolsistas³, alguns efeitos da implantação do Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde (PBV) na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (REMCT), localizada no município de Bragança, litoral do estado do Pará. Essa política ganha importância ao propiciar o fortalecimento às Unidades de Conservação (UC) de Uso Sustentável. É parte também das conquistas das populações tradicionais que vivem nesses espaços. Entendemos que tal reconhecimento não se apresenta de maneira consolidada, mas requer esforços constantes, como reivindicações políticas que assegurem a manutenção de seus territórios e de seus modos de vida (RIBEIRO, 2016).

³ O termo “bolsista” é utilizado em contraposição à expressão “beneficiário” presente em textos oficiais. Ao compararmos essas duas nomenclaturas verificou-se que identificar os sujeitos alvos de políticas públicas, em particular as de transferência de renda, através do termo “beneficiário” pode gerar uma discriminação negativa (CASTEL, 2008) sobre aqueles indivíduos. Rego e Pizani (2014) utilizam o termo “bolsista” ao analisar o Programa Bolsa Família, destacando o papel das mulheres bolsistas, as quais assumem protagonismo econômico e social através dos recursos financeiros da bolsa.

Os dados aqui apresentados são produtos de estudos realizados na Resex em tela no ano de 2017⁴. Nesse artigo são descritas as políticas públicas e projetos sociais que incidem no território e, em particular, são analisados os efeitos da PBV para os bolsistas. Para a realização desta pesquisa coletamos dados em sites oficiais (Portal da Transparência, o Ministério do Meio Ambiente – MMA - e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio), realizamos entrevistas e conversas informais, delineando a percepção dos atores locais. A consulta à documentação oficial da REMCT (Atas de reuniões; Plano de Manejo; ofícios, entre outros)⁵ foram fundamentais para a complementação da análise, nos dando pistas sobre os atores sociais envolvidos no contexto observado.

A discussão a seguir é apresentada da seguinte forma: no item 2, a partir da caracterização da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, destacamos aspectos socioeconômicos e histórico de formação do território, nos quais as dinâmicas e a agência dos diferentes atores tecem relações sociais que repercutem de forma específica na implantação do PBV; no item 3 são apresentados dados oficiais sobre o PBV em Bragança e o processo de implantação da política na REMCT, observando as nuances desenhadas pela ação dos bolsista, dos gestores e das organizações sociais; e no item 4, são analisadas as impressões dos bolsistas e das lideranças comunitárias sobre a repercussão do PBV na Reserva.

A literatura sociológica sobre políticas públicas, participação e movimento socioambiental embasa a reflexão que aqui propomos, composta por Abers (2015); Abers e Von Bülow (2011); Alonso, Costa e Maciel (2007); Cortes e Lima (2012); Leite Lopes (2014); Lopes e Heredia (2014); Souza (2006). Nas considerações finais são discutidos os impactos da política socioambiental na REMCT, retratando os resultados sobre a vida dos bolsistas; os acordos e conflitos são parte das relações que envolvem os atores sociais e os representantes do Estado.

2. ATORES E DINÂMICAS SOCIAIS NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CAETÉ-TAPERAÇU

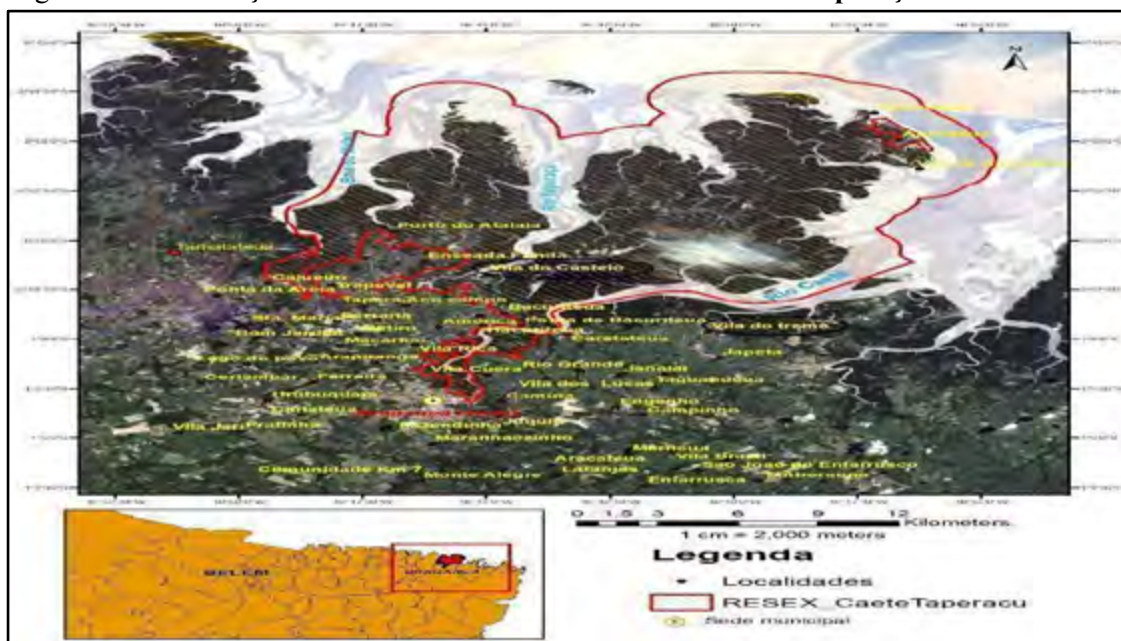
A Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (Figura- 01) está localizada no Município de Bragança, litoral do Estado do Pará. Situado na mesorregião do Nordeste

⁴ A partir dos resultados do plano de trabalho “Identificação de Políticas Públicas e Sociais Destinadas aos Usuários e Moradores da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu”, (Programa Institucional de Incentivo à Pesquisa - PIBIC/UFPA - 2016-2017), de Paulo Victor Sousa Lima, orientado pela Prof^a Tânia Guimarães Ribeiro, e dos resultados dos projetos de pesquisa “O Desafio Político da Participação em Unidades de Conservação” CNPq 2013-2016 e “Território, Participação e Ação Pública em uma Unidade de Conservação na Amazônia”, também coordenados pela professora.

⁵Pertencentes ao acervo do projeto “Território, Participação e Ação Pública”

Paraense, Bragança possui uma população total de 113.227 habitantes. Na zona rural esse número é de 40.606 habitantes, 35,86% em relação à população total do município (IPEA, 2013). Dentre esses, incluem cerca de 5.000 famílias que dependem da Resex, conforme estimou o gestor do ICMBio, em 2012. O município possuía IDHM de 0,600, em 2010 (IPEA, 2017), demonstrando importante crescimento nos últimos 20 anos, mas ainda abaixo da média estadual. No quesito renda per capita⁶, a média do município aumentou em mais de 118% entre 1991 (R\$ 142,76) e 2010 (R\$ 311,97), perfazendo uma taxa anual de crescimento no período em torno de 4,20%, segundo o IPEA (2013).

Figura 01: Localização da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu e seu limite



Fonte: FERNANDES, William. 2018

A REMCT abriga 42 comunidades, agrupadas em oito polos comunitários. O território possui 42 mil hectares de área costeira, cerca de 7.500 km² de costa de manguezal (ABDALA et al. 2012). Dos instrumentos de gestão previstos pelo SNUC⁷, a REMCT possui o Plano de Manejo Volume I e II (2012), Conselho Deliberativo (2007) e a Associação de Usuários e Moradores da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA, 2005).

As populações tradicionais, em sua heterogeneidade, são constituídas por famílias que garantem a reprodução social através da pesca artesanal, da coleta e catação de caranguejo, do extrativismo, da agricultura familiar e da criação de animais de pequeno porte. No que tange a

⁶ Uma questão que poderá ser verificada em estudos futuros é se houve a contribuição de Programas de Renda Mínima, como o PBF e PBV, no aumento desta renda, conforme ocorrido em outros contextos (REGO e PINZANI, 2014).

⁷ Sistema Nacional de Unidade de Conservação.

coleta e catação de caranguejo, ela se apresenta como uma atividade responsável por 40% da renda população local (PERES, 2011; SILVA, 2018)

Nas entrevistas e na literatura sobre a REMCT (LOPES, 2016; OLIVEIRA, 2018; PERES, 2011; RIBEIRO, 2016; REIS, 2013; SILVA, 2016; SILVA et. al. 2014; SILVA, 2016) verificamos que a mobilização para sua criação inicia-se em meados dos anos 1990, distinguindo várias ordens de acontecimentos. Destacam-se os conflitos sociais e ambientais desencadeados pelo aumento de trabalhadores na disputa pelos recursos naturais, como por exemplo, sobre o pescado e a catação de caranguejos (LOPES, 2016; OLIVEIRA, 2018; PERES, 2011; REIS, 2013; SILVA, 2016). A construção da PA 458, que liga o centro do município à praia de Ajuruteua, permitiu a vinda de trabalhadores e empresas, aumentando a disputa pelos recursos naturais, assim como produziu impactos nos manguezais desencadeando a migração dos caranguejos para locais mais afastados, resultando em um maior esforço dos coletores para capturar os crustáceos (OLIVEIRA, 2018). A instalação de empresas de pesca industrial, estimulando práticas predatórias vem ameaçando a pesca artesanal, colocando em risco o modo de vida da população local, gerando pressão antrópica no seu entorno (SOUSA, 2018). A busca de alternativas econômicas dos pescadores artesanais repercutiu no acesso desordenado sobre as matas e campos que circundam o mangue, bem como na desordem sobre a pesca, catação e coleta dos recursos marítimos, por não atender o ciclo reprodutivo das espécies⁸ (SOUSA, 2018). O empreendimento da carcinicultura também é outro fator que preocupou os extrativistas e pescadores locais. A possibilidade da implementação de um projeto como este, colocava em risco os bosques de manguezais bragantino. A exemplo, a experiência em outras regiões como no Rio Grande do Norte e no Ceará, onde a instalação de fazendas de camarões trouxe doenças para os caranguejos (SOUSA, 2018).

⁸ Na REMCT foi verificada a presença de um período de defeso, o qual se configura pela paralisação das atividades de pesca e captura da espécie durante um determinado intervalo de tempo. No que se refere a captura ou coleta de caranguejo são dois momentos: i) de julho a outubro onde o caranguejo passa por um processo de troca de carapaça; ii) o segundo é o durante a reprodução do caranguejo, onde é necessária a paralisação das atividades por 5 dias durante as luas cheias e novas entre os meses de janeiro e março (ABDALA, et al. 2012)

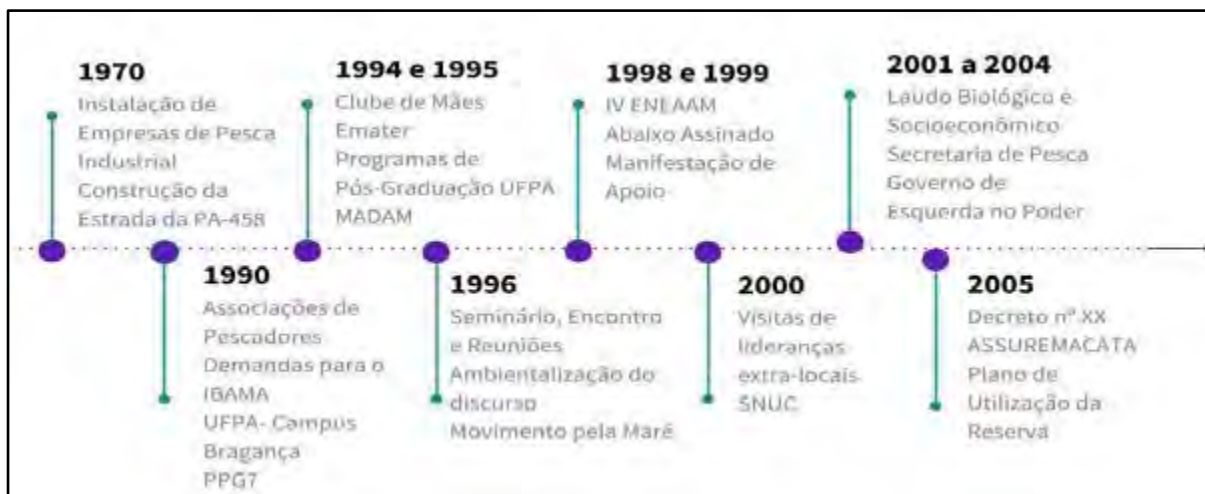


Figura 2: **Linha do tempo: principais eventos para a criação da Resex-Mar Caeté-Taperaçu.**

Fonte: Acervo do Projeto de Pesquisa “Território, Participação e Ação Pública em uma Unidade de Conservação na Amazônia. Autor: SOUSA, Victor (2018)

A mobilização para criação da REMCT remonta acontecimentos diversos e pontuais ao longo de uma década. Desde o início dos anos 1990 até 2005 (figura 2), quando a Reex foi reconhecida, constituiu-se um repertório de ações coletivas e ideias que forjou uma identidade comum entre os extrativistas e pescadores que chamamos de o “povo da maré”⁹. Diferente do que observamos em documentos oficiais (ABDALA et. al, 2012), a presença da população local foi significativa no movimento de criação da UC, destacando-se o papel das lideranças comunitárias no convencimento dos outros comunitários

[Pesquisador: Então, o senhor acredita a que criação da Resex partiu de uma demanda da população?] Entrevistado: Foi a demanda de algumas lideranças. Lideranças que abraçaram a causa (...) e essas lideranças conseguiram captar outras lideranças que foram conseguindo conquistar outras lideranças nas comunidades. (Entrevistado R.R.N. Acarajó, 2018)

Tinha uma turma que dizia que isso não iria dar certo, que iriam proibir tudo (...). Mas a turma do Contra não tinha um discurso muito afinado. Diziam que iriam proibir tudo que não iriam mais poder pegar caranguejo, que ninguém iria mais poder pescar, eles vão limitar a quantidade de caranguejo que a gente vai pegar (Entrevistado R.R.N. Acarajó, 2018)

Fizeram parte desse processo: um Clube de Mães, Associações de Pescadores, pesquisadores de instituições de ensino e técnicos de órgãos públicos (UFPA, MADAM,

⁹ A pesquisa realizada por Sousa (2018) tinha por objetivo a identificação de atores e suas estratégias no movimento de criação da REMCT. Dentre os resultados deste trabalho está a afirmação de que durante o processo de mobilizações houve a institucionalização de movimento que demandava a criação de uma Reserva Extrativista Marinha no município de Bragança, o “Movimento pela Maré”. Composto por uma série de atores e organizações, resultou na constituição de uma identidade coletiva. Sousa (2018) denominou de “povo da maré” o movimento da população local, de modo a atribuir a referência que os unia: o mar e os manguezais.

IBAMA, CNPT, EMATER, entre outros)¹⁰, agentes das esferas política, religiosa e do mercado (SOUSA, 2018). Revelando-se também lideranças de mulheres, como da dona Inezila Monteiro da Silva, da comunidade do Bacuriteua, e da professora e funcionária da Emater Clemilda Nery Santos, ambas pouco mencionadas em pesquisas realizadas sobre a UC. Destaca-se também processos extra locais em nível internacional, nacional e regional e, portanto, a atuação de atores sociais heterogêneos que conformam ações, leis, ideias e capitais simbólicos (BOURDIEU, 2004), e produzem ações locais como a implantação da Reserva. O movimento de criação da UC se aproveitam de uma série de oportunidades políticas, inclusive dos ideais ambientalistas, para consolidar o novo território (ALONSO, COSTA e MACIEL, 2007) .

A criação da REMCT reflete, portanto, o processo de ocupação da região do salgado paraense, marcado por desafios às comunidades tradicionais e às organizações sociais. Os conflitos, perdas e ganhos são parte da luta pelo direito histórico de permanecer no seu local (COSTA, 2014). O reconhecimento das populações tradicionais como cidadãs reflete-se na garantia do território e do bem-estar que as políticas públicas podem produzir, levando em conta as necessidades socioeconômicas e culturais dessa população, o que requer considerar a participação qualitativa desses atores sociais junto às esferas institucionalizadas.

3. O PROGRAMA BOLSA VERDE: DADOS E QUESTÕES

Como aponta parte da literatura que discute as Políticas Públicas, em linhas gerais, podem ser definidas como um mecanismo de solução de problemas da sociedade pelo qual o poder público procura antecipar a necessidade ao planejar e implementar ações que possam criar condições estruturais de desenvolvimento socioeconômico (SOARES, CARVALHO e BARBOSA, 2010). Cabe, no entanto, atualizar essa definição considerando a inclusão crescente das demandas dos movimentos sociais através do Estado, observando-se novas necessidades de afirmação identitária no interior do aparelho estatal, o que requer a participação ativa da população foco da política e o duplo aprendizado na relação sociedade civil e Estado (ABERS, 2015; ABERS e VON BÜLOW, 2011)

Verificam-se algumas ações do Estado na busca de se garantir a conservação de áreas florestais no território nacional, como por exemplo, a implantação de programas que se

¹⁰ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT); Universidade Federal do Pará (UFPA); Grupo de Pesquisa, Manejo e Dinâmicas em Áreas de Manguezais (MADAM); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER)

configuram como Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), caracterizados como um incentivo à conservação dessas áreas por meio da transferência direta de renda (KASANOSKI, 2016; MOREIRA, 2017). Em 2007 no estado do Amazonas foi instituído o Programa Bolsa Floresta, tendo como referência o Eco-Taxa da Costa Rica, que atua como uma compensação financeira para os serviços ambientais prestados por populações tradicionais da Amazônia e um apoio ao extrativismo (SCHERER e SANTOS, 2015; VIANA, 2008).

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde se constitui em uma política pública de caráter socioambiental e na sua implantação podemos observar algumas questões no que tange a sua importância na construção do bem-estar socioeconômico e de conquistas substanciais de cidadania. No entanto, como outras políticas públicas no Brasil, procura elevar o nível de renda da população, mas não se percebe o investimento paralelo em serviços sociais (MOREIRA, 2017).

Criado em 2011 pelo o Governo Federal, o PBV deveria atuar em conjunto com o Programa Bolsa Família como parte do Plano Brasil Sem Miséria, tendo no Ministério do Meio Ambiente (MMA)¹¹, seu administrador. O PBV tem os seguintes objetivos: a) incentivar a conservação dos ecossistemas (manutenção e uso sustentável); b) promover a cidadania e melhoria das condições de vida; c) elevar a renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural, e; d) incentivar a participação dos beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, técnica e profissional (MMA, 2016).

O Programa exige dos bolsistas algumas condicionalidades: i) uma de caráter *socioeconômico*, isto é, a família deve ter uma renda *per capita* inferior a R\$ 84,00; ii) outra de caráter *ambiental*, que visa abranger as populações residentes nos territórios delimitados pela União, o qual cumpra com o código florestal e possua instrumentos de gestão da área.

O valor pago corresponde a R\$ 300,00 a cada três meses e é sacado com cartão do Bolsa Família, no qual é fixado um adesivo para identificação do usuário. Os saques devem ser realizados em agências da Caixa Econômica. As Casas Lotéricas ficam localizadas nas zonas urbanas dos municípios, fato este que por vezes é um impedimento para que os recursos financeiros possam ser aproveitados em momento adequado pelos bolsistas, por exemplo, durante o defeso do caranguejo. Moreira (2017), analisando o PBV na Reserva Extrativista de São João da Ponta, no litoral do estado do Pará, aponta para essa dificuldade. A autora

¹¹ O Plano Brasil Sem Miséria, de 2011, criado no governo de Dilma Rousseff tinha por objetivo a eliminação da pobreza no Brasil, trazendo inovação para políticas já consolidadas como o Programa Bolsa Família. O objetivo era não somente garantir a transferência de renda, mas também fortalecer políticas públicas diversas que contribuíssem para o combate à pobreza extrema (ABERS, 2015).

demonstra que o dinheiro vindo do PBV poderia ser uma alternativa para mover o mercado em torno da UC, contudo, os bolsistas acabam por realizar suas compras nos comércios e feiras próximas à agência, no município de Curuçá. Entretanto, esse fenômeno não se repete de forma ampla na REMCT, de acordo com Sousa (2017), o dinheiro do PBV circula entre os pequenos e grandes comércios no entorno da UC.

Dados como esses demonstram que a falta de cuidado com as especificidades locais, por parte do Estado, na elaboração de uma política destinada às populações residentes em regiões de difícil acesso aos bancos, são entraves ao cumprimento de suas obrigações e direitos.

No quadro 1 podemos observar a operacionalização do PBV.

Quadro 1. Operacionalização do Programa Bolsa Verde na Resex-Mar de Caeté-Taperaçu.

FASES	ATORES RESPONSÁVEIS PELO PROCESSO		
	MMA	ICMBio	ASSUREMACATA
FASE I	Solicita a identificação das famílias para o órgão responsável pela UC	No papel e gestor da UC, aciona ASSUREMACATA a fim de suprir a demanda	A Associação se mobiliza junto ao ICMBio para o levantamento das famílias
FASE II	Depois que as informações são repassadas ao MMA, ele tem a função de cruzá-las como os dados do CadÚnico.	O MMA envia o Termo de Adesão ao Programa (TAP) para a coleta de assinatura dos responsáveis familiares.	A ASSUREMACATA é acionada novamente tendo como objetivo mobilizar os líderes comunitários a organizarem as reuniões com os futuros bolsista do PBV
FASE III	Depois e assinado os TAP's são reenviados ao MMA para a Finalização do processo		

Fonte: MMA, (2016) e Entrevista com a Gestora e o Presidente da ASSUREMACATA (2017). Autor: SOUSA, 2017.

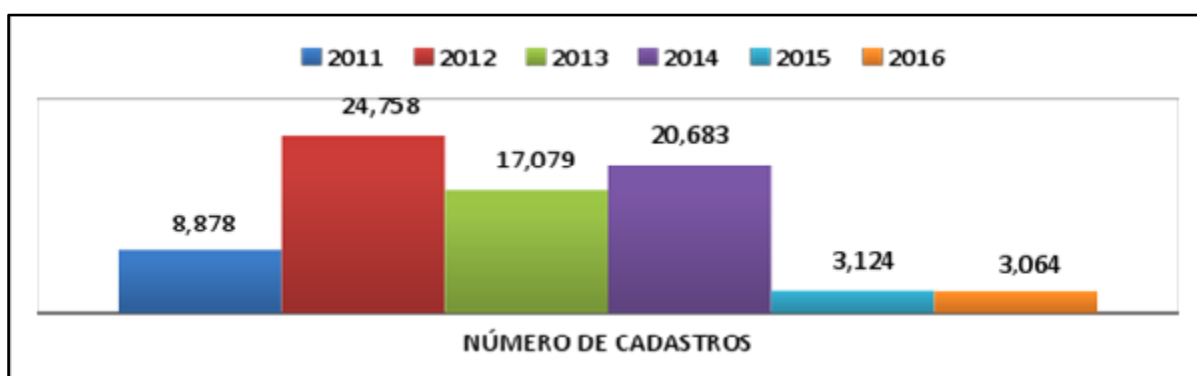
Como podemos observar, o site do MMA aponta que a rede de atores que fazem parte desse processo seria apenas o próprio MMA e o ICMBio. Contudo, durante as entrevistas com a gestora da UC (2017) e o presidente da ASSUREMACATA (2017) observamos que a ASSUREMACATA tem um papel muito importante nesse processo.

Ainda com relação ao quadro, o cadastramento e distribuição do PBV na REMCT gerou conflitos envolvendo bolsistas, representantes comunitários e técnicos governamentais. O primeiro cadastramento realizado em parceria com a ASSUREMACATA e representantes do Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária (INCRA), segundo relatos, não respeitou as regras e condicionalidades do programa da época, resultando no cadastramento de um número muito grande de usuários e moradores na UC. Isso foi comprovado ao ser feito

o novo senso com a liderança do ICMBio para o cadastramento de futuros bolsistas do PBV em 2011.

No Gráfico 1 é apresentado o histórico de cadastros de bolsistas do PBV em nível nacional, desde o ano de sua implementação, no ano de 2011, até o ano de 2016¹². Ressaltamos que os números apresentados no gráfico não demonstram o número total de inscrito no PBV por ano, mas sim o número de cadastros realizados neste período¹³.

Gráfico 1. **Histórico do Programa Bolsa Verde no Brasil.**



Fonte: MMA, (2017). Autor: SOUSA, 2017.

Se partimos do princípio de que todos os bolsistas cadastrados no PBV permaneceram no programa durante os 4 anos, é possível estimar que entre os anos de 2011 a 2014, o Programa conseguiu abranger aproximadamente 71.398 famílias em situação de extrema pobreza residentes em zonas rurais. Como pode ser observado ainda no Gráfico 1, o cenário passa por mudanças, entre 2015 e 2016 o número de novos cadastros realizados teve uma queda. Em 2015, o déficit foi de 9,16% (aproximadamente 65.444 bolsistas cadastrados) em relação à soma total de bolsistas nos primeiros 4 anos do programa. O déficit no ano de 2016 alcançou a margem dos 60% em relação às 71.398 famílias cadastradas no PBV, entre 2011 e 2015. A queda do número de cadastros pode estar relacionada com a sequência de cortes de verba sobre o Ministério do Meio Ambiente (WWF-BRASIL, 2017).

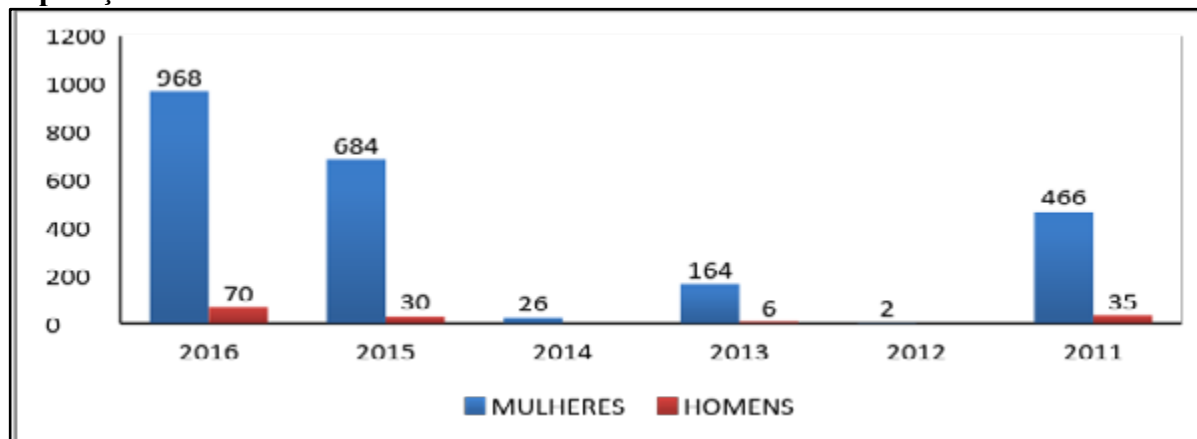
Dentre as políticas públicas e projetos sociais identificados no território da REMCT (SOUSA, 2017), o PBV é um dos que mais destinaram recursos à Região Norte do Brasil. O Pará é o Estado com o maior número de bolsistas, chegando a um total de 29.648 famílias

¹² No site do MMA e do Portal da Transparência só estão disponíveis os dados entre os anos de 2011 até 2016.

¹³ Para a realização da análise de número é importante ressaltar uma característica do PBV: sua durabilidade. O PBV delimita 2 anos de recebimento da bolsa podendo ser renovado pelo mesmo tempo.

cadastradas, sendo cerca de 60,7% da verba do programa destinada ao Estado (SOUSA, 2017).

Gráfico 2. Histórico do Programa Bolsa Verde na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu



Fonte: Portal da Transparência, 2017. Autor: SOUSA, Victor, 2017

No Gráfico 2, vemos os números referentes aos cadastros realizados na REMCT, também entre 2011 e 2016. É possível verificar que a distribuição se distingue do panorama nacional. Partindo do mesmo princípio aplicado ao gráfico 1, nos primeiros 4 anos de implementação do PBV o número de cadastrados chegou a 699 famílias em 2014, em 2015 aumentou para 912 e em 2016 chegou a 1.948 bolsistas atendidos.

É interessante ressaltar que 94% dos responsáveis pelo núcleo familiar cadastrados no PBV são mulheres. Esta superioridade do sexo feminino nos cadastros em relação ao masculino pode refletir um processo de empoderamento e autonomia desse grupo social. Esse fenômeno é destacado no trabalho de Rego e Pizzari (2014) sobre os efeitos emancipadores do Programa Bolsa Família na vida das mulheres bolsistas, pois a renda fica em seu poder.

Nas plataformas oficiais não foi possível localizar dados a respeito das famílias que foram desligadas do programa, seja pelo não cumprimento das condicionalidades, seja por terem atingido o tempo limite. O PBV não disponibiliza também avaliações sobre os impactos da política nos locais ou sobre a vida dos bolsistas – se saíram da linha da pobreza; se possuem impedimentos para retornar ao programa. Informações como essas seriam relevantes para a formulação de novos instrumentos e para o aprimoramento dessa política, contribuindo para avaliar seu impacto sobre essas populações e regiões.

No contato com os bolsistas, observamos que a respostas para algumas dessas indagações estavam presentes sua fala. Dentre as contribuições locais do PBV está o fato de que alguns usuários da REMCT, ex-bolsistas, passaram a não mais necessitar desse recurso.

São pequenos exemplos de família que adquiriram fonte de renda autônoma, gerada pelo dinheiro do PBV, através de comércios em suas residências. Contudo, isso não ocorre em todos os casos. Assim, a necessidade de criação de programas complementares que promovam a inserção produtiva dessas famílias, deve ser considerada e está de acordo com um dos objetos do PBV.

4. OS BOLSISTAS DO PBV NA REMCT – PERCEPÇÕES SOBRE CIDADANIA, CONFLITOS E AMBIENTE

As entrevistas com os atores locais nos possibilitaram a realização de uma análise de caráter subjetivo sobre os efeitos do PBV na vida dessa população. A partir da percepção dos entrevistados foi possível destacar algumas impressões que colaboram na nossa análise sobre os impactos do programa na REMCT

A Bolsa Verde era de três em três meses então era pra ajudar a preservar. Porque, por exemplo, tinha muita mãe que não tinha condição de ajudar os filhos para ir para sala de aula (...) para não matar os peixinhos, para não usar o veneno que mata os peixes. (Entrevistada, 54 anos, Bragança, junho de 2017).

Na fala anterior é possível notar a relação estabelecida, pelos próprios bolsistas, entre a quantia recebida e a sua contribuição para a conservação do meio ambiente. O que pode significar o autorreconhecimento e respeito por parte do Estado, de sua condição de cidadãos e detentores de direitos. A seguir é possível verificar de forma mais significativa a consciência daquele fato.

[Pesquisador: A senhora sabe dizer o motivo da senhora receber o Bolsa Verde?]
Entrevistada: Eu acho que é porque eu faço parte da reserva (...) graças a Deus eu estou recebendo o Bolsa Verde, já é uma ajuda, né? É uma grande ajuda pra nós que precisa comprar alguma coisa que nós precisa (Entrevistada, 54 anos, Bragança, junho de 2017).

De modo geral as políticas públicas, sobretudo as de transferência de renda que incidem no território da REMCT, são caracterizadas a partir da percepção dos atores locais, como uma *ajuda do governo*, revelando uma percepção “positiva” sobre o impacto do PBV na vida da população. Esse entendimento pode ser visto também na fala dos entrevistados quando estabelecem uma comparação entre o antes e depois, tanto com a chegada do PBV, quanto da criação da REMCT na região:

Mudou muito, de primeiro, eu com meu pai a gente tinha uma dificuldade muito grande. Tudo era difícil. Não tinha bolsa família, que o PT criou, não tinha o bolsa verde. Não tinha essas ajudas do governo, não. Pra gente estudar, tinha que comprar folha de papel na rua, daquelas de fazer prova. Cortava no meio e fazia de caderno pra ir pra escola e não faltar aula e comprava um lápis. Nós éramos seis irmãos, ela

[a mãe] comprava um lápis e torava [partia] no meio pra dar. E hoje não é assim, tudo é diferente. (Entrevistada, 24, Bragança, julho de 2017).

Fatores que são percebidos como conquistas sociais na vida das famílias extrativistas:

Quando eu estava grávida dele (aponta para o seu filho de 4 anos), eu estava tão alegre que eu ia receber bolsa verde pra mim comprar as coisinha dele. Porque estava difícil peixe pra vender, pra comprar as coisas dele. (Entrevistada, 24, Bragança, julho de 2017).

Em sua pesquisa sobre o PBV na REMCT, Nascimento (2016) verificou que outras necessidades podem ser supridas pelos recursos do Bolsa Verde. Alguns moradores da comunidade de Castelo, por exemplo, faziam uso do dinheiro para a compra de água potável, tendo em vista que água da região era imprópria para o consumo dado seu alto nível de salinidade

A partir desses contatos percebe-se que o eixo transferência de renda se sobrepõe ao eixo ambiental. Sendo a bolsa percebida e utilizada como um complemento de renda que se junta ao Bolsa Família. Vale ressaltar que na fala dos entrevistados, quando estimulados a refletir sobre o propósito da conservação da UC, pelo PBV, os bolsistas já possuíam o conhecimento dessa necessidade e atribuíam esse fator à criação da própria Resex. A despeito de não ocorrerem ações efetivas das instituições responsáveis por sua implementação (cursos, treinamento, cartilhas), junto aos bolsistas, para o alcance da meta de conservação. Fazendo entender que o movimento de criação, seus ideais ainda repercutem entre os moradores da UC, mesmo que de forma fragmentada, o que levaria a indagações e impasses sobre o futuro da REMCT, refletindo em conflitos de representação em torno de direitos e acesso às políticas públicas.

Sobre a questão do tempo de recebimento da bolsa estipulado pelo programa, é comum o entendimento sobre o impacto negativo do corte dos recursos em suas vidas

Foi pouco, eu queria mais. Era pra ser igual o Bolsa Família. Eu passei quase quatro anos recebendo. Aí pra acabar de inteirar, teve o bolsa família. Que foi baixando e baixando, levei três meses recebendo R\$35,00 era pra comprar coisas aqui pra casa, remédio, ir pra Bragança fazer exame. Foi muito difícil pra mim mesmo. (Entrevistada, 24, Bragança, julho de 2017).

Como foi relatado em outros contextos, o acesso ao recurso é um fator de dificuldade. Para ir até a Casa Lotérica que fica localizada no centro do município de Bragança, uma das

bolsistas afirma ter que acordar às quatro da manhã para enfrentar uma fila enorme, pois existe apenas uma loja lotérica para várias comunidades do município.

Esse ponto que é sentido como problema para alguns bolsistas é, ao mesmo tempo, um “ponto positivo” para outros. Pois movimenta a circulação de dinheiro nas comunidades, como no Treme. Seja pela quantidade de meios de transporte para locomover todas (os) bolsistas para o centro de Bragança, seja no comércio local.

Como foi observado até aqui, as bolsas destinadas às comunidades tradicionais estão atreladas ao reconhecimento como protagonistas da sustentabilidade, ou seja, “Significa reconhecer também que eles são mantenedores do estoque de capital natural e prestadores de serviços ambientais para o planeta e para a humanidade, e deveriam ser remunerados por isso” (COSTA, 2014, p. 203). Entretanto, como já foi observado em outra pesquisa, tal reconhecimento não pode se transformar ônus às populações tradicionais, quando lhe conferem a função de guardiões da floresta (MMA, 2017)¹⁴, atribuindo-lhes a responsabilidade de conservação da floresta, que deveria ser prioridade do Estado (SCHERER e SANTOS, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da percepção dos bolsistas da REMCT sobre os recursos do Programa vimos que o viés ajuda extra se sobrepõe ao ideal de conservação do meio ambiente. Considerando as necessidades socioeconômicas desses grupos sociais face à defasagem de cobertura das políticas em relação à sua demanda, temos uma justificativa para a prevalência do aspecto econômico ressaltado pelos entrevistados. O PBV na visão dos bolsistas se configura como uma “ramificação” do programa Bolsa Família. No entanto, se por um lado a renda é fator importante para a superação da pobreza, o projeto de cidadania requer ir além, buscando-se o reconhecimento social, o acesso à educação, à moradia, à saúde, ao trabalho, ao meio ambiente e à manutenção de sua cultura. Pois, um projeto que não observa a inserção produtiva do seu público alvo, torna difícil a tarefa de vencer o círculo da pobreza (REGO E PIZANE, 2014).

O fato dos bolsistas não perceberem o impacto das ações ambientais da política está ligado a vários fatores, um deles deve-se às falhas no processo de implementação. No que pese compreendermos que entre a projeção e a concretização das políticas ocorrem

¹⁴ Material disponibilizado no site do MMA na forma de cartilha: Cordel “o dia em que a mata sumiu”

defasagens próprias das diferenças de contextos, a falta de acompanhamento sistemático por parte dos gestores na Resex agrava a situação. Decorre daí a falta de informação quanto aos objetivos, alcances, procedimentos e sobre os atores privilegiados da política.

Os conflitos intensos e as incertezas são percebidos como efeitos desmobilizadores para uma participação mais efetiva nos fóruns de gestão. Conforme alegam os próprios bolsistas, a falta de ações como cursos, treinamentos, avaliações da política e a própria incerteza sobre a renda são elementos que dificultam o envolvimento na causa ambiental. Pois, em alguns casos, os bolsistas reconhecem-se como protagonistas da conservação ambiental identificando-se com os propósitos da Reserva. A construção conjunta de ações que respeitem o modo de vida das comunidades requer seja, o incentivo à produção e comercialização de produtos sustentáveis, seja a incorporação e valorização da mão de obra local, com a criação de cooperativas. Essas atividades já são praticadas no local e podem ser potencializadas.

É importante ressaltar o impacto decorrente do PBV na vida das famílias dos bolsistas da REMCT, uma vez que o recurso do programa não supre apenas suas carências materiais imediatas, mas também podem provocar o sentimento de autonomia e empoderamento, sobretudo em relação às mulheres entrevistadas. Resultado que se conecta com outros contextos conforme demonstrado por Moreira (2017) na Resex de São João da Ponta, entre outros. As políticas públicas podem assim, ser instrumentos para promover autonomia individual e criar senso de comunidade, em uma palavra: elas são instrumentos de cidadania, pois “visam” a proteger o status de uma pessoa como membro pleno de uma comunidade (REGO e PINZANI, 2013).

Compreendemos que políticas públicas como o Programa Bolsa Verde podem ser uma alternativa para a melhoria nas condições de vida e na diminuição das desigualdades sociais, sobretudo nas áreas rurais do Brasil. Entretanto, como foi observado, o fato de não haver investimento do governo para a inserção produtiva, diminuem os impactos amplos e duradouros para esses grupos sociais. Os constantes cortes no orçamento no Ministério do Meio Ambiente (WWF-Brasil, 2018) e a descontinuidade de investimento em novas bolsas do PBV mostram recuos por parte do Estado Brasileiro junto às áreas de conservação ambiental, notadamente nas reservas extrativistas. Fatos que podem significar a perda de conquistas das populações tradicionais, aumentando a grande dívida social em relação a essa população. Se a denominação de “guardiões da floresta” significava um fardo a ser carregado sozinho, a descontinuidade de políticas de desenvolvimento desses territórios colocará o seu futuro em risco.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Guilherme; SARAIVA, Nicholas; WESLEY, Fábio. Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu - Vol. I - Diagnóstico da Unidade de Conservação. Brasília: ICMBio, 2012a.

ABERS, Rebecca N. Ativismo na Burocracia? O Médio Escalão do Programa Bolsa Verde. In: CAVALCANTE e LOTTA (ORG). **Burocracia de Médio Escalão: perfil, trajetória e atuação**. p. 143-175. Brasília: ENAP, 2015.

ABERS, Rebecca e VON BÜLOW, Marisa. **Movimentos Sociais na Teoria e na Prática: Como Estudar o Ativismo através da Fronteira entre Estado e Sociedade?** Sociologias, vol. 3, no 28, pp. 52-84. 2011

ALLEGRETTI, M. H. Reservas extrativistas: Parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ARNT, R. A. (org.). **O Destino da Floresta: Reservas Extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. p. 17-47. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1994.

ALMEIDA, M. W. B. **Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas**. RBCS Vol. 19, n. 55, p. 33-53, jun. 2004.

ALONSO, Angela. COSTA, Valeriano e MACIEL, Débora. **Identidade e Estratégia na Formação do Movimento Ambientalista Brasileiro**. NOVOS ESTUDOS 79. Novembro de 2007. p. 151-167.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CHAMY, P. **Reservas extrativistas marinhas: um estudo sobre Posse tradicional e sustentabilidade**. Anais do I Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade- ANPPAS. 2002. 33.

CASTRO, Edna. FIGUEIREDO, Elida Moura. FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Trabalhadores da pesca e a Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá-PA: Impactos Socioambientais da rodovia PA-136**. In: Amazônia: CI. & Desenv. Nº9. Vol.5. Belém. Jul/Dez de 2009. p.231-252.

CASTEL, Robert. **A Discriminação Negativa: Cidadãos ou Autóctones?** .Petrópolis. Rio de Janeiro. Vozes. 2008.

CORTES, Soraya Vargas; LIMA, Luciana Leite. **A Contribuição da Sociologia para a Análise de Políticas Públicas**. Lua Nova, São Paulo , n. 87, p. 32-62, 2012.

COSTA, José Newton. **As Regras do Jogo para o Acesso aos Naturais na Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, no Pará.**/ Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia) Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

CUNHA, Lúcia H. de O. **Reservas extrativistas: uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade**. Encontro dos Povos do Vale do Ribeira, 2001.

GOHN, M.G.M. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. 1a ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001, v.01.

IPEA. **Atlas de Desenvolvimento Humano Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/braganca_pa>> Acesso em: 09 Fev. 2017.

IPEA. **Mapa do município de Bragança, Pa**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/braganca_pa>> Acesso em: 09 Fev. de 2017.

KASANOSKI, Danielle S. **Bolsa Verde: Benefício Social e incentivo à conservação ambiental?**. Dissertação de mestrado, CDS-UNB, 2016.

LEITE LOPES, J. S (Org.). **A ambientalização dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro : Relume Dumará : Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

LOPES, Erica Almeida. **Estratégias e experiências de participação: Um Estudo com usuários da Resex Marinha Caeté-Taperaçu em Bragança/Pará**. Dissertação de mestrado, (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia) Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

LOPES, J. S. L.; HEREDIA, B. M. A. (orgs.). **Movimentos sociais e Esfera Pública: O Mundo da Participação**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 2014.

MARIANI, Daniel; LUPION, Bruno; ALMEIDA, Rodolfo. NEXO JORNAL LTDA. **10 índices econômicos e sociais nos 13 anos de governo PT no Brasil**. Disponível em: <<<https://www.nexojournal.com.br/especial/2016/09/02/10-%C3%ADndices-econ%C3%B4micos-e-sociais-nos-13-anos-de-governo-PT-no-Brasil>>> Acesso em: 16 de nov. de 2018.

MMA. **Dados do Bolsa Verde**. Disponível em: <<<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsaverde/item/9141>>> . Acesso em: 09 de fer. De 2017.

MMA, 2017. Cordel “O dia em que a Mata Sumiu”. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/images/arquivos/desenvolvimento_rural/bolsa_verde/cartilha_odia_emque2017.pdf>> Acesso em: 16 de nov. de 2018

Moreira, Carla C. S.. **Entre a conservação ambiental e a transferência de renda: o Programa Bolsa Verde em uma Resex marinha na Amazônia**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia) Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

NASCIMENTO. Maycon Yuri. **Política do Programa Bolsa Verde na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu – Bragança-PA**. TCC (Graduação em Ciências Sociais) Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

OLIVEIRA, Marcelo. **Plano de Manejo da Resex Marinha Caeté-Taperaçu: Coprodução de uma Ação Pública em um Território em Recomposição**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia) Universidade Federal do Pará, Belém 2018.

PERES, Ariadne da Costa. **Estudo antropológico de uma comunidade na abrangência da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu (Bragança-Pará-Brasil)**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia) Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**. São Paulo, UNESP, 2014.

REIS, Ana Patrícia S. **Saber fazer e poder fazer a construção social e política da Resex Caeté-Taperaçu**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia) Universidade Federal do Pará, Bragança, 2013.

RIBEIRO, Tânia G. Limites e Desafios da Participação em Processos Decisórios numa Unidade de Conservação. In: TEISSERENC; HORÁCIO; ESTERCI (org.). **Territórios, Mobilizações e Conservação Socioambiental**. p. 261-284. São Luís: EDUFMA, 2016.

SCHERER, Elenise; SANTOS, Jander. Em Defesa da Floresta em Pé: Transferência de Renda para as Famílias Guardiãs dos Recursos Ambientais nas Unidades de Conservação no Estado do Amazonas. In: NASCIMENTO, Maria Antonia (Org.). **Tempo de Bolsas: Estudos sobre Programas de Transferência de Renda**. Campinas, SP: Papel Social, 2015. p. 95-116.

SILVA JUNIOR, Sebastião Rodrigues da; SIQUEIRA, Deis; MANESCHY, Maria Cristina; RIBEIRO, Tânia Guimarães. **Conservação dos recursos naturais, práticas participativas e institucionalização: Reserva Extrativista de Caeté-Taperaçu/Amazônia Brasileira**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [Em línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 20 de mayo de 2014, vol. XVIII, nº 477.

SILVA, Talita. **Laços associativos e práticas participativas na Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança/PA**. TTC (Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SILVA, Talita. **Conflitos Sociais e Partilha de Políticas Públicas: a atuação da Associação dos Usuários da Resex Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança-PA**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia) Universidade Federal do Pará, Belém, 2018 .

SOARES , Jeferon Boechat; CARVALHO, Maria de Lourdes; BARBOSA, Telma R. **Implementação de Política Pública: Uma Abordagem Teórica e Crítica**. X Colóquio Internacional Sobre Gestión Universitaria em América delSur. Argentina, 2010.

SOUSA, Victor. **Identificação de Políticas Públicas e Sociais Destinadas aos Usuário e Moradores da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu**. Relatório Técnico Científico. Programa Institucional de Incentivo à Pesquisa - PIBIC/UFPA - 2016-2017. Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

SOUSA, Victor. **Atores e Dinâmica de Participação no Movimento Social de Criação da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu, Bragança - PA**. Relatório Técnico Científico.

Programa Institucional de Incentivo à Pesquisa - PIBIC/UFPA - 2017-2018. Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma revisão da literatura.** *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

VIANA, João Paulo. **Dois anos de Bolsa Verde: seria essa a meta alcançável?**. In: Texto para discussão/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília. 2014.

WWF-BRASIL. **Cortes no orçamento da União atingem Unidades de Conservação e combate ao desmatamento.** Disponível em: <<<https://www.wwf.org.br/informacoes/biblioteca/?61542/Cortes-no-oramento-da-Unio-atingem-Unidades-de-Conservao-e-combate-ao-desmatamento>>> . Acesso em: 16 de nov. de 2018

DO EXTRATIVISMO A PRODUÇÃO: EXPERIÊNCIA DE PISCICULTURA EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE CURRALINHO - MARAJÓ (PA)

Talita Vieira Aranha¹
Raimundo Aderson Lobão²

RESUMO

O projeto foi desenvolvido no município de Curralinho, localizado no arquipélago do Marajó na microrregião denominada furo de Breves, em quatro comunidades: Bela Pátria, Piedade, Pagão e Canaticu. Na proposta de inserção da piscicultura no sistema de produção familiar, num contexto de comunidades essencialmente extrativistas, verificando-se na piscicultura uma alternativa de oferta de alimento assim como fonte de renda para a região. Compreendendo os principais aspectos que interferem como desafios e oportunidades no fortalecimento e criação de novas frentes de expansão econômica produtiva na região. O Projeto de incentivo a piscicultura nas comunidades ribeirinhas no município de Curralinho, surgiu de apelações de famílias a partir de questionamentos quanto à possibilidade dessa prática dentro de suas pequenas propriedades. Uma vez que sempre pautou-se em discussões do Plano de Desenvolvimento Territorial do Arquipélago do Marajó, incentivo à produção como principais diretrizes.

Palavras-chave: Piscicultura familiar. Curralinho. Marajó.

ABSTRACT

The project was developed in the municipality of Curralinho, located in the archipelago of Marajó in the borehole of Breves, in four Bela Pátria, Piedade, Pagão and Canaticu communities. In the proposal of insertion of fish farming in the family production system, in a context of essentially extractive communities, there is an alternative of food supply as well as a source of income for the region in fish farming. Understanding the main aspects that interfere as challenges and opportunities in strengthening and creating new fronts of productive economic expansion in the region. The Project to encourage fish farming in riparian communities in the municipality of Curralinho, Marajó, arose from the appeals of some families based on questions about the possibility of practicing this activity within their small properties. Since it has always been based on discussions of the Plan of Territorial Development of the Marajó Archipelago, incentives to other productive fronts as main guidelines.

Keywords: Family fish farm. Curralinho. Marajó.

INTRODUÇÃO

A região do Arquipélago do Marajó constituiu a maior ilha flúvio-marítimo do mundo com 49.606 Km² de área, integralmente no estado Pará (PDTS, 2007). Ainda que alguns dos 16 municípios que compõe o arquipélago tenham relação intrínseca com o estado do Amapá, devido à sua localização geográfica.

¹ Engenheira de Pesca (UFRA), Discente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimento Agroalimentares (IFPA) E-mail: talitaranhapesca@gmail.com

² Doutor em Ecologia de Recursos Aquáticos (Universidade Federal de São Carlos, Professor Instituto Sócio ambiental e dos Recursos Hídricos (UFRA) E-mail: adersonlobao@gmail.com

O arquipélago do Marajó caracteriza-se por ambientes distintos entre florestas inundáveis de grande potencial econômico de espécies madeiras, não madeiras e área de campos. Assim Salera Júnior (2011) ressalta que no ambiente de florestas, o açaí (*Euterpe oleracea*) destaca-se como símbolo da dieta alimentar e economia local das comunidades tradicionais.

Contudo, vale ressaltar que nem sempre o açaí foi o principal produto da economia marajoara. Desde o início da colonização, o desenvolvimento econômico da Ilha de Marajó sempre foi alicerçado no extrativismo. A pesca comercial, a extração da borracha e a exploração de madeira foram alguns dos produtos da floresta que promoveram ciclos de desenvolvimento nessa parte do norte brasileiro (SALERA JÚNIOR, 2011.p.15)

No contexto buscou-se inicialmente compreender os principais aspectos que interferem como desafios e oportunidades no fortalecimento e criação de novas frentes de expansão econômica produtiva na região.

O Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó, estabeleceu entre suas diretrizes, a elevação dos índices de desenvolvimento na região, pautados em vários campos de atuação, verificando-se principalmente o fortalecimento da segurança alimentar, além de geração de trabalho e renda, por meio de apoio no agroextrativismo e empreendimentos de base familiar.

Trabalhou-se a inserção da piscicultura no sistema de produção familiar, num contexto de comunidades essencialmente extrativistas, verificando-se na piscicultura uma alternativa de oferta de alimento assim como fonte de renda para a região. Gomes, *et al* (2013), afirma que a criação de peixes em pequenas propriedades rurais pode gerar receita com a comercialização da produção, além de incrementar na qualidade nutricional da dieta familiar.

Observando a piscicultura como a atividade de potencial a ser inserida na realidade local, existiu sempre a preocupação com os paradigmas culturais e regionais dessas famílias, uma vez que modificações no sistema de produção causam implicações no uso do espaço e de mão de obra, bem como na reorganização das atividades e na economia do estabelecimento familiar (SILVA JUNIOR, 2016). Sendo ainda observado, que uma reorganização do processo produtivo provoca alteração na vida familiar, que pode significar aumento do desgaste físico da força de trabalho além da necessidade de recrutamento dos filhos mais novos (ALENCAR, 1997).

A unidade de produção ou estabelecimento familiar não é só um espaço de produção, é também o patrimônio da família. Através da produção ocorre a relação socioeconômica do homem e de família com o meio externo, sendo o

estabelecimento ao mesmo tempo local de trabalho e de vivência familiar (SILVA JUNIOR, 2016. p. 15).

Partindo da lógica de intervenção, é importante além do enfoque técnico produtivo, a visão e o significado da proposta para essas famílias. Considerando os aspectos que influenciam direta e indiretamente nessas comunidades, como por exemplo a atividade pesqueira que implica em ocupações distintas do ribeirinho ou pescador conforme as estações da natureza e conforme regimes de marés e/ou chuvas (FERNANDES; FERNADES 2015). Ou seja, é necessário o entendimento e/ou apropriação devida desse conhecimento de sazonalidade, para implementação mais eficiente de sistemas de produção nessas comunidades. Desta forma de acordo com Fernandes & Fernandes, (2015), torna-se adequado a associação do saber tradicional das comunidades com o conhecimento escolarizado, podendo ter mais efetividade na consecução dos objetivos propostos.

1. ÁREA DE ESTUDO

O projeto foi desenvolvido no município de Curralinho, localizado no arquipélago do Marajó na microrregião denominada furo de Breves sob coordenadas 01° 48' 49" S e 49°47'43", tendo como limites ao norte o município de Breves, ao sul o Rio Pará e Baía das Bocas, e ao leste São Sebastião da Boa Vista. (Figura 1). População estimada em 33.983 habitantes segundo dados do IBGE, 2016. As atividades foram desenvolvidas em 4 comunidades: Bela Pátria, Piedade, Pagão e Canaticu.

Figura 1 – Mapa de localização do local de estudo

Fonte: Talita Guimaraes (Qgiz 3.2), 2018.

O município está dentro da Reserva Extrativista Terra Grande – Pracuúba que abrange também o município de São Sebastião da Boa Vista, foi criada pelo Decreto de 05 de junho de 2006, com área de 194.695 hectares, e tem como objetivo básico proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência (ICMBio, 2006).

As atividades econômicas dos ribeirinhos da RESEX Terra Grande-Pracuúba se caracterizam pela extração de madeiras (virola, pracuúba, anani, jacareúba, tamacuaré etc.), frutas oleaginosas (andiroba, murumuru, pracaxi e buriti), do açaí (fruto e palmito), caça de subsistência (tatu, paca, cutia etc.), a pesca (peixes e camarões) e a produção de produtos agrícolas típicos da agricultura familiar paraense (mandioca, milho, melancia, arroz, banana etc.). (SALERA JUNIOR, 2014, p. 1).

Todas as informações das atividades praticadas pelas comunidades foram devidamente consideradas, tomadas a partir de vários encontros e visitas *in loco* antes da coleta de dados propriamente dita.

O projeto contou com fomento por parte do Governo Federal sendo portanto de fundamental importância a verificação preliminar de viabilidade do projeto, assim como garantias de impactos positivos para essas famílias.

2. A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Os povos e comunidades tradicionais assim denominadas e reconhecidos pelo Decreto 6.040/2007 são os principais atores objeto desse estudo, uma vez que se trata de comunidades ribeirinhas que ocupam um determinado território, no caso específicos a ilha do Marajó. Onde a proposta verificou não somente questões técnicas mais principalmente a interferência de uma nova atividade nesse contexto social.

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (DECRETO 6.040/2007).

A demanda por essa nova proposta produtiva baseou-se na percepção que, as políticas públicas para a Amazônia nos últimos anos têm priorizado agentes exógenos, deixando de envolver pequenos agricultores e povos da floresta que, há anos, estão à margem da ação governamental, seja nos investimentos, no sistema de crédito ou nos meios de circulação de mercadorias (FERNANDES, 2015).

Em se tratando do Marajó, tem características marcantes como os baixos padrões de qualidade de vida facilmente constatados pelos indicadores. A falta de acesso a serviços e políticas públicas, restringem o potencial de desenvolvimento econômico sustentável. Esse preâmbulo se faz necessário no entendimento que levou a inquietação de alguns agentes locais, na percepção do distanciamento de investimentos públicos, ou seja incentivo específicos que fomentassem o desenvolvimento de sistemas produtivos na região.

O Projeto de incentivo a piscicultura nas comunidades ribeirinhas no município de Curralinho, surgiu de apelo de algumas famílias a partir de questionamentos quanto à possibilidade da prática dessa atividade dentro de suas pequenas propriedades. Uma vez que, sempre pautada em discussões do Plano de Desenvolvimento Territorial do Arquipélago do Marajó, incentivos a outras frentes produtivas como uma das principais diretrizes.

O anseio pela possibilidade se fortaleceu e seguiu para as discussões nos fóruns do Conselho Desenvolvimento Territorial e foi capitaneada por um grupo institucional do

município juntamente com agentes das comunidades. Este arranjo buscou um apoio mais substancializado através de investimento e assistência técnica especializada.

A ação antecedente ao início do projeto contou com a iniciativa da organização da Central de Associações do município, EMATER, Colônia de pescadores, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ADEPARÁ e Secretaria Municipal de Agricultura. Além da formação de um número significativo de famílias engajadas nessa proposta.

Figura 2 – Reunião do grupo de iniciativa do projeto



Fonte: Arquivo pessoal da autora, ano 2010.

Anterior a implantação do projeto de piscicultura familiar em Curralinho, já haviam tido algumas iniciativas de criação de peixe sem êxito, que se atribui a falta de conhecimento adequado, ou seja sem orientação e acompanhamento técnico.

Entretanto com iniciativas exitosas em outros municípios do Marajó como São Sebastião da Boa Vista, Portel e Breves que foram usados como exemplo, o ânimo foi restaurado e fortalecido para a inserção da atividade, uma vez que as comunidades são originalmente extrativistas.

A piscicultura surgiu nessa região também como uma alternativa de diminuição da pressão ambiental ocasionada por extração de madeira, promovendo razões suficiente, e

oportunidades, que justifique a implantação de um programa de apoio e estímulo à piscicultura em pequenas propriedades (ONO & KUBTIZA, 2010).

3. SISTEMÁTICA DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE PISCICULTURA NAS COMUNIDADES DE CURRALINHO, MARAJÓ.

As atividades inerentes ao projeto propriamente iniciaram-se em março de 2009, com uma grande reunião em uma das comunidades escolhidas “Bela Pátria” com a participação de um grande número de famílias, que tinham interesse e necessitavam de maiores esclarecimentos, sobre como se daria a prática de implementação do projeto.

Figura 3 – Reunião comunidade Bela Pátria, Curralinho – Marajó (PA)



Fonte: Arquivo pessoal da autora, ano 2010.

Posterior a reunião de mobilização, foram programadas visitas técnicas nas comunidades de todas as famílias que estiveram presentes, que serviu como uma forma de cadastramento e manifestação de interesse para aderirem ao projeto. De forma que as visitas serviram para subsidiar critérios para determinação das comunidades e famílias a serem atendidas.

As visitas foram realizadas por um período de 2 meses para seleção. Foi constituída uma equipe de trabalho, que obteve capacitação inicial para atuarem junto as famílias selecionadas. Utilizou-se para as excursões técnicas de metodologias participativas como a utilizada para a realidade em questão, a “*caminhada transversal*” que consiste em percorrer uma determinada área, acompanhado de informantes locais que conheçam região (SOUZA, 2009).

Figura 4 – Visitas as famílias



Fonte: Emater/Pa, ano 2010.

Os critérios preconizados foram distribuídos em 2 eixos temáticos: a) Técnico e b) socioambiental, disposto da seguinte forma:

Quadro 1 – Critério de seleção das famílias

Técnico	Socioambiental
Viabilidade do local de implantação dos tanques	Estabelecimentos familiares com áreas degradadas
Interferência do regime de maré na propriedade	Fontes de renda das famílias (atividades e programas sociais)
Participação das capacitações	Nº de jovens nas famílias com possibilidade de engajamento da atividade

Fonte: Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, ano 2010.

As atividades posteriores a seleção das famílias, foram para construção dos viveiros, e cronograma de povoamento com os alevinos de tambaqui (*Colossoma macropomum*) a espécie determinada para o cultivo devido as determinações da legislação vigente sob a IN SEMMAS Nº 004/2013 que revogou a Instrução Normativa nº 9, de 16 de maio de 2008, a qual dispõe sobre as espécies permitidas para cultivo no estado do Pará.

Foram selecionadas 50 famílias, sendo apenas 26 para escavação imediata de tanques com a apoio da Secretaria de Agricultura do município, e as demais com o fomento do Projeto de apoio a piscicultura familiar do Ministério da Pesca e Aquicultura, que previa insumos e acompanhamento para um ciclo de cultivo, no caso específico foi de 9 meses devido ao da iniciativa.

A capacitação dos atores (famílias e agentes de assistência técnica), constou de palestras e apresentação de vídeos sobre a preparação para a implantação da piscicultura familiar, mostrando desde a limpeza da área, calagem, fertilização do viveiro e questões ambientais ligadas a atividade. Posteriormente, as famílias foram orientadas sobre como realizar semanalmente o monitoramento da qualidade da água dos viveiros, fazendo uso do kit colorimétrico doado pelo projeto.

4. ASPECTOS TÉCNICOS DA ATIVIDADE IMPLANTADA

Os alevinos de tambaqui foram adquiridos no laboratório Piscicultura 18, localizada no município de Igarapé-Açu no Km 18, fazendo um transporte até as comunidades de destino por aproximadamente 24 horas desde a capital Belém. Prevendo a dificuldade de logística foi

construído um viveiro em uma propriedade na sede da cidade de Curralinho para servir de base de alevinagem e distribuição, esta ação foi fundamental para viabilidade do projeto.

Ficou determinado de no máximo 2 viveiros por propriedade com área de até 100 m² e profundidade de 1,3 a 1,5 m, com baixa densidade de estocagem variando entre 150 a 200 peixes, produzindo entre 180 a 200 kg de peixe por viveiro. A qualidade da água foi analisada antes do povoamento e se manteve em condições adequadas, ou seja, dentro dos parâmetros exigidos para o cultivo. A característica é de águas barrentas, denominadas águas brancas típicas da região do Marajó devido à grande sedimentação e lixiviação da vegetação.

Tabela 1. Qualidade de água dos viveiros nas propriedades visitadas

Variável	Unidade	Ideal	Frequência
Oxigênio dissolvido	6 mg/L	5 - 8	quinzenal
PH	6	6,5 – 8	quinzenal
Temperatura da água	25-28°C	25 - 30	quinzenal
Transparência	1,8 a 2 m	> 3	quinzenal

Fonte: adaptada a partir de dados obtidos em pesquisa de campo - Fevereiro de 2010.

As especificações técnicas estão fundamentadas em dados para produção de tambaqui, *Colossoma macropomum* (Cuvier,1818) na primeira fase de produção das propriedades do município de Curralinho. O tambaqui é uma espécie nativa que ocorre naturalmente nas bacias do Rio Amazonas, sendo principal espécie cultivada em toda região amazônica (BALDISSEROTTO, GOMES 2005 *op cit* VAL *et al* 2000).

O tambaqui *Colossoma macropomum* (Cuvier,1818), pode atingir 1 m de comprimento padrão (cp) e pesar 30 Kg, pertence à família Characidae e gênero *Colossoma*. É comumente encontrado da foz do rio Xingu, no estado do Pará, até o médio rio Ucaiali, no Peru. É também encontrado ao longo dos tributários de água barrentas do rio Amazonas e nas partes baixas dos tributários de águas clara e negras. (BALDISSEROTTO, GOMES, 2005 p. 176).

Tabela 2. Especificações técnicas do projeto

Tambaqui (<i>Colossoma macropomum</i>)		
Especificações		Unidade
Estruturas		
Número de viveiros	150	viveiros
Dimensão média dos viveiros	100	m ²
Dados de cultivo		
Duração do ciclo	9	meses
Densidade de estocagem inicial	3	alevinos/m ²
Peso indivíduo Inicial	30	gramas
Sobrevivência	80	%
Arraçoamento	3	vezes ao dia
Peso final de indivíduo	1,2	kg
Conversão alimentar	1,8	
Intervalo entre as biometrias (dias)	30	dias
Densidade de estocagem final	1,2	kg/m ²
Ciclos por ano	1	ciclos
Vigência do projeto	1	ciclos
Produção total/ciclo	288	kg

5. RESULTADOS

Na metade do ciclo de produção, foi gerado um boletim informativo acerca do acompanhamento do projeto junto as famílias, onde constava um gráfico ilustrativo sobre o desempenho de cada produtor quanto ao resultado do manejo. Para a percepção dos envolvidos a importância do manejo adequado, para o sucesso do cultivo e atender os resultados esperados dentro do programado pela proposta.

Figura 5 – Boletim informativo entregue as famílias



Fonte: Emater/PA, ano 2010.

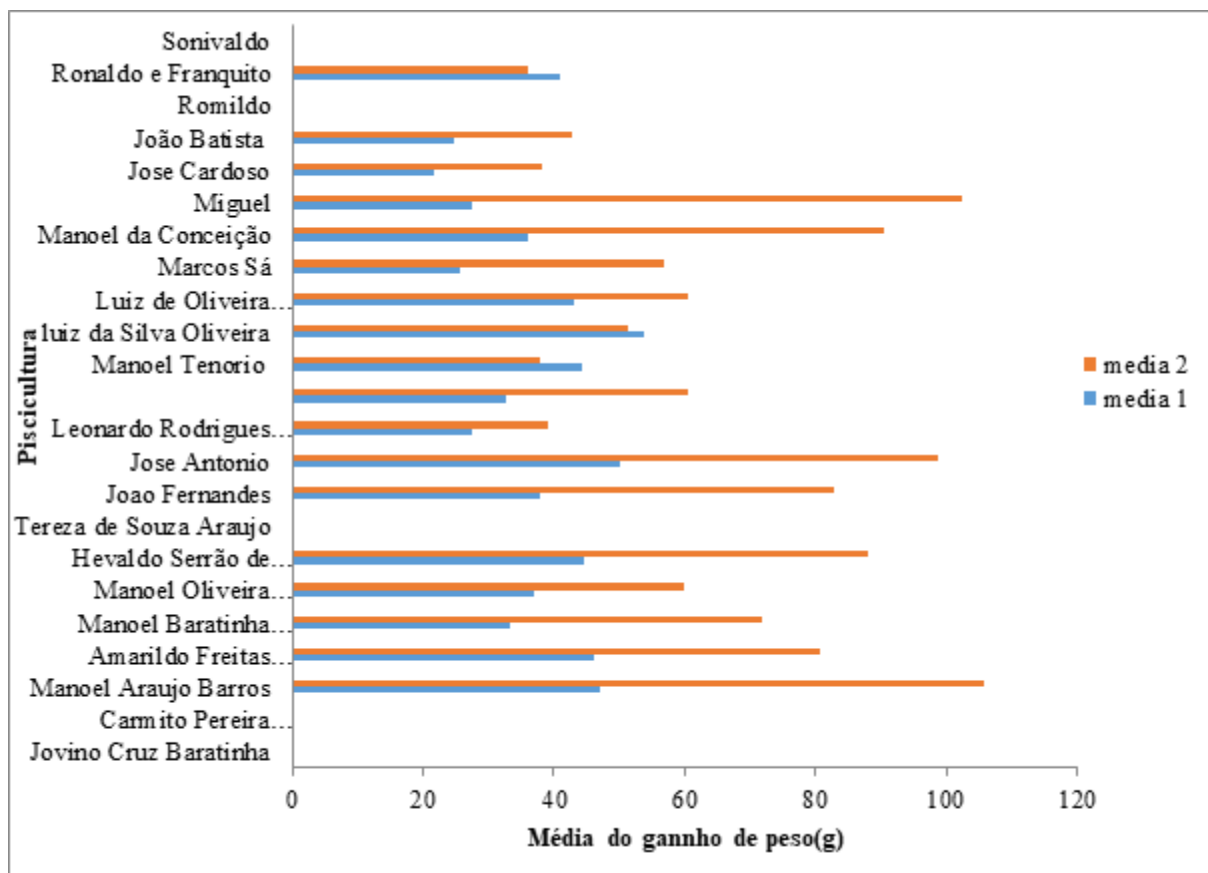
Dentre os principais resultados observados no presente estudo, temos no envolvimento familiar e seu empoderamento com a atividade o de maior relevância. Pois o projeto como já foi abordado anteriormente, previa primariamente os impactos de intervenção da inserção dessa atividade numa realidade essencialmente extrativista. Logo os dados demonstram o nível de envolvimento das comunidades, que favoreceram o alcance dos resultados de cultivo satisfatório para a realidade local.

Figura 6 – Acompanhamento e apoio das famílias nas biometrias



Fonte: Arquivo pessoal da autora, ano 2010.

As 5 biometrias realizadas no período de 9 meses de cultivo demonstraram o acelerado crescimento dos peixes, dado a qualidade e renovação de água no ambiente de cultivo, com a obtenção de indivíduos variando entre 0,8 a 1,2 Kg. Considerado um sucesso a partir dos elementos iniciais, como a falta de experiência dos envolvidos com a atividade, os poucos recursos disponíveis, adequação das técnicas a realidade local, e infraestruturas como principais desafios.

Figura 7 – Evolução do cultivo por amostragem de famílias.

Adaptado a partir de dados obtidos em pesquisa de campo - FEV, 2010.

Considerou-se animador o resultado obtido principalmente pela resposta de crescimento, uma vez que trabalhamos num sistema semi-intensivo, entretanto apesar das condições desfavoráveis de logística e acesso, além de necessidades de adaptações, não diferenciou de resultados de cultivos em condições mais favoráveis. Obedeceu o que foi estabelecido como parâmetros ideias de cultivo para garantir a sustentabilidade da atividade e viabilidade de replicação do projeto para as demais comunidades do município e/ou região

Dentro do quadro negativo do projeto observou a evasão de algumas famílias por não conseguirem se adaptar a rotina da atividade, ficou evidenciado nesse caso a falta de envolvimento na administração de tarefas dentro da unidade familiar, o número de desistência foi reduzido, mas pôde ser constatado a importância da coesão entre os membros da família nessa dinâmica.

O projeto dentro das palestras e encontros periódicos abordou a temática ambiental que foi exaustivamente trabalhada dentro dessas comunidades, demonstrando a importância deles como parte integrante do processo e agentes multiplicadores de práticas e atitudes sustentáveis.

CONCLUSÃO

Considerando o objetivo do projeto em levar experiência positiva, de inserção da atividade de piscicultura em comunidades ribeirinhas do município de Curralinho obteve-se resultados amplamente satisfatórios. Diante de tantos aspectos a serem considerados, no cenário de comunidades originalmente extrativistas. A prática incentivou não somente novas formas de apropriação de renda a essas famílias, como também garantia de segurança alimentar.

Além da percepção da necessidade da presença do Estado junto dessas comunidades, com incentivos específicos para desenvolvimento de sistemas produtivos, que garantam a sustentabilidade dessas famílias, sem alterar a sua lógica patrimonial cultural.

REFERÊNCIAS

BALDISSEROTO, Bernardo, & GOMES, Levy de Carvalho (2005). **Espécies Nativas para a Piscicultura no Brasil**. Editora da UFSM, Santa Maria-RS, 2005. 470pp. ISBN 85-7391-064-X.

BRASIL. 2008. **Plano de desenvolvimento territorial sustentável do arquipélago do Marajó. Grupo executivo do estado do Pará para o Plano Marajó** - Decreto de 30 de julho de 2007. Brasília. 296p. Disponível em:

<http://www.integracao.gov.br/download/download.asp?endereco=/pdf/desenvolvimentoregional/plano_marajo.pdf&nome_arquivo=plano_marajo.pdf>. Acesso em: 10 novembro 2018

FERNANDES, Daniel dos Santos (abril/junho de 2015). **Em busca do desenvolvimento Sustentável : Construção de Relações Sociais em comunidades ribeirinhas da Amazônia**. CIÊNCIA E CULTURA, v 6 n 2.

FERNANDES, José Guilherme dos Santos, & FERNANDES, Daniel dos Santos (2015). **A “experiência próxima”: saber e conhecimento em povos tradicionais**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre V.9 n.1 2015, p 127-150.

Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/53593>> Acesso em: 13 novembro 2018

GOMES, Andréa. (2013). **Boas práticas de piscicultura familiar. Seminário de ensino, pesquisa e extensão da UFFS**, Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS, Laranjeiras do Sul V 3 p. 34-49.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Município de Curralinho**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=614250>>. Acesso em: 10 novembro 2018

INSTITUTO CHICO MENDES DA BIODIVERSIDADE. **RESEX Marinha Terra Grande Pracuúba**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-conservacao-amazonia/2046-resex-terra-grande-pracuuba>. Acesso em: 12 novembro 2018.

ONO, Eduardo KUBTIZA, Fernando. **Piscicultura familiar, uma alternativa para a segurança alimentar**. Panorama da aquicultura, v20 n117 jan/fev 2010 14-23.

SALERA JÚNIOR, Giovanni. **Reserva Extrativista Terra Grande Pracuúba**. Textos Ensaíos. Março/2014.
Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/ensaios/2777903>>. Acesso em: 14 novembro 2018.

SILVA JUNIOR, Walmiro Amador, (2016). **A várzea esta para peixe: viabilidade sócio econômica da piscicultura na Bacia do Aricurá, Cametá, Pará, Belém**. Dissertação apresentada Programa de Pós-Graduação em Agricultura Amazônica, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, UFPA, 2016

SILVA JUNIOR, Walmiro Amador, (2016). **A varzea esta para peixe: viabilidade socioeconomica da piscicultura na Bacia do Aricurá, Cametá, Pará, Belém**, Dissertação apresentada Programa de Pós-Graduação em Agricultura Amazônica, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, UFPA, 2016

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira. **A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: diagnóstico rural rápido participativo drp**. In _____. Em Extensão, Uberlândia, 2009 v 8 n 1 p 34-47.

CRÔNICA ETNOGRÁFICA

MANEJO MÍSTICO

Rafael Grigorio Reis Barbosa¹

Géssica Silva de Sousa²

Mãos múltiplas para engravidar a terra, roçar, plantar, colher as folhas. Mãos místicas para macerar o encanto, o sumo de ervas e sabedorias. Mãos dos ancestrais, índios, negros, guerreiros, caboclos, reis e rainhas nos gestos das mãos de santo. Quem guarda essa memória na voz e entre os dedos? Mãe Ângela, o Tempo quer apagar sua história e a História não sabe do seu tempo.

Desde pequenina embalada pela vó, que foi a primeira mestra dos mistérios da Umbanda, um destino se ouvia: “ela nasceu com o dom”. Os Orixás e outros guias abriram seu caminho e um terreiro se fez em uma pequena vila no meio mata. A mata é o lugar mais vivo na terra, tudo nela é mundiado³, o desaguar das águas doces, o vento chiando entre as folhas. Lá mora Ossain. É ele quem sabe de todas as plantas. É dele a permissão para entrar na mata, mesmo com tantos donos e donas como a caboca Jurema, caboca Ita, o seu Surupira.

Mãe Ângela benze, defuma, cura, alivia a dor de quem precisa. Não se faz isso sem o auxílio dos orixás. Cada planta tem um orixá, uma serventia. Com uma folha ela tira malefício, com outra protege. Quem pode com a espada de Ogun? Se uma mãe pede para benzer o filho de colo, mãe Ângela logo arranca uma folha de pião roxo e reza pelo pequeno. O menino ri quando as folhinhas tocam a cabeça, o rosto e as pernas. Se não for benzido pelas folhas, sementes ou raízes, tem o leite da planta. Algum frequentador do terreiro reclama de um ferimento, mãe Ângela pega um galho de pião da índia e trata do ferimento sem cobrar nada.

No pequeno terreiro e “humilde”, como ela mesma diz, se acolhe quem sofre, pois a sua grandeza é a caridade, a benzedura, as folhas secas, o salão limpo, o axé. E no dia do trabalho, mãe Ângela baila, roda, canta as cantigas, prepara e se entrega, pois é casa dos seus guias. E todo santo dia é um manejo místico de cuidar do corpo e da alma.

¹ Mestre em Educação, Educador popular, pedagogo, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, IFPA, Campus Bragança. E-mail: rafael.barbosa@ifpa.edu.br

² Graduanda em gestão ambiental pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, IFPA, Campus Bragança. E-mail: aquagessica@gmail.com

³ Vocábulo amazônico para se referir àquele que foi “encantado” pelos poderes mágicos da floresta















ENSAIOS ETNOFOTOGRAFICOS

**GRUPO DE CARIMBÓ DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS
EXCEPCIONAIS - APAE:
A DANÇA COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL**

Vaniely Corrêa Barbosa Guimarães¹
Daniel dos Santos Fernandes²

A APAE foi criada no Brasil em 1955 no Rio de Janeiro, sua criação foi motivada por um grupo de pais, amigos, professores e médicos dos excepcionais inspirados com a história da americana Beatrice Bemis, mãe de uma portadora de Síndrome de Down, que quando da sua chegada ao Brasil encontrou dificuldades em achar escolas que atendessem sua filha. Estas, já estavam acostumadas com atendimentos em Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais.

É uma Associação sem caráter substitutivo ao ensino comum, que realiza suas atividades no contra turno, contribuindo efetivamente para garantir o acesso dos alunos às escolas das redes municipais e estaduais, disponibilizando serviços de apoio que complementam a formação desses alunos nas classes comuns da rede regular de ensino. Os serviços de apoio e complementação são: arte, dança, esporte, inclusão digital e capoeira. Além dos atendimentos de fonoaudiologia, fisioterapia, odontologia, hidroginástica e psicomotricidade. Utilizando desta forma uma prática pedagógica inclusiva, contextualizada e lúdica.

A APAE em Altamira iniciou suas atividades em 08 de abril de 1994, com o objetivo de realizar ações pedagógicas voltadas à construção de cidadãos conscientes, com intuito de garantir o acesso ao conhecimento sistematizado. Atualmente realiza atendimento integral às pessoas com deficiências intelectuais e múltiplas na região da Transamazônica e Xingu, recebendo também moradores dos municípios de Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu, assim como moradores de Aldeias e Vicinais, realizando atividades pedagógicas, recreativas, culturais e terapêuticas com crianças, jovens e adultos.

A narrativa imagética trata de um dos serviços de apoio e complementação oferecidos pela APAE: A Dança. A mesma possibilita o desenvolvimento cognitivo, pessoal, social,

¹ Mestranda em Linguagens e Saberes na Amazônia, Especialista em Psicologia da Educação com ênfase em Psicopedagogia Preventiva, Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia. Atualmente é Professora da Secretaria de Estado de Educação do Pará – SEDUC e Pedagoga da Universidade Federal do Pará – UFPA. Tem experiência na área da Educação. Contatos vaniely_barbosa23@yahoo.com.br; vaniely@ufpa.br.

² Doutor em Ciências Sociais/Antropologia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Campus de Bragança/PA. Email: dasafe@msn.com

psicossocial, além de contribuir na construção de sua autonomia e de manter o bom funcionamento de seu organismo. De acordo com Oliveira *et al* (2002), a dança é uma linguagem corporal que se expressa em vários aspectos concomitantemente.

A Dança nesta Associação é representada por um Grupo de Carimbó composto por Deficientes Intelectuais e Múltiplos que por meio de suas apresentações coloca-se em prática a inclusão, pois sem isto, eles encontram dificuldades de acesso a esses locais, além de possibilitá-los a interação com diversas pessoas de outros grupos sociais. O vocábulo “deficiência”, respectivamente, em inglês "disability" e em espanhol “discapacidad", refere-se à condição da pessoa resultante de um impedimento (“impairment”, em inglês). O termo “impairment” pode, então, ser traduzido como impedimento, limitação, perda ou anormalidade numa parte do corpo humano ou numa função do corpo (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF, 2004). O termo “deficiência intelectual” é definido por limitações significativas tanto do funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo do indivíduo. Atualmente a Association on Intellectual and Developmental Disabilities – AAIDD (2010), recomenda a utilização do termo “Deficiência Intelectual” em substituição ao termo “Deficiência Mental”, uma vez que este último, muitas vezes se confunde com a expressão “doença mental” que se refere à perspectiva psicopatológica.

A deficiência intelectual refere-se ao "funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas”. (BRASIL. Decreto Nº 5.296, 2004).

Partindo desse princípio a dança passa a constituir-se em uma possibilidade de um novo olhar para jovens e adultos com estas deficiências, os inserindo em um ambiente prazeroso, descontraído e de satisfação pessoal.

Neste ensaio mostramos toda dinâmica para a apresentação de Dança do Grupo de Carimbó da APAE, desde a preparação até o término de sua apresentação, em comemoração à Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla (de 21 a 28 de agosto), em 24 de agosto de 2017, na Praça da Independência, na cidade de Altamira (PA).

REFERÊNCIAS

AAIDD. **American Association on Intellectual and Developmental Disabilities**. Disponível em: <http://www.aaidd.org>>. Acesso em: 29 Ago. 2017.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em:

29 Ago. 2017.

CIF. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Organização Mundial da Saúde. Lisboa, 2004.

OLIVEIRA, L. de; ZANCAN, R.F; KRUG, M. de R; BATISTELLA, P. A. **Dança e o Desenvolvimento motor de portadores de necessidades educativas especiais – PNEES.** 20ª Edição. Educação, 2002.











O ABASTECIMENTO DA FEIRA COMO UMA AÇÃO REPRESENTATIVA DO TRABALHO COLETIVO.

Keila de Paula Fernandes de Quadros¹
Daniel dos Santos Fernandes²

A feira é um espaço de troca e venda que envolve organização, contatos entre diferentes culturas, negociação e muita dinamicidade no seu cotidiano. A feira como um todo possibilita aos sujeitos um espaço no qual eles podem adquirir produtos de consumo diário, como frutas, carnes, frangos, legumes, dentre outros itens fundamentais para o subsídio da alimentação humana. É importante destacar que por se tratar de um ambiente de comercialização de mercadoria, oferece aos seus consumidores variadas e diversificadas opções, tanto de produtos quanto de preços, atendendo sempre à lógica de oferta e demanda e, por conseguinte, oportunizando as pessoas a consumirem conforme suas condições socioeconômicas.

Contudo, para que a feira se construa tal como a conhecemos, há a necessidade de um constante abastecimento, advindo tanto da agricultura dos interiores do município, quantos de outros setores, como as Centrais Estaduais de Abastecimento (CEASA), ou seja, é por meio de uma articulação entre diferentes agentes e setores que o espaço denominado feira se mantém abastecido com a finalidade de suprir as necessidades dos indivíduos que dela fazem uso na cidade. Assim sendo, o reabastecimento da feira, envolve diretamente o trabalho coletivo, uma vez que é necessário o trabalho conjunto e braçal das pessoas na ação de carregar os produtos para dentro do mercado de carne e de outros departamentos da feira.

Segundo Boechat e Santos (2011, p. 01 e 02).

Uma feira constitui num município um espaço que se caracteriza através de uma função social que muda a organização espacial urbana, e que, atualmente, representa uma das mais antigas e resistentes modalidades do comércio varejista. É um espaço com muita especialidade, cheio de sons, movimentos, coloridos e personagens, que interagem com o seu histórico e suas relações de identidade; o que nos leva a imaginar a importância da feira e como seria cada cidade sem este ícone de história local e de sentimento de pertencimento.

¹ Graduada em Língua Portuguesa. Mestranda em Linguagens e Saberes na Amazônia. Pesquisadora no grupo de estudos de literatura comparada do nordeste paraense (GELCONPE). Email: Keilapf.quadros@gmail.com

² Doutor em Ciências Sociais/Antropologia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Campus de Bragança/PA. Email: dasafe@msn.com

Considerando esse pensamento, podemos refletir que a feira é um espaço de constante movimentação de relações humanas, comerciais e econômicas onde prevalecem também relações de troca e venda, de trabalho individual e coletivo. O trabalho de abastecimento desse espaço é constante e funciona conforme a necessidade de substituir os produtos consumidos e comercializados. Neste ensaio mostramos o abastecimento da feira, precisamente o do mercado de carne, e como de fato ocorre o trabalho coletivo na ação dos fornecimentos dos produtos para a comercialização. Podemos mergulhar na ação do trabalho coletivo do reabastecimento da feira, por meio da sequência narrativa fotográfica realizada em março de 2017, no centro da cidade de Bragança-PA.

REFERÊNCIAS

BOECHAT, Patricia Teresa e SANTOS, Jaqueline Lima. **Feira Livre: Dinâmicas Espaciais e Relações Identitárias**. Disponível em <<http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/2p.pdf>>. Acesso em: 27 de Marc de 2017.











O LABOR QUE LEVA ALIMENTO À MESA DAS FAMÍLIAS DE TAMATATEUA-BRAGANÇA/PA

Fernanda Analena Ferreira Borges da Costa¹

Elziane Ambrósio da Silva²

Keila de Paula Fernandes de Quadros³

Este ensaio etnofotográfico apresenta o trabalho de pessoas que vivem em Tamatateua, uma comunidade costeira de Bragança Pará situada à 11 km da sede do município, onde a pesca é uma das significativas fontes de renda e o pescado é um importantíssimo recurso alimentar dos moradores. É muito forte na região bragantina, acompanhando o alimento principal (geralmente peixe, carne ou frango) a presença de farinha – extraída da mandioca, que acompanha alimentos doces e salgados – constituindo-se, assim, como uma marca na identidade alimentar dessas pessoas.

Partindo do princípio de que o homem está ligado à natureza, esta paisagem insere os sujeitos na captura de pescado de água salgada, lançando suas embarcações nas movimentadas águas do oceano para assim extraírem da natureza aquilo que será o sustento de suas famílias (pescado para comercialização e para consumo próprio). Por outro lado, em terra firme, estão aqueles moradores que realizam outras atividades laborais também importantes para a realização destas dinâmicas econômica, alimentar e social (dentre outras), neste caso, enfatiza-se a produção da farinha.

Essas atividades são reflexos da experiência de vida dos trabalhadores de Tamatateua, pode-se observar como as pessoas se organizam nos trabalhos, como é feita a comercialização do pescado e a produção de farinha, como distribuem o que é destinado à venda e à subsistência, de modo que há todo um sistema organizado em que pautam o trabalho com essas duas atividades.

As fotografias revelam os trabalhos propriamente ditos, o homem trazendo o peixe e produzindo a farinha, trabalhos estes que evidenciam o elo entre homem, natureza e trabalho. Neste cotidiano laboral, os indivíduos de Tamatateua engendram estratégias que os permitem constituir fortes conexões com o meio ambiente e estas conexões possibilitam a criação da relação de respeito entre o homem, o seu espaço e o seu trabalho, desse modo, “as suas

¹ Mestre em Letras (UFPA) e Professora Substituta da Universidade do Estado do Pará. E-mail: analenacosta@gmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (UFPA). E-mail: elzambrosio@hotmail.com

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (UFPA). E-mail: keilapfquadros@gmail.com

dinâmicas socioculturais devem ser interpretadas como elos da corrente que ligam, inexoravelmente, por exemplo, hábitos alimentares ao tempo de labuta no seio do ecossistema” (CAMPOS, 2012. p. 135).

A mesa do Tamatateuense apresenta elementos oriundos do intercâmbio comercial e cultural junto à zona urbana, mas guarda traços alimentares marcantes que advêm dos recursos naturais que este espaço oferece, sendo a combinação Peixe com Farinha presença constante na alimentação de seus moradores.

REFERÊNCIA

CAMPOS, I. **Cotidiano no manguezal: coletores e estratégias de sobrevivência na natureza, Bacuriteua-Pará.** In: História Oral, v. 1, n. 15, p. 131-137, jan-jun 2012.











VÍDEOS ETNOGRÁFICOS



MUKUIU

MUKUIU

Carmem Virgolino¹
 Mametu Nangetu²
 Marina Trindade Cruz³
 André Mardock⁴
 Michel Amorin⁵
 Brenda Kalife⁶
 Rodrigo Barros⁷

SINOPSE: MuKuiú é palavra bantu, que traduz o pedido de bênçãos como saudação e respeito aos nossos ancestrais. Este vídeo etnográfico foi gerado como uma das dobras artísticas do

¹ Mestre em Antropologia, UFPA. Dançarina, capoeirista, educadora da Associação Cultural Eu Sou Angoleiro. E-mail: camemvirgolina@gmail.com

² Mam'etu ria Nkisses Nangetu uá Nzambi. Mulher de tradição Bantu, coordenadora do Instituto Nangetu de Tradição Afro-Religiosa e Desenvolvimento Social. E-mail: nangetu.projetos@gmail.com

³ Mestranda em Artes pelo PPGARTES, UFPA. Bolsista CAPES. Professora de dança, integrante do projeto Vertigem e colaboradora no espaço cultural Casarão do Boneco. E-mail: marinat.cruz9@gmail.com

⁴ Repórter cinematográfico na empresa Rede Cultura de Comunicação, ator pela Escola de Teatro e Dança da UFPA, e performer. E-mail: andremardock@gmail.com

⁵ Graduado em Artes Cênicas, UFPA.

⁶ Bacharel em Ciências Biológicas (UFT), com formação em Economia Solidária, estudante e praticante da cultura afro-brasileira, especificamente a dança afro-brasileira e a Capoeira Angola. Professora em escolas, quilombos e comunidades rurais.

⁷ Graduado em Artes, UFPA. Capoeirista, filho de Omolú, pesquisador e Ogã do Centro de de Tradições Bantu Rundembo Gunzo Ti Bamburucema. E-mail: circo.lando@gmail.com

processo de pesquisa premiada pelo Programa Seiva 2018, edital de pesquisa e experimentação artística. Este projeto tem como motriz o engajamento do corpo dos artistas-pesquisadores, que experimentam performances negras na Amazônia como (re)existências; refletem sobre a importância do candomblé e das religiões de matriz africana para a dança artística afro no Brasil; e ainda, revisitam os elementos de dança presentes na capoeira. E as experiências de campo foram realizadas no espaço do terreiro de candomblé angola Mansu Nangetu e no espaço da Associação Cultural Eu Sou Angoleiro – Treinel Edimar. Partindo do método etnográfico e de oficinas de intercâmbio de técnicas corporais, experimentadas como fontes e ressignificadas junto a um grupo de artistas pesquisadores, o que compartilhamos neste vídeo é um convite para a apreciação de outras instaurações artísticas que se descortinaram neste processo de pesquisa e experimentação, que busca uma possível aproximação entre ritual e arte.

SYNOPSIS: MuKuiú is bantu word, that translate a blessing request like greetings to ancestors. This ethnography video was created like artistic process financed by Programa Seiva 2018. This project is experimentation of performances that reflect the black culture through dance and capoeira. This experiments has occurred on Mansu Nangetu and Associação Cultural Eu Sou Angoleiro – Treinel Edimar. Ethnographic method and corporal techniques like research process between ritual and art.

PALAVRAS-CHAVE: Performance. Bantu. Capoeira.

KEYWORDS: Performance. Bantu. Capoeira.

FICHA TÉCNICA

Produção: Carmem Virgolino, Mametu Nangetu, André Mardock, Michel Amorin, Brenda Kalife, Marina Trindade Cruz, Rodrigo Barros

Câmera: Realização Coletiva

Edição: Realização Coletiva

Roteiro/Texto: Realização Coletiva

CREDITS

Production: Carmem Virgolino, André Mardock, Michel Amorin, Brenda Kalife, Marina Trindade Cruz, Mametu Nangetu, Rodrigo Barros

Camera: Collective Performance

Edition: Collective Performance

Script/Text: Collective Performance

Link para o Vídeo:

<https://youtu.be/cRmr27WBO2c>



FIA SOPHIA: ETNOGRAFIA DO BATOM

SOUL SOPHIA: LIPSTICK ETNOGRAPHY

Samily Maria¹
Elis Tarcila²
Pedro Olaia³
Sophia⁴

SINOPSE: XVI Congresso da Sociedade Internacional de Etnobiologia, XII Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia, I Feira Mundial da Sociobiodiversidade, IX Feira Estadual de Ciência Tecnologia e Inovação (ISE SBEE 2018 Belém+30). Todos estes eventos estavam comportados dentro do Centro de Convenções Hangar em Belém do Pará, e ali na área aberta da feira, Sophia propôs a ação Fia Sophia. O vídeo é o registro etnográfico da ação imersiva de Sophia no evento a partir do jogo de improviso, em que a drag dá o batom para as

¹ Graduada em Pedagogia, UFPA. Dançarina do mundo e da vida. E-mail: smaria.s@hotmail.com

² Produtora Cultural do Instituto Bamburusema e coordenadora na Rede de Mulheres Negras. E-mail: elis_tarcila@yahoo.com.br

³ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, UFPA, Campus Bragança. Membro do Grupo de Pesquisa LELIM (Laboratório de Estudos Linguagem, Imagem e Memória), UFPA. Ator e performer. E-mail: pedrolaia@gmail.com

⁴ Sophia é a drag queen de Pedro Olaia, ou seja, sua identidade fluida que é des)construída a partir do discurso das pessoas que interagem com a drag e a ajudam colaborativamente através da política do afeto. E-mail: dragsophiadrag@gmail.com

peessoas escreverem no corpo da gata palavras-ações agressivas que já recebemos devido termos nossos corpos fora do padrão intolerante heteronormativo, branco, rico e patriarcal. Uma mulher, no evento Belém +30 pintou meu olho com o batom vermelho, e enquanto aquela mulher forte, de aparência de guerreira bruxa, me pintava ao mesmo tempo ela desabava sobre mim, lacrimejava e dizia baixinho: “foi um soco no olho...”. Eu também chorava dentro de mim, lembrava que na noite anterior, eu mesma, tinha sofrido agressão na rua, quando levaram minha bolsa com materiais de trabalho e me deixaram um soco no olho. A dor naquele momento, enquanto ela pintava meu olho, era mais do que real, imagens me vieram a cabeça, lembranças de agressões que tantas amigas mulheres e bichas e travestis já sofreram; suei frio, gaguejei, engoli o desespero e me fortaleci na troca afetiva espontânea, na troca de olhares, no abraço, e nas forças de tantas palavras escritas e ouvidas que me dão coragem para prosseguir com ações e práticas artísticas de resistência.

SYNOPSIS: This is a video register from performance that occurred on Belém-PA, in the event ISE SBEE 2018 Belém+30. Sophia has a performance “Fia Sophia”. The video from performance is the ethnography register when Sophia give up a lipstick to persons paint words in your body. This words-actions refers the violence that we receive about ours bodys, because we are out of normative structure heterosexual, white, rich and patriarchal. A woman pain my eyes with a red lipstick, and while that strong woman, like a warrior witch, paint my eye, she watered and said softly: “this is a punch in my eye...” I also cried inside, remembered that night before I have take a aggression on street. The pain in that moment was more that real, images came in my head, memories from woman friends, and bichas friends, and travesty friends that receive violence acts day to day; I was cold, stuttered, swallowed the cry and strengthened from spontaneous affective exchange, eyes to eyes, a warm hug and the strength of written words that give me the courage to continue and act with art and resistance.

PALAVRAS-CHAVE: Performance. Videoetnografia. Corpo.

KEYWORDS: Performance. Videoethnography. Body.

FICHA TÉCNICA

Produção: Samily Maria, Elis Tarcila, Pedro Olaia e Sophia

Câmera: Samily Maria

Edição: Pedro Olaia

Roteiro/Texto: Sophia

CREDITS

Production: Samily Maria, Elis Tarcila, Pedro Olaia e Sophia

Camera: Samily Maria

Edition: Pedro Olaia

Script/Text: Sophia

LINK PARA ACESSO:

<https://youtu.be/YqMCFfWs0Z4>

Nova Revista Amazônica

novarevistaamazonica.ufpa@gmail.com

NOVA REVISTA AMAZÔNICA

POPULAÇÕES, SOCIOBIODIVERSIDADE E MEGAPROJETOS NA AMAZÔNIA

